

TERESINHA MARIA FORTES BUSTAMANTE DEBRASSI

PARADIGMAS E TEORIAS DA CIDADE:
das reformas urbanas ao urbanismo contemporâneo
– o caso de Barcelona

PUC-CAMPINAS
ANO 2006

TERESINHA MARIA FORTES BUSTAMANTE DEBRASSI

PARADIGMAS E TEORIAS DA CIDADE: das reformas
urbanas ao urbanismo contemporâneo – o caso de
Barcelona

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do
Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-
Graduação na área de Urbanismo, Pontifícia Universidade
Católica de Campinas.

PUC-CAMPINAS
ANO 2006

TEREZINHA F. B. DEBRASSI

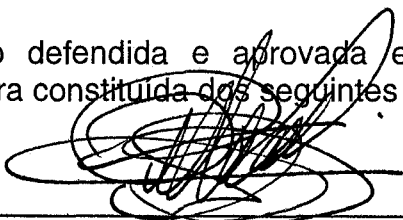
**"Paradigmas e teorias da cidade: das reformas urbanas
ao urbanismo contemporâneo - o caso de Barcelona"**

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências
Exatas, Ambientais e de Tecnologias da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt.

Dissertação defendida e aprovada em 29 de Novembro de 2006 pela Comissão
Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr.ª Norma Regina Truppel Constantino

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho



Prof. Dr.ª Ivone Salgado

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

À minha querida mãe
e a todas as pessoas
que modificaram seu cotidiano
para que essa dissertação
se realizasse

À Marise
Lúcia e Maria Angélica
com quem divido este trabalho

Agradeço.

Ao Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt pelo acompanhamento dedicado na defesa da dissertação sob sua orientação.

À Professora Dra. Ivone Salgado, pela orientação comprometida e amiga, pelas cobranças e ajudas no trabalho de elaboração e revisão do texto da dissertação.

À Capes pelo apoio financeiro para realização da pesquisa.

A todo um grande coletivo de amigos, que estiveram presentes, de diferentes modos, na elaboração deste trabalho.

“Las culturas pueden desaparecer sin destruir las imágenes que ellas evaporaon”.

Lezama Lima

RESUMO

O presente trabalho ao diagnosticar a falência da modernidade, e o surgimento de uma condição pós-moderna traz para o debate a dispersão de posicionamentos verificada no quadro do urbanismo após as primeiras teorias críticas formuladas pelo Movimento Moderno. Entendendo que esse momento, mais comumente chamado de “pós-moderno”, abrange também outras disciplinas, procurou-se situar o debate surgido a partir da compreensão inicial de vários estudos que tratam do período em questão, para poder remetê-lo ao campo do urbanismo. O pensamento urbano adepto da pós-modernidade, aparece situado em um novo panorama histórico, no qual o trabalho se propõe a pesquisar as características teóricas das mudanças em curso e buscar suas correspondentes formas projetuais, nas intervenções urbanas

O trabalho propõe por um lado um entendimento das mudanças examinadas em suas especificidades mais imediatas, e por outro um entendimento das mudanças que contemple uma perspectiva histórica, através de uma abordagem dos paradigmas de avaliação e de solução dos problemas da realidade urbana desde o século XIX, referenciada na questão urbana.

Na pesquisa proposta, o entendimento dos projetos urbanos complexos, que estão ocorrendo na cidade de Barcelona nas três últimas décadas, exige também uma perspectiva histórica para sua compreensão, daí, a proposta do trabalho de introduzir a discussão da primeira teoria da urbanização, atribuída ao engenheiro espanhol Ildefonso Cerdà, para contextualizar os conceitos com os quais estaremos trabalhando e permitir uma discussão teórica mais consistente sobre o tema.

As intervenções urbanas na cidade: na década de 80, através dos projetos de espaços públicos; na década de 90, dos Jogos Olímpicos, e finalmente no início do século XXI, com o Fórum de Barcelona, contribuirão para ilustrar materialmente todo este processo de idéias, de forma que este episódio da história do urbanismo possa ser entendido como uma etapa fundamental para a evolução dos estudos contemporâneos de intervenções nas cidades.

ABSTRACT

This essay, by diagnosing the Modernity failure, and the onset of a post-modern condition, brings up at a debate the dispersion of the position in the Urbanism view, just after the first critical theories formulated by the Modern Movement. This moment, commonly called post-modern, includes other disciplines, and also the argument that appeared from the initial comprehension of several researches about this period, sends the same debate to the field of Urbanism.

The urban thought that follows the post-modernity, stands in a new historical portrait on which this essay researches the characteristics of the current changes and seeks their correspondent projecting forms in the urban interventions, particularly by understanding the urban projects that happened in Barcelona in the three last decades.

Proposing a broader understanding of the changes, through historical perspective, by presenting the paradigms of assessment and solution of the problem of the urban reality, since the nineteenth century, appears the proposital for introducing one more detailed discussion of the first theory of Urbanization, conferred to the Spanish engineer Ildefonso Cerdà, to context the concepts, which we will be working with, allowing a more consistent, theoretical discussion about the issue of urban reforms in the nineteenth century and the Contemporary Urbanism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE	14
1.1 Condição Pós-Moderna / Pós-Modernidade segundo Jean François Lyotard, Jean Baudrillard e Fredric Jameson.....	16
1.2. Modernidade e Pós-modernidade segundo Boaventura do Souza Santos, David Harvey, Josep Maria Montaner, Hal Foster e Sergio Rouanet.....	27
CAPÍTULO II: A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO SABER: O URBANISMO	41
2.1 Princípios teóricos constitutivos da modernidade: concepções iluminista e liberal no pensamento urbanístico do século XIX.....	42
2.2 Princípios teóricos constitutivos da modernidade: Racionalismo como conceito filosófico e como método de projeto.....	47
2.3 As novas realidades sociais e urbanas e o problema da habitação social.....	51
2.4 O nascimento do território moderno e a construção da cidade no século XIX	58
2.5 O papel da obra de Ildefonso Cerdà na formação de um saber e de uma disciplina específica: o urbanismo como ciência social.....	67
2.5.1 O conceito de urbanismo.....	67
2.5.2 A formação e a atuação profissional e política de Ildefonso Cerdà.....	70
2.5.3. A obra de Ildefonso Cerdà: sua produção e sua difusão.....	72
2.5.4 A história urbana de Barcelona anterior ao Plano de Cerdà.....	75
2.5.5 O contexto social de Barcelona anterior à emergência do Plano de Cerdà.....	79
2.5.6 O Plano Topográfico de 1855.....	81
2.5.7 A “ <i>Teoría General de la Urbanización</i> ” de Ildefonso Cerdà.....	82

2.5.8 Instrumentos propostos na “Teoria Geral da Urbanização”.....	87
2.5.9 <i>Ensanche</i> – um modelo de expansão da cidade.....	90
2.5.10 Teorização das proposições de Cerdà: urbanismo de rede e a concepção reticular.....	92
2.5.11 O anteprojeto de Docks de Barcelona de 1863 : a introdução da estrada de ferro na cidade.....	102
CAPÍTULO III: A CRISE DA MODERNIDADE E A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA..	105
3.1 As concepções de vanguarda do movimento moderno e as concepções teóricas da pós-modernidade.....	111
3.2 O movimento moderno e o GATEPAC na Espanha.....	114
3.3 Regionalismo crítico: a ideologia do modernismo e as filosofias regionalistas..	129
3.4 A discussão da pós-modernidade na arquitetura.....	139
3.5 A discussão da pós-modernidade no urbanismo.....	145
3.6 A nova escala das intervenções urbanas em Barcelona: os projetos dos espaços públicos.....	155
3.7 Da operação urbanística relacionada aos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 ao Fórum de Barcelona de 2004.....	162
3.8 A capital da Catalunha inaugura uma nova urbanística: o Planejamento Estratégico.....	186
CAPÍTULO IV: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PLANOS E PROJETOS.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201

INTRODUÇÃO

No final do século XX, a globalização da economia, mais do que uma nova fase do processo de internacionalização do capital é uma nova modalidade do regime de acumulação, um novo modo de funcionamento do capitalismo mundial, que gera grandes impactos sobre as estruturas urbanas, fundamentalmente das grandes cidades. As cidades, se por um lado, necessitam da renovação de sua base produtiva, por outro, precisam de maior controle sobre a produção da forma urbana, constituindo-se em centros da vida econômica, em contraposição a então emergente cidade moderna do século XIX, transformada em centro da vida social

Essas novas perspectivas pressupõem a investigação de novos paradigmas, onde os modelos urbanos que têm profundas raízes na sociedade, não podem ser separáveis de seu contexto contemporâneo, como um conjunto de conceitos sujeitos as suas próprias regras e, portanto, capazes de serem julgados como tal. Partindo-se da constatação do desgaste geral dos princípios constitutivos da modernidade e a emergência de uma condição pós-moderna, essa entrada mostrou-se reveladora da crise dos modelos de estruturação do espaço urbano, que não mais correspondem às mudanças da nova ordem mundial. O pensamento urbano adepto da pós-modernidade, aparece situado em um novo panorama histórico, no qual o trabalho se propõe a pesquisar as características teóricas das mudanças em curso e buscar suas correspondentes formas projetuais, nas intervenções urbanas. Entretanto, é esta nova condição que nos coloca frente à questão central do trabalho: a redefinição da nossa estrutura conceitual de entendimento do urbano no último século.

Frente às mudanças que estão ocorrendo em escala mundial, como em escala local, as bases do planejamento e dos projetos urbanísticos têm portanto que ser revistas. O objetivo deste estudo é o entendimento das condições em que estão ocorrendo tais processos, tendo em vista as condições locais, como mediações a considerar e, ao mesmo tempo, como partes de mudanças que estão ocorrendo em escala global. No entanto, cabe ressaltar que o resultado não será a tentativa de elaboração de um novo modelo de explicação teórico da realidade em curso.

O trabalho propõe, por um lado, um entendimento das mudanças examinadas em suas especificidades mais imediatas e, por outro, uma

compreensão das mudanças que contemple uma perspectiva histórica, por meio de uma abordagem dos paradigmas de avaliação e de solução dos problemas da realidade urbana desde o século XIX, referenciada na questão urbana.

O eixo da problemática deste estudo situa-se na compreensão do momento que se segue a hegemonia do Movimento Moderno, quando se verifica uma mudança teórica frente aos preceitos que até então direcionavam o pensamento em urbanismo. Estes preceitos, que poderiam ser encaixados, em um primeiro momento, dentro do terreno da funcionalidade, racionalidade e universalidade, serão questionados em vários aspectos, configurando um diverso quadro de posicionamentos frente a este tema. Neste particular, surgirão inúmeros estudos sobre este período que analisarão a abrangência desta mudança, não só no campo da arquitetura e urbanismo, como em várias outras esferas da cultura e das ciências.

Inicialmente, este estudo propunha limitar-se ao entendimento deste quadro de mudanças apenas dentro do terreno do urbanismo, para com isto esboçar um panorama de idéias mais pertinente ao tema em questão. No entanto, a diversidade de abordagens obtidas a respeito deste tema nos levou a uma investigação mais global do período tratado, de forma que certos conceitos fossem elucidados à luz de diferentes óticas, de variados autores, uma vez que a contribuição de outras áreas do conhecimento será sempre um campo de apoio da mais alta utilidade. Com isto, esperamos poder mapear mais profundamente o campo das idéias que gravita em torno desta polêmica fase da história da arquitetura e do urbanismo, genericamente chamada de pós-modernismo, ampliando as possibilidades de compreensão das hipóteses de explicação das mudanças em curso.

A partir do contraponto modernidade e pós-modernidade, a pesquisa irá focalizar a trajetória do pensamento e ação do urbanismo, através das possibilidades de reflexão sobre o desenvolvimento do campo disciplinar teórico e empírico do urbanismo, buscando as ligações entre duas fronteiras da história urbana; a primeira que será abordada no segundo capítulo do trabalho, é a Teoria Geral da Urbanização que investigará os principais pressupostos teóricos da teoria de Cerdà e os planos propostos por ele para a cidade de Barcelona, no século XIX e a segunda, são as teorias do urbanismo contemporâneo - abordando questões cruciais nesse campo do saber, como noção de cidade e renovação urbana, e a correspondente história das realizações desse urbanismo na cidade

de Barcelona, no século XX e início do XXI, ambas objeto dessa pesquisa, que serão discutidas mais detalhadamente no terceiro capítulo do trabalho. Simultaneamente, é o mesmo contraponto, que vai nos permitir compreender as mudanças mais significativas do final do século XX, que propiciam repensar as perspectivas, os impasses e as utopias com que se defrontam as novas teorias urbanas contemporâneas.

Na pesquisa proposta, o entendimento dos projetos urbanos complexos, que estão ocorrendo na cidade de Barcelona nas três últimas décadas, exige também uma perspectiva histórica para sua compreensão, daí, a proposta do trabalho de introduzir a discussão da primeira teoria da urbanização, atribuída ao engenheiro espanhol Ildefonso Cerdà, para contextualizar os conceitos com os quais estaremos trabalhando e permitir uma discussão teórica mais consistente sobre o tema. Uma vez que mudanças dessa ordem só se tornam claras quando estudadas em uma perspectiva mais ampla, com uma análise histórica de sua construção.

No início dos anos 80, diferentes cidades européias projetam-se no âmbito mundial, pelo processo de transformação de certas áreas urbanas, como Londres, Paris, Berlim e Barcelona. A opção por Barcelona, na Espanha, como objeto de estudo empírico da pesquisa, deve-se a esta cidade, ser um bom exemplo do processo de transição paradigmático que decorre das reformas urbanas realizadas no século XIX, até aquelas reformas que caracterizam o urbanismo contemporâneo.

A experiência do Reginalismo Crítico em Barcelona, será vista então como um processo histórico, gerado pela efervescência e diversidade do pensamento urbanístico, o qual estava intimamente ligado a um processo maior, caracterizado pelo questionamento da ideologia do Movimento Moderno. As intervenções urbanas na cidade: na década de 80, através dos projetos de espaços públicos; na década de 90, dos Jogos Olímpicos, e finalmente no início do século XXI, com o Fórum de Barcelona, contribuirão para ilustrar materialmente todo este processo de idéias, de forma que este episódio da história do urbanismo possa ser entendido como uma etapa fundamental para a evolução dos estudos contemporâneos de intervenções nas cidades.

Ter trabalhado com autores que consideram a pós-modernidade como uma condição mostrou-se fundamental, uma vez que, a avaliação acerca dos condicionantes econômicos e sociais da atual etapa do desenvolvimento do

capitalismo traz implicações para o campo do entendimento das diversas posições do urbanismo contemporâneo, como um saber, articulando o debate tanto dentro do campo pós-moderno como fora dele. Embora o período tratado como pós-moderno e a experiência de Barcelona em particular, ainda estejam sujeitos a visões polêmicas quanto a sua relevância, a postura deste trabalho visa proporcionar um acesso a mais para o entendimento deste período.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE

Tendo como hipótese deste trabalho que a relação dos conhecimentos de cidade e de renovação urbana, intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do campo disciplinar teórico e empírico do urbanismo, vem sendo redimensionada e que isso tem sido provocado pelas premissas da pós-modernidade, o primeiro passo foi o de buscar uma aproximação teórica que evidenciasse quais os elementos que compõem o debate sobre o significado da pós-modernidade e a existência, ou não, de uma condição pós-moderna.

Apesar do desgaste da idéia de pós-modernismo na última década, é essa corrente que continua a recolocar de forma relevante os pressupostos para a relação teoria e prática, símbolos e realidade, a mediação entre o político, o econômico e o cultural, entre outros. Parafraseando Boaventura do Santos (1989) cabe a pergunta: será que a discussão da pós-modernidade é uma armadilha teórica ou parte do mecanismo que a permite desarmar?

O entendimento do debate acerca da chamada “pós-modernidade” é complexo e corre por caminhos bastante diversos e até antagônicos. Esta é a primeira dificuldade: delimitar, neste campo amplo, quais os elementos significativos que poderão servir como referências para o entendimento da estrutura conceitual que reestruturou a percepção da cidade e de suas possibilidades. Apenas nesse contexto teórico mais amplo é possível estabelecer permanências e marcar rupturas com o passado.

Continuidade no campo de um saber – o urbanismo - que surge no século XIX e que por se constituir do entrecruzamento de princípios éticos (para a filantropia) e de noções mais ou menos precisas da medicina, economia, arquitetura, sociologia e história, é entendido como repositório de experiências, de modelos e de tradições. Partindo de uma nítida noção de interdisciplinaridade, esse campo do saber constitui-se em uma teoria científica em 1867 – a Teoria Geral da Urbanização de Cerdà, segundo diversos historiadores do urbanismo.

Ainda que não se pretenda fechar questão sobre esses assuntos acima enunciados, pois possuem uma infinidade de interpretações, colocam-se algumas perguntas para este trabalho: a estrutura conceitual de entendimento do urbano teria realmente sido alterada no último século? Haveria, de fato, uma diferença entre a cidade do século XIX e do XX ou XXI, entendidas como centro da vida econômica ou centro da vida social? Haveria, efetivamente, uma crise dos modelos de estruturação do espaço urbano no contexto do que tem sido denominada condição pós-moderna?

Em um primeiro momento, partindo da abordagem de Rouanet (1987), surge um questionamento que será intensificado à medida que são estudados outros textos sobre a pós-modernidade. Terá havido uma mudança tão marcante entre o Movimento Moderno e um suposto “Movimento Pós-Moderno?” E se esta mudança processou-se em que medida pode ser afirmado que esse movimento baseia-se em diferentes padrões ou até mesmo que ele tenha criado um novo paradigma para sua sustentação?

Todas essas suposições devem ser vistas à luz de uma percepção maior, que é a própria delimitação de quais acontecimentos caracterizam uma possível mudança de paradigma. Para tal entendimento, convém também questionar o próprio processo de transição de uma situação para outra, já que existem tanto visões que encaram esta mudança como uma simples evolução de uma situação precedente quanto outras que defendem uma suposta ruptura a partir de uma crise dos valores anteriores.

Dentro destes dois posicionamentos, o que se evidencia na discussão é o próprio conceito de mudança científica que assume duas posturas diversas. Para entender esse momento, vamos recorrer a dois autores que esboçam diferentes posicionamentos frente ao processo evolutivo da história das ciências em geral: Thomas S. Kuhn (1975) e Imre Lakatos (1979) que são apenas referências teóricas a serem aplicadas na problemática em questão, uma vez que nenhum deles nunca sequer menciona o debate modernidade e pós-modernidade, devido inclusive à data em que escreveram tais textos.

O primeiro posicionamento, retirado do texto de Kuhn (1975), representaria uma ruptura na história das ciências, uma vez que ela se processa por meio da mudança de um paradigma para outro. Já em Lakatos (1979), a mudança é encarada pela ótica do progresso, em que as conquistas e as novas teorias fazem parte de uma visão evolucionista, de crescimento contínuo do

conhecimento científico. Essa diferença deve-se a um fator pontual na análise dos dois autores, que é a hegemonia de um único paradigma.

Para Kuhn (1975), a supremacia de um paradigma seria o estado normal das ciências, em que o questionamento deste ocorreria apenas em momentos de *crise*. Lakatos (1979), por sua vez, prefere entender a história do conhecimento científico como a competição entre programas de pesquisa, cuja pluralidade contribuiria para o progresso da ciência.

Ainda que a proposta desse trabalho não seja a de apresentar o mapeamento de todas as visões que envolvem a discussão da continuidade ou da ruptura entre o Movimento Moderno e a condição pós-moderna, devemos situar o contexto em que esta se desenvolve neste debate. Dessa forma, para entrarmos no debate das transformações por que passa o pensamento urbanístico contemporâneo, em um primeiro momento, trataremos especificamente daqueles autores mais mencionados na bibliografia consultada, numa tentativa de identificar as posturas mais consolidadas frente a esse tema. Posteriormente, concentraremos a análise no campo disciplinar teórico do urbanismo, de modo a aproximar a discussão sobre o conceito de modernidade e pós-modernidade com o nosso objeto de estudo.

A discussão pode ser inicialmente enquadrada entre dois pólos opostos: o primeiro, composto de um grande número de defensores, considera que o chamado “projeto da modernidade”, passa por problemas que solicitam uma atitude mais adequada ao tempo em questão ou mesmo um abandono total de seus ideais; e o segundo, encabeçado por Habermas, vê na continuidade e na realização deste “projeto da modernidade” o caminho mais correto.

1.1 Condição pós-moderna / pós-modernidade segundo Jean François Lyotard, Jean Baudrillard e Fredric Jameson.

No final de século XX, sob o argumento de uma transição paradigmática decorrente de mudanças substanciais no panorama social, econômico, político e cultural do mundo contemporâneo, vêm se diagnosticando o desgaste geral dos princípios constitutivos da modernidade e a emergência de uma condição pós-moderna. Madalena Peixoto (1997) faz o diagnóstico da existência dessa nova condição que passa por aspectos teóricos os mais diferenciados e que vem influenciando o debate em várias áreas do

conhecimento.

Tendencialmente, os autores no campo da cultura e da arte, adeptos da pós-modernidade, buscam, por meio da revisão analítica das teorias críticas em arquitetura, situar a arquitetura e o urbanismo no novo panorama histórico, reformulando ou abandonando princípios anteriormente aceitos. O desgaste dos princípios da modernidade exige reformulações que visam à construção de novos padrões teóricos e, conseqüentemente, a adequação do campo da cultura e da arte na pós-modernidade.

O desgaste da modernidade, segundo Peixoto (1997), diz respeito à derrocada da “idéia de totalidade” mediante a qual se elaborou a crença no “progresso incessante da sociedade, na possibilidade do planejamento racional, na capacidade criativa dos homens, que viam na Ciência e na Razão, assim como em projetos coletivos, a possibilidade de alcançar a liberdade e a igualdade social”. Mas o desgaste da modernidade não representa apenas o das concepções Iluminista e Liberal; representa, ao mesmo tempo, o desgaste das teorias críticas que a modernidade ensejou. A pós-modernidade estaria revelando que não há mais possibilidade de projetos coletivos totalizantes, emancipatórios, tanto devido ao desgaste, em geral, dos paradigmas da ciência moderna como, no particular, ao desgaste das diferentes teorias sociais.

Dada a extensa literatura que aborda os mais variados aspectos do conceito pós-modernidade, torna-se difícil encontrarmos um caminho que possa, ao mesmo tempo, ajudar sem, no entanto, comprometer o entendimento das questões fundamentais e relevantes para a caracterização do pensamento pós-moderno que nos interessa.

Seguindo a linha metodológica adotada por Peixoto, optou-se, então, pela classificação elaborada por Steven Connor (1993), sobre o debate no qual vem se desenvolvendo a pós-modernidade. Para ele, resumidamente, a pós-modernidade vem sendo enfocada de duas maneiras: um primeiro tipo de abordagem enfatiza as modificações ocorridas no campo da cultura, da arte e discute a narrativa pós-moderna por dentro dela mesma; e um segundo, que identifica a pós-modernidade como uma corrente de idéias que surge de mudanças sociais, econômicas e políticas de maneira que as mudanças, no campo cultural, artístico e teórico são analisadas dentro desse contexto mais geral.

Não diminuindo o valor do primeiro tipo de enfoque, que também é revelador do conjunto de idéias teóricas que compõem essa corrente, o segundo é mais fecundo para a pesquisa no campo teórico do urbanismo, pois a partir de uma análise mais ampla, contextualiza o conjunto das idéias teóricas que caracterizam a pós-modernidade. Essa segunda abordagem entende a pós-modernidade como uma condição.

Como representantes dessa abordagem, segundo indicações de Connor, temos três autores que vêm orientando seus trabalhos sob esse segundo tipo de discussão - Jean François Lyotard, Jean Baudrillard e Frederic Jameson. Neste capítulo, portanto, serão pontuados os pressupostos teóricos nos quais esses autores baseiam-se para indicar a existência de uma condição pós-moderna, para que possamos, a seguir, eleger os elementos necessários para análise no campo teórico do urbanismo.

No entanto, a análise não se restringirá apenas aos três autores citados; serão incorporadas, as contribuições de Harvey e Santos. Harvey porque traz elementos importantes na análise sobre uma possível existência de uma condição pós-moderna e Santos porque vem se dedicando não só ao estudo sobre a especificidade de tal condição, como porque tem elaborado um redimensionamento dos conceitos modernos, tais como os de nação, cultura nacional, Estado, sociedade civil, cidadania, democracia e equidade social.

Para entrar no debate, é necessário, ainda, evidenciar que tanto Lyotard, como Baudrillard e Santos desenvolvem suas idéias tendo como pressuposto o desgaste da modernidade. Por outro lado, Jameson e Harvey constroem seus referenciais teóricos ultrapassando a dicotomia moderno/pós-moderno. Pretendemos, no entanto, entender, a partir dos autores destacados, quais as características da chamada modernidade que perderam a sua substância, o seu substrato histórico, esvaziando-se de forma completa ou parcial.

Jean François Lyotard

Jean François Lyotard (1989) em sua obra de 1979, coloca os princípios fundamentais do que conceitua como a “condição pós-moderna”. Sua argumentação principal estende-se sobre o caráter do conhecimento científico e sobre a maneira considerada por ele ultrapassada, por meio da qual esse tipo de

conhecimento reivindicou a sua legitimidade durante a modernidade. Seu objetivo, nesse livro, não é discorrer sobre os procedimentos metodológicos das ciências, mas o de enfatizar os princípios gerais desse tipo de conhecimento que, na modernidade, foram absolutamente inquestionáveis e que, agora, a pós-modernidade revela não mais sustentáveis.

Liotard, partindo da análise da maneira como esse tipo de conhecimento foi concebido no período moderno, afirma que, aparentemente, a ciência desse período era entendida como aquela área do conhecimento que rejeitava todas as formas de legitimação que se fundamentassem em narrativas. Para ele, narrativas, são aquelas formas de legitimação comumente usadas pelas diferentes culturas. São utilizadas com o objetivo de estabelecer elementos que passam a definir, no âmbito de determinada cultura, o que pode ou não ser dito ou o que pode ou não ser feito.

A ciência, segundo Lyotard (1989), fundamentalmente aquela que se desenvolveu a partir do século XVIII, ao estabelecer as características que justificaram a sua especificidade como área do conhecimento, o fez combatendo todo o tipo de legitimação elaborada através de narrativas. Assim, a ciência rejeita toda a narrativa porque a narrativa se legitima por ela mesma, enquanto que o conhecimento científico busca outras formas de validar-se, por exemplo, através da verificação.

Entretanto, em um segundo momento da análise do processo de conhecimento desenvolvido pela ciência, ele constata que esta, numa aparente rejeição à narrativa, acaba por se tornar pura narrativa. Isto porque, somente por meio dela é que a ciência e o trabalho científico podem adquirir lugar privilegiado, autoridade e propósito. Assim, Lyotard (1989) destaca dois tipos de narrativas utilizadas pela ciência após o século XVIII:

- 1) a narrativa política, que é aquela personificada na idéia da Revolução Francesa, ou seja, a narrativa da gradual emancipação da humanidade da escravidão e da opressão de classe;
- 2) a narrativa filosófica, que é aquela inaugurada com a filosofia de Hegel, na qual a ciência tem um papel, quando colocada à disposição de todos, de atingir a liberdade absoluta. O conhecimento, assim, passa a ser importante componente da gradual evolução da mente autoconsciente.

As duas narrativas, por intermédio das quais a ciência legitima-se, acabam por se configurar como tais e só assim tornam-se eficazes em

metanarrativas porque têm a capacidade de arbitrar sobre, subordinar, organizar e explicar outras narrativas. Lyotard (1989), deste modo, evidencia “o paradoxo próprio do conhecimento científico” que, para ele, é um conhecimento que depende, de certa maneira, da supressão e da renúncia da narrativa ao mesmo tempo que, como um conhecimento para se diferenciar dos outros, acaba condenado à dependência da narrativa: a narrativa da legitimação. Para o autor, esta foi a maneira como se avaliou a ciência do XVIII até o término da II Guerra Mundial.

Após a II Guerra Mundial, essa narrativa legitimadora desmascarou-se:

Na sociedade e na cultura contemporânea, a sociedade pós-industrial, a cultura pós-moderna e a questão da legitimidade do saber põem-se noutros termos. A grande narrativa perdeu sua credibilidade; qualquer que seja o modo da unificação que lhe está consignado; narrativa especulativa, narrativa de emancipação. Pode-se ver neste declínio das narrativas um efeito do progresso das técnicas e das tecnologias, a partir da II Guerra Mundial, que deslocou o acento para os meios de ação em detrimento dos seus fins; ou então o efeito do relançamento do capitalismo liberal avançado, após a sua recessão sob a proteção do keynesianismo durante os anos de 1930-1960, renovamento que eliminou a alternativa comunista e valorizou a fruição individual dos bens e dos serviços. (LYOTARD, 1989, p 79)

Esse ambiente traz uma desconfiança nas metanarrativas o que ocasiona, no caso da ciência, uma crise no poder regulatório de seus próprios paradigmas. A ciência passa a discutir, dentro de seus limites, não só os seus pressupostos, mas também o alcance de seus procedimentos de verificação, encontrando, dentro do próprio campo, elementos que são irresponsáveis e tornando-se invariavelmente uma nuvem de especialismos.

Lyotard enuncia o que a pós-modernidade revela de melhor: a heterogeneidade. Entretanto, Lyotard diferencia-se de autores como Habermas, que também trabalham com a idéia das diferenças, pois acredita na necessidade de construir o diálogo e o consenso. Nessa linha, aponta, então, implicações sociológicas da heterogeneidade, já que, para ele, a sociedade, pensada como categoria aglutinadora, não tem mais poder explicativo em decorrência da crise das metanarrativas. Portanto, não existe nenhuma área do conhecimento que se coloque como mais “performativa” que outras.

No entanto, segundo Peixoto (1997), aqui se coloca um problema: como contemporizar este diagnóstico e esta análise desenvolvida por ele, com o fato de a condição pós-moderna, na sua mediação econômica, política e social

ser, ao mesmo tempo, reveladora das diferenças, consideradas pelo autor como reflexo de uma nova sensibilidade positiva, e também uma condição na qual, utilizando-se das diferenças, acentua o domínio e as desigualdades na distribuição das riquezas no mundo? No entanto, se os conceitos totalizantes, frutos de explicações e saídas gerais, são considerados inconsistentes, são também inconsistentes as saídas únicas para as heterogeneidades da realidade, próprias da pós-modernidade.

Finalmente, salientamos que Lyotard declara a falência da idéia de uma lógica científica, a falência da legitimação do conhecimento científico e de qualquer idéia emancipatória produzida durante a tensão dos problemas sociais e políticos, problemas esses que a pós-modernidade acaba por revelar ainda mais fortemente.

Jean Baudrillard

Jean Baudrillard aponta a existência da condição pós-moderna, ou sociedade pós-moderna, como produto do desenvolvimento de um terceiro estágio do capitalismo, período no qual o “espiritual” passa a entrar, definitivamente, no domínio do valor de troca. Nessa fase, para o autor, já não é possível separar o “domínio do econômico e do produtivo, do domínio do ideológico e do cultural”. (1995)

As imagens, as representações e até os sentimentos e estruturas psíquicas transformaram-se em elementos do mercado, ao que ele chama de período de “operacionalização geral do significante”. Nesse período, nada mais é regido pelo significado, mas, sim, pela lógica interna da significação. O mundo passa a ser regido por uma formalização generalizada na qual os códigos não se referem mais a nenhuma realidade, mas ao código mesmo.

No livro, *A sociedade de consumo*, Baudrillard (1995) afirma que o mundo do terceiro estágio do capitalismo é um mundo regido pelo código da exclusão, uma vez que pode ser representado tal como se quiser. Baudrillard apresenta, como característica típica de uma condição pós-moderna, uma opressão semiótica, que se sobrepõe à opressão econômica e política da sociedade anterior. Essa opressão semiótica - elaborada utilizando-se dos mecanismos existentes na configuração dos signos e do código - atua na cultura de massas de forma monolítica, o que impede que ocorra a resistência.

A sociedade de consumo pós-moderna consome a imagem, o signo e a mensagem. É uma sociedade que está distante da realidade. Ao analisar a sociedade de consumo como uma sociedade da dominância do signo sobre as coisas, Baudrillard (1995) retira algumas conclusões. Desenvolve a idéia de três estágios do capitalismo e avança na identificação de um quarto estágio, no qual o signo domina totalmente. No início, o signo era representação de uma realidade básica; depois, o signo mascara-se e perverte a realidade básica; no terceiro estágio, o signo mascara a ausência de uma realidade básica, no quarto e último estágio, o atual, o signo não tem qualquer relação com alguma realidade. É o momento no qual se elabora uma incessante produção de imagens sem que elas, necessariamente, estejam fundamentadas na realidade.

Baudrillard (1995) afirma que, nesse estágio, a política é dominada pela lógica do simulacro, de forma que o próprio poder político se transforma em simulacro. A decorrência disso é que o conflito no campo político não é mais determinado pela detenção ou não do poder, mas, sim, pela detenção dos signos do poder, gerando um conflito e uma ansiedade que logo também se revertem em signo, ou seja, o signo da crise e do perigo de se perder o controle do próprio signo.

No livro - *À sombra das maiorias silenciosas – o fim do social e o surgimento das massas* – Baudrillard (1994) articula o fim do político ao fim do social, uma vez que esse se dissolve na representação da simulação das massas, que também é imaginária, porque a ela se atribui todo tipo de comportamentos, desejos e ansiedades. Ele evidencia a falência da modernidade fundamentalmente neste quarto estágio do desenvolvimento do signo, estágio no qual o político e o social dissolvem-se, e no qual toda e qualquer categoria aglutinadora de representação social perde o sentido. O autor denuncia as ciências sociais como cúmplices neste processo no qual o social é simulado e manipulado. Como área do conhecimento, a sociologia precisa do conceito do social como fundamento, assim entra no campo da simulação.

O conceito do social, na sociedade de consumo, é um simulacro, assim como são simulacros os “conceitos totalizantes elaborados pelas teorias sociais tais como: classe, estado e poder”. Na modernidade, construíram-se explicações, baseadas nesses conceitos, como representativas do social e, dessas explicações, a teoria social retirou a idéia de uma sociedade movida por impulsos ou projetos generalizantes como, por exemplo, o socialismo.

(BAUDRILLARD,1994, p.34)

A falência do político, do social, no mundo do simulacro põe por terra qualquer teoria baseada nesses pressupostos. O social e o político dissolvem-se, rearticulando-se nas massas silenciosas, categoria elaborada numa sociedade do consumo do signo.

Bombardeadas de estímulos, de mensagens e de testes, as massas silenciosas não são mais do que o jazigo opaco, cego, como os amontoados de gases estelares que só são conhecidos através da análise de seu espectro luminoso – espectro de radiações equivalentes às estatísticas e às sondagens. Mais exatamente: não é mais possível se tratar de expressão e de representação, mas somente de simulação de um social para sempre inexpressível e inexpressado. Esse é o sentido de seu silêncio. Mas esse silêncio é paradoxal – não é um silêncio que fala, é um silêncio que *proíbe que se fale em seu nome*. E, nesse sentido, longe de ser uma forma de alienação é uma arma absoluta. (1994,p.23)

Para Baudrillard, os meios de comunicação, na sociedade de consumo que produz os signos, produzem uma relação de comunicabilidade com a massa silenciosa na qual tudo se fala, mas nada se sabe. Ele aponta uma comunicação que fabrica a não comunicação com uma massa sobre a qual nada se pode falar. Esta é a essência do mundo do simulacro, no qual o espírito, os sentimentos entram no “domínio do valor de troca, no qual tudo é mercadoria”. (1994,p.23)

No que se baseia, para Baudrillard, a emergência de uma sociedade pós-moderna? Para ele, a sociedade pós-moderna capitalista neste último estágio simbólico, aproxima “o domínio do econômico e do produtivo ao domínio da ideologia e da cultura, uma sociedade na qual os elementos do mercado absorvem tudo”. Desse modo, o mercado é o único elemento aglutinador, porque na sociedade atual, tudo se transforma em mercadoria e o mercado amplia-se de maneira que se torna o único local no qual tudo se encontra. (1994,p.36)

Fredric Jameson

Jameson entra no debate de forma diferenciada, diagnosticando a existência de particularidades no atual desenvolvimento do capitalismo tardio que, segundo ele, levam-nos a levantar questões novas, próprias de um ambiente pós-moderno. No entanto, não entra no debate, como se afirmou anteriormente, pela dicotomia modernidade/ pós-modernidade. Isso faz dele um autor controverso, porque por um lado, é um crítico fervoroso das posições e teses de autores

considerados pós-modernos; por outro, admite a existência de um ambiente pós-moderno. Seu objetivo, mais do que desenvolver as implicações desta forma dicotômica de introduzir a discussão sobre a pós-modernidade, é o de identificar os elementos novos que esta chamada condição traz para o entendimento da cultura. A conclusão que Jameson aponta é que, no capitalismo tardio, o cultural passa a assumir, mais do que em outras épocas, um forte caráter político. Para ele, o conceito de pós-modernidade marca o surgimento de novas características formais na cultura, associadas à emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica.

Em seu estudo – Pós-Modernismo – a lógica do capitalismo tardio – (1996) Jameson reforça sua visão sobre a fase pós-moderna como retrato de um capitalismo multinacional, que teria, como característica, a superação das barreiras nacionais. A expressão cultural de uma época estaria, por assim dizer, intimamente ligada à expressão de sua atividade econômica, sendo marcada não só pelo capitalismo de consumo em si, como também pelo seu reflexo direto nos meios de comunicação de massa em geral.

Neste particular, um paralelo pode ser traçado a respeito do universalismo do Movimento Moderno. Na sociedade regida pelo capitalismo tardio ou multinacional, descrita por Jameson (1996), se verificaria uma quebra de barreiras obtida por intermédio da própria prática capitalista em si e de seu componente na esfera da comunicação. Ora, se por conta do advento da informática e do vídeo, o que se presenciavam são uma quebra de barreiras e uma interação maior entre lugares e culturas mais distintas, vê-se que esse universalismo virtual do consumo e da comunicação, é representado, ao contrário do que se poderia supor, pela exaltação da complexidade que o envolve. Ou seja, em lugar de exaltar um certo tipo de universalidade já conquistada, a atitude de uma sociedade pós-moderna mostra-se menos pretensiosa, admitindo diferentes faixas de sintonia com esse novo momento.

No livro, *Espaço – Imagem - Teorias do Pós-Modernismo e outros ensaios* (1994), Jameson, ao negar o tipo de análise que faz da dicotomia moderno/pós-moderno, por considerá-la produtora das dificuldades que levam ao entendimento das particularidades do momento atual, elabora uma avaliação histórica do desenvolvimento sócio-econômico e da produção de idéias no capitalismo. É dessa avaliação que identifica realmente a raiz do que se pode chamar de pós-moderno.

O autor assinala que mudanças no desenvolvimento do sistema capitalista fazem emergir uma terceira etapa, ultrapassando as características do imperialismo clássico estudado por Lênin. Essa terceira etapa inaugura uma nova lógica da produção cultural, uma nova condição sócio-econômica, política e cultural que Jameson chama de pós-modernidade. Ao elaborar uma crítica cultural de base marxista, ele se destaca no debate da pós-modernidade. No geral, o debate sobre a pós-modernidade traz uma forte contestação à teoria marxista, por considerá-la ultrapassada na medida em que é herdeira dos princípios gerais da modernidade.

Esse elemento não vai ser aprofundado neste trabalho, mas vale observar, que Jameson, ao ultrapassar a dicotomia modernidade-pós-modernidade, recupera ou repõe o marxismo como teoria explicativa, tanto dos novos fenômenos econômicos, políticos e sociais, como da própria produção cultural. Por optar teoricamente por esse caminho, outras importantes diferenças ficarão evidentes. A primeira é que Jameson nega-se a abandonar a categoria teórica de totalidade, tão atacada na análise de uma condição pós-moderna por outros autores. Jameson assinala, assim, que seu enfoque do pós-modernismo é totalizador.

Jameson, para evitar cair na armadilha da negação de qualquer possibilidade conceitual, busca historizar os conceitos, ou seja, propõe analisar os conceitos historicamente e a entender a sua funcionalidade política e ideológica. Por meio desse caminho, busca desvendar por que determinadas concepções do pós-moderno têm, como foco principal, a guerra a toda totalização. Ele demonstra, por exemplo, que o abandono da categoria “ modo de produção”, no entendimento do sistema capitalista, tem por objetivo, no momento atual, descontextualizar o nosso sentido de história o que é próprio do capitalismo em terceiro estágio. Para ele, a pós-modernidade promove uma guerra à totalidade e uma supervalorização da lógica das diferenças ou diferenciações.

A objeção a qualquer tipo de unificação abstrata de fenômenos particulares que em outros momentos históricos parecia inquestionável, é agora contestada com força, por tendências da pós-modernidade. Isto ocorre, segundo Jameson, porque existe uma identificação completa entre essas tendências do pós-modernismo e o capitalismo em sua última mutação sistêmica. Para ele, enquanto o capitalismo necessitou, para se consolidar e se reproduzir, de formas de solidariedade e coersão coletiva, isso foi incentivado no âmbito teórico e

cultural.

Apesar de a lógica do capital, em qualquer etapa do capitalismo, ser sempre dispersiva, atomística e individualista, construindo na prática mais uma anti-sociedade do que uma sociedade, o que ocorre no momento atual é que este caráter dispersivo do capital permeou todas as mediações, inclusive a teórica e cultural. Assim, revela o autor, é que o capitalismo, em sua mutação sistêmica, agora transforma, através da cultura e do conhecimento, o jogo das diferenças em um novo tipo de identidade.

O capital multinacional enfoca a impossibilidade de qualquer projeto coletivo, como um paradigma ideológico dominante bastante útil. Por isso, Jameson conclui que hoje a cultura constitui-se num problema político, muito mais do que em outras épocas. O forte caráter político e ideológico da cultura acaba por influenciar as compreensões e por determinar ações no campo social.

Jameson, aponta para três questões importantes na discussão sobre a pós-modernidade: a primeira é que é possível falar-se em condição pós-moderna porque ela é portadora de um conteúdo econômico, social, político e cultural próprios. A segunda é que, dado o seu conteúdo econômico, político, social (a forma como ocorre a mutação sistêmica do capitalismo nesta última fase) e ideológica (tendo como base a diferenciação social promovida pela expansão do capital multinacional), o ambiente pós-moderno encerra contradições e possibilidades de resistência no âmbito da cultura e da teoria no geral. Resistência contra todo tipo de mistificação do real, que vem sendo articulada universalmente. A terceira, ligada a esta última, é que o ambiente pós-moderno exige uma luta de resistência cultural também universalizante.

No seu livro - *Pós-Modernismo - A lógica do capitalismo tardio* - Jameson faz articulação entre a base e superestrutura desse novo estágio do capitalismo, que transforma a cultura em mercadoria, onde o pós-modernismo é a condição na qual a cultura sofre uma imensa dilatação da sua esfera.

É um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a "cultura" se tornou uma verdadeira "segunda natureza". De fato, o que aconteceu com a cultura pode muito bem ser uma das pistas mais importantes para se detectar o pós-moderno: uma dilatação imensa de sua esfera (a esfera da mercadoria) uma aculturação do real imensa e historicamente original, um salto quântico no que Benjamin ainda denominava a "estetização" da realidade (ele achava que isso dava em fascismo, mas nós sabemos que é apenas divertido: uma prodigiosa alegria diante da nova ordem, uma corrida às compras, nossas "representações" tendendo a gerar um entusiasmo e uma

mudança de humor não necessariamente inspirados pelos próprios objetos representados). Assim, na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se auto-transcender. (JAMESON, 1996,p.14)

1.2. Modernidade e pós-modernidade segundo Boaventura do Souza Santos, David Harvey, Josep Maria Montaner, Hal Foster e Sergio Rouanet

Boaventura de Souza Santos

Boaventura de Souza Santos, no livro - *Introdução a uma ciência pós-moderna* – (1989) elabora uma reflexão a respeito da transição entre os paradigmas epistemológicos da ciência moderna para uma ciência pós-moderna. Destaca o caráter diferenciado do conhecimento, sua atribuição como fator emancipatório e o caráter de verdade que somente eram atribuídos ao conhecimento científico na modernidade e que o ambiente pós-moderno esvazia.

No entanto, é no livro - *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade* – (1996) que Santos estuda as mudanças paradigmáticas que a pós-modernidade traz à Sociologia e à Política. Ressalta que, do ponto de vista sociológico, a década de 80 deve ser esquecida, uma vez que quebrou com a tradição sociológica preocupada com a questão social. Durante essa época, com o aprofundamento da crise do Estado, agravam-se as desigualdades sociais e os processos de exclusão social, tanto nos países centrais como, brutalmente nos periféricos. Tal situação teve duas reações diferentes: a primeira, daqueles que a indicam como necessária, como transição dolorida para uma nova ordem econômica natural e verdadeira: a segunda, dos que a denunciam como uma desordem selvagem, necessitando sua substituição por uma nova ordem econômica internacional.

Nesse sentido, Santos apresenta cinco “perplexidades produtivas” advindas dos desafios teóricos colocados pela realidade atual. A primeira surge da seguinte contradição: se por um lado, os fundamentos dos problemas dos diferentes países revelam ser cada vez mais econômicos; por outro, as análises sociológicas que tentam dar conta desses novos impasses sociais vêm valorizando o econômico atrelado às manifestações políticas, ao aspecto cultural ou simbólico da existência, desvalorizando os modos de produção em favor dos

modos de vida (da supra-estrutura). (1996,p.19)

Parte dessa reorientação vem baseada na crítica ao marxismo.

Será esta contradição não apenas aparente, mas também real ? E se assim for, estaremos a falhar o alvo analítico e a cavar a nossa própria marginalidade? Ou será, que, pelo contrário, que estes diferentes fatores, conceitos e as distinções em que assentam (economia, política, cultura), todas legadas pelo século XIX, estão hoje superados e exigem uma reconstrução teórica radical? E nesse caso como fazê-la? (1996, p.20)

A segunda perplexidade é com relação à questão do Estado. Por um lado, há uma intensificação das práticas transnacionais (internacionalização da economia, translocalização maciça de pessoas, transnacionalização por meio das redes planetárias de informação e comunicação). Essa intensificação das práticas transnacionais vem, todavia, acompanhada por uma marginalização do Estado nacional, da perda de sua autonomia e de sua capacidade de regulação social. No entanto, no cotidiano, há uma atuação do Estado cada vez mais presente, no sentido de regulamentar a vida das pessoas, mesmo que esse regulamentar seja no sentido de desregulamentar. Ao constatar essa contradição, Santos pergunta: “Quais são as responsabilidades específicas da sociologia, uma disciplina que floresceu com o intervencionismo social do Estado? Será que o intervencionismo social do Estado vai assumir, nos próximos anos, a forma de intervencionismo não estatal? Será que o Estado vai criar a sociedade civil à sua imagem e semelhança? Será que a sociologia é parte da armadilha ou parte do mecanismo que a permite desarmar?” (1996,p.20)

A terceira inquietação é descrita pelo autor como sendo produto do esgotamento do estruturalismo que trouxe como decorrência a revalorização das práticas e dos processos e, como acento principal, a revalorização dos indivíduos. O autor enfatiza:

Foram anos da análise da vida privada, do consumismo e do narcisismo dos modos e estilos de vida, do espectador ativo da televisão, das biografias e trajetórias de vida, análises servidas pelo regresso do interacionismo, da fenomenologia, *do micro em detrimento do macro*. (1996,p.20-21)

No entanto, o autor afirma, que nunca o individual tornou-se tão público, nunca sua vida foi tão publicamente discutida. A vida dos indivíduos vem sendo cada vez mais codificada e dirigida. Frente a essa contradição, Santos

indaga:

Será que a distinção indivíduo sociedade é outro legado oitocentista de que nos devemos libertar ? Será que pelo contrário, nos libertamos cedo demais do conceito de alienação? Como fazer vingar a preocupação tradicional da sociologia com a participação e a criatividade sociais numa situação em que toda a espontaneidade do minuto 1 se transforma, no minuto 2, em artefacto mediático e mercantil de si mesmo ? (1996,p.20-21)

A quarta perplexidade, apresentada pelo autor, tem origem no fato de que chegamos ao final do século XX com uma atenuação das dicotomias tradicionalmente trabalhadas pela sociologia (socialismo/ capitalismo, reforma/ revolução). A atenuação dessas dicotomias deve-se a um consenso a respeito de um dos grandes paradigmas da modernidade : a democracia.

A década de 80 vinculou a democracia ao desenvolvimento. No entanto, se por um lado, a democracia hoje é menos questionada, seus elementos constitutivos estão em crise. Para Santos, cada vez mais se vê:

A patologia da participação sob a forma de conformismo, do abstencionismo e da apatia política; a patologia da representação, sob a forma da distância entre eleitores e eleitos, do ensimesmamento dos parlamentares, da marginalização e governamentalização dos parlamentares etc . (1996,p.21)

O autor acrescenta que, se analisarmos a história europeia nos meados do século XIX, verificaremos que a democracia e o liberalismo econômico foram sempre incompatíveis; no entanto, o paradoxo hoje é que a promoção da democracia em nível internacional vem sendo feita conjuntamente com o neoliberalismo, o que leva o autor a perguntar:

Haverá alguma incongruência ou armadilha? Alguém está a tramar alguém? Será que o triunfo da democracia que liquidou o conflito leste-oeste, se articula com o triunfo do neoliberalismo do que resultará o agravamento do conflito norte-sul? (1996,p.20-21)

A quinta e última indagação, diz respeito à contradição existente entre as conseqüências das interações globais que fazem com que, cada vez mais, as relações sociais ultrapassem fronteiras até então determinadas pelo nacionalismo, pela língua ou ideologia, ao mesmo tempo em que fazem desabrochar novas identidades regionais e locais baseadas numa revalorização do direito às raízes. Este localismo, simultaneamente novo e antigo, outrora

considerado pré-moderno e hoje reclassificado como pós-moderno é, com frequência, adaptado por grupos de indivíduos “translocalizados”(silks em Londres, fundamentalistas islâmicos em Paris), não podendo por isso ser explicado por um *genius loci*, isto é, por um sentido de lugar específico. Contudo, assenta sempre na idéia de território, seja imaginário ou simbólico, real ou hiper-real.

Um outro elemento dessa contradição é que se, por um lado, cresce a mobilidade transnacional e aculturação global de alguns grupos sociais, por outro, esse processo se dá por meio do aprisionamento e fixação de outros grupos sociais. Frente a essa constatação o autor coloca as seguintes questões:

Será que esta dialética de territorialização/desterritorialização faz esquecer as velhas opressões? E será que a velha opressão de classe de que a sociologia internacional corre o risco de se esquecer prematuramente – porque transnacionalizável – faz esquecer, ela própria, a presença ou até o agravamento de velhas e novas opressões locais, de origem sexual, racial ou étnica? (1996,p.22)

São esses os problemas colocados pela pós-modernidade à Sociologia, principalmente, mas também à Política como área do conhecimento. São problemas paradigmáticos advindos do surgimento de novas questões práticas e teóricas, com desafios aos conhecimentos tradicionalmente construídos, como os do campo da arquitetura e do urbanismo. O autor não se propõe a resolver esses desafios teóricos, no entanto identifica-os como provenientes da crise da modernidade e do surgimento de uma complexa condição pós-moderna. A superação da modernidade, para o autor, é complexa já que, por um lado, a modernidade supera-se na medida em que cumpriu algumas de suas premissas, algumas até em excesso; por outro lado, encontra-se incapacitada de cumprir o resto das promessas que elaborou. Segundo ele, “tanto o excesso no cumprimento de algumas promessas como o déficit no cumprimento de outras são responsáveis pela situação presente, que se apresenta superficialmente como um vazio ou de crise, mas que é em nível mais profundo uma situação de transição. Como todas as transições são simultaneamente semicegas e semi- invisíveis, não é possível nomear adequadamente a presente situação. Por esta razão, lhe tem sido dado o nome inadequado de pós-modernidade. Mas, à falta de melhor, é um nome autêntico na sua inadequação”. (1996,p.77)

A pós-modernidade é, para o autor, um termo inadequado que designa

a situação atual de superação da modernidade, é uma situação transitória. O projeto cultural da modernidade, que nos interessa mais de perto, é muito rico, indicador de inúmeras possibilidades, muito complexo e sujeito a desenvolvimentos contraditórios. O projeto da modernidade baseia-se em dois princípios: o da regulação e o da emancipação, sintetiza o autor. A regulação é constituída, segundo o autor, por três outros princípios: o de Estado elaborado por Hobbes; o princípio do mercado formulado teoricamente por Locke e o princípio de comunidade, cuja elaboração encontra-se na filosofia de Rousseau.

O princípio da emancipação é composto por três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva da arte e da literatura, a racionalidade moral-prática da ética e do direito e a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da técnica.

O excesso de promessas da modernidade baseou-se na articulação do princípio da regulação ao de emancipação e na idéia de vincular estes dois princípios a objetivos práticos de racionalização global da vida cotidiana e da vida individual. Ligando o desenvolvimento do sistema capitalista ao do princípio do projeto cultural da modernidade, o autor identifica o período no qual se constitui, enquanto projeto, o paradigma da modernidade. Isto ocorre a partir do final do século XVIII até meados do século XIX. A partir desse momento, o projeto histórico da modernidade está definitivamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo nos países centrais.

A partir desta idéia Santos (1996), elabora uma periodização do desenvolvimento do capitalismo intercalando cada período com o projeto de modernidade e suas promessas. Ele apresenta três grandes períodos: o do capitalismo liberal, que percorre todo o século XIX, o do capitalismo organizado, que se inicia no final do século XIX e atinge o seu desenvolvimento pleno depois da II Guerra Mundial e o terceiro, o do capitalismo desorganizado, também designado capitalismo financeiro monopolista de Estado. Esse período, para o autor, inicia-se no final da década de 60 e é o estágio no qual nos encontramos hoje.

A idéia defendida pelo autor é a de que já durante o primeiro período ficou claro, nos planos social e político, que o projeto da modernidade era por demais ambicioso e contraditório, além de conter um excesso de promessas que ocasionaria um déficit irreparável. No segundo período, tentou-se que fossem cumpridas, até em excesso, umas promessas, compatibilizando com a

modernidade e outras, até contraditórias em relação às primeiras.

E finalmente, no terceiro período, no qual nos encontramos, existe a consciência de que esse déficit em relação às promessas é irreparável de tal maneira que não faz sentido continuar à espera de que o projeto da modernidade cumpra-se. Desta análise, provém a idéia de falência social e da política da modernidade, pois o autor caracteriza o terceiro período como o do capitalismo desorganizado, em que a desorganização diz respeito à desmontagem da organização do período anterior.

O princípio de mercado adquiriu pujança sem precedentes, tanto que extravasou o econômico e procurou colonizar tanto o princípio de estado, como o princípio da comunidade – um processo levado ao extremo pelo credo neoliberal. (1996,p.90)

Nesse período, ocorre um enfraquecimento do Estado e se vive uma total desregulamentação da vida econômica, social e política; no entanto, essa situação encerra contradições, pois “a hegemonia desta racionalidade irracional significa simultaneamente o seu esgotamento na medida em que, combinada com as receitas neoliberais, transforma-se numa lógica de dominação e de regulação a nível mundial”. (1996,p.90)

Assim, o autor revela uma contradição entre a nova onda ideológica sintetizada na idéia de modernização e os valores fundamentais da modernidade e que esta modernização neoliberal acaba por esgotar completamente. Ao mesmo tempo, o autor indica a possibilidade de resistência e superação dos problemas que este terceiro período revela; essa resistência pode ser explicada pela construção de um novo paradigma que o autor chama de “ciência pós-moderna”.

No entanto, a modernização científico-tecnológica e neoliberal alastra hoje na mesma proporção que se alastra a sua crise, porque parecem ser as suas conseqüências inevitáveis: o acirramento da injustiça social através do crescimento imparável e recíproco da concentração da riqueza e da exclusão social, tanto a nível nacional como a nível mundial ; a devastação ecológica e com ela a destruição da qualidade e mesmo da sustentabilidade da vida no planeta. O inconformismo perante estas conseqüências, combinado com uma crítica aprofundada da epistemologia da ciência moderna está hoje a contribuir para a emergência de um novo paradigma, a que noutro lugar chamei de ciência pós-moderna, ou melhor, o paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente . (1996,p.91)

Nesse sentido, tanto Santos, como Jameson, nos textos citados,

indicam a possibilidade, na emergência da pós-modernidade, de uma “lógica da resistência “, argumentando:

A tese principal, que aqui defenderei, é a seguinte: a idéia moderna da racionalidade global e pessoal acabou por se desintegrar numa miríade de mini-racionalidades ao serviço de uma irracionalidade global inabarcável e incontrolável. É possível reinventar as mini-racionalidades da vida de modo a que elas deixem de ser partes de um todo e passam a ser totalidades presentes e múltiplas partes. É esta a lógica de uma possível pós-modernidade de resistência. (1996,p.91)

Portanto, a pós-modernidade representa um período transitório próprio de nossa contemporaneidade, na qual se evidencia a falência das promessas da modernidade. No entanto, ao evidenciar problemas novos advindos desta falência, remete-nos ao futuro, no sentido de termos que responder a essas novas necessidades de maneira totalmente nova.

David Harvey

David Harvey entra no debate sobre a existência de uma condição-pós-moderna, como Jameson, ultrapassando as análises que colocam a pós-modernidade em dicotomia com a modernidade. Mais do que discutir se a pós-modernidade representa uma continuidade ou não da modernidade, ele parte do pressuposto que a noção de espaço e tempo são cambiantes e, nesse sentido, são articuladas e modificadas segundo mudanças sociais e materiais. Estas mudanças podem até levar a destruir a noção de espaço e tempo.

No livro - *Condição Pós-Moderna* (1994) - para explicitar esta sua análise o autor afirma:

É possível escrever a geografia histórica da experiência do espaço e tempo na vida social, assim como compreender as transformações por que ambos têm passado, tendo como referência condições sociais e materiais. A partir daí, o autor propõe um esboço histórico de como isso poderia ser feito com relação ao mundo ocidental pós-Renascença. Aí, as dimensões do espaço e tempo têm sido sujeitas à persistente pressão da circulação e da acumulação do capital, culminando (em especial durante as crises periódicas de super acumulação que passaram a surgir a partir da metade do século passado) em surtos desconcertantes e destruidores da compreensão do espaço e tempo. (1994, p.293)

A emergência de uma chamada condição pós-moderna advém, entre outras coisas, de alterações materiais que desfocam a noção de espaço e tempo

anteriormente assumidas.

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 60, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço transformou-se, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades externas e as reflexões e explicações sobre política deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para considerações de práticas políticas e culturais autônomas. (1994, p.293)

O pós-modernismo encerra uma condição histórica e geográfica, na medida em que é produto de alterações materiais e ao mesmo tempo promove uma nova articulação do espaço e tempo. Essa nova articulação produz a efemeridade e a idéia de independência de práticas políticas e culturais.

Assim, Harvey coloca-se a seguinte questão: que espécie de condição é o pós-modernismo e como compreendê-lo. Pode ele ser compreendido como o presságio de uma revolução dos eventos humanos mais profunda, e até mais ampla, do que as já ocorridas na geografia histórica do capitalismo? (1994, p.294)

Com o objetivo de responder a estas indagações, Harvey apresenta uma reflexão sobre o que ele chama de “base material da pós-modernidade”: o nascimento da “economia vodu”. (1994,p.295)

Desse modo, Harvey descreve tal programa econômico:

Um esboço feito num guardanapo por um economista pouco conhecido chamado Laffer pretendia mostrar que cortes de impostos eram capazes de aumentar a monta fiscal (ao menos até um certo tempo), porque estimulavam o crescimento e, por conseguinte, a base sobre a qual os impostos eram cobrados. Assim, seria justificada a política econômica dos anos Reagan, uma política que de fato produziu maravilhas com espelhos, embora tenha levado os Estados Unidos a ficarem vários passos mais perto da falência internacional e da ruína fiscal. (1994, p.295)

A implicação desta política trouxe conseqüências sérias: iniciou-se um grande ataque ao poder sindical, um alto nível de desemprego, diferenciações regionais promovidas pela desindustrialização, um aumento do setor de serviços devido à diminuição do emprego na manufatura, o que ocasionou um enfraquecimento das instituições tradicionais da classe operária e aumentou

como nunca a desigualdade social. Ocorreram também importantes modificações no panorama cultural urbano, ocasionadas, por um lado, pelo deslocamento social devido ao aumento de pessoas sem moradia, por outro lado, pelo próprio conteúdo da política econômica.

Ocorreu nos Estados Unidos a implantação do que se chamou de política neoliberal, denominada por Harvey (1994) de economia de cassino.

A emergência dessa economia de cassino com toda a sua especulação financeira e sua formação de capital fictício (boa parte sem o lastro de qualquer crescimento da produção real), proporcionou abundantes oportunidades de engrandecimento pessoal. O capitalismo de cassino chegou à cidade e muitos grandes centros urbanos viram, de repente, que controlavam um novo e poderoso negócio. Nas costas dessa expansão de negócios e dos serviços financeiros formou-se toda uma cultura yuppie, com seus atavios de pequena nobreza, estreita atenção ao capital simbólico, à moda e ao design e de qualidade de vida urbana.

A cultura pós-moderna, conclui Harvey (1994), surgiu determinada “em primeira instância” por esta economia, apesar de hoje muitos descartarem a idéia de que a economia possa ser determinante em última instância da vida cultural.

Assim, ressaltando em Harvey (1994), o que se constitui o foco principal do nosso trabalho, salientamos sua visão sobre o pós-modernismo no campo da arquitetura e do projeto urbano. Para o autor, o pós-modernismo é uma ruptura em relação a idéia modernista de um planejamento concentrado em *planos* urbanos, racionais, de larga escala, de alcance metropolitano.

O pós-modernismo, cultivado, em vez disso, um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros. Como é impossível comandar a metrópole exceto aos pedaços, o projeto urbano (e observe-se que os pós-modernistas, antes projetam do que planejam) deseja somente ser sensível às tradições vernáculas, às histórias locais, aos desejos, necessidades e fantasias particulares, gerando formas arquitetônicas especializadas, e até altamente sob medida, que podem variar de espaços íntimos e personalizados ao esplendor do espetáculo, passando pela monumentalidade tradicional. Tudo isso pode florescer pelo recurso a um notável ecletismo de estilos arquitetônicos. (HARVEY, 1994, p.68)

Para Harvey (1994), os pós-modernistas ao afastarem-se radicalmente

das concepções modernistas sobre o espaço, afastam-se também, das idéias modernistas de que o espaço deve ser moldado com propósitos sociais, subordinado à construção de um projeto social. Os pós-modernistas vêem o espaço como algo autônomo, moldado em conformidade com objetivos e princípios estéticos, sem a necessidade de alguma relação com um objetivo social mais abrangente.

A constatação dessa mudança é importante porque o “ambiente construído constitui um elemento de um complexo de experiência urbana que há muito é um cadinho vital para se forjarem novas sensibilidades culturais”. A aparência da cidade e o modo como os espaços se organizam, é que formam para o autor, “a base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais”. (HARVEY,1994, p.68)

Outra questão que deve ser salientada na discussão de Harvey é a procura do pós-modernismo em descobrir maneiras de exprimir o que ele chama de “estética da diversidade”; nela, ele identifica muitas limitações e vantagens superficiais. Harvey (1994)apresenta alguns conceitos desenvolvidos por Jencks sobre esta questão.

Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas derrubaram as “fronteiras usuais do espaço e do tempo”, produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. Essa “fragmentação produzida” existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada. A arquitetura e o projeto urbano viram-se, portanto, diante de oportunidades novas e mais amplas de diversificar a forma espacial do que ocorrera no período pós-guerra imediato. Formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são hoje muito mais factíveis tecnologicamente do que antes. (HARVEY,1994, p.77)

Em segundo lugar, as novas tecnologias (particularmente os modelos computadorizados) dissolvem a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa flexível de “produtos personalizados” que expressam uma grande variedade de estilos”. (HARVEY,1994, p.77)

No entanto, para Harvey dar atenção à heterogeneidade de habitantes urbanos e culturas de gosto, como enfatiza Jencks , afasta a arquitetura do ideal

de alguma “metalinguagem” unificada, decompondo essa arquitetura apenas em discursos altamente diferenciados. O resultado dessa situação na pós-modernidade é a fragmentação, que é conscientemente adotada, de uma colagem fragmentária, onde a metrópole é concebida como um “sistema de signos e símbolos anárquicos e arcaicos em constante e independente auto-renovação”. (1994,p.83)

Para Harvey, a rejeição a propostas universalizantes proporcionaria um momento de liberação responsável pelo “pluralismo pós-moderno”, no qual coexistiriam diversos estilos de vida e jogos de linguagem: “a fragmentação, a indeterminação e a desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) “totalizantes” são o marco do pensamento pós-moderno”. (1994,p.85)

Josep Maria Montaner

Alguns outros pontos importantes da chamada “pós-modernidade” ainda devem ser assinalados nos estudos de três autores, Josep Maria Montaner, Hal Foster e Sérgio Rouanet.

Segundo Josep Maria Montaner, uma outra denominação freqüentemente associada ao termo pós-moderno é o advento de uma sociedade “pós-industrial”. Tal denominação “pós-industrial” já aparece em Lyotard, no seu livro, *A condição pós-moderna*. A sua hipótese de trabalho é a mudança do estatuto do saber, à medida que as sociedades entram na época “pós-industrial” e as culturas na época pós-moderna, aproximadamente no fim dos anos 50.

Nesse caso, o enfoque dado por Montaner para tal denominação não se basearia prioritariamente em defini-la como um estágio evolutivo do capitalismo, mas como uma mudança de agentes na condução desta própria sociedade, no caso, a supremacia do setor terciário – serviços, sobre o setor secundário – indústrias. O autor dá evidências dessa visão no seu livro *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX* :

[...] se estabelece que um país passou à condição de sociedade pós-industrial quando o setor terciário - também chamado de pós-industrial - passou da tecnologia mecânica dos motores para a tecnologia intelectual da informação, do conhecimento codificado e do micropensamento. As infra-estruturas de comunicação são mais transcendentais que as de

transporte e energia; os técnicos e profissionais são os setores que se convertem em cruciais. Este é um processo que foi assentando-se nos países mais desenvolvidos a partir de finais dos anos setenta até fins de oitenta. (1993. p.178)

Para Montaner, o conceito de sociedade pós-industrial possui um maior consenso e aceitação do que o termo “pós-moderno”, o qual mostra-se muito mais ambíguo, suscitando variadas interpretações. Ainda dentro desta visão, notamos que a mudança da condição moderna para uma pós-industrial também entra no entendimento de passagem de uma tecnologia mecânica, objetiva, para uma tecnologia intelectual da comunicação: subjetiva.

Desse modo, enquanto a “máquina” representou o paradigma do início do Movimento Moderno, na qualidade de agente de uma ordem social e econômica e da supremacia da racionalidade técnica, vê-se que numa época pós-moderna esse referencial dilui-se em vários agentes igualmente importantes, entre eles o advento da informática, do vídeo, da velocidade dos meios de comunicação em geral e do consumismo crescente. A virtualidade suplanta a realidade palpável da máquina, implicando uma gradual substituição da objetividade pela subjetividade. Será esta uma mudança de paradigma?

Hal Foster e Sérgio Rouanet

Um outro autor, no qual, assim como em Jameson, encontramos duas manifestações distintas de pós-modernismo é Hal Foster, que detecta a existência de um “pós-modernismo” de resistência e outro de reação. O de reação seria, para ele, representado pelos posicionamentos que estariam alinhados em repúdio ao modernismo como “estilo” e direcionados para um retorno à tradição. O termo pelo qual este retorno é efetuado, segundo Foster, é “terapêutico para não dizer cosmético”, transparecendo uma mudança puramente formal, de pastiche. O pós-modernismo de resistência, por sua vez, reage contra a “falsa-normatividade” do pós-modernismo de reação, imprimindo uma utilização crítica das suas origens, tradição e cultura, mas não uma volta a elas. (1983, p.12)

E, finalmente, um estudo que mapeia as várias nuances da condição pós-moderna, com o objetivo de verificar se existiu ou não uma mudança de paradigma é - *Razões do Iluminismo* - de Sérgio Rouanet. O fato de ter havido ou não ruptura não parece ser o ponto central para o início de sua reflexão. O que justifica a razão do pós-moderno ser estudado mais profundamente, seria uma

“consciência de ruptura”, a qual acompanha necessariamente, para o autor, uma ruptura real. Esta “consciência de ruptura” mostra-se ainda mais complicada de definir, pois trata-se de traduzir um estado de espírito, mais do que uma realidade cristalizada. Uns sentem o fenômeno como novo, outros como antigo, uns o identificam num ou noutro ramo da cultura, outros como uma presença difusa que atravessa o cotidiano. Para Rouanet, o único ponto de consenso seria o “envelhecimento da modernidade”, significando que o espírito inovador das vanguardas perdeu sua intensidade original e se transformou em “establishment”.(1987,p. 230)

Esse fato é confirmado a partir da sensação de que a sociedade e a economia baseiam-se, agora, em fatos novos como, por exemplo, a “tecnociência computadorizada”.

A possibilidade de uma ruptura é questionada por Rouanet por uma análise detalhada da condição pós-moderna nos âmbitos social e cultural, em que este refere-se às esferas do saber (ciência e filosofia), da moral e da arte e, aquele, tem, como referências, as esferas do cotidiano, da economia e da política. Em todas elas, Rouanet admite não haver ocorrido uma ruptura propriamente dita com os ideais da modernidade, entendida por ele como “o processo de racionalização que ocorreu no ocidente, desde o final do século XVIII, que implica a modernização da sociedade e a modernização da cultura”. (1987,p.230)

Com isto, o autor entende que o eixo da questão reside no fato que a “consciência de ruptura”, por ele apontada, é na verdade “uma falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve; ao mesmo tempo, é também consciência verdadeira, porque alude, de algum modo, às deformações da modernidade”. Os sintomas desta pós-modernidade constituiriam nada mais que um tropeço no caminho inevitável e irresistível da modernidade, à qual o autor confessa sua devoção. Assim, de certo modo, o autor se aproxima teoricamente de Habermas, que identifica que a modernidade não só não está extinta, como é um projeto incompleto.(1987,p.231)

Segundo Peixoto, a partir do final do século XX, vem se diagnosticando o desgaste geral dos princípios constitutivos da modernidade e uma emergência de uma condição pós-moderna. A autora tem como argumento a existência de “uma transição paradigmática decorrente de mudanças substanciais no panorama social, econômico, político e cultural do mundo contemporâneo.” (1997,p.1)

O diagnóstico da existência dessa nova condição passa por aspectos

teóricos os mais diferenciados e vem influenciando o debate em vários campos do saber e da cultura, inclusive no campo do urbanismo.

O universalismo como elemento central da ideologia moderna, o qual buscava soluções e modelos de aplicação em larga escala, é rejeitado em favor de uma exaltação das diferenças, de uma pluralidade de solicitações e posicionamentos. A partir desse quadro, formado após o Movimento Moderno, o que poderá ser verificada é a coexistência de diferentes propostas, cada uma delas com uma posição distinta frente ao momento em questão.

Estarão as cidades que, por um lado, necessitam da renovação de sua base produtiva e que, por outro, precisam de maior controle sobre a produção da forma urbana, constituindo-se, cada vez mais, em centros da vida econômica, em contraposição a então emergente cidade moderna do século XIX, transformada em centro da vida social? Como compatibilizar esses fatos incontestáveis?

O fato de o urbanismo buscar respostas menos totalizantes e universais é suficiente para colocar os dilemas da disciplina e da sociedade contemporânea em outra condição? Respostas regionalizadas ou planejamento estratégico, em substituição ao plano total, ao mesmo tempo em que priorizam a gestão em detrimento da projeção de modelos são efetivamente novas condições apoiadas em paradigmas diferentes?

CAPÍTULO II

A CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO SABER: O URBANISMO

Apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades - e nos homens modernos - de amanhã e do dia de amanhã.

Marshall Berman

Ao longo do século XIX, a revolução industrial e a decorrente modernização social acelerada colocaram a arquitetura e o planejamento urbano - e por que não dizer a cidade - diante de uma nova situação. Com o capitalismo industrial surgem novas esferas da vida, que não estavam contempladas na arquitetura palaciana e eclesiástica, bem como na antiga cultura arquitetônica da Europa urbana ou rural. O aburguesamento da cultura e a constituição de um público mais amplo, artisticamente interessado, exigiram novas bibliotecas e escolas, óperas e teatros.

Operam-se grandes mudanças com o surgimento da ferrovia¹ e a revolução na rede de transportes, que não só elevam a locomotiva a símbolo da dinamização e do progresso, como atribuem outro significado à construção de estradas, de pontes e túneis, colocando, com a edificação das estações ferroviárias, um problema novo.

Segundo Habermas, na nova era:

(...) as estações obrigavam ao contato próximo e variado, mas também anônimo e fugitivo, e são o lugar característico do tipo de interação - carregado de estímulos sensíveis e sala de encontros - que iria conformar o sentimento da vida nas grandes cidades².

Esse novo panorama provoca mudanças que acarretaram as grandes transformações territoriais do século XIX.

O novo panorama gerado por estas transformações tecnológicas se assemelha àquele provocado pelas rodovias e os aeroportos, com suas torres de

¹ A energia rotatória do vapor e a estrutura de ferro surgiram mais ou menos na mesma época, como resultado dos esforços de três homens: James Watt, Abraham Darby e John Wilkison. O último era o "mestre metalúrgico" de então, e sua invenção da máquina de broquear cilindros em 1775 foi essencial para o aperfeiçoamento da máquina a vapor de Watt, construída em 1789. FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 24.

² Habermas, Jürgen. A outra tradição. *Revista Espaço e Crítica*. N.27, p. 84-94.

televisão que mostram o desenvolvimento da rede de transportes e comunicação que impulsionaram as inovações do século XX.

Explicitando essas novas realidades e focalizando precisamente o caso de Barcelona, a partir da trajetória do pensamento e ação do urbanismo, este capítulo coloca um desafio: a busca dos paradigmas de avaliação e de solução de problemas da realidade urbana num arco temporal que cobre o século XIX e o século XX, sendo, essa busca, referenciada como questão urbana, através da investigação dos pressupostos iniciais colocados pela Teoria Geral da Urbanização e do Urbano presente na obra de Cerdà.

2.1 Princípios teóricos constitutivos da modernidade: concepções iluminista e liberal no pensamento urbanístico do século XIX

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição.

Marshall Berman

A primeira dificuldade encontrada para desvendar nossa problemática encontra-se em identificar, dentro da própria literatura, o que os autores entendem por princípios da modernidade e quais dos seus elementos apontam as possibilidades de reflexão que o trabalho propõe sobre as teorias e paradigmas do urbanismo moderno e contemporâneo. Uma outra dificuldade decorrente desta é também entender as bases que demarcaram e anunciaram os novos tempos.

Em seu livro - *Mal-estar da modernidade* - Sérgio Paulo Rouanet indica três pontos básicos na ideologia moderna os quais serão alvo da chamada cruzada anti ou pós-moderna: o racionalismo, o individualismo e o universalismo. Esses resumem, para o autor, o conceito de Iluminismo: “o modelo civilizatório que dá seus contornos à modernidade: o iluminismo” (ROUANET, 1993, p.97). O mal-estar descrito seria, segundo o autor, uma espécie de “Contra-Iluminismo”.

Rouanet destaca, portanto, como concepções iluministas: o racionalismo, traduzido principalmente pela negação dos valores passados e da história e pela crença na razão e na ciência como propulsores de uma nova ordem; o individualismo, que buscava uma ruptura do homem como parte de um coletivo, passando a valer por si mesmo e não como uma peça de uma comunidade específica e, finalmente, o universalismo pretendido pela

modernidade, o qual defendia uma suposta universalidade da natureza humana e de suas necessidades acima de qualquer solicitação individual.

Entretanto, é por meio de tais princípios teóricos da modernidade, como o universalismo que se define a idéia de totalidade, mediante a qual se elaborou a crença no progresso incessante da sociedade, na possibilidade do planejamento racional, na capacidade criativa dos homens que viam na ciência e na razão, assim como em projetos coletivos, a possibilidade de alcançar a liberdade e a igualdade social. A modernidade tem sua base, portanto, nos princípios iluministas, da razão e da liberdade.

Tendo como fundamento teórico as idéias elaboradas por três autores: Peixoto (1997), Warde (1992) e Monarcha (1990), que buscam entender as idéias iluministas e as liberais, pretendemos enunciar os princípios teóricos da modernidade.

Para Peixoto, são colocadas comumente como características da modernidade:

(...) uma concepção monótona; positivista, tecnocêntrica e racionalista; de crença no progresso linear; nas verdades absolutas e no planejamento racional da sociedade; de crença na capacidade criativa do homem, que através da ciência e da razão coletivamente tornar-se-ia capaz de alcançar a liberdade frente à natureza, ou seja, o poder do homem permitiria sua liberdade frente às necessidades. Os modernos acreditariam na idéia de uma organização racional da sociedade; nas idéias contrárias a todo irracionalismo; na libertação do Homem das amarras do mito, da religião, da superstição e do arbítrio do poder. Produzida a partir das idéias iluministas e depois liberais, a modernidade cultivaria a idéia da possibilidade do homem libertar-se de sua própria natureza. (PEIXOTO, 1997, p.100).

No entanto, é preciso acrescentar, que essa universalização da modernidade foi produzida da unidade de muitas particularidades, mesmo no lugar próprio de sua origem, ou seja, a Europa. É sobre isso que fala Warde, no seu texto *História e modernidade – ou de como tudo parece em construção e já é ruína*.

O Estado Moderno surgiu no século XVI, num sistema de estados que afirmava a soberania de um Estado no limite de todos os demais; o próprio sistema de estado supunha "reconhecimento recíproco". (...) Esse tema, identidade social e identidade individual, serve-nos de base conceitual para pensarmos como a Europa, composta de estados nacionais, em constante competição e beligerância, constitui-se, no entanto, como unidade civilizatória composta de culturas autônomas, capaz de operar uma organização mundial eurocêntrica. O projeto da modernidade é um projeto europeu; a cultura e a civilização, a lógica e a racionalidade que se desdobram, e ao mesmo tempo ancoraram aquele projeto, são coisas da Europa, intransferíveis, exatamente porque constituídas pela e para uma Europa concebida por exclusão do mundo não europeu. (WARDE, 1992, p 56-57)

A universalização e a totalização deste projeto, unificado, mas gerado nas diferenças, foram difundidas através das produções do pensamento e da arte das instituições capazes de produzirem e realimentarem a unidade em busca de uma só identidade e dos consensos que disso emergiram.

Mas tal generalização é problemática, mesmo sendo considerada como um fenômeno europeu, porque na Europa ela se generaliza por meio da necessidade de constituir o comum, o geral sem negar as particularidades.

Entretanto, a modernidade, desde o seu surgimento na Europa, foi constituída tanto de princípios universais, quanto de conteúdos heterogêneos e esses princípios universais foram particularizados na medida em que a modernidade foi sendo construída nos diferentes lugares e épocas. Desta idéia, retira-se ainda uma segunda, não menos importante, ou seja, a idéia de que este processo de unificação da concepção moderna na Europa foi parte de um processo histórico europeu.

Como nos alerta Warde (1992), no texto já citado, tendo o projeto de modernidade sido constituído pela exclusão do que não era europeu nem moderno, acaba por ser reproduzido, em outros lugares e tempos, só que adaptado a características particulares que foram necessariamente levadas em consideração, já que não existem idéias fora do lugar e, acrescentemos, de tempo. Ela assinala que a modernidade opera segundo características próprias de cada sociedade.

Portanto, vale a pena ressaltar, entre outras coisas, o caminho adotado por Carlos Monarcha (1990), em seu texto, *A reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira* que concluí que o termo modernidade, sempre entendido *a priori*, colocado no sentido de uma contraposição entre o avanço e retrocesso, é uma idéia culturalmente produzida e deve ser entendida na sua construção no período em questão. O conceito de modernidade revela-se no âmbito de relações e conflitos dos campos social, cultural e político. Monarcha nega o conceito *a priori* de modernidade, mostrando que ele vem sempre carregado de linearidade, revestido do princípio de progresso, e que a modernidade, tão proclamada pelos renovadores, foi construída no âmbito dos conflitos sociais e visava à hegemonia político-cultural e ideológica de uma classe sobre as outras. O autor descobre o conceito de modernidade como fundamental para a rearticulação de uma burguesia liberal que se adaptava aos novos tempos.

Para Peixoto (1997), é durante a intrincada trama de estruturação da modernidade na Europa e de sua efetivação nas diferentes sociedades capitalistas que se esboçam, como uma de suas partes, as concepções liberais, elaboradas como princípios políticos e sociais da própria modernidade. Assim, como é problemático o entendimento universalizado da modernidade, o é também o do liberalismo. Peixoto, também aponta como Lyotard, no livro *O Pós-modernismo explicado às crianças* (1993), esse pensamento:

O pensamento e ação do século XIX e XX são governados pela idéia de emancipação da humanidade. Esta idéia foi elaborada no final do século XVIII na filosofia das luzes e na Revolução Francesa. O progresso das ciências, das técnicas, das artes e das liberdades políticas emancipará a humanidade inteira da ignorância, da pobreza, da incultura, do despotismo, e não fará apenas homens felizes, mas nomeadamente, graças à escola, cidadãos esclarecidos, senhores do seu próprio destino. Aqui têm origem todas as correntes políticas dos últimos séculos, excetuando-se a reação tradicional e o nazismo. Entre o liberalismo político, o liberalismo econômico, os marxismos, os anarquismos, o radicalismo da III República, os socialismos, as divergências, mesmo violentas, pesam pouco relativamente à unanimidade que reina quanto ao fim a atingir. A promessa de liberdade é para todos, o horizonte do progresso e a sua legitimação. Todos levam ou pensam levar, a uma humanidade transparente a si própria, a uma cidadania mundial. (PEIXOTO, 1997, p. 100).

No entanto, esse trabalho não pretende discutir as especificidades que assumiu o liberalismo ao se transformar em concepção de diferentes sociedades nas quais foi moldado de maneira particular, mas apenas enunciar as principais teses e bases teóricas, na sua primeira fase.

Para tanto, é particularizada a visão exposta no trabalho de Warde (1992), quando são definidos os princípios iniciais do liberalismo, que foram sendo reestruturados e readaptados à própria realidade apresentada pelo desenvolvimento da base econômica do capitalismo e pelos novos e importantes contornos da luta de classes. Assim, para ela, o capitalismo ao desenvolver-se coloca novas necessidades, que exigem uma adaptação ideológica aos novos contornos econômicos, sociais e políticos.

Para Warde, o liberalismo surgiu com o capitalismo como expressão historicamente necessária do seu modo de produção como expressão historicamente necessária do seu modo de produção, constituindo-se, assim, numa visão de mundo; e sendo o liberalismo nascido com o capitalismo “é fundante da própria ideologia como categoria concreta da ordem capitalista”. (WARDE, 1992, p.24)

O liberalismo clássico foi uma concepção construída a partir do pensamento de vários filósofos, destacando-se Hobbes, Locke e Rousseau. A sua estruturação e implementação, como projeto, surgiram de diferentes maneiras, respeitadas as particularidades de cada tempo e lugar. Além disso, desde a sua formação, até e durante nosso século, ele se desenvolveu através do questionamento dos adeptos do seu campo e dos seus críticos mais radicais.

A primeira fase, a do liberalismo clássico, é a de uma concepção ainda em constituição na qual as teses específicas, contidas nessa concepção da burguesia, iriam tornar-se uma visão universal das novas forças constitutivas da sociedade em construção; como nos explica Warde: “as teses fundamentais do liberalismo, nesta etapa que culmina no século XVIII, são o direito à liberdade, à igualdade na natureza e igualdade legal, o direito a propriedade, a segurança ou proteção do estado”. (1992, p. 25)

Segundo a autora, nesse momento, aparecem, ainda, contradições reais advindas do próprio modo de produção que o liberalismo está ajudando a construir, como a impossibilidade de conciliar: Estado e liberdade; igualdade e propriedade.

Warde assinala, também, que é por meio do entendimento dessas contradições que é possível compreender a crítica radical de Marx ao liberalismo nascente:

Por aí é possível entender por que a apreensão da lógica das contradições do liberalismo expressa de forma radical por Marx, precisou sair do universo das idéias universalizadas e buscar nas leis da acumulação a lógica das contradições do liberalismo. Em a “Chamada acumulação primitiva” há análises definitivas nesse sentido e que dizem respeito, em especial, à questão da concepção “negativa” do estado e sua relação contraditória com a propriedade. (...) o que Marx contrapõe ao pensamento liberal é a prática da burguesia de utilizar-se do Estado - a esfera do público - para a realização da acumulação do capital; isto é, contrapõe a concepção liberal “negativa” de Estado que vincula no âmbito político-jurídico com a “positiva” que toma o Estado como instrumento da produção e reprodução do capital. (WARDE, 1992, p.27)

A análise crítica de Marx à concepção liberal baseia-se nas contradições entre as teses liberais e a formação objetiva do desenvolvimento do capitalismo. Ao elaborar a crítica às teses liberais, Marx elabora as bases de uma nova Teoria Política – o marxismo.

Esse primeiro momento do liberalismo caracteriza-se pela emergência do proletariado que começa a adquirir força política, o que obriga a burguesia a introduzir “no interior de sua fala e de sua prática liberal elementos novos, no âmbito do econômico e do político” (WARDE, 1992, p. 29). Esse momento é

característico da fase em que o capitalismo expande suas fronteiras, ocasionando uma redistribuição do mercado mundial; é o período do chamado liberalismo clássico que percorre o século XIX; no entanto, não se esgota nele.

Segundo Warde, nessa primeira etapa do liberalismo, “a partir da razão absolutizada estão sendo construídos um novo homem e uma nova sociedade”. É o momento, no qual as teses específicas, contidas nessa concepção da burguesia, iriam tornar-se uma “visão universal das novas forças constitutivas da sociedade em construção”. A autora nomeia, também, os sujeitos que produziram esta unificação da seguinte forma: “são os intelectuais, os artistas, os homens de ciência, são os escultores do homem moderno – o homem novo”. (1992,p.29)

2.2 Princípios teóricos constitutivos da modernidade: Racionalismo como conceito filosófico e como método de projeto

No campo da arquitetura, dois historiadores, Alan Colquhoun, na obra *Modernidade e tradição Clássica* (1989) e Josep Maria Montaner, no livro *A modernidade superada* (1997) abrem uma discussão sobre o conceito de racionalismo.

Colquhoun (1987) discute o racionalismo como um conceito filosófico e Montaner, como método de projeto. Alan Colquhoun apresenta, como passo inicial na definição do racionalismo, a necessidade de observar o sentido em que o termo é utilizado na história da filosofia. Para ele, em filosofia, a distinção principal é a que se estabelece entre racionalismo e empirismo ou razão e experiência. O conflito entre racionalismo e empirismo é o que se estabelece entre duas concepções de conhecimento (ou ciência) que o definem como a *priori* ou *posteriori*. Como aponta no texto que segue:

Na medida em que o conhecimento é tido a priori, o conhecimento empírico parece aleatório, sem fundamento e sujeito à contingência. Na medida em que o conhecimento empírico é considerado à posteriori, os termos são invertidos e é ao conhecimento a priori que se torna incerto e fundado na autoridade, em idéias universalmente aceitas, ou no hábito. (COLQUHOUN, 1978, p. 68)

Entretanto, para Colquhoun, a filosofia racionalista do século XVII, representada por Descartes, Spinoza e Leibniz assimilou a esse sistema a visão tradicional de que havia idéias inatas e de que a “ciência” era uma tarefa fundamentalmente *a priori* que nelas se fundava.

Colquhoun, dessa forma, entende que as idéias inatas deveriam ser pensadas como se tivessem sido implantadas por Deus e, como tais, poderiam ser sacramentadas em “uma sabedoria que fora revelada à humanidade no passado e que constituía uma autoridade válida” (COLQUHOUN 1978, p.68), e que o conhecimento obtido por meio da experiência e da indução, em última análise, seria avaliado em função dessa autoridade.

No entanto, para o autor, o racionalismo cartesiano, que vai ser assinalado por Montaner, como método de projeto, não abandonou essa tradição, mas inaugurou uma busca pela clareza de conceitos, pelo rigor na dedução e pela certeza intuitiva dos princípios fundamentais. (MONTANER, 1997, p.69)

Para Montaner, uma das referências iniciais do racionalismo que influenciou com mais força o pensamento e a arquitetura tem sua raiz no método desenvolvido por René Descartes (1596-1650) e exposto essencialmente na sua obra *O Discurso do Método* (1637). Descartes apresenta, em primeiro plano, um conceito presente na própria história da humanidade: “a faculdade natural de raciocínio que todo ser humano possui” (MONTANER,1997,p. 59). Este senso comum é refundamentado por meio da aproximação ao mundo da ciência, da medicina, da matemática e da geometria.

Montaner destaca que o filósofo francês propõe quatro cautelas para todo raciocínio lógico, baseadas nos seguintes critérios: “não aceitar nunca *a priori*; subdividir os problemas; raciocinar do simples ao complexo e realizar exaustivas enumerações de todo o processo lógico” (1997, p.59). Nesse processo lógico, o mundo e a natureza decompõem-se em entidades elementares e o que deve ser feito é a decomposição da complexidade de todo problema nestas unidades de resolução, solucionando as dificuldades por partes. Descartes defende um racionalismo que nega a autoridade do passado, estabelecendo tábula rasa e aplicando a própria experiência como método de interpretação racional. Assim, Montaner observa o seguinte sobre a revolução epistemológica:

A revolução epistemológica, que determinou uma paulatina construção de um método científico e a abertura máxima do horizonte do racionalismo iniciada por Leonardo da Vinci, Copérnico, Giordano Bruno e Johannes Kepler, foi promovida pelo aportes transcendentais de Galileu e Francis Bacon, e culminou com a interpretação e síntese de Isaac Newton no final do Século XVIII. Esta afirmação do poder do pensamento e da razão, e esta exigência da referência necessária à sistematicidade da ciência alcançariam sua máxima expressão no sistema filosófico de Georges W. Friedrich Hegel no princípio do século XIX. (MONTANER,1997, p. 59)

É esse racionalismo que será aplicado como método de projeção, para racionalizar a cidade e convertê-la em algo pensado racionalmente.

Fernando Chueca Goitia, no livro *Breve história do urbanismo*, elabora uma análise do surgimento da cidade racional na história. Ele observa que nos séculos XVII e XVIII, procurou-se “racionalizar a cidade, convertê-la num fato artístico, em artefato, algo pensado racionalmente, e disposto pela vontade humana”. (GOITIA, 1982, p.23). E que ao racionalizar essa cidade, trataram de pensá-la mais geométrica por considerarem que tudo o que estava para trás era apenas o acaso, pois o que não é racional torna-se objeto de suspeita. No entanto, as cidades antigas, que são produtos da história, não podiam considerar-se exemplos de construções racionais, e foram vistas como desarrumações e caos pelos homens da época.

Goitia (1982) aponta em Descartes:

Assim, aquelas cidades antigas, que ao princípio foram apenas vilórias, e que se converteram, através dos tempos em grandes cidades, estão em geral tão mal arrumadas que ao ver as suas ruas curvas e desiguais, dir-se-ia que o acaso, mais do que à vontade dos homens usando a razão, as fez desta maneira. (GOITIA, 1982, p.26)

Entretanto, para Descartes, proliferavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (benefícios da educação) e razão universal em que razão e racionalismo converteram-se em “método de projeção”.

As primeiras marcas físicas do racionalismo na cidade, segundo Goitia, estão em praças pensadas e construídas com simetria, relacionadas a edifícios importantes; outras vezes estas praças constituíam entidades completas, como no caso das típicas praças espanholas do tempo em que reinava a Casa de Áustria (1982, p.27). Na América de colonização espanhola, sempre que as circunstâncias permitiam, construía-se cidades de traçado regular, e essas “cidades regulares”, em sua grande maioria, definiram o urbanismo hispano-americano.

O sistema seguido foi o da quadrícula, muito geométrico e cartesiano. Esse sistema de quadrícula, amplamente instituído, na América do Sul de uma colonização hierárquica, converteu-se, no século XIX, por um lado, no instrumento para o aproveitamento máximo dos terrenos, onde a importância igual das ruas pressupunha que todos fossem igualmente valiosos e, por outro, no principal instrumento dos especuladores de terrenos. A primeira cidade americana traçada

com rigor e concepção geométrica foi São Domingo, (GOITIA,1982, p.119) fundada em 1496, segundo uma planta que lembra a das vilas construídas na península ibérica durante o reinado dos reis católicos.

No ano de 1573, quando as experiências americanas estavam implantadas, Filipe II promulga as famosas Leis das Índias, que talvez constituam a primeira legislação urbanística que o mundo conheceu. Uma das leis das Índias ordena “que se leve sempre já feita a planta do lugar que irá ser fundado”³. A planta em forma de xadrez fica consagrada nestas leis, e de acordo com a estética do Renascimento, as Leis das Índias, aconselham que todas as casas da cidade sejam de uma forma, ou seja, conservem uma grande unidade. Nesse momento, juntamente com as idéias próprias do Renascimento e com as influências de Vitruvio, passa a haver, também, o peso da experiência prática.

O plano das cidades americanas é, dessa forma, o resultado da conjugação das *idéias humanistas* (GOITIA, 1982, p.129), com a tradição do plano da cidade militar, adotado na idade Média, para as novas povoações em todo o ocidente europeu. Na Espanha, esse plano não foi muito utilizado, mas são encontrados sinais em várias vilas de Navarra, criadas no século XII e XIII, na Castellana Briviesca e, principalmente, em vilas fundadas desde o século XII ao XVI na Planície de Catellón. A longínqua ascendência do plano regular, de todas elas, está nos acampamentos romanos, cuja tradição, por razões pragmáticas, deve ter sido conservada através da Idade Média.

A quadrícula já havia sido utilizada pelos gregos numa época de racionalismo ou idealismo em que o pensamento imperava. Foi também utilizada pelos romanos levados pelo seu sentido prático. Sob o ponto de vista urbanístico, as cidades do Império Romano foram herdeiras das gregas, das quais tomaram todos os refinamentos técnicos: esgotos, aquedutos, água corrente, balneários, pavimentos, serviços de incêndio, mercados etc.

Na Espanha, já durante a segunda metade do século XIX, os planos de Castro para a ampliação de Madrid (1860) e de Cerdà para Barcelona, foram os instrumentos que possibilitaram o grande desenvolvimento urbano das duas maiores metrópoles espanholas.

O traçado reticular, um dos elementos determinantes na forma adotada por Cerdà no seu plano para Barcelona, foi tradicionalmente atribuído a

³ *Reconpilación de Las Leys de los Reynos de las Índias (Edição fac simuladada quarta impressão, feita em Madrid, em 1791)* In. GOITIA, 1982, p. 120.

um arquiteto milésio, Hipódamo de Mileto, tido como o “pai do urbanismo” e inventor da retícula.⁴ Hipódamo elaborou o plano para a reconstrução da cidade de Mileto, cidade que teve um importante papel na consolidação do poder comercial e militar grego entre os séculos X e VI a.C. Seu plano para a reconstrução de Mileto, foi realizado a partir de 479 a. C., com a invasão persa e conseqüente destruição da cidade.

Alguns historiadores têm interpretado que não é um fato comprovado ser Hipódamo o inventor da retícula, pois existem precedentes da aplicação no traçado de partes planificadas de cidades em épocas remotas como 2670 a.C. e sua provável função reguladora da forma urbana de cidades da cultura de Harappa⁵ do vale do Indo, a princípios do terceiro milênio.

2.3 As novas realidades sociais e urbanas e o problema da habitação social

Se existe uma voz moderna, arquetípica, na primeira fase da modernidade, antes das revoluções francesa e americana, essa é a voz de Jean-Jacques Rousseau. Rousseau é o primeiro a usar a palavra *moderniste* no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão; ele é a matriz de algumas das mais vitais tradições modernas, do devaneio nostálgico à auto-especulação psicanalítica e à democracia participativa. (...) Muito de sua angústia decorre das condições peculiares de uma vida difícil; mas parte dela deriva de sua aguda sensibilidade às condições sociais que começaram a moldar a vida de milhões de pessoas. Rousseau aturdiu seus contemporâneos proclamando que a sociedade européia estava ‘à beira do abismo’, no limite das mais explosivas conturbações revolucionárias. (...) *le tourbillon social*. (BERMAN, 1982, p. 17)

Para entrarmos na discussão da realidade urbana do século XIX, é necessária a identificação das principais idéias que norteiam sua análise, num quadro no qual toda a produção de idéias está profundamente impregnada de caráter ideológico, uma vez que foram produzidas em uma sociedade de classes.

Um dos autores que enfatiza esta questão é Mills, (1989) no seu livro, *A imaginação sociológica*. Para ele o liberalismo e o socialismo são ideologias que vieram do Iluminismo baseadas em valores próprios do iluminismo – os

⁴ Os milésios não deixaram escritos sobre a invenção da planta em reticulado, e o próprio Hipódamo, que segundo Aristóteles, inventou o traçado geométrico das cidades e cortou o Pireu em reticulados, deixou apenas escritos políticos, pois para Morris, a literatura que os gregos dedicaram sobre a reflexão da produção do espaço edificado é limitada, ocasional e sempre subordinada a um campo especulativo estranho ao do construído. In: MORRIS, A. E. J. *Historia de la forma urbana*.

⁵ Neste sentido, se Harappa e outras cidades do vale do Indo não forem elevadas pelos historiadores a categoria de cidades planejadas, pode-se admitir que Hipódamo foi o precursor na utilização da retícula com seu plano para Mileto.

princípios da razão e liberdade, onde ambas defendem a idéia de que a maior racionalidade leva à liberdade. É assim, que a ciência social, para Mills, surge como uma ciência nuclear na sociedade de sua época, realmente capaz de entender os problemas que dela emergem.

Retomaremos aqui, da realidade do século XIX, algumas considerações de Boaventura dos Santos (1996) e Jameson (1996). Boaventura dos Santos introduz a discussão do marxismo, ressaltando que o movimento operário desde o início do século XIX até a Comuna de Paris, mais do que uma luta de classes, tinha a característica, que o autor chama, de uma luta “civilizacional”, que buscava atingir uma nova sociabilidade. No entanto, para o autor, o movimento operário, no final do século XIX, sofreria uma mudança com a ascensão do marxismo, como produto da modernidade enquanto projeto.

No entanto, cabe assinalar, que a concepção socialista de Marx e Engels, formada em grande parte pela negação da teoria política e econômica dos princípios do liberalismo, não é, uma negação absoluta, uma vez que reconhece, no desenvolvimento do pensamento social e político, o que o liberalismo formulou de avançado. O que Marx denuncia é, exatamente, os limites da concepção liberal, limites colocados pela propriedade e pela exploração capitalista no século XIX.

Entretanto, Jameson (1996) utiliza como exemplo deste período, a polêmica de Marx com os proudhonistas. Os proudhonistas, supondo que as idéias revolucionárias do sistema burguês - liberdade e igualdade - eram propriedades de sociedades reais, ao perceberem que essas idéias, apesar de estarem presentes na imagem ideal da sociedade burguesa, não se efetivavam na realidade, acreditaram que *reformas nessa sociedade*, finalmente, fariam com que a liberdade e a igualdade se realizassem no sistema de mercado.

Aqui, Jameson (1996) basicamente apresenta duas idéias. A primeira é a de que o mercado cria à sua imagem e semelhança as idéias de igualdade e liberdade, sem as quais não pode ser entendido; a segunda é a de que se o sistema que gerou essas idéias desaparecer, desaparecerão também as próprias idéias de igualdade e liberdade geradas por ele.

Para Peixoto (1997), o empirismo e o racionalismo, concepções que serviram de base filosófica e metodológica ao liberalismo, na origem, eram concepções avançadas que foram formuladas em confronto com as explicações sobre o universo, a natureza, a sociedade e o conhecimento dominantes no

período feudal. Para a autora, a idéia de que o conhecimento científico, produzido através das cadeias da razão ou da experimentação e observação, libertaria o homem da ignorância frente às leis da natureza e da sociedade, foi o incremento das ciências modernas, que, por sua vez, deram o impulso ao desenvolvimento das novas forças produtivas que configurariam o surgimento do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento da luta de idéias durante todo o período das revoluções burguesas na Europa, e posteriores a elas, trouxe o aparecimento da dialética hegeliana e depois o materialismo dialético de Marx e Engels, no entanto essas novas concepções surgiram superando as bases estabelecidas e/ ou pelo racionalismo e empirismo. Os princípios liberais da razão, liberdade e igualdade, produzidos tendo por traz uma concepção individualista - da natureza humana e a formulação de mudanças institucionais e jurídicas necessárias para atingir estes princípios, representaram, na origem, um salto histórico que se efetivou na derrocada do regime absolutista feudal. (PEIXOTO, 1997, p.162-163)

É nesse quadro da discussão de idéias de liberdade e igualdade, em um sistema burguês, que surgem as propostas de reformas sociais no século XIX.

E aqui se apresenta uma questão: como a burguesia resolve o problema da habitação no século XIX?

Reconhecidamente, o texto de Engels mais importante é *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que ele expõe a maneira como ocorreu, no século XVIII, na Inglaterra, a expulsão dos trabalhadores para fora do lar e, igualmente, em toda sua gravidade, o que ele chamou das “infâmias cometidas pelos proprietários de terrenos e pelos fabricantes, assim como as desvantagens que essa expulsão teve de princípio, tanto moralmente como materialmente, para os trabalhadores expropriados” (ENGELS, 1979, p.7).

É no livro *A questão da habitação* (1872) que Engels explicita a polêmica com Proudhon, debate importante para o entendimento das idéias veiculadas amplamente na Espanha, que influenciaram as propostas de reformas sociais ali veiculadas no século XIX.

Engels, conforme definição de Françoise Choay (1997), no seu livro *O urbanismo*, pertence ao grupo dos polemistas constituído por pensadores políticos, e suas informações são de uma amplitude e precisão notáveis, o que o faz ser considerado um dos fundadores da sociologia urbana. Para Choay, nas suas análises sobre *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*⁶, Engels,

⁶ Para Choay, nessa obra a condição do proletário inglês é tomada como tipo ideal, pelo fato da Grã-bretanha ter sido o primeiro lugar da revolução industrial, ao mesmo tempo em que o lugar do nascimento do proletariado urbano. (CHOAY, 1997, p. 5)

além de realizar pesquisas nos *slums* de Londres, Edimburgo, Glasgow, Manchester, utiliza cientificamente todos os testemunhos disponíveis de relatórios de polícia, artigos de jornais, grandes obras, além dos relatórios das Comissões Reais, que Marx utilizará vinte anos depois em *O Capital*. As condições de habitação dos trabalhadores aparecem evidenciadas por Choay:

Nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos, ou até opostos, Matthew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin, reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais; o habitat insalubre do trabalhador, freqüentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (“a metade dos operários do *Strand* já estão sendo obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho”, constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: “há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções” para o maior número. (CHOAY, 1997, p. 6)

Entretanto, para introduzirmos as observações de Engels sobre a habitação, é preciso demarcarmos duas propostas que se contrapõem na discussão: as defendidas pelo próprio Engels, de caráter revolucionário e as propostas de reforma social, de Proudhon.

No livro, *A questão da Habitação*, publicado em 1872, Friedrich Engels escreve:

As ciências naturais modernas provaram que os ‘bairros insalubres, onde se amontoavam os operários, constituem os focos de todas as epidemias que periodicamente invadem as cidades. Os germes da cólera, do tifo, da febre tifóide, da varíola e de outras doenças devastadoras propagam-se no ar pestilento e nas águas poluídas destes bairros operários; quase nunca desaparecem completamente aí, desenvolvendo-se, quando as circunstâncias são propícias, e provocando surtos generalizados, que se propagam para além destes focos até aos bairros mais arejados e mais sãos, habitados pelos senhores capitalistas. (ENGELS, 1979, p. 21)

Engels relata que quando isso ficou estabelecido cientificamente, os burgueses filantropos colocaram-se a favor da saúde dos operários, fundando sociedades, escrevendo livros, projetando planos, debatendo e decretando leis, com a finalidade extinguir a fonte das epidemias. Foram examinadas as condições de habitação dos trabalhadores, para remediar os “males mais escandalosos” (ENGELS, 1979, p.21). Na Inglaterra, foram nomeadas comissões governamentais para verificarem as condições sanitárias da classe trabalhadora, sendo elaborados relatórios, com documentação exata, completa e imparcial, que serviram de base a novas leis. Tais ações ultrapassaram tudo o que se tinha

tentado realizar no continente, até aquele momento histórico. E foi assim que, segundo Engels, nasceu uma literatura burguesa sobre saúde pública e sobre o problema da habitação, sobretudo entre os ingleses.

No entanto, para Engels, o entendimento da “penúria da habitação” para os operários e uma parcela da pequena burguesia nas grandes cidades, se expressa, de um lado, através das massas de trabalhadores rurais atraídas para as cidades que se transformavam em centros industriais; por outro, pela constatação de que as “construções das velhas cidades já não correspondiam às condições da nova indústria e do tráfego que ela determinava, as ruas são alargadas, abrem-se outras novas, e vias férreas atravessam as cidades.” (1979, p. 19).

Dessa forma, Engels afirma: “que a época na qual uma velha cultura passa com rapidez, ainda acelerada por circunstâncias favoráveis, da manufatura e da pequena empresa à grande indústria, é também por excelência a da penúria das habitações”. (1979, p. 9).

Nesse texto, o autor ressalta também que na Espanha e na Itália, salvo raras exceções, tudo o que não era anarquista remetia-se a Proudhon.

Engels explica que Proudhon defendia a transformação dos locatários em compradores moderados e, dessa maneira, o aluguel pago anualmente seria considerado como uma amortização sobre o valor da habitação, e que, ao fim de certo tempo, o inquilino tornar-se-ia proprietário. A casa, uma vez construída, representaria um título jurídico eterno.

Para Engels (1997), as classes dominantes realizavam constantes esforços para aumentar o número de pequenos proprietários com o objetivo de criar “um exército contra o proletariado”⁷. Assim, as propostas de Proudhon foram a expressão dos desejos burgueses na Espanha, França, Itália e Bélgica, desempenhando através de seus projetos práticos de *reforma social*, um papel efetivamente importante na história do movimento operário europeu.

A grande diferença entre Engels e Proudhon, é que para o primeiro, a crise da habitação não reside no fato de a classe operária estar mal alojada e viver em moradias superlotadas e insalubres, mas, pelo contrário, para pôr fim a essa crise da habitação, Engels constata que não há outro recurso senão eliminar

⁷ As revoluções burguesas do século passado dividiram a grande propriedade fundiária da nobreza e do clero em pequenas parcelas – conforme desejam fazer hoje os republicanos espanhóis, e produziram assim uma classe de pequenos proprietários de terras que se tornou o elemento mais reacionário da sociedade e o obstáculo permanente que se opõe ao movimento revolucionário do proletariado urbano. (ENGELS, 1979, p.13)

pura e simplesmente a exploração e a opressão da classe trabalhadora pela classe dominante. Contrariamente às idéias de Engels, Proudhon propunha, como saída para a crise da habitação, um plano de salvação social, com receitas concretas e determinadas para todos os males sociais. Para Proudhon, é preciso descobrir os modelos de habitação, mas, no entanto, ele não consegue determinar, com rigor, o plano da cidade ideal, como está explicitado em sua proposta abaixo enunciada:

Uma aglomeração de mil pequenos proprietários, alojados em suas próprias casas, explorando, cultivando, cada um valorizando seu patrimônio, sua indústria e seu capital, que se administrem e julguem-se por si mesmos, essa é a obra-prima política, da qual as outras não passam de acessórios, que nunca podemos realizar. (CHOAY, 1997, p. 98)

Marx, e mais afirmativamente Engels, contrariamente aos outros pensadores, criticaram as grandes cidades industriais sem recorrer ao que Choay, classifica de o mito da desordem, nem propor sua contrapartida, o modelo da cidade futura. (1997, p.15) Para eles a cidade, privilegiadamente, é o lugar da história.

Foi ali que, numa primeira fase, a burguesia desenvolveu-se e exerceu seu papel revolucionário. É ali que nasce o proletariado industrial, ao qual vai caber principalmente a tarefa de executar a revolução socialista e de realizar o homem universal. Essa concepção do papel histórico da cidade do século XIX é, pelo contrário, para Engels e Marx, a expressão de uma ordem que foi, no seu tempo, criadora e que deve ser destruída para ser ultrapassada. Eles não opõem a essa ordem a imagem abstrata de uma ordem nova. A cidade para eles, é apenas o aspecto particular de um problema geral e sua forma futura está ligada ao advento da sociedade sem classes. É impossível e inútil antes de qualquer tomada do poder revolucionário, tentar prever o futuro planejamento. (CHOAY, 1997, p. 15)

Dessa forma, só a perspectiva de uma ação transformadora poderá substituir o modelo, irreal, formulado para as cidades pelos socialistas utópicos. (1997, p.15)

Nesse contexto, devem ser inicialmente assinaladas algumas considerações de Marx, que comumente não é associado a qualquer modernismo, sobre características do século XIX. Essas características aparecem em Marshall Berman (1982), no livro *Tudo que é sólido se desmancha no ar - a aventura da modernidade*. Para Berman, o fato básico da vida moderna, conforme a vê Marx, na Londres de 1856, é que essa vida é radicalmente contraditória na sua base:

De um lado, tiveram acesso à vida forças industriais e científicas de que nenhuma época anterior, na história da humanidade, chegara a suspeitar. De outro lado, estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do império romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado do seu contrário. O maquinário; dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo. As mais avançadas fontes de saúde, graças a uma misteriosa distorção, tornaram-se fontes de penúria. As conquistas da arte parecem ter sido conseguidas com a perda do caráter. Na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o homem parece escravizar-se a outros homens ou à sua infâmia. Até a pura luz da ciência parece incapaz de brilhar senão no escuro pano de fundo da ignorância. Todas as nossas invenções e progressos parecem dotar de vida intelectual às forças materiais, estupidificando a vida humana ao nível da força material. (BERMAN, 1996, p.19)

Assim, segundo Berman, tais misérias e penúrias instilam desespero na mente dos modernos, e nossos pensadores do século XIX, simultaneamente entusiastas e inimigos da vida moderna, lutavam desesperados contra suas ambigüidades e contradições.

As contradições desses pensadores expressam-se na formulação de um modelo que caracteriza esse momento do século XIX, ao qual Choay chama de “modelo progressista” (1997, p.8), definido a partir de obras muito diferentes como as de Owen, Fourier, Richardson, Cabet, Proudhon.⁸ Tal modelo registra em comum, entre esses pensadores, uma concepção do homem e da razão que determina suas propostas como:

(...) uma concepção do *indivíduo* humano como *tipo*, independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido em necessidades - tipos cientificamente dedutíveis. Um certo racionalismo, a ciência, a técnica devem possibilitar resolver problemas colocados pela relação dos homens com o meio e entre si. Esse pensamento otimista é orientado para o futuro, dominado pela idéia de progresso. A revolução industrial é o acontecimento histórico-chave que acarretará o devir humano e promoverá o bem-estar. Essas premissas ideológicas permitirão que chamemos de progressista o modelo que inspiram. (CHOAY, 1997, p. 8)

Segundo Choay, “os pensadores no século XIX, imaginam a cidade do futuro em termos de modelo, onde a cidade, ao invés de ser pensada como processo ou problema, é sempre vista como uma coisa, um objeto reprodutível” (1997, p.14). Dessa forma, é a análise racional, desenvolvida no século XIX, que vai permitir a determinação de uma ordem-tipo, aplicável a qualquer ajuntamento, em qualquer tempo e lugar - e em qualquer cidade.

⁸ O plano deste trabalho não vai nos permitir analisar as diferentes obras do modelo progressista de CHOAY, mas elas são analisadas pela autora no livro, *O urbanismo*, 1997, nas páginas 61-95.

No entanto, neste trabalho de pesquisa, surge uma questão: como a crise da habitação relaciona-se com a emergente cidade do século XIX? A crise da habitação é a crise da cidade do século XIX?

2.4 O nascimento do território moderno e a construção da cidade no século XIX

O nascimento do território moderno tem, em Engels, o pensamento do movimento revolucionário dos trabalhadores e, em Proudhon, a expressão do reformismo social burguês. Essas duas linhas de pensamento definem as duas principais idéias que nortearam as discussões sociais sobre a questão da habitação e as propostas de reforma social no século XIX.

Além deles, observadores sociais ingleses e franceses também têm papel destacado no desenvolvimento sem precedentes, de uma política do habitat, considerada como um marco histórico, que definirá o funcionamento da emergente cidade moderna no século XIX.

O autor que descreve como o habitat se constitui, administrativa e tecnicamente, no novo domínio de intervenção política, a cidade, é François Béguin, no seu texto, *As maquinarias inglesas do conforto* (1991), que será referência nesse trabalho para a discussão da construção da cidade moderna, a partir da experiência inglesa.

Pretendemos, através do texto de Béguin, enfatizar três concepções inglesas, apresentadas pelo autor, como ruptura completa de uma visão anterior da cidade ou da casa: a primeira é a concepção de habitat, entendida não mais como uma mera construção de habitações, mas como uma concepção muito mais próxima de normas técnicas que definem as condições gerais de habitabilidade.

A segunda é a concepção de salubridade, desenvolvida no século XIX, cuja originalidade não está nos seus princípios formulados através da reflexão dos médicos no século XVIII, mas no investimento em grandes obras obedecendo a uma nova lógica de salubridade ⁹.

⁹ As idéias implícitas na organização salubre das casas e de seu entorno são simples, e, para alguns, conhecidas há muito tempo - drenar a água estagnada responsável pela umidade das habitações, distribuir água pura a domicílio e organizar a evacuação das águas servidas, tornar mais eficazes os métodos de limpeza de ruas e coleta do lixo, garantir uma circulação tão livre quanto possível do ar e da luz. (BÉGUIN 1991, p. 41)

E, finalmente, a terceira que é a concepção adotada pelo *desenho urbano*, em que a adequação do novo desenho urbano obedece à lógica de elementos, como o ar e a luz, e de condutores de elementos, como as canalizações de água e esgotos, sem o esquecimento do fluxo de pessoas e veículos. A adequação do desenho urbano no século XIX, permite, por um lado, conjugar as exigências da salubridade e a comunicação e, por outro, compatibilizar também os componentes físicos do solo e o regime da construção. Esse novo desenho urbano é a expressão da autonomia deste modo de gerar formas urbanas em relação à cidade histórica e sua principal ruptura relaciona-se com as grandes obras de saneamento introduzidas no entorno das casas.

Assim, para Béguin, se o século XVIII havia reconhecido a “existência de uma patologia urbana”, o que caracteriza o século XIX, “é um desenvolvimento sem precedentes dos meios técnicos que vão permitir frear as doenças da insalubridade”. (1991, p. 41)

A partir do século XVIII, muitas pesquisas pontuais foram realizadas sobre cidades e bairros, com uma soma numerosa de informações, que evidenciam o ambiente vicioso em que viviam as populações e a relação direta dessas condições com a pobreza, a falta de higiene e as formas diversas de ilegalidade e de imoralidade. O que existe nessas pesquisas, é um “discurso sobre novos saberes, novos aparelhos e novos atores, onde as categorias médicas, econômicas e a aritmética reduzem a cidade e a casa a dados puramente técnicos, a números”. (BÉGUIN, 1991, p. 39).

Nada de grandes programas arquitetônicos portanto - nesta época o habitat interessava pouco aos arquitetos - mas uma gigantesca empreitada que visava a reduzir o ambiente a dados técnicos cuja incidência sobre o comportamento e a doença fosse estabelecida estatisticamente, calculada em seus efeitos e comparada sempre a este outro modo de funcionamento do ambiente possibilitado pelos mais recentes progressos tecnológicos e pela redistribuição dos poderes no seio do empreendimento urbano.

De fato, se a arquitetura aparece como um componente importante destes programas de higiene e de salubridade, esta sempre é reduzida às aptidões físicas das formas utilizadas na habitação e dos efeitos produzidos por estas formas sobre os fluídos ou sobre um modo de distribuição de pessoas e serviços. Efeitos cuja particularidade é serem eles próprios subordinados a outros órgãos de maquinaria urbana - os esgotos, o aparelho de distribuição de água, estarem assim intimamente ligados às características ambientais do objeto arquitetônico.

(...) Estas pesquisas referem-se mais à doença e à delinqüência, a água, ao ar, a luz e aos esgotos, as formas físicas através das quais os fluidos e as práticas poderão ser canalizados e regulados; mas também o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los e o que custaria reduzir estas

despesas agindo sobre uma série de componentes físicos que constituem o ambiente do pobre. (BÉGUIN, 1991, p. 39).

Entre 1840 e 1845, o autor destaca cinco pesquisas e/ou propostas realizadas na Inglaterra, pela administração pública. A primeira pesquisa dirigida por Chadwick, que adota a teoria miasmática, estabelece a relação entre insalubridade e as más condições de habitação e uma taxa de mortalidade elevada, uma baixa esperança de vida e a doença, sua originalidade repousa na atenção dedicada ao custo econômico e social do conforto. (BÉGUIN, 1991). Chadwick, demonstra, através de cálculos, o alto preço da doença e propõe medidas urgentes de intervenção no meio onde o pobre vive.¹⁰

Segundo Béguin (1991), o que merece destaque nessas pesquisas, em primeiro lugar, é a constatação da intenção de atacar as causas e não os efeitos, por meio de métodos de prevenção, com a convicção de que os investimentos realizados para a melhoria da salubridade e desenvolvimento da higiene serão recuperados em ganhos de saúde e de uma melhor disposição para o trabalho. E em segundo, de que é a atuação do Estado que abre a possibilidade de reverter uma tendência patológica e moral, através dessas experiências sanitárias, acentuando seu “controle sobre os aparelhos da salubridade e da higiene para domesticar os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa.” (BÉGUIN, p. 41).

Para Béguin, esse movimento tem duas dimensões importantes: Dimensão técnica, examinando sobre quais mecanismos se apóia a empreitada sanitária e de higiene e quais foram às conseqüências da introdução destes aparelhos sobre as normas de habitabilidade e a concepção de conjunto do espaço urbano.

Dimensão política: a instalação, já que a instalação deste aparelho supunha uma transferência sensível de responsabilidade no seio do empreendimento urbano e que esta instalação era, enquanto tal, uma condição necessária da reforma da economia doméstica pretendida pelos poderes públicos. (BÉGUIN, 1991, p.41)

Assim, essa política do habitat é construída sob a égide de um novo marco regulatório, assumido fundamentalmente pelo Estado a partir do século

¹⁰ A idéia sanitária, em 1840, na França, também tratada pelo médico Parent-Dichâtelet, herdeiro das idéias neo-hipocráticas, que apoiaram a epidemiologia do Antigo Regime. Ele relatou suas conclusões em trabalhos sobre fisiologia da excreção, a prostituição (1827-1835), sobre higiene pública, o sistema de esgotos, a poluição dos rios causada por procedimentos industriais (1822). (BRESCIANI, 2002, p. 3)

XIX. Numa primeira etapa, ainda são as companhias privadas que detêm o monopólio dos aparelhos da salubridade, mas numa segunda, é o Estado que, muitas vezes, substitui as companhias privadas e torna-se o principal gestor dos serviços. Essa evolução do papel do Estado assume um aspecto técnico, econômico e político, que é descrito por François Béguin, da seguinte forma:

Na época da pesquisas, os princípios sobre os quais estava baseada a intervenção do poder público eram de três ordens. De ordem técnica: somente o Estado era capaz de coordenar os diversos setores e os órgãos do sistema sanitário. “A questão da drenagem e da adução de água são tão dependentes uma da outra que eu não posso compreender como é possível encará-las separadamente; o estado das vias , assim como o que custa mantê-las dependem de tal maneira de uma drenagem eficaz que há, ao nível mesmo dos dados físicos do problema, uma razão evidente para combinar tudo como uma só direção”. De ordem econômica: esta coordenação deve permitir reduzir o custo financeiro do aparelho de saneamento e conseqüentemente o preço dos serviços oferecidos aos habitantes; sem esquecer que o Estado dispõe de capitais com taxas de juros menores. De ordem política: enfim, só o Estado dispõe do poder necessário para impor aos proprietários e aos construtores novas normas de saneamento. Compreende-se agora melhor por que o nascimento do habitat como domínio de intervenção política traduz de fato a mudança profunda de um largo setor da economia urbana, todo um processo de reorganização dos serviços e redistribuição de responsabilidades. (BÉGUIN, 1991, p. 45)

A segunda pesquisa evidenciada por Béguin (1991) é de F.O.Ward, sobre o sistema sanitário urbano: sistema baseado na circulação contínua da água - a água pura chega à cidade, e a água servida sai, da casa e da cidade, sem ter formado cloacas ou reservatórios que constituem, no ambiente urbano, formas congênicas de estagnação e pestilência.

A terceira pesquisa, que Béguin identifica como importante, é a de um engenheiro chamado W. Butler, que foi convidado para emitir uma opinião sobre a organização da futura expansão da cidade de Londres. Butler analisa o seguinte:

(...) eu penso que o plano de sir Cristopher Wren para a construção de Londres pode servir de exemplo, ilustrando as vantagens da planificação racional dos subúrbios e dos novos bairros. Ele permite reduzir distâncias instaurando um sistema de comunicações por vias diagonais. E estas vias diagonais, penetrando todas as zonas construídas, facilitam a circulação dos ventos e dos raios benéficos do sol. (BÉGUIN, 1991, p.44)

O plano de Wren, especialmente, tem sua base em propostas de adequação do desenho urbano às exigências de salubridade e da comunicação. Tais exigências, nos anos de 1840-1850, são as condições determinantes para o novo desenho urbano da cidade moderna.

A quarta experiência apontada por Béguin foi realizada em Morriston, nos anos de 1790-1796. Morriston, uma aldeia modelo na Escócia, foi obra de um industrial, sir John Morris e de um engenheiro civil que trabalhou sob suas ordens, Willian Edwards. A aldeia foi construída tendo por base um plano de xadrez e previa o loteamento padrão dos terrenos a construir.

Entretanto, “a eficácia de tal sistema repousa, antes de qualquer coisa, no duplo vínculo de que sujeita o empregado a seu patrão - a maioria dos trabalhadores se liga a ele como empregado e locatário” , como foi observado, mais tarde, por W. Cooke Taylor (BÉGUIN,1991,45). Essa experiência de Morriston evidencia, de forma contundente, a tendência constante de multiplicar vínculos para a consolidação da chamada solidariedade dos operários em relação à empresa de seus patrões.

A quinta proposta relatada por Béguin, refere-se ao Dr. Voillot. Este determina que “o primeiro princípio em matéria de saúde é a fruição do ar e da luz” (1991, p.51). O princípio da fruição do ar e da luz é compartilhado por todos que intervêm à época na questão da habitação, e teve excepcional importância na primeira metade do século XIX, tanto referenciado à arquitetura como em relação ao entorno da habitação.

Não existe uma só obra de arquitetura ou de higiene que não dedique um lugar preponderante a esta função física das formas e as pesquisas realizadas na Inglaterra contêm múltiplas análises a respeito da circulação dos fluídos no interior de formas habitadas. (...) Circulação que obriga a repensar a forma dos cômodos, sua altura, as proporções do edifício com relação aos pátios interiores, a largura e a distribuição das janelas, mas igualmente o entorno do objeto arquitetônico. (BÉGUIN, 1991, p. 51)

Finalmente o último destaque apresentado por Béguin enfatiza o Survey – Ordinance Survey - uma lei fundiária municipal, que modifica “o regime da construção inscrevendo-o num novo ambiente feito de componentes geológicos e órgãos técnicos” (BÉGUIN, 1991, p.43). O Survey dá informações úteis à economia da construção, que fazem dele uma configuração mais operacional do que os antigos planos.

Cabe destacar também, em primeiro lugar, a importância que Béguin destina aos engenheiros ingleses, que desenvolveram as concepções dos novos dispositivos do pensamento urbano da primeira metade do século XIX, e em segundo, a questão da arquitetura das habitações.

Os engenheiros desenvolveram conhecimentos técnicos¹¹, onde as condições de habitabilidade não estarão mais circunscritas pelas características do local; elas não remetem mais às qualidades de um solo, de um clima, nem a uma localização das casas, dos bairros e das cidades num entorno qualitativamente diferenciado. Béguin destaca que “a partir do século XIX, estes princípios de localização e de distribuição, que tinham no século precedente uma grande importância, deram lugar a princípios teóricos e técnicos referentes à gestão dos fluidos” (BÉGUIN, 1991, p. 42).

Por outro lado, para o autor, se a arquitetura das habitações no século XVIII, era uma dimensão da política urbana, no século XIX, os problemas arquitetônicos vão surgir com a questão da habitação. Dessa forma é que Béguin (1991) coloca a questão:

Se no século XVIII, a questão das habitações figurava como uma dimensão da política urbana, de forma negativa, limitando altura, desenvolvimento externo dos edifícios, circunscrevendo o crescimento da cidade e de sua população, coibindo a expansão das habitações nos subúrbios. No século XIX, os problemas arquitetônicos que vão surgir com a questão da moradia são de uma natureza completamente diferente. Primeiro porque são funções positivas, as que serão agora confiadas, ao espaço arquitetônico, mas também porque estas funções compreendem também a concepção do conjunto do edifício e de seu entorno imediato. Se estas questões mobilizam certo saber arquitetônico, é preciso também notar que este saber, porque repousa sobre novos procedimentos de apreensão do espaço, vai se desenvolver fora das normas e modelos tradicionais e freqüentemente contra eles, subvertendo assim, toda a economia do saber arquitetônico anterior. (BÉGUIN, 1991, p. 49)

Dessa forma, constata-se que novos princípios orientam um plano de habitação. Béguin define, no entendimento dessa nova situação, três funções que ele classifica como positivas: a função distributiva, a função prática e a função climática.

A função distributiva da arquitetura repousa na forma de orientar o modo de distribuição das pessoas, através da partição de locais e da distribuição espacial dos serviços.

O que se espera do espaço arquitetônico é que ele oriente uma distribuição ordenada dos indivíduos uns em relação aos outros, tanto em relação a moradias destinadas a solteiros, onde os indivíduos podem

¹¹ O que os engenheiros ingleses mais insistem, é o papel essencial, que devem ter de agora em diante, os dados topográficos em todos os trabalhos ligados à instalação do sistema sanitário. Por ocasião da abertura de novas ruas, graças a tal projeto, o engenheiro poderá imediatamente tomar conhecimento da declividade e das características do terreno e verá quais as linhas de drenagem melhor adaptadas. O engenheiro pode ajustar o projeto aos dados técnicos e geológicos da ambiente. (BÉGUIN, 1991, p. 43)

se isolar em relação a outros, como em relação a distribuição dos indivíduos no interior da habitação familiar e das famílias umas em relação às outras, Define o que torna uma habitação popular cômoda, cômoda devido à proporção que deve ser observada entre o tamanho do *cottage* e o tamanho de família que habita; deve-se ter um quarto para os pais, um outro para as filhas e um terceiro para os meninos. (BÉGUIN, 1991, p. 49)

Deve ser prevista, também, uma separação das famílias, entre partidárias de casas individuais e habitações coletivas, como os blocos de apartamentos, que visam a uma economia de equipamentos e espaço, uma vez que tal sistema possibilita distribuir um número de serviços a um custo inferior ao das moradias separadas, utilizando menos espaço.

A segunda função, a função prática na arquitetura, define que o espaço arquitetônico da moradia deve facilitar a realização dos gestos domésticos, notadamente os gestos da limpeza da casa, uma vez que, com a introdução da água corrente nas habitações e outros serviços, deve-se atender a uma condicionante básica das habitações - higiene doméstica. A terceira, é a função climática, que vai se referir tanto ao ar como à luz, e também aos condutores de fluidos que são as canalizações de água e gás. A partir dessa constatação, Béguin identifica que, se por um lado o projeto da habitação se redefine para permitir a captação e circulação da luz, de outro, são pensadas novas modalidades de incorporação das diversas canalizações à estrutura do edifício.

Não existe uma só obra de arquitetura ou de higiene que não dedique um lugar preponderante a esta função física das formas e as pesquisas realizadas na Inglaterra contêm múltiplas análises a respeito da circulação dos fluídos no interior de formas habitadas. Circulação que obriga a repensar a forma dos cômodos, sua altura, as proporções do edifício com relação aos pátios interiores, a largura e a distribuição das janelas, mas igualmente o entorno do objeto arquitetônico. (BÉGUIN, 1991, p. 51)

Essa função marca definitivamente, a história da casa no começo do século XIX, pois define claramente, como a distribuição de água, do gás e a circulação do ar e da luz foram decisivas para uma etapa importante de sua evolução.

Das três funções, analisadas pelo autor, se deduz a maneira como o corpo arquitetônico das habitações começa a se reorganizar sob a égide das novas necessidades, onde o espaço arquitetônico, deverá manter estreita relação com as normas e princípios estabelecidos pela medicina e a teoria dos fluidos, de um lado, e a distribuição das pessoas por outro. Para Béguin, são estas funções “que constituem a habitação como envoltória ampliada do corpo orgânico e

familiar e que unem sua materialidade aos órgãos da maquinaria urbana e a seu entorno espacial imediato.” (1991, p. 51).

Algumas conseqüências importantes foram tiradas por Béguin dessa experiência descrita: primeira, novos princípios orientam um plano de habitação coletiva; segunda, a redefinição dos modos de apreensão do espaço urbano e do próprio desenho urbano que vai operar sobre uma base de informações e de condições necessárias ao funcionamento ótimo desses novos órgãos técnicos; terceira, o urbanismo moderno, nasce com as técnicas que permitem compreender e qualificar certos fenômenos urbanos, fabricar novas imagens da cidade, captar e distribuir água, organizar a drenagem, mas também iluminar as ruas e vigiar os habitantes.

Para Béguin “é preciso saber distinguir mais claramente o desenvolvimento de um saber e de uma tecnologia do urbano, a partir do século XVIII, dos seus efeitos sobre a materialidade histórica encarada em sua densidade histórica e seu contorno do sensível” (1991, p. 44). Portanto, é importante notar que o desenho urbano na Inglaterra não é externo à empreitada de saneamento; na verdade, nunca é em relação a uma procura por efeitos visuais que ele se transforma, mas sim em relação estrita com um conjunto de dados técnicos e econômicos ligados ao modo de funcionamento do aparelho de saneamento. Segundo Béguin, a originalidade do urbanismo moderno está na dissolução da cidade em benefício de uma concepção do urbano como meio, onde se entrecruzam os órgãos da maquinaria urbana e os componentes físicos de um terreno.

Béguin também afirma que o urbanismo moderno não nasce com as obras de dimensões espetaculares de Haussmann, que se baseou em grandes demolições e na destruição da velha Paris, mas com as técnicas que permitiram compreender e quantificar os novos fenômenos urbanos.

Entretanto, foi o plano de Haussmann para Paris (1856-1870), segundo Berman (1997), através da construção dos boulevares, que criou as novas bases econômicas sociais e estéticas para reunir um grande número de pessoas nos espaços públicos, transformando-os na mais espetacular inovação urbana do século XIX.

Na avaliação das reformas urbanas do século XIX, aquelas realizadas na cidade de Paris, pelo denominado urbanismo haussmaniano existem três aspectos que devem ser destacados: o primeiro, é que esse urbanismo

corresponde ao modelo de espaço progressista identificado por Choay (1996, p.8), um espaço amplamente aberto, rompido por vazios e verdes - como uma exigência da higiene; o segundo, é que sua principal atenção foi voltada para as obras monumentais, com uma imagem espetacular das obras sanitárias que, em outros lugares e especialmente na Inglaterra, foram realizadas independentemente de quaisquer efeitos visuais; e o terceiro, é a constituição de um sistema circulatório urbano com a construção dos boulevares. Os boulevares de Paris são o decisivo ponto de partida para a modernização da cidade medieval e representam, no entanto, apenas uma parte do amplo sistema de planejamento urbano da cidade que incluía mercados centrais, pontes, esgotos, fornecimento de água, monumentos culturais e uma grande rede de parques.

No fim dos anos de 1850 e ao longo de toda a década seguinte, Georges Eugène Haussmann, prefeito de Paris e circunvizinhanças, investido no cargo por um mandato imperial de Napoleão III, estava implantando uma vasta rede de boulevares no centro da velha cidade medieval. Napoleão e Haussmann conceberam as novas artérias como um sistema circulatório urbano que, no século XIX, eram uma imagem altamente revolucionária da vida urbana. No início da construção dos boulevares, não era possível entender por que eles eram tão espaçosos, com larguras de trinta a cem metros; só depois se percebeu que essas estradas, muito amplas, retas que se estendiam por quilômetros, permitindo ao tráfego fluir pelo centro da cidade, de um extremo ao outro, seriam as vias expressas ideais para o tráfego pesado, como descreve Berman:

O macadame, superfície com que foram pavimentados os boulevares, era notadamente macio e fornecia perfeita tração para as patas dos cavalos. Pela primeira vez, corredores e condutores podiam, no coração da cidade, lançar seus animais em plena velocidade. O aperfeiçoamento das condições carroçáveis não só aumentaram a velocidade do tráfego previamente existente, mas como as rodovias do século XX farão em escala ainda maior - colaboraram para gerar um volume de novo tráfego mais intenso que o anterior, para além do que Haussmann e seus engenheiros tinham previsto. (BERMAN, 1996, p. 153)

Além disso, os boulevares eliminariam as habitações miseráveis e abririam espaços livres em meio à escura e congestionada cidade de estrutura medieval, estimulando uma grande expansão de negócios locais, em todos os níveis, e ajudando a custear as imensas demolições municipais, indenizações e novas construções. Pacificaram as massas de trabalhadores, empregando milhares de trabalhadores - o que chegou a um quarto da mão-de-obra disponível

em Paris, em obras públicas de longo prazo - as quais, por sua vez, gerariam milhares de novos empregos no setor privado. Enfim, também criariam longos e largos corredores através dos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares. Os boulevares de Paris conformam uma nova habitabilidade urbana na qual, para Berman, um homem moderno arquetípico é o pedestre no meio do tráfego da cidade moderna:

No nível da rua, elas se enfileiravam em frente a pequenos negócios e lojas de todos os tipos e, em cada esquina, restaurantes com terraços e cafés nas calçadas. (...) As calçadas de Haussmann, como os próprios boulevares, eram extravagantemente amplas, juncadas de bancos e luxuriosamente arborizadas. As ilhas para pedestres foram instaladas para tornar mais fácil a travessia, separar o tráfico local do tráfico de longa distância e abrir vias alternativas para caminhadas. Grandes e majestosas perspectivas foram desenhadas, com monumentos erigidos no extremo dos boulevares, de modo que cada passeio conduzisse a um clímax dramático. Todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos. (BERMAN, 1996, p. 147)

No entanto, Berman denuncia uma contradição na própria base do urbanismo de Napoleão III e Haussmann: na área central da cidade de Paris, enquanto a população cresceu cerca de 25%, no mesmo período o tráfego, no interior da cidade, triplicou ou quadruplicou, pois os boulevares arteriais da cidade foram, desde o início, sobrecarregados com uma dupla função: “dar vazão aos fluxos mais intensos de tráfego através da cidade e servir de principais ruas de comércio e negócios; à medida que o volume de tráfego crescia, as duas funções de mostraram incompatíveis”. (BERMAN, 1996, p. 153)

2.5 O papel da obra de Ildefonso Cerdà na formação de um saber e de uma disciplina específica: o urbanismo como ciência social

2.5.1 O conceito de urbanismo

Particularizam-se, no trabalho, a formação de Ildefonso Cerdà e seu alinhamento ao pensamento político, econômico e técnico de sua época.

As obras, *O Projeto de Expansão* de 1859 e a *Teoria Geral da Urbanização*, de Ildefonso Cerdà, de 1863, cujas concepções sobre a cidade e idéias de intervenção preconizam uma nova ciência – o urbanismo ou a

urbanística, segundo a historiadora Maria Stella Bresciani (2002, p.6) - são vinculadas a vertentes do pensamento político-progressista-liberal e individualista.

Ainda, uma avaliação crítica das obras, segundo o modelo de análise de Marx e Engels, permite vislumbrar, nas mesmas, uma atitude reformista nas cidades como um projeto social e político. Esse urbanismo, que nasce unicamente sob a égide da razão, carrega uma forte noção de interdisciplinaridade conforme a afirmação da historiadora:

O urbanismo surge no entrecruzamento de várias leituras da cidade e da sua população, leituras baseadas em princípios éticos (para a filantropia), noções mais ou menos precisas (da medicina, economia, engenharia, arquitetura, sociologia e história) entendidas como repositórios de experiências, de modelos, de tradições. (BRESCIANI, 2002, p. 4)

Na introdução da sua *Teoría General de la Urbanización*, Cerdà vê a cidade como causa do mal-estar social:

Há um tempo, a sociedade sente uma agitação surda e profunda, cujos efeitos deveriam levar a uma perturbação geral da ordem estabelecida, a um desses cataclismas, através dos quais a Providência permite que a humanidade faça uma parada no caminho de seu aperfeiçoamento, para retomar em seguida, com maior coragem e novas energias sua marcha majestosa [...]. Todos os pensadores das diversas escolas e seitas filosóficas que aspiram a dominar o mundo científico tentaram, com mais ou menos dedicação, buscar a origem do mal e propuseram remédios. Entretanto, a doença social progride a cada dia em extensão e em intensidade. A razão é simples: ninguém até agora encontrou a verdadeira causa original e fundamental deste profundo desconforto que atinge as sociedades modernas (...). Quando comecei os estudos de nossas cidades, estava longe de presumir que a busca de uma tal tarefa me conduziria a jogar luzes sobre esta questão, a mais grave e a mais importante jamais colocada para a ciência e para os governos. Quando quis compreender a maneira de ser e de funcionar da sociedade humana fechada nesses grandes centros urbanos, compreender o organismo desses agrupamentos, me foi necessário levantar o véu do mistério que o envolve e, para conhecê-lo e explicá-lo, tive que praticar uma análise em profundidade, uma verdadeira dissecação anatômica de todas e de cada uma de suas partes constitutivas. Este empreendimento me obrigou a descer no que há de mais profundo e mais íntimo da sociedade urbana, em horríveis abismos, onde mesmo a caridade, que com zelo ardente busca em todo o lugar o mal para remediá-lo, jamais havia penetrado. No momento de fazer a síntese desses trabalhos analíticos, compreendi que havia surpreendido in fraganti a causa primordial desse mal-estar profundo que as sociedades modernas sentem em si e que ameaçam suas existências (...). Estes fatos universais não são exclusivos de uma localidade, mas reproduzem-se de forma idêntica, em todos os centros onde se encontram reunidos algumas milhares de famílias.³ (CERDÀ, 1867, p. 75-76)

³ In: Bresciani, 2002, p. 5

Quando Cerdà refere-se à doença social que aumenta de intensidade e atinge a sociedade moderna, para Bresciani (2002), ela utiliza-se de uma:

(...) metáfora de conteúdo organicista, que estabelece um paralelo entre a produção industrial e a imagem de um câncer ou cancro monstruoso capaz de se espalhar por toda a sociedade, de contagiá-la e torná-la um corpo doente. Essas imagens remetem para representações da medicina em busca da causa eficiente promotora do mal. (BRESCIANI, 2002, p.2)

Os historiadores assinalam duas etapas distintas no começo de uma nova disciplina: a primeira, quando o objeto de estudo é examinado, não com enfoques e conceitos novos, mas apoiando-se em disciplinas já estabelecidas. Foi assim que, na primeira metade do século XIX, Saint Simón e Comte concebem a sociologia como “física social” ou como a biologia que foi abordada a partir de pressupostos mecanicistas. No caso da *Teoria Geral da Urbanização*, a disciplina que apoiou seu início foi o “higienismo e a arquitetura”.

A segunda etapa começa quando ao aprofundar o estudo do novo objeto, forjam-se conceitos novos e específicos de uma nova disciplina distinta das preexistentes, abandonando-se os que haviam sido emprestados inicialmente de outros campos do conhecimento. Particularmente, o urbanismo tem o estatuto de seu conteúdo que, por definição, é a sociedade urbana.

O estudo de seu conteúdo deverá identificar a sociologia, ciência já constituída independentemente do urbanismo, mas com o mesmo objetivo de estabelecer o diagnóstico e a terapêutica da “doença social”.

O urbanismo é um sujeito ativo na transformação social e, tanto como a sociologia, ele pertence ao mesmo grupo social do qual é questão, pois a sociologia surge com a questão urbana. Assim, o urbanismo segue a regra das ciências humanas incluindo o sujeito dentro do próprio objeto. Devido a esse fato, é que a história da teoria e do projeto de Cerdà é plena de valores éticos, morais, políticos, econômicos e sociais.

A *Teoría General de la Urbanización*, de Cerdà e *O Capital* de Karl Marx são obras estritamente contemporâneas, uma vez que foram publicadas no mesmo ano, em 1867. Para Choay (1985, p. 273), “em ambos os casos nos encontramos à frente da mesma historificação de uma ‘ciência social’. Situando a comparação no único plano onde possa ter significado, o de sua relação com o conhecimento, a analogia das duas obras merece ser levantada e desenvolvida”. Desse modo, é significativa a comparação das soluções propostas por Marx e Cerdà para o mesmo problema. Em 1859, ano do plano de Barcelona e do

primeiro esboço da teoria de Cerdà, Marx publicou a *Crítica da Economia Política*, em que, no famoso prefácio, ele escreve a frase que vai permitir a constituição de uma sociologia científica: “não é a consciência do homem que determina sua existência, é ao contrário sua existência social que determina sua consciência”. (ABERASTURI,1979)

Para Marx, o estudo do Capital é a síntese de contradições entre forças produtivas e meios de produção, que possibilitam falarmos cientificamente de sociedade. Da mesma maneira, Cerdà, foi além do problema da consciência para recorrer à existência social do homem no meio urbano. A diferença entre Marx e Cerdà está no estatuto epistemológico dos respectivos objetos dos dois autores. Cerdà está convencido da virtude do individualismo e da propriedade privada, já que a sociedade não existe sem espaço. Para Marx, a existência social constitui uma categoria econômica mais abstrata, e os “males” da sociedade são o resultado de uma contradição interna dessa mesma sociedade. Cerdà mostra filosoficamente que a terapêutica dos “males” passa necessariamente pela ação sobre o conteúdo, e conseqüentemente seu projeto de urbanização, como seus planos de urbanismo, são, também, um projeto de sociedade.

Também a história para Marx e a história para Cerdà, “valorizam identicamente a *práxis* técnica, dão provas de um mesmo etnocentrismo e são uma e outra orientadas por uma teleologia revolucionária” (CHOAY, 1985, p. 273). Como Marx, Cerdà reconhece a diversidade das culturas antigas, depois confunde a história universal com a história do ocidente e, para ele também, a ciência da história integra uma revolução a realizar. Mas, uma revolução pacífica, a do quadro construído que será transformado pela aplicação das novas técnicas de transporte e de comunicação.

2.5.2 A formação e a atuação profissional e política de Ildefonso Cerdà

A Mostra “Cerdà Urbs i Territori”, em 1994, foi realizada pela *Generalitat de Catalunya- Departament de Política Territorial i Obres Publiques* e organizada pelo Instituto *Ildefons Cerdà*, *Govern Autònom de Catalunya*, sob a curadoria de Albert Serratosa, direção geral de Salvador Tarragó e direção técnica de Francesc Magrinya. Nessa mesma época, foi publicada uma antologia sob a curadoria de Arturo Soria, com tradução para diferentes línguas e ampla

difusão em exposições itinerantes, que privilegiaram locais como Madrid, Paris, Londres, Berlim e Tóquio. Esses fatos possibilitaram o conhecimento de Cerdà, não apenas na Catalunha, mas também fora da Espanha. A publicação de mesmo nome “Cerdà urbs i territori”, foi divulgada na mostra *Ildefons Cerdà*, na 3ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, de 1997. Tal publicação é a referência principal para a descrição apresentada nos três títulos referentes: primeiro, a formação e atuação profissional e política de Cerdà; o segundo, a obra de Cerdà - sua produção e difusão e o terceiro, o plano topográfico de 1855.

Ildefonso Cerdà i Sunyer nasceu no ano de 1815, em *El Serdà*, propriedade que sua família possuía desde o século XIV. Sua vida sempre foi orientada para o estudo: primeiro ele mudou-se para Barcelona, onde iniciou arquitetura, matemática, náutica e, mais tarde para Madrid, onde estudou na *Escola d'Enginyers de Camins*,¹² de tradição liberal, onde vai obter sua titulação em 1841. A passagem pela *Escola d'Enginyers* vai reforçar seu liberalismo e possibilitar que ele estabeleça ligações e amizades que mais tarde serão decisivas para a aprovação do Plano de Barcelona. Naquela época, Cerdà, alistase na milícia nacional como tenente da companhia de *granaderos*. Em 1841, vai começar a desenvolver sua atividade profissional, no corpo de engenheiros de caminhos nas províncias de *Múrcia, Terol, Tarragona, València, Girona e Barcelona*, participando da elaboração de diversas infra-estruturas e projetos de “*carreteres*”, obras hidráulicas, telégrafos, o que lhe possibilitou conhecer perfeitamente todo o território de Barcelona e suas redondezas. Mas foi em uma viagem a Nimes, de trem, que Cerdà começou a vislumbrar uma nova era marcada pelo transporte e as comunicações, com a cidade como cenário principal de diferentes atividades. Em 1849, ele dá baixa do corpo de engenheiros de caminhos para dedicar-se exclusivamente aos seus estudos de urbanização, respondendo sempre a ideais sociais, no meio do caminho entre o socialismo utópico e o igualitarismo.

¹² Como tem observado Hans Straub com muita razão em sua *History of Engeneering*: “foi durante a segunda metade do século XVIII que a ciência da engenharia propriamente dita começou a existir, e com ela o engenheiro civil moderno que baseava seus desenhos no cálculo científico.” Especificamente, a mudança teve lugar com o estabelecimento de uma escola de engenheiros civis, “*École des Ponts et Chaussées*”, em Paris, em 1747, com o estabelecimento da engenharia civil como profissão independente. Rodolfhe Perronet foi o primeiro diretor da “*École des Ponts et Chaussés*” e engenheiro chefe do departamento de Ponts et Chaussés desde 1764 até sua morte em 1794. (COLLINS, 1998. p. 189)

Na década de cinquenta, Cerdà entra para a política, elegendo-se, em 1851, para o distrito de Barcelona. A partir deste momento, terá uma atividade articulada em três instituições: deputado ao Congresso de Madrid, vereador do *l'Ajuntament de Barcelona* (1854-56 e 1863-66), deputado provincial e presidente interino da "*Diputació de Barcelona*" de 1873 a 1874.

Precisamente na década dos anos 50, Cerdà fixou as bases do futuro *Ensanche de Barcelona*, contrapondo as possibilidades que oferecia à revolução industrial do século XIX, com as misérias da Barcelona amuralhada, uma cidade envolvida por muralhas que impediam o seu crescimento físico e higiênico. No entanto, foi uma epidemia de cólera que contribuiu decisivamente para a derrubada das muralhas.

Ildefonso Cerdà elabora, no ano de 1856, a "*Monografía de la clase obrera*", na qual o autor analisa as necessidades sociais, econômicas e de alimentação da Barcelona intramuralhas, estudo importante que vai ser incluído como apêndice da *Teoría General de la Urbanización*.

2.5.3. A obra de Ildefonso Cerdà: sua produção e sua difusão

Cerdà foi um dos primeiros teóricos do urbanismo da época moderna, mas, durante um século, seu pensamento e obra estiveram esquecidos. No ano de 1861, Cerdà vai introduzir o conceito de urbanização, na perspectiva de instaurar uma nova ciência do estudo das cidades. Posteriormente, derivaria na disciplina que conhecemos como urbanismo. A obra culminante de sua produção foi "*A Teoría General de la Urbanización*", impressa no ano de 1867.

No entanto, foi apenas no centenário de aprovação do projeto de reforma de Barcelona, aprovado inicialmente em 1859, que começaram os primeiros esforços coletivos de recuperação da obra de Cerdà, sendo pioneiros Adolf Florensa, Vicença Martorell e Fàbia Estapé, entre outros. Assim, no I Congresso Nacional de Urbanismo de 1959, foi reimpressa a *Teoría General de la Urbanización* com um anexo biográfico. Mas só em 1976, durante o centenário da morte de Cerdà, foi organizada a Exposição Cerdà, por José A. Fernandez Ordóñez, presidente do Colégio de Engenheiros de Caminhos, Canais e Portos, co-dirigida também por Arturo Soria e Salvador Tarragó.

Em 1985, foram encontrados documentos desconhecidos e importantes do legado de Cerdà, que incentivaram duas iniciativas paralelas. A primeira, do Instituto Nacional de Administração Pública, com a colaboração

Ajuntaments de Barcelona e Madrid, que publicaram três novos volumes, com textos e gráficos originais descobertos, conjuntamente com comentários de conhecedores da obra de Cerdà. A segunda iniciativa foi da *Política Territorial i Obres Públiques de la Generalitat de Catalunya*, de promover uma grande exposição com um conhecimento articulado do pensamento e obra de Cerdà, convencidos de que já haviam recuperado quase toda a documentação produzida ou gerada indiretamente por ele.

Mas foi a *Mostra Cerdà, Urbs i Territori*, de 1994, que juntamente com a antologia publicada sob a curadoria de Arturo Soria, que possibilitou o conhecimento de Cerdà, não apenas na Catalunha, mas também fora da Espanha.

Da produção gráfica de Cerdà que no campo do urbanismo é extensa, é conhecida uma litografia do Projeto do Ensanche de 1959 e publicações menores, das quais a mais significativa delas é "*Necesidades de la circulación*", de 1863.

Com a descoberta, no ano de 1988, de três novos tratados: a "*Memòria de L'Avant projecte d'Eixample de ciudades*" de 1855, a "*Teoría de construcción de ciudades*" de 1859, que vai apresentar com a memória do Projeto do Ensanche de Barcelona e a "*Teoría de viabilidad urbana*" de 1861, no marco do Anteprojeto da Reforma Interior de Madrid, reconstituiu-se a metade de sua produção teórica e a totalidade de sua produção gráfica conhecida até o início do século XXI. Entre esta produção destaca-se o Atlas da Memória do Anteprojeto do Ensanche de Barcelona de 1855.

Cerdà desenhou quatro modelos de casas para a classe rica e quatro para a classe operária ("*obrera*"). Ele definiu diferentes agrupamentos de quadras ligadas a estes modelos de casas, com detalhes da rua tipo, da galeria unitária e dos serviços associados. Todo este material conforma um tipo de cidade que Cerdà apresenta na sua proposta de 1855.

Cerdà recolheu em um segundo Atlas, anexo à Memória do Projeto de *Ensanche* de Barcelona de 1859, os detalhes de portas e janelas, caixas de escada e outros detalhes construtivos.

Todo o conjunto deste material permitiu reconstruir até o menor detalhe, um modelo de cidade: desde as janelas da habitação, a casa, a rua, a quadra, um agrupamento de quadras, através do qual Cerdà formulou uma

concepção liberal de cidade, articulando os diferentes elementos que permitem construir uma cidade.

Por outro lado, após o conhecimento da proposta para o Plano do *Ensanche* de 1855, passou-se a visualizar três propostas: o Anteprojeto do *Ensanche* de 1855, o Projeto do *Ensanche* de 1859 e a Reelaboração de 1863 do Plano do *Ensanche*. As duas primeiras estavam exatamente definidas a partir das correspondentes memórias e a reelaboração, de 1863, vai aparecer no ano de 1978, com o legado Cerdà, e posteriormente com o Anteprojeto de Docas de 1863, do qual faz parte.

Dessa forma, os detalhes construtivos de que se dispõem atualmente, encaixam em uma perspectiva de conjunto. Por um lado, observa-se que o modelo de “*quart ordre*” para a classe rica de 20m x 20m, definido no Anteprojeto de 1855, adaptava-se perfeitamente à unidade de casa proposta no plano de 1859. Na densificação da quadra de dois blocos, no projeto de 1859, para três blocos, no caso de 1863 - no exemplo que vai desenhar do duplo U da Sociedade e Fomento do *Ensanche* de 1863. Todos estes dados juntamente com as deduções dos tratados, como o das “*Ordenances de Construcció de Ciutats*”, de 1859, permitem reconstruir as três propostas de Cerdà.

Segundo Françoise Choay, a importância da obra de Cerdà, cuja teoria foi tirada do esquecimento, constitui, doravante, “a certidão de nascimento e o arquétipo das teorias de urbanismo” (CHOAY 1985, p.308). A partir da teoria de Cerdà, muito da produção teórica do movimento internacional da década de 20, particularmente as obras de Le Corbusier, perdem seu significado inaugural, concedido até então por seus historiógrafos, em unanimidade. As principais concepções teóricas elaboradas por Le Corbusier, pertencem, conforme identifica Choay, à “figura discursiva elaborada durante o século XIX, a qual não trazem qualquer inovação estrutural” (1985, p.308).

Como um estudioso dos problemas urbanísticos, Cerdà acompanha o projeto para Barcelona com uma obra em quatro volumes, que conforme descrição de Soria y Puig (1996, p. 76) continha: no primeiro, uma espécie de história do urbanismo desde a antigüidade, uma idéia geral da urbanização, suas origens, seu desenvolvimento, constituindo-se também em uma das primeiras contribuições historiográficas modernas em seu campo; no segundo volume, uma exposição da teoria, com seus princípios gerais, cuja aplicação deveria conduzir a uma urbanização perfeita; no terceiro, uma consagração à técnica, e no quarto e

último estudo uma explanação sobre a reforma e o *Ensanche* de Barcelona. Com esses estudos, Cerdà elabora uma crítica às estruturas arcaicas e restritivas da cidade medieval, através da manifestação de posições de um “progressismo iluminado, ligado ao socialismo pequeno burguês”, como transparece na sua *Teoria Geral da Urbanização*.

2.5.4 A história urbana de Barcelona anterior ao Plano de Cerdà

Paolo Sicca, na “*História del urbanismo – El século XIX*” (1981), constata que desde os anos de 1840, o crescimento demográfico e econômico da cidade de Barcelona, deu início a iniciativas de renovação urbana. A oportunidade para adotar uma solução para os problemas de crescimento surge com a autorização do Real Decreto de 1854 para a demolição das muralhas, da antiga cidade medieval.

Barcelona teve sua origem na cidade romana de Barcino, segundo Morris, como um centro comercial bem situado, que se tornou uma base naval importante e próspera. A cidade alvo de várias invasões esteve ocupada temporariamente pelos mouros desde o ano de 713 até 801, antes de ser reconquistada pelos francos que a converteram na capital do condado de Barcelona. Arrasada novamente quando os mouros avançaram até o norte em 986, sua recuperação efetiva, ocorreu a partir do século XII, com o restabelecimento geral do comércio no Mediterrâneo.

A cidade foi estendendo-se gradualmente desde seu núcleo histórico, consolidando a zona portuária comercial e crescendo até alcançar uma superfície de cem hectares em princípios do século XIV. O sistema defensivo, naquela época, era formado pela muralha medieval, convencional, reforçada por torreões.

O crescente desenvolvimento econômico, conseqüentemente, determinou a escassez do solo intramuros e, em 1350, tomou-se a decisão de incorporar um novo bairro fortificado, o arrabal, de superfície quase igual a da cidade existente. No entanto, o processo de urbanização do arrabal se produziu com lentidão e o bairro, em 1492, possuía apenas alguns edifícios alinhados junto às vias principais que o atravessavam partindo da cidade. O arrabal viria a converter-se na cidade moderna no famoso passeio das Ramblas.

No interior da cidade antiga, em contrapartida, a urbanização foi intensificada, aumentando a densidade de ocupação e as alturas dos edifícios. A

cidade investiu grandes recursos em modernos sistemas defensivos que se mostraram ineficientes quando Barcelona foi tomada em 1714. Em princípios do século XVIII, depois de finalizada a guerra de Sucessão, Felipe V ordenou a construção da “*Ciudadela*”, no lugar ocupado pelo bairro da Ribera, situado junto ao mar e formado por umas 2.000 habitações que tiveram de ser demolidas. Muitas das famílias despejadas foram construir suas casas, de forma precária, ao longo do lado oriental do porto, mas esta área foi arrasada em 1752, para ser substituída por um novo bairro marítimo a Barceloneta. O projeto de urbanização foi traçado em 1755, segundo um esquema baseado em uma retícula elementar, obra do engenheiro militar Pedro Cermenõ, para proporcionar habitações às famílias desalojadas da construção da “*Ciudadela*”. A partir de 1778, com a autorização para estabelecer o tráfico comercial com o Império da América, Barcelona alcançou um elevado nível de desenvolvimento.

A Carta de 1837 faz com que Barcelona arrebente em protestos, devido ao tratado que consagra a liberdade de comércio com a Inglaterra.

Entretanto, é apenas em 1854, com a combinação de demandas por autonomia política frente à prosperidade econômica da região catalã e a expansão de sua capital (a população de Barcelona cresceu de 150 mil, em 1850, para 600 mil em 1900), que foi autorizada a demolição das fortificações que rodeavam a cidade com a condição de ser elaborado um plano geral para o desenvolvimento da urbe no futuro. Este foi realizado pelo topógrafo do governo Ildefonso Cerdà e consistia em uma combinação do planejamento radial e reticular da antiga cidade medieval com o novo traçado proposto para sua expansão.

Em 1858, é elaborado o primeiro esquema de expansão pelo arquiteto Miguel Garriga y Roca que propõe uma junção entre Barcelona e o núcleo secundário exterior da Gracia, através de uma planta em tabuleiro de xadrez e praças quadradas. Mas ao se enviar o plano para o governo central de Madrid, com exigências à elaboração de “*ensanche*” e renovação da cidade, a administração municipal convoca, em 1859, um concurso público para a redação de um plano regulador definitivo (SICCA, 1981).

No entanto, nesse mesmo ano, Isabel II, sem esperar os resultados do concurso convocado pela administração de Barcelona, aprova o plano do engenheiro Ildefonso Cerdà y Súñer que, já em 1855, havia realizado os levantamentos dos terrenos destinados à expansão da cidade.

Do concurso municipal de 1859, dos treze projetos apresentados, temos registros do: projeto do arquiteto Antonio Rovira e Trias, projeto do engenheiro Francesco Soler i Glòria e o projeto do engenheiro Josep Fontseré i Mestres.

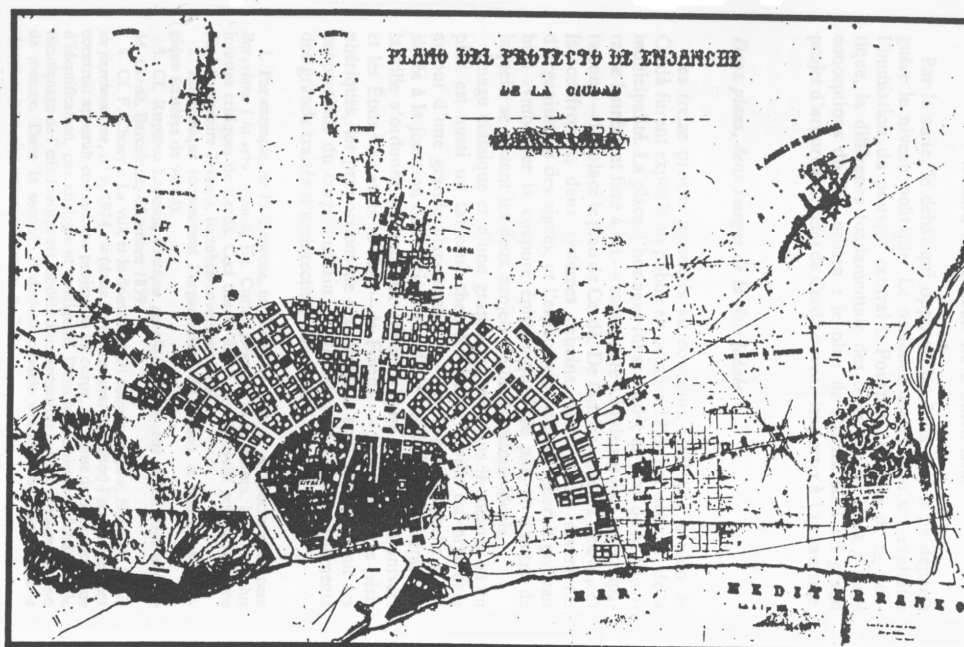
O primeiro prêmio do concurso é atribuído ao arquiteto Antonio Rovira y Trias (Figura 1), que para Bresciani (2002, p. 6), "retrata a imagem clássica de grande beleza, a cidade organizada em aglomeração, prevendo a separação das classes sociais na cidade nova", e o projeto de Cerdà, (não classificado), foi o escolhido pela vontade soberana da rainha. No projeto de Rovira: a vila é organizada no entorno de uma grande praça central – o Fórum de Izabel II, situada na junção da antiga e da nova aglomeração; a vila é ordenada em anéis concêntricos; e a relação entre a cabeça - o Fórum, e seus membros periféricos, tem a proporção de seus elementos modulados segundo as proporções do corpo humano, conforme os ensinamentos dos grandes tratadistas da arquitetura clássica (ABERASTURI,1979,p.22). O projeto de Cerdà, diferentemente do de Rovira é :

(...) projeção espacial da cidade ideal, tal como elaborada em seu universo ideológico que pressupunha que uma sociedade só poderia atingir a perfeição através de uma projeção no espaço tão perfeita quanto possível. O espaço toma então um valor curativo, meio terapêutico contra os males da sociedade. Nele a urbanização perfeita seria o resultado da junção ideal da natureza humana e do progresso técnico e científico. Sua cidade deve assegurar um máximo de higiene pública preservando a independência da moradia; deve facilitar as relações sociais graças a um sistema eficaz de comunicações. (BRESCIANI, 2002, p.6)

A confrontação de Bresciani sobre os dois principais planos demonstra de forma contundente suas concepções opostas.

O plano de Cerdà converte-se, assim, em um instrumento oficial para o crescimento de Barcelona, apesar da sua escolha constituir-se em um procedimento típico do absolutismo do *ancien regime*, conforme relato de Sicca.

O plano de Rovira, analisado por Paolo Sicca (1981), subordina a expansão da cidade ao núcleo velho, organizando-a em três setores maiores e dois setores marginais; já o plano (*Ensanche*) de Cerdà apresenta uma concepção mais avançada da cidade industrial e, como mecanismo de articulação



Projet de Rovira.

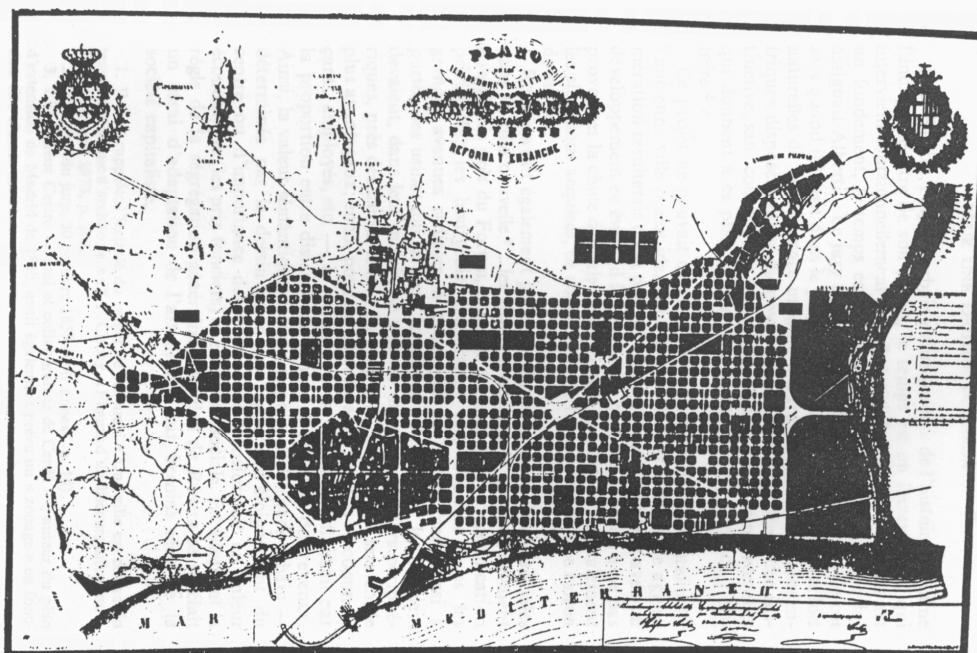


FIGURA 1- Projeto de Rovira e Projeto de Cerdà. Planos publicados na reedição da Teoria (Madrid, Instituto de Estudos Fiscais, 1968-1971)
FONTE- ABERASTURI, 1979, p. 20-21.

entre a parte urbana existente e o *ensanche*, é criada uma grande praça monumental, o Foro de Izabel, onde são introduzidas as “*Ramblas*”, como uma nova via aberta no núcleo histórico e um grande eixo monumental dirigido à “*Gracia*”.

2.5.5 O contexto social de Barcelona anterior à emergência do Plano de Cerdà

A revolta de Barcelona é descrita por Marx, em uma série de artigos sobre a revolução de 1854, quando os principais centros urbanos da Espanha manifestaram sua simpatia à causa revolucionária. Essa revolta de julho de 1854, que ficou conhecida como “*Vicalvarada*” – aparece na correspondência de Marx de 21 de julho ao *New York Daily Tribune*, como uma entrada dos liberais progressistas ao poder, na ocasião da revolução e revolta militar, que fez penetrar tardiamente na Espanha o espírito de 1848. Marx caracteriza esse movimento como a revolução das cidades (ABERASTURI, 1979, p.13).

Entre as grandes cidades, Barcelona é aquela onde o movimento revolucionário foi revestido da maior amplitude. Em verdade, o barcelonês, freqüentemente reprimido e sempre desprezado pelo governo de Madrid, não tinha nada a perder e muito a ganhar com essa revolta. Eles aproveitaram o momento oportuno desta conjuntura para reclamar, uma vez mais, a demolição das muralhas impostas à cidade em 1719, por Felipe V. Na verdade, a aversão do barcelonês a suas muralhas data da época de sua construção, como uma medida de repressão, na guerra de Sucessão (1700-1715). Esta antiga reivindicação era capaz de gerar o primeiro passo significativo para a resolução dos problemas sociais e sanitários da cidade (ABERASTURI, 1979, p.14)

Barcelona é, neste caso, considerada como um lugar forte e suas fortificações são intocáveis dentro da ótica de um poder central sempre desconfiado da consideração das províncias do entorno. No entanto, na história da Espanha moderna, é o conflito internacional entre Espanha e França – em particular a guerra de independência contra Napoleão - que vai provar a ineficiência estratégica das muralhas e das fortificações da cidade.

A situação de Barcelona é drástica pela total ausência de infraestrutura sanitária moderna, onde epidemias exterminam periodicamente a população. Entretanto, apesar de suas condições físicas desastrosas no século

XIX, Barcelona situa-se no raio de um progresso econômico. Ela representa a única abertura ao mundo industrial de um país que permanece profundamente vinculado aos valores espirituais do antigo regime.

A decolagem do capitalismo espanhol emerge na Catalunha sem que o restante do país se sensibilize. As outras regiões da Espanha não compreendem as revoltas urbanas que ocorrem paralelamente à atividade industrial em franco avanço nesta região depois de 1823, e que continua crescendo até a primeira greve de 1854. Essas revoltas põem em oposição duas classes, ou antes, dois grupos sociais, entre os quais as fronteiras são ainda incertas e confusas. Mas se os campos não estão socialmente bem definidos para essas classes, elas se surpreendem freqüentemente sobre um território eminentemente perigoso e propício à guerrilha devido a sua morfologia medieval. Isto explica por que em Barcelona, cidade onde, segundo Engels (ABERASTURI, 1979, p.16), a história registrou o maior número de lutas de barricadas que qualquer outra cidade no mundo, as forças da ordem reclamavam em uníssono as reformas urbanas necessárias, como aquelas que foram feitas em Paris por Napoleão III, com a finalidade de garantir uma boa manutenção da ordem pública.

Cerdà conhecia bem os problemas dos dois lados das barricadas: por um lado, a demolição das muralhas permite a livre expansão urbana e é, pois, a medida indispensável para resolver os problemas higiênicos e sociais da cidade. Porém, por outro lado, é sobretudo uma exigência para a resolução das dificuldades de circulação.

Em 1854, enquanto o telégrafo fez de fato conhecer a Barcelona às cotações das Bolsas de Madrid e Paris e os novos caminhos, resultantes do entrecruzamento de linhas que reduziavam as distâncias a um décimo dos antigos tempos de viagem entre Barcelona e as principais cidades européias e espanholas, contraditoriamente os deslocamentos no interior dos limites urbanos se efetuavam com grandes dificuldades. Pequenas quantidades de ruas merecem o nome de “vias de circulação”. A estrutura mesma da cidade impede a penetração dos grandes progressos do século. Problemas de higiene, problemas sociais e de ordem pública, inadaptação ao desenvolvimento técnico, são os três aspectos que freqüentavam Barcelona em 1854 e a demolição das muralhas aparece como um solitário meio de desviar a cidade desse mal.

Todavia, esta solução não era de perfeito consenso. Ela encontrava uma dupla oposição das autoridades militares - ou governamentais - e dos

proprietários fundiários do interior da cidade, uma vez que a demolição das muralhas e a extensão ilimitada da cidade representavam o fim do monopólio fundiário e o rebaixamento imediato das rendas advindas da terra urbana. Por outro lado, esses setores da sociedade são hostis a todo projeto de reforma interna que introduza inevitavelmente a expropriação, pois eles não podiam aceitar que uma extensão progressiva e ilimitada, estimulasse o mercado fundiário.

Quanto ao governo, sua atitude era clara depois de muito tempo: enquanto Barcelona permanecer sob fiscalização-vigilância militar, não estava em questão tocar no sistema de defesa. No entanto, as conseqüências excepcionais de julho de 1854 e a derrubada do governo moderado pelas forças progressistas, levaram quase imediatamente, em 12 de outubro, o Jornal Oficial a publicar, finalmente, a ordem de demolição das muralhas de Barcelona (ABERASTURI, 1979, p.17).

Tem início, a partir desse momento, a batalha do plano de extensão de Barcelona, onde a municipalidade, em vez de solicitar a um arquiteto municipal que desenhasse rapidamente um plano, criou uma comissão consultiva de personalidades e de sociedades de artistas, cientistas e economistas, que estabeleceram as bases de um concurso público para um projeto definitivo da cidade.

2.5.6 O Plano Topográfico de 1855

O conhecimento do real era, para Cerdà, a condição primeira e obrigatória para a elaboração de uma proposta para Barcelona. Assim, o Plano Topográfico da planta da cidade de 1855 foi o primeiro passo imprescindível, para o conhecimento exato do novo espaço a urbanizar.

As atividades militares da área de exercícios para tiros de canhão junto às muralhas de Barcelona (1.2543 metros), onde estava proibido construir, são a justificativa do grande vazio no entorno da cidade.

O Plano Topográfico registra tanto as primeiras obras construídas por Cerdà como a proposta de novas. Assim, o caminho de Barcelona a Sarrià e a estrada de ferro de Barcelona a Granollers serão as duas obras públicas projetadas e construídas por ele.

Cerdà é também um dos primeiros tratadistas da arquitetura e urbanismo a reivindicar a salubridade das habitações de maneira radical, como condição primeira a satisfazer a criação de uma cidade industrial. O planejamento higienista será o pensamento que dirigirá uma análise a fundo da situação do patrimônio da habitação barcelonesa.

Tem início, através dessas concepções, uma nova cidade industrial a partir da célula que a compõe, a casa, não aceitando, no entanto, a tipologia que é o resultado da evolução da casa artesã do final do século XVIII, quando se inicia a revolução industrial. Cerdà propõe duas modalidades básicas: a casa burguesa e a casa operária. Para as casas burguesas são formulados quatro tipos diferentes de plantas e, para as casas operárias, ao contrário, é proposto um só tipo arquitetônico.

No primeiro estudo de 1855, Cerdà começa a definir as características que deviam ter as vias e elabora a proposta de via pública tipo de 35 metros de largura, quando as de Barcelona eram de 4 metros e as *Rambblas* não chegavam a 20 metros. Cerdà realiza um exercício combinado de geometria com as quatro modalidades de casas burguesas que ele propôs, formando diversas configurações, primeiro de quadras e depois combinações das quadras, para começar a definir bairros da cidade. Cerdà propõe, portanto, um plano que se sobrepõe ao Plano topográfico, deixando clara a estrutura viária do conjunto; neste sentido prevê quatro grandes vias de comunicação.

A malha viária é mais um reforço desse traçado viário básico, em que propõe circundar a cidade velha por uma via de trem, com uma estação geral de passageiros na atual Praça da Catalunha, sem prejuízo da correspondente estação de mercadorias do porto.

A rede de saneamento era formada fundamentalmente por um grande canal coletor que circundava o *Ensanche*, mais a rede de águas das ruas e praças. No entanto, o saneamento privado era resolvido pelas fossas sépticas que eram limpas por carros bombas e que serviam de adubo para fertilizar os campos ao redor de Barcelona.

2.5.7 A “Teoría General de la Urbanización” de Ildefonso Cerdà

Uma análise exploratória dos textos que se propõem a discutir a *Teoría Geral da Urbanização* de Ildefonso Cerdà faz-se necessária, destacando-se

alguns autores que proporcionam importantes indicações para a compreensão de sua obra.

A primeira diz respeito aos autores que se posicionam sobre a teoria de Cerdà enquanto um novo campo da ciência, através da análise de seus principais elementos teóricos, e a segunda abordagem que tem especial interesse para este trabalho, que procura mostrar os parâmetros inovadores dos planos, cuja transcendência evidencia-se nos projetos de reforma urbana da Barcelona do final do século XX.

No livro de Françoise Choay, *A regra e o modelo* (1985), a autora apresenta a teoria de Cerdà como um discurso científico que é um marco na historiografia sobre o urbanismo.

A *Teoría General de la Urbanización*, de 1867, marca uma etapa essencial dentro da história das idéias relativas ao desenvolvimento urbano e à planificação.

Engenheiro, arquiteto que conceitou o plano regulador de Barcelona, Ildefonso Cerdà é também o inventor do termo urbanismo e o primeiro teórico dessa disciplina como ciência.

Teoría General de la Urbanización é uma obra paradigmática entre as teorias urbanísticas, pois mesmo sendo datada como a primeira é aquela que tem a forma mais perfeitamente desenvolvida, uma vez que não se trata de um acaso, mas porque está situada numa tradição ibérica que, desde a Idade Média, tentou racionalizar a organização do quadro construtivo. Publicada em 1867, essa teoria, fundamenta e justifica as propostas adotadas por Ildefonso Cerdà, no Plano de Expansão para Barcelona (1859).

O discurso científico é reconhecido e assumido repetidas vezes por Cerdà, no texto de sua teoria; já na introdução e prefácio da obra, apresenta-se como o criador de uma nova ciência: “A urbanização [o urbanismo] reúne todas as condições necessárias para ocupar um lugar distinto entre as ciências que ensinam ao homem o caminho de seu aperfeiçoamento” é “uma verdadeira ciência”. (CHOAY, 1985, p. 269)

Para Cerdà, esta ciência tornou-se possível, nos planos do conhecimento e da técnica, ao mesmo tempo, que foi exigida no plano prático, pela emergência de “uma nova civilização”, que tem como característica distinta o movimento e a comunicação, fruto da revolução científica que, graças à introdução do vapor e da eletricidade, trouxe uma mudança nos transportes e no

modo de circulação das pessoas, e deu origem às telecomunicações. Assim, Cerdà anuncia a era da “comunicação universal”. (CHOAY, 1985, p.269)

O período nascente engendrará uma civilização vigorosa e fecunda, que transformará radicalmente a maneira de ser e de funcionar da sociedade, tanto na ordem industrial, quanto na ordem econômica, política e social; ela acabará se apossando da terra inteira. Eu vejo chegar a passos acelerados esta nova civilização que já bate em nossas portas e os primeiros golpes se fazem sentir nas grandes cidades - que pela natureza e circunstâncias da luta travada - serão o campo de operações desta luta titanesca de duas civilizações pela conquista do mundo (CERDÀ, 1867).

Esta experiência da modernidade e o papel atribuído ao movimento e à comunicação, na urbanização da segunda metade do século XIX, repercutem sobre a definição que Cerdà apresenta do objeto da ciência urbanizadora. Quando Cerdà inicia a determinação do objeto que sua disciplina deverá estudar, em um primeiro momento rejeita a noção de cidade e suas acepções recebidas, particularmente as que se baseiam em critérios numéricos, administrativos ou culturais. A urbanização, como fato concreto, supera a idéia limitada da cidade tradicional, para englobar todas as aglomerações possíveis, quaisquer que sejam a sua extensão ou sua dispersão. Cerdà apresenta a primeira definição funcional, do gênero:

A urbanização reside tão somente na associação do repouso e do movimento, ou antes nos espaços que servem ao repouso e ao movimento dos seres humanos, isto é, os edifícios e as vias de comunicação. Reduzindo assim o processo de organização do espaço à combinação de abrigos destinados às estadas e de vias de comunicações, Cerdà formula pela primeira vez os dois conceitos diretores que, hoje mais do que nunca, continuam sendo os dois pólos operacionais do urbanismo, a habitação e a circulação. (CHOAY, 1985, p. 270)

Cerdà prepara a grande redução que a planificação urbana impõe às sociedades modernas, onde descobre, no movimento, uma dimensão do urbano até então ignorada. Sua cidade está em movimento: limites flutuantes, que nunca se detêm, população interminavelmente errante. Além disso, a importância que ele atribui à circulação não o leva a negligenciar a habitação, que para ele não se reduz ao alojamento, como para a maioria dos urbanistas progressistas que lhe sucedem, mas continua sendo a exigência primeira e fundamental, aquela que permite o desenvolvimento da pessoa humana. “O ponto de partida como o ponto de chegada de todas as vias é sempre a habitação ou a morada do homem”.(CHOAY, 1985, p. 270)

Cerdà percebe que as novas formas de comunicação vão transformar completamente as formas de urbanização, tornar anacrônicas as antigas cidades, permitir modos dispersados de agrupamento, o que ele sugestivamente chama de urbanização ruralizada.

Para dar uma idéia da urbanização no domínio da ciência, diremos que seus elementos constitutivos são os abrigos, seu objetivo a reciprocidade dos serviços e seus meios as vias comuns (...) A localização, a disposição particular das construções e as formas que assumem as vias de circulação ao se desenvolverem constituem nosso único objeto, a totalidade daquilo de que devemos prestar contas. (CHOAY, 1985, p.270)

Cerdà, com um mesmo vocábulo, *urbanización* designa duas coisas muito diferentes: o processo de urbanização e o urbanismo, que atualmente distinguimos com cuidado. Isto porque, para ele, segundo Françoise Choay (1985), a ciência urbanizadora, o urbanismo, conforme a terminologia atual, é constituído por um conjunto de proposições científicas deduzidas da análise da urbanização, que as coloca necessariamente em ação, mas de forma ainda não combinada e “caótica”, devido à inércia que a história lhe opõe. A urbanização, é portanto um fenômeno, submetido a leis, da mesma forma que os outros fenômenos do mundo. Cabe descobrir uma racionalidade sob a diversidade das formações urbanas de onde Cerdà, exclui o acaso, antecipando as dissertações de Le Corbusier sobre o papel do acaso na formação das cidades antigas.

Para designar a disciplina nova, Cerdà utiliza-se de um “neologismo - urbanismo”, ou anteriormente seu equivalente espanhol, *urbanización*, que mais tarde é adotado universalmente (CHOAY, 1985, p.266). Cerdà justifica a raiz latina *urbs* e define a palavra urbanização, que designa ao mesmo tempo um fato concreto, o processo que hoje chamamos de urbanização, e a disciplina normática que é o urbanismo, ou seja, de um lado, “um grupo de construções postas em relação e comunicação tais que os habitantes possam se encontrar, se ajudar, se defender [...]”, e de outro, um “conjunto de conhecimentos, de princípios imutáveis e de regras fixas” (CHOAY, 1985, p.267) que permitem organizar cientificamente as construções dos homens.

Um termo particular *urbe*, é forjado por Cerdà a fim de designar a aglomeração, quaisquer que sejam suas dimensões e sua forma. A razão filológica da origem do termo urbanização está em “*urbs*”, a contração de “*urbum*”, que significa arado, instrumento com o qual os romanos traçavam o contorno que

devia ocupar uma “*poblaciòn*” quando iam fundá-la. Urbanizavam o contorno e tudo o que ele continha. O conceito de urbanização para Cerdà:

A abertura deste sulco era uma verdadeira “urbanização”, quer dizer, o ato de converter em “*urbs*” um campo aberto e livre. Essas são as razões filológicas que me fizeram adotar a palavra “urbanização” II. Este termo designa o conjunto das ações tendentes a agrupar as construções e a regularizar seu funcionamento, como o conjunto de princípios, doutrinas e regras que é preciso aplicar para que as construções e seu agrupamento, longe de reprimir, de enfraquecer e de corromper as faculdades psíquicas, morais e intelectuais do homem social, contribuam a favorecer seu desenvolvimento, assim como a aumentar o bem estar individual e a felicidade pública. (CERDÀ, 1867, p.9-10).

O urbanismo teórico é o invólucro de uma ciência experimental e teórica cujo caminho Cerdà questionou amplamente. Formalmente, Cerdà trata seu objeto a partir de dois enfoques, quantitativo e estrutural. A quantificação dos dados urbanos, sob a forma de estatística, constitui uma garantia indispensável de cientificidade. Além disso, uma atitude estrutural é ditada, de alguma forma, a Cerdà pelas duas ciências independentes a que ele recorre: a história, bem como a anatomia e a fisiologia que lhe servem para construir sua teoria da “urbanização”.

Para Cerdà, é impossível compreender a significação e os problemas das cidades contemporâneas, sem referência à história de que são produtos: “a história da urbanização é a história do homem”. (CHOAY, 1985,272)

Ao mesmo tempo em que foi orientado pela ideologia positivista da época e estruturalista *avant la lettre*, o autor da *Teoria Geral da Urbanização* concebe, ao contrário, a história como sucessão descontínua de constelações de práticas sociais. A técnica é o catalizador que determina e acelera a informação e a transformação das outras práticas sociais. O estabelecimento humano evolui, pois, ao sabor das mudanças da técnica. Melhor do que qualquer outro indicador cultural, o meio de locomoção que nele reina (pedestre, eqüestre, de reboque, de rodas) e, por via de consequência, a estrutura do sistema de circulação, é que permitem a determinação de uma classificação das cidades. O modo de locomoção dá seu significado ao desenvolvimento da urbanização. Funciona na história de Cerdà, da mesma maneira que o modo de produção na história analisada por Marx.

Cerdà desenvolve, em sua obra, uma visão da cidade como campo de batalha de duas civilizações, de onde surge a nova civilização do movimento e da

comunicação, em que cada novo modo de locomoção determina outra forma de urbanização. Foi com esse pensamento, que priorizou o sistema de tráfego, e em particular a tração a vapor, enfatizando o movimento, pois, para ele, o tráfego era, em mais de um aspecto, “o ponto de partida de todas as estruturas urbanas cientificamente embasadas”. (FRAMPTON, 1997, p. 19)

Na relação entre a Teoria da Urbanização e o plano de Barcelona, destacam-se dois modos de expressão: a linguagem escrita e o desenho, que transmitem a mesma mensagem, ou seja, o sistema de signos que contém um projeto, ou seja, separadamente, o desenho e o texto são dois sistemas imperfeitos para se conceber o objeto urbano.

2.5.8 Instrumentos propostos na “Teoria Geral da Urbanização”

A segunda abordagem sobre a *Teoria Geral da Urbanização* pertence a Arturo Soria y Puig, no livro, “*Cerdà – Las cinco bases de la teoria*”; sem precedentes históricos, está exposta fundamentalmente a aplicação inovadora da teoria no *Ensanche de Barcelona*. E o terceiro texto, apresentado e adaptado por Antonio Lopez de Aberasturi, *Ildelfonso Cerdà – La Théorie Générale de L’Urbanisation*, (1979), realiza uma tradução parcial da obra de Cerdà, revelando seus grandes temas, através da articulação de seu pensamento.

Como ciência urbanística, da planificação territorial e urbana, Cerdà estabelece a origem da necessidade de alojamento e a causa do desenvolvimento dessa urbanização na sociabilidade do homem, enquanto elementos civilizadores. E é dentro dessa visão complexa que estrutura, em cinco bases, a sua Teoria Geral da Urbanização:

1. Base facultativa da urbanização: vias, ruas, quadriculas, problemas de habitação.
2. Base legal da urbanização: define os direitos e deveres dos proprietários e da administração, onde ao maior interesse público correspondem os maiores benefícios privados.
3. Base econômica da urbanização: estabelece os critérios e mecanismos para o financiamento das obras de urbanização e como se repartiam os encargos e benefícios.
4. Base administrativa da urbanização: que define a gestão urbanística.

5. Base política da urbanização: transições políticas, harmonizando o desejável com o possível.

Pretende-se destacar aqui o entendimento do que Soria y Puig (1996), chamou de a base facultativa da urbanização, ou seja, a relação vias, ruas, quadriculas e habitação, uma vez que esses elementos determinam o traçado urbano, procurando entendê-los como parâmetros essenciais para a análise da nova estruturação do espaço urbano no século XIX, através do plano de Cerdà para Barcelona.

Segundo Soria y Puig (1996), na *Teoria Geral da Urbanização Cerdà apresenta* a formulação de um número limitado de instrumentos:

A casa - ponto de partida de seu raciocínio, como suporte fundamental do urbanismo e peça-chave da qualidade de vida. Cerdà pensava que a habitação unifamiliar, com jardim, era o ideal, mas as exigências do fato urbano, frente ao modo rural, obrigavam a “compactação”. Propondo uma superfície generosa da casa (por volta de 200m) para resolver de uma só vez os dois males sociais, de todas as grandes cidades:

a) “a privacidade do indivíduo no lar”, expressão máxima do reconhecimento à liberdade humana e base essencial de uma sociedade culturalmente avançada;

b) o higienismo (ar, sol, ventilação, iluminação natural). O custo da habitação é uma outra obsessão de Cerdà, mas a luta para fazê-la acessível à classe trabalhadora (operária “*obrera*”) foi parte da guerra contra a especulação do solo.

A quadra (*quarteirão*) – a ilha ou intervias, como primeiro elemento composto no caminho em direção à complexidade urbana. Não renuncia às vantagens da vida rural, que foi a de sua infância, a Centelles. O resultado da transição é um produto novo, não improvisado, que permite a compactação, sem perder as qualidades essenciais da habitação. São devidamente definidas as dimensões de superfície da quadra, a altura reguladora dos edifícios, a profundidade edificável, o pátio interior da quadra (*quarteirão*), a fachada mínima ou a relação de altura máxima com a largura da rua. Desse modo as intervias são abertas e com abundantes jardins, constituindo um sistema único de praças urbanas, que permitem insolação e ventilação de todas as habitações, seguindo a teoria miasmática da

época, que só foi superada com a descoberta da propagação microbiana de Pasteur e Kock.

O viário - como o componente mais visível e mais conhecido universalmente. Tem um valor simbólico excepcional que, com o tempo, comprovou sua funcionalidade, se comparado com outras tramas urbanas. Algumas vantagens da trama de Cerdà: a) na cidade velha mais de 70 ruas tem menos de 3m de largura e a rua mais ampla não tem mais que 10 m; Cerdà propunha uma rua com largura mínima de 20m; b) a porcentagem de superfície viária (ruas mais praças) no interior das muralhas é da ordem de 17%, valor que Cerdà eleva a 34%; c) todos e cada um dos cruzamentos dispõem de um suplemento de superfície de 100%, espaços que são importantes para a segurança do trânsito (distância de visibilidade, zonas de espera), para a continuidade do movimento e para as operações de carga e descarga de mercadorias e pessoas; d) a continuidade dos fluxos está assegurada internamente, mas também, as grandes avenidas (Gran Via, Diagonal, Meridiana) permitem a conexão metropolitana e a integração do viário que recorda as intenções da União Européia de configurar redes transeuropéias ; e) a topologia da trama é ortogonal, homogênea e igualitária, oposta às configurações tradicionalmente radiocêntricas, congestionadas e discriminatórias ou, segundo Cerdà, à “pura superposição labiríntica e caótica de velhos caminhos rurais mal adaptados”.

As redes de serviços - água, saneamento, eletricidade, telegrafia, ferrovias, tiveram um tratamento pioneiro, como destaca Gabriel Dupuy (*L'urbanisme des Reseaux, Ed. Armand Cohn, Paris, 1995*). Nas raras ocasiões em é possível visualizar a justaposição caótica das modernas redes de serviços, confirma-se o valor funcional e econômico da trama Cerdà e também a transcendência dos valores ecológicos e de qualidade ambiental, derivados de sua capacidade integradora e ordenadora.

A densidade - é um padrão muito presente em todo o projeto Cerdà. Na época do plano, a cidade murada de Barcelona tinha 900 hab/hectare, valor

excessivamente maior aos encontrados em Paris e Madri que possuíam 300 hab/hectare ou em Londres com 100 hab/hectare¹³.

2.5.9 *Ensanche* – um modelo de expansão da cidade

Fernando de Teran, no livro *Planeamiento urbano en la España contemporânea* (1978) efetua uma análise local, do caso de Barcelona, que deverá servir tanto para questionar o modelo espanhol, testar-lhe o rigor, tentar verificar sua capacidade de dar conta de um grande conjunto de fatos, colocando em destaque a análise da forma e desenho da organização espacial e territorial urbana, como para apontar os limites do modelo, suas insuficiências ou contradições. Esse procedimento, não priorizará a exposição do modelo, seguida da apresentação de todos os traços da realidade, nacional ou urbana que acabam levando a sua confirmação, mas possibilitará a valorização de outros fatores e o levantamento de novas questões. Na história do urbanismo, a obra de Ildefonso Cerdà tem:

Lugar destacado, tanto no que se refere à elaboração de uma proposta concreta para Barcelona, como especialmente, pela formulação de uma visão geral da cidade industrial burguesa, expressa na sua *Teoría General de la Urbanización*. (TERAN, 1978, p.24)

A teoria de Cerdà, com uma reconhecida repercussão na cultura urbanística universal, é a primeira formulação científica de uma teoria do processo de urbanização que, como disciplina científica, vem a constituir o corpus disciplinar do urbanismo ou urbanística.

Sua teoria considera singularmente a situação das cidades espanholas na segunda metade do século XIX, constituindo-se em uma das primeiras iniciativas de racionalizar, por um lado, e de institucionalizar, por outro, através de formas definidas, a concepção e o desenvolvimento do crescimento urbano. A primeira dessas formas apareceu com a idéia do “*ensanche*”, “como peça urbana nova, homogênea, bem definida, que se justapunha ao casco antigo oferecendo uma alternativa diferente de cidade ordenada, cuja conceituação teórica e prática encontram-se na elaboração de Cerdà”. (TERAN, 1978, p.25).

O conceito *de ensanche*, segundo Teran (1978), nasceu de um desenho administrativo unificador que, segundo definição do Real Decreto de 8

¹³ Publicação catálogo-3ª Bienal de Arquitetura de São Paulo, 1997, p. 133

de abril de 1857, propunha-se a evitar projetos isolados em cada extremo do território, subordinando estes, a um pensamento completo, como ocorria em outras grandes cidades da Europa e América. O Real Decreto de 1857 autorizava a preparação do Plano de *Ensanche* de Madrid que, como o de Barcelona, abriram caminho, em conformidade com os estudos de Cerdà, para uma instrumentação jurídica de caráter geral, através das sucessivas aproximações que representaram as Leis de *Ensanche* de 1864 e 1876, e a especial para Madrid e Barcelona de 1892, posteriormente estendida a outras cidades espanholas.

Assim, o plano dos arredores de Barcelona e projeto de sua reforma e *ensanche*, realizado por Ildefonso Cerdà - aprovado pela Real Corte em 1859, apresenta-se como uma das mais importantes manifestações conceituais do planejamento de *ensanche*, cuja influência marca profundamente a evolução do planejamento urbano na Espanha durante todo o século XX.

No entanto, “o caráter de peça unitária de nova planta, justaposta à cidade existente, com a qual funcionalmente se solda” (TERAN, 1978,p.32), resulta na concentração de um esforço urbanizador que dirigia apenas em um sentido todo o crescimento da cidade, submetido a condições unitárias e uniformes, ou seja, a crítica ao *ensanche* consiste no fato de que esse se transformou mais em instrumento facilitador do crescimento urbano do que em uma proposta de ordenação geral para a cidade. Mas, contraditoriamente, é esta limitação da fórmula dos *ensanches* que, segundo Fernando Teran (1978), possibilita a eclosão do modelo de que necessitava a burguesia que, se por um lado atende a esta como parte das forças reais que estão presentes no crescimento urbano, por outro manifesta a aparição da urbanização marginal nas zonas exteriores e nas conexões da cidade com as populações existentes em sua periferia.

Desse modo, para Teran (1978) a alternativa unitária e compacta, que se apresentava no final do século XIX, como a grande solução para a resolução dos problemas urbanos, mostra-se paradoxalmente, insuficiente para assumir a resolução desses fenômenos urbanos, pois seu objetivo fundamental, que era o estudo da conexão da expansão da cidade com os povos da periferia, manifesta inversamente, os problemas de segregação espacial que estavam produzindo o modelo dos *ensanches*.

Portanto, foi a partir do questionamento da fórmula do *ensanche*, que apareceram as novas elaborações teóricas que, em substituição a essa alternativa unitária e compacta, formularam concepções abertas e heterogêneas, para dar resposta a um processo de formação da cidade diversificado em sua origem econômica e em sua forma de produção. Talvez, segundo Fernando de Teran (1978), seja nesse momento, ainda que embrionariamente, que aparece uma visão mais completa do organismo urbano e, com ela, uma nova concepção da atividade que tenderá à previsão e ao controle do seu desenvolvimento, ou seja, o planejamento em seu sentido moderno.

A partir de então, pode ver-se como serão superadas pela idéia de plano geral as formas fragmentárias de intervenção existentes, ainda que esta superação não suponha necessariamente (“e urbanização”, “de extensão”, “de *ensanche* e extensão”, ou inclusive “regional”) que assumirá, em parte, essas formas preexistentes, em princípio de modo muito eclético e conciliatório, como técnicas e metodologias adotáveis, incertas em sua estratégia global. (TERAN,1978, p. 28)

Para Teran (1978), tal fato também ocorreu com as “ordenanzas municipales” - que precederam o modelo do *ensanche*, na Espanha - com história autônoma, cuja conjunção de disposições tradicionais e novas, algumas de origem remota, ou também com a técnica dos planos de alienações, que passaram por evolução desde os planos geométricos, cuja realização data do século XVIII, e receberam sua normatização através das diversas Instruções para sua elaboração, em 1846, 1853,1859. Evidencia-se, assim, que no momento da elaboração do plano de Cerdà para Barcelona, estavam presentes os elementos do formalismo dos traçados geométricos, como as simetrias, as diagonais cruzadas que proporcionaram o seu principal repertório de formas.

2.5.10 Teorização das proposições de Cerdà: urbanismo de rede e a concepção reticular

As propostas urbanísticas de Cerdà apresentam duas concepções que caracterizam o aspecto inovador de seu projeto para Barcelona, uma vez que essas concepções, de estruturação do espaço, redefiniram as formas urbanas da cidade moderna a partir do século XIX. A primeira, é o urbanismo de rede: mobilidade e serviços de infra-estrutura; a segunda, é a concepção reticular: modelo de estruturação dos equipamentos gerados pela geometria ortogonal.

Urbanismo de rede

A presença do entrelaçamento de infra-estruturas técnicas é uma das características das civilizações desenvolvidas, onde as experiências teóricas do urbanismo que levam em consideração as redes – malhas, como elementos definitórios das proposições urbanísticas, são encontradas no trabalho de Ildefonso Cerdà.

A descoberta de uma parte fundamental do corpo teórico do projeto de Cerdà, produção teórica e quase a totalidade de sua produção gráfica, confirma o papel central que é dado às infra-estruturas de rede na definição do urbanismo.

Dada à multiplicidade de entrelaçamentos - redes e sua complexidade - devemos distinguir as múltiplas dimensões que o objeto “rede” compreende ao mesmo tempo: uma morfologia (um traçado), uma infra-estrutura (rede de suporte), uma funcionalidade (rede de serviços), um modo de regulação (uma rede de comando, particularizando a coordenação entre rede-suporte e rede serviços), uma territorialidade (o estudo da disposição de pontos reunidos para a constituição da rede).

Na evolução das redes urbanas, a introdução de diferentes meios de transportes urbanos e de comunicação têm um papel central na análise das teorias de Cerdà para Barcelona. Ele, como engenheiro, viu a introdução do vapor na indústria e na locomotiva, pressentiu que o telégrafo e a estrada de ferro criariam uma mudança na urbanização. (MAGRINYA, 1996, p.8)

Para Cerdà, a relação entre os habitantes é a causa da urbanização e se manifesta através de relações de mobilidade representadas pelo conceito de viário. Esse conceito se traduz na possibilidade de movimento, da circulação rápida direta, sem limite.

Cerdà vai fundar uma nova teoria urbanística que possua como instrumental principal a facilitação do viário. Entretanto, ao se desenvolverem espaços destinados de maneira privilegiada ao fluxo, o tecido urbano deve se adaptar à introdução dos novos meios de transporte e comunicação.

Cerdà introduz, assim, um novo conceito para gerir esse novo cenário: a unidade (totalidade), vias-intervias (praças internas às edificações nas quadras), incidente sobre a analogia entre espaço de fluxo e espaço de morada. Ele elabora vários projetos, terrenos de análise e de confrontação de suas teorias.

Para análise da evolução de seu pensamento de um urbanismo de rede, Cerdà elabora um primeiro anteprojeto para o *Ensanche* de Barcelona em 1855 e, quatro anos mais tarde, ele apresenta o Plano e o Memorial do Projeto do *Ensanche* e da Reforma de Barcelona. Finalmente, em 1863, por ocasião do anteprojeto de *Docks*, ele elabora uma redefinição do projeto de 1859 para adaptar a introdução da estrada de ferro. Todos esses projetos estão acompanhados de tratados, que se tornaram os fundadores da nova disciplina que Cerdà encaminhou à fundação.

Concepção reticular

No anteprojeto do *Ensanche* de Barcelona de 1855, Cerdà formula uma análise dos elementos da urbanização: a habitação, a rua e os serviços urbanos .

Nesse primeiro anteprojeto, o elemento central é a introdução de novos meios de transporte e de serviços urbanos (Figura 2) que vão mudar as cidades. (MAGRINYA, 1996, p.9).

Cerdà pensou uma extensão sem limites da cidade, com um desenho integrado das povoações dos arredores e a multiplicação por dez da superfície da antiga aglomeração.

A importância dada ao viário estabelece um princípio de independência dos modos de transporte. A seção modelo de 35 metros de largura deriva deste princípio – essencial para a concepção dos espaços de fluxo e que permite a separação da circulação de pedestres, da circulação com rodas e da circulação ferroviária. Por outro lado, o princípio viário permite a utilização de diferentes formas geométricas. No entanto, Cerdà, no projeto de Barcelona, esquematiza um plano de redes de serviços, cujo desenho urbano adota um modelo de estruturação dos equipamentos orientado pela geometria ortogonal, que, por sua vez, determina o funcionamento de todas as redes de urbanas, submetidas, assim, às exigências de salubridade e de comunicação da cidade moderna.

Ao mesmo tempo em que Cerdà propõe diferentes combinações de quadras (ilhas), ele leva também em consideração um sistema de redes associadas. Ao desenhar uma rua de vizinhança, separada do viário no interior do

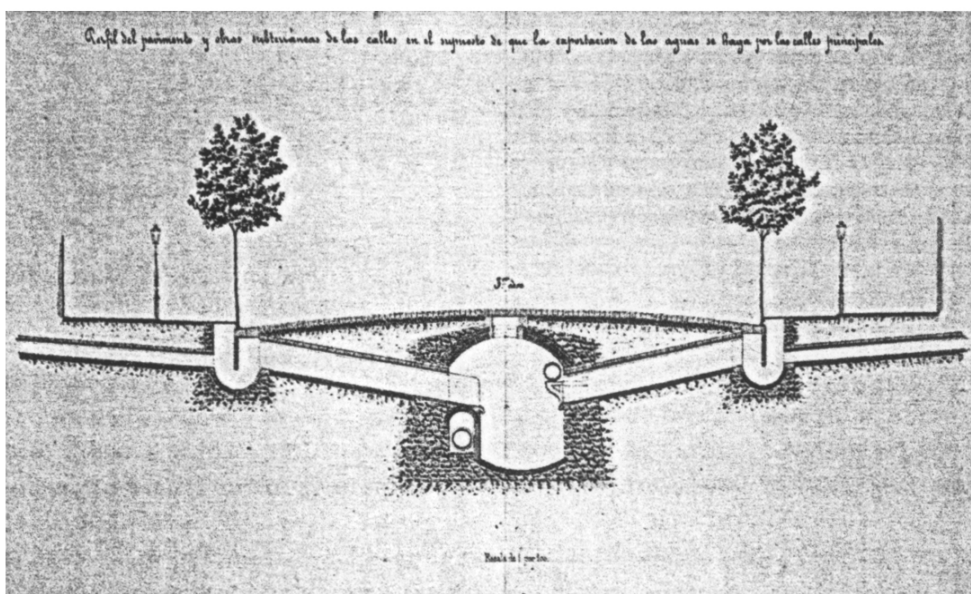
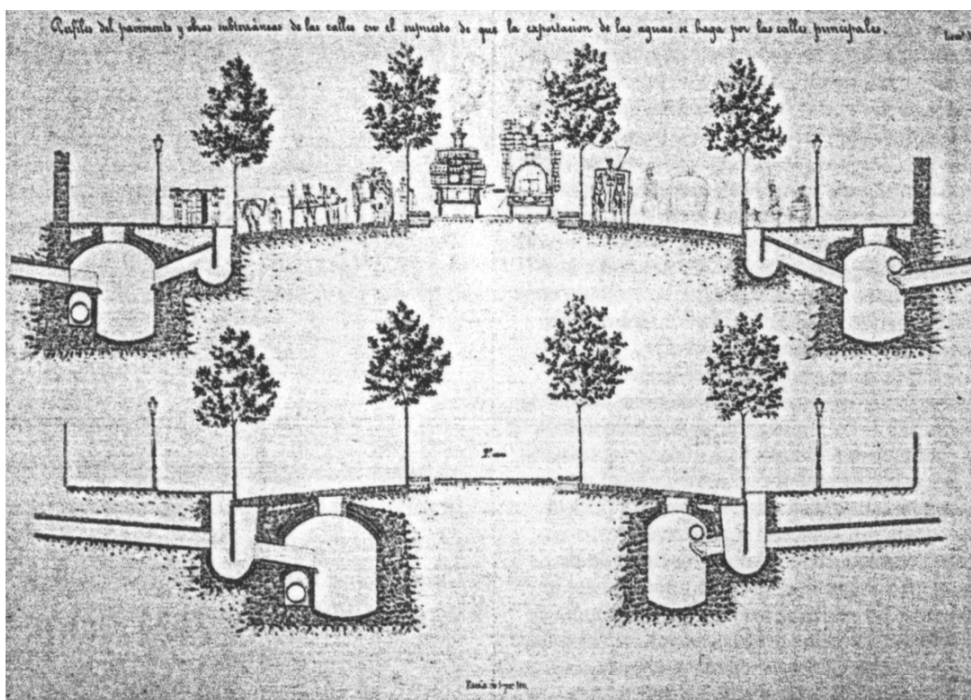


FIGURA 2 – Perfil dos pavimentos e obras subterrâneas das ruas, contemplando soluções possíveis.
 FONTE- SORYA Y PUIG, 1996, p. 155

agrupamento de quadras propostas, ele situa uma galeria subterrânea que agrupa diferentes serviços urbanos - saneamento, água potável, gás e telégrafo. Uma unidade dentro do conjunto rua – quadra compreende edificação, jardim, rua e serviços no projeto de Barcelona. Portanto, o trabalho de Cerdà foi inovador e pioneiro ao considerar a rede de mobilidade e de serviços urbanos como elementos estruturais de suas proposições urbanísticas (MAGRINYA, 1996,p.9).

No *Ensanche* de Barcelona de 1859, Cerdà concentra seus esforços em definir uma proposta de conjunto perfeitamente acabada do que deveria ser a nova cidade. Neste projeto, ele inicia seu discurso reconhecendo a quadrícula como o traçado que reúne vantagens de circulação com vantagens topográficas, construtivas, jurídicas e urbanísticas superiores a qualquer outro. Para calculá-la formula uma equação geral e, depois de ensaiar diversas grandezas a partir de quadras sempre quadradas e segundo as quatro modalidades, define a base dos blocos com chanfros. E chega à conclusão de que a mais adequada é a de 113x113 metros, com chanfros e ruas de 20 metros de largura. A partir desses módulos entre eixos estabelece-se uma malha quadrangular paralela ao mar. Essa área, que respeita o centro histórico, se assemelha a um grande retângulo de 60x20 módulos, previamente adaptados aos elementos naturais pré-existentes (*Montjüic*) e ao centro histórico.

No projeto de 1859, Cerdà notou, especialmente, que já existia um sistema viário transcendental que atravessa o globo terrestre: o conjunto de linhas marítimas e de estradas de ferro. Conseqüentemente, ele considera que é necessário que as cidades sejam bem conectadas ao esquema e ao plano dessas vias transcendentais. Cerdà propõe uma classificação de vias situadas na cidade em três tipos: transcendentais, urbanas e particulares. Ele inscreve a trama do projeto sobre o espaço geométrico de Barcelona e desenha quatro vias transcendentais que conectam a cidade com a civilização: *Gran Via*, *Meridiana*, *Para-lel* e a *Diagonal*.¹⁴ Esses eixos são estruturalmente os que definem a cidade de Barcelona (MAGRINYA, 1996, p.9)

¹⁴ Cabe notar que os nomes *Para-lel* e *Meridiana*, adotados por Cerdà, dizem respeito a sua vontade de monumentalizar o meridiano que passava por Paris, tocava Barcelona e que havia sido mensurado por Mechain e Delambre em 1789, por ocasião da convenção Francesa, para substituir a base de um novo sistema métrico universal, que se implantou na Espanha, precisamente em 1855. Prolongadas as duas diagonais, a *Meridiana* e a *Para-lel* terminam no mar, sendo que a bissetriz coincide com o “*decumanus*” da *Barcino* romana. A outra grande diagonal do plano, é designada intencionalmente por Cerdà com o nome de *Diagonal*.

Esse tipo de cidade foi definido por um retângulo de 1x3, ou seja, 20x60 quadras, nas quais a Meridiana e a *Para-lel*, são as diagonais dos respectivos quadrados de 20x20 quadras, e são também as diagonais, dos duplos quadrados de 20x40 quadras. Este é o modelo síntese dos traçados urbanísticos básicos, o da quadrícula e da radial, mas subordinando o segundo ao primeiro, confere ao tipo urbano escolhido por Cerdà: uma situação de privilégio na história do urbanismo. Para o ordenamento das casas, continua usando o tipo de 1855, como elemento de referência, onde as ruas reduzem suas dimensões para 20 metros com 6 metros de calçada no centro. No sistema geral de saneamento, a diferença básica em relação ao projeto de 1855, está na substituição da evacuação de sólidos das fossas sépticas impermeabilizadas pelo sistema hidropneumático e pelo desaguamento geral das águas em canalizações exclusivas.

Para a definição dos espaços de fluxo, fundamentais para a estruturação do sistema viário, Cerdà, usa o princípio da independência dos meios de transporte, o princípio da continuidade do movimento. O chanfro resulta, assim, da vontade de Cerdà de conservar, nos cruzamentos, a totalidade da superfície destinada ao sistema viário.

Ele propõe, ainda, uma forma ortogonal: o melhor sistema viário possível para a cidade, em comparação às malhas radioconcêntricas e ortogonais. A justificativa da trama quadrada em relação a uma base retangular e ou radioconcêntrica é motivado por uma vontade de assegurar a igualdade dentro da mobilidade. Mas a contribuição de Cerdà não se situa na escolha do quadrilátero, pois há muito tempo já existiam (cidades de fundação romanas, americanas etc.); ela reside muito mais na definição dos parâmetros aplicáveis à trama proposta (Figura 3) (Figura 4). Esses parâmetros, comparados a toda forma urbana anteriormente utilizada, estabelecem um novo equilíbrio entre morada e mobilidade. Tal proposição, que permanecerá em vigor durante quase um século (1860-1953), será um dos resultados mais originais do projeto de *Ensanche* de Barcelona de 1859.

O viário é o elemento central das proposições de Cerdà, que não se limita simplesmente à canalização de fluxos. Cerdà coloca as seguintes questões: primeira, quais são as funções que devem ocupar a rua e, segunda, como essas funções devem responder ao mesmo tempo, às exigências da locomoção e às do organismo social e urbano. (MAGRINYA, 1996, p.10)

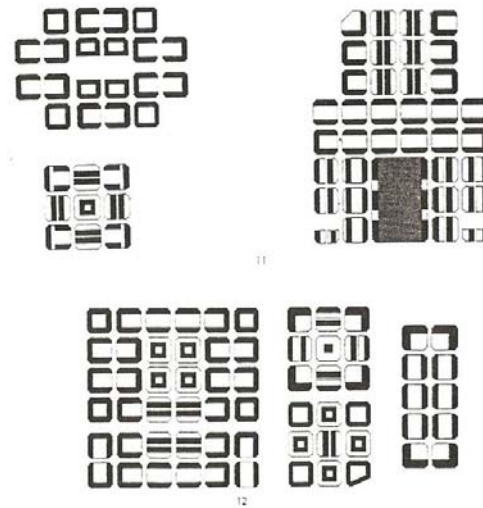


FIGURA 3-Detalhes compositivos do plano do ensanche de 1863
 FONTE- SORIA Y PUIG, 1996, p. 343

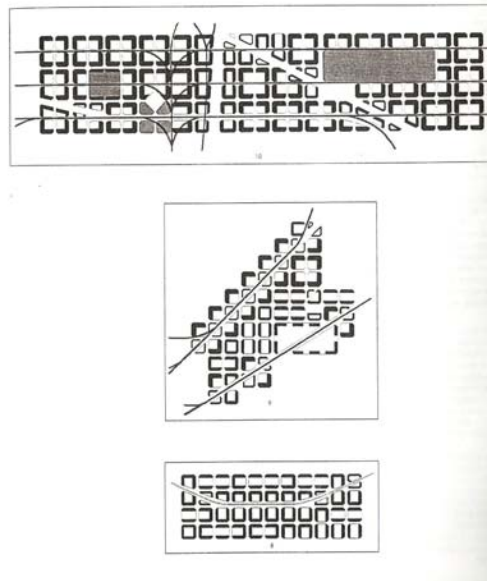


FIGURA 4- Disposição das quadras ao longo do canal coletor para evitar inundações.
 FONTE-SORIA Y PUIG, 1996,p.340

O interessante da proposição de Cerdà reside nos processos de “definição de uma nova forma urbana, centrada sobre uma dialética entre espaços de fluxo e espaços de moradia, no século XIX.” (MAGRINYA, 1996, p.10)

Cerdà entende a urbanização como uma relação entre o que contém (conjunto de vias e habitações) e o conteúdo (população). Ele desenvolve os princípios derivados desta relação com uma atenção particular aos elementos constitutivos do que contém, ou seja, as vias e intervias e suas inter-relações. De outro modo, ele dá uma importância capital às relações entre a moradia (intervia) e a mobilidade (via), enquanto componentes capazes de dar uma racionalidade ao desenho dos diferentes espaços que são o quarto, a habitação, uma escada de vizinhança, uma quadra, um bairro, suscetíveis a análises similares, cada qual com sua escala social.

Para o projeto de 1859, Cerdà havia proposto dois blocos definidos a partir de um modelo de habitação, sem ainda uma imposição definitiva da forma.

No projeto de 1855 (Figura 5) (Figura 6) (Figura 7), ele vai definir a casa como ponto de partida. Mas só em 1859 ele define precisamente a dependência entre edificação, jardim e rua. A via tipo de 20m de largura e seus chanfros determinarão o quadro da forma urbana. Esses parâmetros definirão a quadra (ilha) entendida como um conjunto, permanentemente articulado dos diferentes elementos da moradia (edificação, terreno, parcelamento) com aqueles da mobilidade (calçada, passeio). (MAGRINYA, 1996, p.11). Esta estrutura escolhida para o *Ensanche* de Barcelona, mostra de que maneira pode se ordenar, a partir de um pequeno número de parâmetros e de uma extrema liberdade, a complexidade construtiva própria de um tecido urbano. A estrutura de conjunto do *Ensanche* de Barcelona baseia-se em um sistema ortogonal de vias, balizada de praças ortogonais nos cruzamentos de ruas, simples, mas, ao mesmo tempo, complexo pelos processos de definição dos parâmetros.

As ordenações do projeto de 1859 (Figura 8), apresentadas por Cerdà um ano mais tarde, são o exemplo mais claro dessa concepção liberal. O projeto de 1859 é de fato, um plano de alinhamento. Um tipo de intervias composta de dois blocos de habitação e de um jardim central é proposto, mas a regulamentação associada autoriza múltiplas possibilidades, permitindo às vias e intervias apoderarem-se totalmente da forma. Os alinhamentos e os chanfros são elementos singulares que caracterizam o plano, encontrando uma materialização

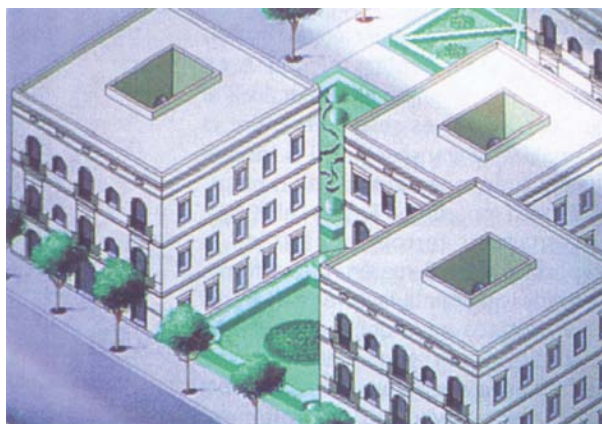


FIGURA 5- Fragmento de uma quadra – casas unifamiliares do ante-projeto de 1855
 FONTE-Catálogo Mostra Urbs y Territori,1994,p.22

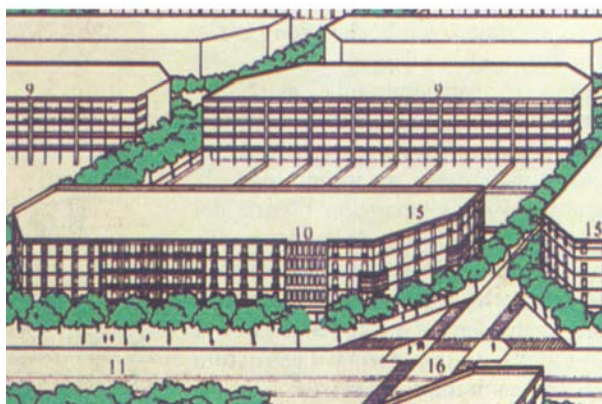


FIGURA 6 –Quadras e dos blocos do projeto de 1859.
 FONTE-Catálogo Mostra Urbs y Territori,1994, p. 22

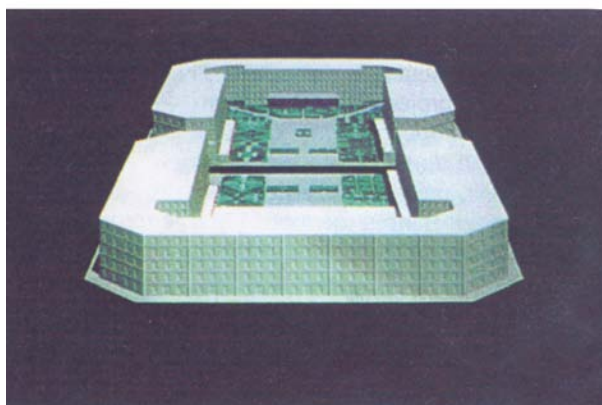


FIGURA 7- Quadras de três blocos da proposta de 1863.
 FONTE – Catálogo Mostra Urbs y Territori,1994,p.22

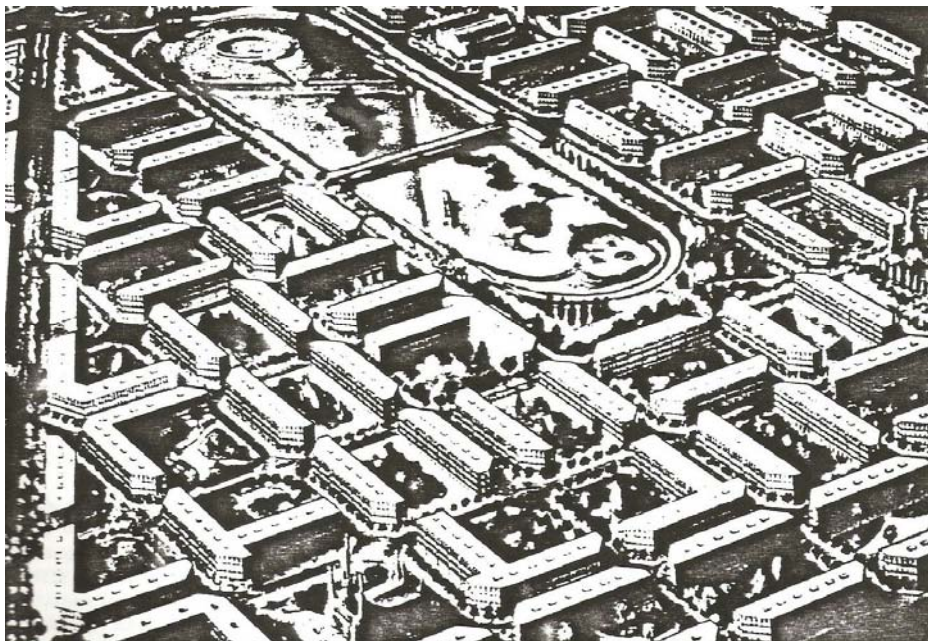


FIGURA 8- Projeto Ensanche de Barcelona de 1859.
FONTE- MAGRINYA, 1996, p. 11

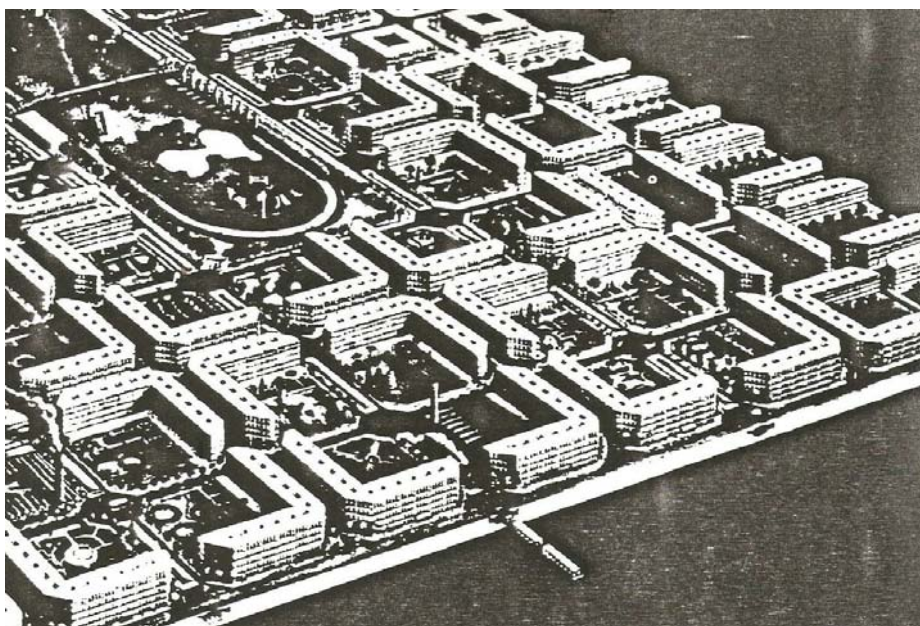


FIGURA 9 - Projeto de Docks de Barcelona de 1863
FONTE – MAGRINYA, 1996, p. 18

nas linhas das fachadas, ou então, em grau menor, dentro deles, os muros limites entre mobilidade e morada claramente estabelecidos.

Noção de via-intervias face à edificação e ao parcelamento. A adaptabilidade da noção de via-intervia encontra-se em diferentes gradações. Com as mesmas unidades, Cerdà define diferentes níveis de intervias:

(...) a quadra (ilha), o grupo de quatro quadras (ilhas) formam a quadra ferroviária; o bairro (grupo de 25 quadras); o distrito (grupo de 10x10 quadras) e o setor (grupo de 20x20 quadras). Essas diferentes intervias são definidas pelas larguras das vias (20,30/50m). (MAGRINYA, 1996, p.12)

As intervias do *Ensanche* possuem diferentes tipos de parcelamento. A grande riqueza do *Ensanche* reside no fato de que essas intervias do plano podem receber construções também diferentes como a casa individual, os hotéis, o duplo U do Fomento do *Ensanche*, a urbanização de pavilhões, as usinas (fábrica Batló), o agrupamento de quadras (universidade de Barcelona), os edifícios administrativos etc.

2.5.11. O anteprojeto de Docks de Barcelona de 1863: a introdução da estrada de ferro na cidade

Em 1863 (Figura 9), Cerdà aproveitou de um anteprojeto de *Docks* de Barcelona para desenhar uma redefinição do plano de 1859. A contribuição mais significativa dessa redefinição é a incorporação definitiva da estrada de ferro na rede viária. Como diz Cerdà, ele quer realizar uma “urbanização ou domesticação da locomotiva”; desse modo ele propõe uma rede ferroviária e o estudo das quadras específicas destinadas à integração de fábricas, estabelecimentos comerciais, depósitos e habitações da nova cidade industrial. (MAGRINYA, 1996, p.13)

A união entre o transporte marítimo e o transporte terrestre é o elemento central de seu plano. A solução do novo urbanismo de estradas de ferro proposto para o *Ensanche* supõe a presença de um cinturão conectado a estações destinadas à união marítima-terrestre. Propõe também, a extensão de um eixo trilinear, composto de três linhas de estradas de ferro paralelas transversais à cidade e conectadas ao alojamento – morada - residência,

definindo um tecido adaptado às novas necessidades geradas pela estrada de ferro. (MAGRINYA,1996, p.13)

A introdução da rede ferroviária fez Cerdà adaptar a grelha do *Ensanche*: ele recompôs de forma diferente os blocos de quadras. Cerdà definiu a composição da quadra ferroviária, através da união de um grupo de quatro quadras, com blocos de habitação em forma de L, os quais compõem uma nova intervia transversal em seu meio, que é a via da estrada de ferro. É uma especialização de vias segundo o meio de locomoção, onde situou a estrada de ferro em um nível diferente das outras vias. Cerdà adaptou ainda as novas edificações à conexão de suas duas redes (subterrânea para a estrada de ferro e ao nível da calçada para o viário) e aos desenhos, de maneira a englobar os estabelecimentos comerciais-depósitos, as fábricas-oficinas e as habitações. Nas quadras ferroviárias, onde se sobrepõe a residência à indústria, mais uma vez recria-se a unidade residência e trabalho, que desde a desintegração da casa e da cidade artesã se havia rompido. Esta integração que vem juntamente com a proposta de urbanizar o campo e ruralizar a cidade, contida no tipo de cidade industrial de Cerdà, pode ser considerada a proposta mais nova e resolutiva que já foi formulada sobre uma cidade industrial.

De outro lado, ele estuda a interação entre a rede ferroviária e a rede de saneamento subterrânea (Figura 10) (Figura 11). Ele define as cotas da urbanização, do terreno e do saneamento destinadas à restituição possível da instalação do sistema ferroviário proposto, para estabelecer um projeto definido nas três dimensões, levando em consideração o relevo (topografia natural) e a articulação das diferentes redes de serviços urbanas.

Seu anteprojeto trabalha a idéia de um plano de cinturão ferroviário ao redor da antiga vila que atravessa o *Ensanche* definitivamente. O plano de Jauselly, do começo do século, retoma o cinturão ferroviário, mas este plano jamais foi aprovado. As ruas Aragó e a Gran Via são as duas vias transcendentais, finalmente executadas, paralelamente à linha da costa.

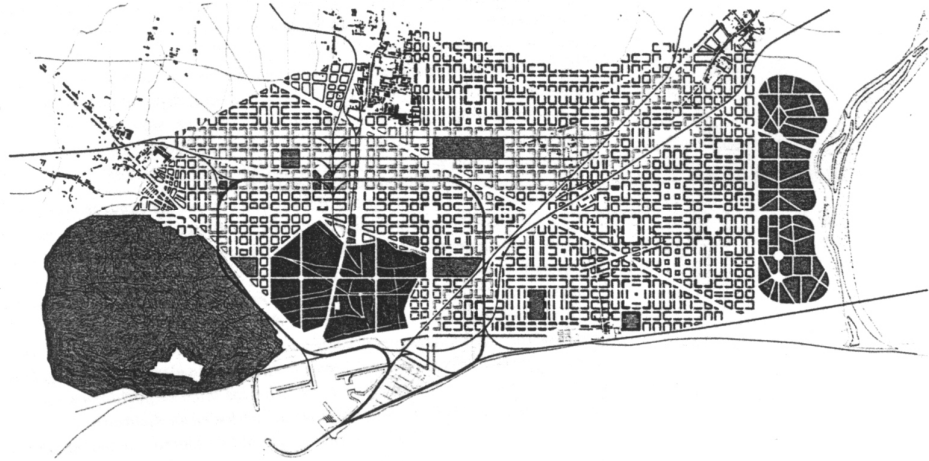


FIGURA 10 – A urbanização da locomotiva: vias e quadras ferroviárias que aparecem na reelaboração do Projeto do Ensanche de Barcelona.
 FONTE- SORIA Y PUIG, 1996, p.335.

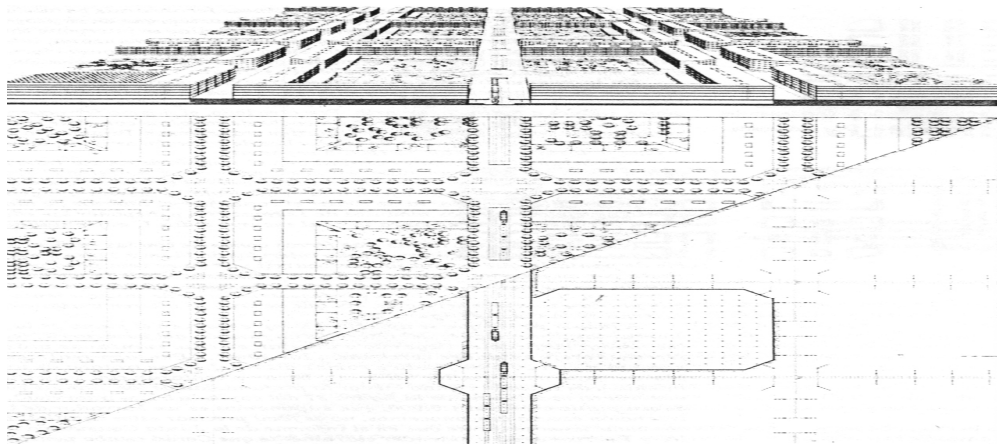


FIGURA 11- Perspectiva e planta das quadras ferroviárias de 1863 com as vias semi-enterradas. Exposição Cerda de 1994.
 FONTE- SORIA y PUIG, 1996, p.

CAPÍTULO III

A CRISE DA MODERNIDADE E A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA

Partindo da idéia de que a própria noção de crise do urbano é subjacente a todo conhecimento e instrumental teórico-prático que vem norteando a percepção da cidade desde o século XIX, emerge uma questão importante para o desenvolvimento do terceiro capítulo deste trabalho: a estrutura conceitual de entendimento do urbano teria realmente sido alterada no final do século XX e início do XXI? Haveria efetivamente uma crise dos modelos de estruturação do espaço urbano no contexto do que tem sido denominada condição pós-moderna?

Tendo como pano de fundo a idéia de crise, as teorias são formuladas com o intuito de avaliar a possibilidade explicativa ou não, neste século XXI, de uma nova estruturação do espaço urbano, considerando a impossibilidade de reprodução dos modelos urbanísticos universais.

Os problemas colocados pela pós-modernidade são problemas paradigmáticos advindos do surgimento de novas questões práticas e teóricas, como desafios aos conhecimentos tradicionalmente construídos.

Entretanto, é o posicionamento de autores sobre o esgotamento dos princípios da modernidade e o surgimento da pós-modernidade que constrói um panorama de crise generalizada, o que proporciona importantes indicações para a continuidade do trabalho.

Após 1970, o capitalismo apresenta acentuada crise. É o fim de uma era que leva a emergência de inúmeras concepções, entre elas o diagnóstico do desgaste da modernidade, analisada, como já vimos, de maneiras diferentes e até opostas.

É o momento de falência do liberalismo diagnosticado num período de ascenso do capitalismo. É um momento que ultrapassa os limites do econômico, mas interfere na vida das pessoas e em seu comportamento.

No seu livro, *A perda da imaginação sociológica*, C. Wright Mills (1989), evidencia que a sensação de estar encurralado diante de enormes mudanças que ocorrem na estrutura da sociedade é produto contraditoriamente da existência, na sociedade da época, de uma relação direta entre a realidade histórica e a vida individual das pessoas, que, ao invés de aproximar os indivíduos da realidade

histórica afasta-os, fazendo-os perder a potencialidade histórica de ação consciente na própria história.

Os indivíduos não têm consciência que o distanciamento da história é causado pelas transformações rápidas e complexas da sociedade, assim assinala Mills:

Raramente têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial; por isso, os homens comuns não sabem, quase sempre, o que essa ligação significa para os tipos de ser em que se estão transformando e para o tipo de evolução histórica de que podem participar. (...) Não podem enfrentar suas preocupações pessoais de modo a controlar sempre as transformações estruturais que habitualmente estão atrás deles. (1989, p.10)

No panorama histórico, um período de relativo ascenso do capitalismo, que nos interessa neste trabalho, é a chamada Era do Ouro, por sua relação histórica com a crise que irá se agravar na década de 80, recorte no tempo que será objeto de análise teórica e prática do urbanismo contemporâneo em Barcelona.

O autor e historiador, Eric Hobsbawn, no seu livro *Era dos Extremos* (1995), analisa a chamada Era do Ouro, da qual destacamos quatro aspectos: primeiro, engloba o período que vai do final da II Guerra Mundial até a década de 1970, quando já se fazia presente uma crise que irá se agravar na década de 1980. O autor comenta que os economistas consideram esse período como uma fase excepcional na história do capitalismo, “talvez uma fase única”. Foram 30 anos de desenvolvimento ininterruptos. (p.253).

Segundo, o autor, devido ao desenvolvimento tecnológico que gerou, esses trinta anos representaram um avanço qualitativo no desenvolvimento do capitalismo. Foi um período no qual o surto econômico foi movido pela revolução tecnológica, multiplicaram-se os produtos melhorados e apareceram novos produtos, muitos dos quais “inimagináveis antes da guerra” que exigiu alta tecnologia e preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil:

Radar, motor a jato e várias idéias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia da informação do pós-guerra. Sem elas o transistor (inventado em 1947), e os primeiros computadores digitais civis (1946) teriam aparecido consideravelmente mais tarde. Talvez felizmente, a energia nuclear, utilizada primeiramente durante a guerra para destruição, permaneceu em grande parte à margem da economia civil, a não ser (até agora), por uma contribuição marginal para a geração de energia elétrica no mundo – cerca de 5% e, 1975. Se essas inovações se basearam na ciência de entre - guerras ou do pós-guerra, no pioneirismo técnico ou mesmo comercial do período compreendido entre os conflitos, ou no grande avanço pós-1945 - os circuitos

integrados desenvolvidos na década de 1950, os lasers na década de 1960 ou os vários subprodutos dos foguetes espaciais - isso pouco importa para o nosso objetivo. Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira vez ultrapassaram decididamente a tecnologia do século XIX. (HOBSBAWN, 1995.p. 260)

O terceiro aspecto diz respeito à mudança tecnológica que levaria a uma significativa alteração na vida cotidiana das massas no mundo rico e também, com menor intensidade, no mundo pobre, isto é porque essa revolução tecnológica trouxe consigo uma mudança no consumo e na consciência do consumidor:

A revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de nada para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores laptop. A crença era que “o *novo* não só equivaleria a melhor, mas a absolutamente revolucionado”. (HOBSBAWN, 1995.p. 261).

No quarto aspecto, o autor discorre sobre a pesquisa que se tornou fundamental para o crescimento econômico, reforçando a já vantagem “das economias de mercado desenvolvidas” sobre as demais. Além disso, o processo de inovação passou a ser tão contínuo que “os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tornaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção”. (HOBSBAWN, 1995.p. 261)

Foi essa relação entre pesquisa e desenvolvimento que elevou a uma quantidade superior e mais complexa o caminho que ia da descoberta (ou invenção) à produção, o que tornariam cada vez mais dispendiosos os gastos necessários para percorrê-lo.

O período da Era do Ouro é a ante-sala na qual se gestou o atual desenvolvimento tecnológico, as mudanças nas relações de trabalho, colocadas por Harvey (1994) e a chamada sociedade de consumo, discutida por Baudrillard (2003). Após 1970, o capitalismo apresenta acentuada crise; é o fim da Era do Ouro, o que leva à emergência de inúmeras concepções, entre elas, o diagnóstico do desgaste da modernidade.

Esse panorama de crise propicia enormes contradições também nos meios intelectuais. A luta entre as ideologias que alimentaram todo o período moderno, desde o seu surgimento, não deixará de alimentar, também, sob novo patamar, o chamado pós-moderno ou não, que caracteriza o final do século XX.

Hobsbawn (1995) afirma, ao terminar o livro *Era dos extremos - o breve século XX 1914-1991*:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo tirânico processo econômico e tecnocientífico de desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três últimos séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas sociais da economia capitalista estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e - se os leitores partilham da tese deste livro - por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para a mudança da sociedade, é a escuridão. (1995, p. 561-562)

A afirmação de Hobsbawn (1995) “nosso mundo corre o risco de explosão e implosão, tem que mudar”, é ao mesmo tempo um alerta, uma esperança e uma convicção na possibilidade de superação histórica desta sociedade que, em seu desenvolvimento, gera ao mesmo tempo novas e potentes forças produtivas, com as quais nenhum homem no passado poderia ter sonhado, e contraditoriamente relações sociais tão impregnadas de exclusão, injustiça e exploração. Por conta disso, essa contradição gera uma polêmica nesse panorama configurado por Hobsbawn (1995).

Perry Anderson (1995), no seu livro *Balanço do neoliberalismo*, aponta a polêmica: a Idade do Ouro pressupunha também a idéia da possibilidade do desenvolvimento do capitalismo, livre de todas as regras e amarras. Essa polêmica, segundo Anderson, não se dava apenas tendo como ponto central a questão de regulação, defendida pelo keynesianismo, mas consistia, segundo os adeptos do grupo de Mont Pélerin, num aviltamento dos princípios do liberalismo. Entretanto, ao detectar uma crise na concepção liberal, propõe-se uma reestruturação no sentido de adaptá-la às novas exigências históricas. Anderson (1995) assinala que os defensores da liberdade de regras contrapunham propostas ao que diziam ser o principal risco da concepção do Estado de bem-estar social:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem atendido) deste período, promovido pelo estado de

bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo - na realidade imprescindível em si - pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Essa mensagem permaneceu na teoria por mais de 20 anos. (p.10)

A formulação do grupo de Mont Pélerin ficou por mais de 20 anos na teoria, na medida em que ocorre o triunfo necessário do Estado de bem-estar. No entanto, com a chegada da crise em 1973, o mundo capitalista entra em uma longa e profunda recessão que culmina, e esta é a novidade, em baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. É nesse panorama que as idéias neoliberais tomam impulso e as idéias de Hayek são implementadas de forma diferenciada em vários países, possibilitando ao neoliberalismo alcançar, no final do século XX, sua hegemonia como ideologia.

Outro autor que discute, após a II Guerra Mundial, a idéia de crise no estatuto do saber, através da retomada da prosperidade do capitalismo, por um lado, e o progresso das técnicas por outro, é Lyotard (1979):

A “crise” do saber científico, cujos sinais se multiplicam, desde o fim do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que por sua vez, seria o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência deveria encontrar o seu lugar, deixa-as se emanciparem. (p.71)

O período após a Guerra trouxe como conseqüência a renovação do espírito da livre iniciativa capitalista, fez cair por terra e em descrédito a alternativa comunista de superação do capitalismo e movimentou-se incessantemente no desenvolvimento das ciências e das tecnologias.

Há, portanto, modos diferenciados de conceber a idéia de crise, referenciada por vários autores no processo histórico descrito. No entanto, faz sentido falar também, em crise da modernidade, como um processo histórico que completou o seu curso, e é possível afirmar o surgimento de uma nova condição, que pode ser designada de como pós-moderna.

A modernidade cedeu lugar a uma outra condição, reveladora de novos e particulares fatores econômicos, políticos, sociais, ideológicos e culturais. E como defende Santos (1996), entre o desgaste da modernidade e o surgimento da pós-modernidade plena ocorre um período de transição, que é o período descrito no final do século XX e início do século XXI.

Para discussão das teorias urbanas, diluídas na fragmentação proposta por esse período de transição paradigmática chamado de pós-modernidade, devem-se buscar no âmbito do entendimento e teorização do urbanismo contemporâneo, formulações, conteúdos, paradigmas e projetos urbanos significativos vinculados a essa diversidade de tendências contemporâneas.

Autores como Frampton (1997) e Montaner (1993) expõem a fragmentação em múltiplas tendências do pensamento urbanístico contemporâneo, como teoria e realização. Esses autores constroem uma análise sobre as tendências que se expressaram na arquitetura e urbanismo a partir da década de 60.

Montaner (1993) avança na denominação da condição pós-moderna para este período, ao expor que a partir de 1945, assiste-se a uma simbiose dos pressupostos do Movimento Moderno, como os aportes de outros contextos, culturas e identidades, em relação às suas tradições, suas formas específicas de entendimento do espaço, sua disponibilidade de materiais e condição criativa, mesmo que aqui se possa estabelecer uma reação a posições críticas mais veementes e específicas, como as expressas por Jane Jacobs (2000), em 1961. Por um lado, tratava-se, no entender desse autor, de superar o esquematismo da produção do Movimento Moderno e resgatar a ruptura com a tradição e a evolução histórica da arquitetura e do urbanismo. Por outro lado, aceitava-se a recolocação da idéia de cidade, ante o que considera o indiscutível fracasso da urbanística racionalista, com sua separação de funções e o entendimento da criação/renovação de cidades a partir da aplicação de princípios cartesianos.

De maneira similar, Frampton (1987) vai formular sua análise a partir do conhecimento do período do pós-guerra, utilizando-se de categorias de análise que buscam na história do pensamento político e social vinculado à modernidade no século XX, um elo contemporâneo no qual, de forma similar a Montaner (1993), esquematicamente, aponta para a compreensão de tendência, como tendência expressiva na reconstrução da memória e sua reinterpretação, derivação do próprio entendimento contextualista do urbanismo contemporâneo. O Regionalismo Crítico é objeto de entendimento deste trabalho, através de sua formulação teórica e sua expressão prática nos projetos de Barcelona, por ocasião da realização das Olimpíadas de 1992. Pretende-se abordar a discussão sobre a cidade racionalista e seus desdobramentos contemporâneos através do paradigmático urbanismo barcelonês. A temática fundamental é a compreensão

do período contemporâneo que está fortemente alinhada à imagem contextualista da discussão do urbanismo contemporâneo, que alguns autores enfatizam como Regionalismo crítico, que estabelece uma concepção de valores simbólicos culturais com a utilização de uma linguagem universal, resgatando a idéia de consciência política que é, ao mesmo tempo, resistência e assimilação consentida. Neste caso, a discussão sobre esta tendência releva a dicotomia entre a tradição e o novo, como cultura mundializada.

3.1 As concepções de vanguarda do Movimento Moderno e as concepções teóricas da pós-modernidade

Os autênticos pioneiros do Movimento Moderno, para Pevsner (1962), foram aqueles que logo no início se declararam "partidários da arte da mecânica". Os poetas e escritores, como Walt Whitman e Zola, foram os primeiros marcados pelas "irresistíveis maravilhas da civilização e da indústria moderna". (p.29). Pevsner assinala os primeiros arquitetos do Movimento Moderno:

E os primeiros arquitetos que "admiraram a máquina" e compreenderam o seu significado e as conseqüências que implicava para as relações entre a arquitetura e a decoração foram dois austríacos, dois americanos e um belga: Otto Wagner (1841-1918), Adolf Loos (1870-1933), Louis Sullivan (1856-1957), Frank Lloyd Wright (1869-1959) e Henri van de Velde (1863-1957). A esses cinco deve-se acrescentar um inglês, Oscar Wilde (1856-1900) (...). Disse ele em uma conferência em 1882: "Todas as máquinas podem ser belas, mesmo sem ornamentação. Não vos preocupeis com a decoração. Não podemos deixar de pensar que qualquer máquina é graciosa, pois a linha da força e a linha de beleza são uma só".

(...) Em 1892, Sullivan dizia já em *Ornament in Architecture* que "do ponto de vista espiritual a decoração é um luxo e não uma necessidade", e que "seria um grande bem para a nossa estética que nos abstivéssemos totalmente do emprego da decoração durante alguns anos, a fim de que o nosso pensamento se pudesse concentrar profundamente na produção de edifícios que, na sua nudez, fossem esbeltos e bem formados". (1962, p.30-31)

Nesse sentido, chamam a atenção as colocações do arquiteto americano, um dos maiores discípulos de Sullivan, que leu em 1901, um manifesto sobre *The Art and Craft of the Machine* que começa com: "nossa época de aço e de vapor (...) a Idade da Máquina, em que as locomotivas, as máquinas industriais, os engenhos de luz e de guerra e os barcos a vapor tomam o lugar anteriormente ocupado na história pelas obras de arte"

(PEVSNER,1962,p.34)¹⁵

Em 1910, Frank Lloyd Wright escreve que o prédio moderno seria uma “entidade orgânica” , que contrasta com antigas agregações de partes; seria, portanto, uma grande coisa, em vez de uma coleção de inúmeras coisas. (PEVSNER, 1962).

Porém, enquanto notadamente os arquitetos expoentes do Movimento Moderno, através de seus trabalhos, enfatizam o princípio da unidade, é esse princípio que é refutado por Lyotard (1989), e se rompe irreconciliavelmente na elaboração teórica da condição pós-moderna.

A linguagem do Movimento Moderno para Steven Connor (1993) insiste repetidamente na unidade do edifício, antes como expressão orgânica de um princípio interior do que como imposição externa da forma. O Movimento Moderno, para Connor (1993), a arquitetura moderna expressa uma fé sempre renovada no racional, e a sua ruptura com o passado nada mais é do que uma restauração da identidade essencial da arquitetura. Pensada em termos estilísticos, a arquitetura moderna, para Connors (1993), seria a expressão, em variados níveis, do princípio da unidade.

Le Corbusier (nascido em 1887) é suíço, mas passou em Paris quase toda a sua vida de trabalho. Le Corbusier, mais do que qualquer outro do movimento moderno, insistia em que a arquitetura era produto da inteligência criativa e individual. A ordem que ela criava era ideal e não pragmática à aceitação temporária do pluralismo contemporâneo na arquitetura ou a uma profunda preocupação com a ausência de qualquer discurso coerente.

Para Colquhoun a grande maioria dos arquitetos do Movimento Moderno foi motivada por “ideais sociais progressistas”. Os arquitetos elaboravam o seu trabalho como uma “grande narrativa que lhes conferia uma razão de ser coletiva e um contexto filosófico e social no qual se poderia inserir a arquitetura”. Talvez o que levou ao declínio a ideologia modernista nas décadas de 70 e 80, segundo Colquhoun, tenha sido o desaparecimento dessa grande narrativa. Assim, nas críticas ao movimento moderno encontram-se dois campos definidos, entre os que têm apenas como objetivo modificar a linguagem da arquitetura, e

¹⁵ O rápido e impetuoso desenvolvimento industrial que formou um mundo capaz, um século mais tarde, de criar o Movimento Moderno, pode ser exemplificado com algumas datas, e como foi a Inglaterra que chefiou a revolução industrial, quase todas estas primeiras datas são inglesas. Interessa particularmente a esse trabalho, a invenção da máquina à vapor com condensador separado (S.Watt, 11765), da caldeira a vapor (1781), do navio a vapor de hélice (1821) e da locomotiva (1825) (PEVSNER, 1962,p. 54)

aqueles mais radicais que têm como objetivo “destruir a estrutura institucional e profissional da arquitetura mediante a exposição dos fundamentos ideológicos dos chamados princípios arquitetônicos”. (2004,p.17)

Colquhoun enfatiza, primeiro, que uma versão mais generalizada e menos visível da grande narrativa da arquitetura moderna, havia desaparecido antes de 1965. É aquela narrativa, segundo a qual, a “história dotava o presente de sua razão de ser”. Entretanto, para o autor, se isso fosse verdade, seria necessário rever a interpretação das raízes do modernismo de forma diferente ao que normalmente se adotava, ou seja, para os historiadores do Movimento Moderno, como Pevsner, Collins e Frampton, que sempre tentaram dotar o modernismo de uma “genealogia, traçando suas origens a uma conjuntura do século XIX, ou mesmo XVIII”, ao traçar essas origens eles estavam “reforçando a noção positivista de que a história é uma progressão contínua, coerente e, em geral benéfica”. Além disso, apoiariam a tese de que a idéia de progresso, propagada nessa visão historicista, inclui necessariamente a “idéia da novidade”, que, no entanto, subentende “que o presente se desenvolveu a partir do passado, em uma analogia à evolução biológica”, e que através dessa idéia fica implícito que a arquitetura do presente contém características herdadas.(2004, p.17)

Há, nessa idéia de progresso, um modelo histórico além de um modelo darwiniano para esse processo e Colquhoun deixa claro que é um tanto forçado pensar o modernismo dessa maneira.

A principal questão do modernismo, tanto em arte como em arquitetura, era que ele representava uma mudança na relação entre o presente e o passado, em vez de ser a continuação de uma relação existente. Sem dúvida essa “ruptura epistemológica” poderia se “explicada” por mudanças na sociologia, tecnologia e economia da arquitetura, conferindo assim, à “novidade” a aparência de ser o resultado de uma causalidade histórica. (2004, p.17-18)

Assim, para Colquhoun, a noção de “modernidade”, na chamada “vanguarda clássica” pode ser apenas parcialmente explicada pelo historicismo, e devem portanto compreender outras tendências. É a partir dessa visão que o autor analisa as condições objetivas da modernidade que justificam a ruptura com a história e o surgimento das reações ao modernismo, incluindo a reação pós-moderna que muito interessa a este trabalho.

Se aceitarmos tal interpretação do “moderno”, as mudanças de opinião dos últimos vinte anos irão parecer uma mera continuação da “crise” que abalou a arquitetura em torno de 1910 – o momento em que ocorreu uma ruptura aparentemente irreversível com a história. Mesmo se sustentássemos que as condições “objetivas” nunca foram determinadas com suficiente clareza para justificar a ruptura com a história exigida pela teoria modernista, temos de admitir que uma vez que essas teorias estavam consolidadas e tinham adquirido força, criou-se uma situação cultural objetiva completamente nova. Foi no contexto dessa nova situação que surgiram as várias reações contra o modernismo (inclusive a mais recente reação “pós-moderna”) e foi a partir desse contexto que elas assumiram seu tom. Assim, todas as maneiras pelas quais o pós-modernismo tentou reintroduzir as formas históricas foram, em sua essência, inequivocamente “modernas”. (COLQUHOUN, 2004, p. 18)

Alan Colquhoun entende o pós-moderno como um momento e não como um estilo definido. Em seu ensaio *Postmodern Critical Attitudes*, o autor adverte para a utilização ambígua do termo pós-moderno, que a seu ver também revela dois modelos distintos de pensamento, um progressista e outro culturalista. O progressista estaria ligado a uma mudança global de pensamento em várias esferas da cultura e traduzido principalmente pela visão de Lyotard em seu livro *A condição pós-moderna*. O culturalista, esse sim, mais facilmente identificável na arquitetura, representaria as várias interpretações existentes frente ao resgate histórico.

Para Colquhoun, as formas históricas que o pós-modernismo tenta reintroduzir, através da tradição que tentam invocar, pertencem ao modernismo que desejam suplantar. Desse modo, para o autor, seria mais adequado interpretar a palavra pós-modernismo como significando “não somente um revivalismo de formas históricas, mas também de todas as tendências, aparentemente dentro do próprio modernismo, que modificaram seu conteúdo original”.(2004, p. 18).

3.2 O Movimento Moderno e o GATEPAC na Espanha

No contexto do movimento moderno, as principais elaborações teóricas sobre o urbanismo e a arquitetura racionalistas foram motivados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), organização fundada em 1928, por um grupo de arquitetos jovens de vanguarda, sob a direção de Le Corbusier, que cerram fileiras para difundir suas idéias e levar adiante uma luta unitária com o fim de impor a nova arquitetura de códigos racionalistas. No entanto, é importante salientar, que é Le Corbusier, a partir da década de 20, o

principal propagandista das teorias urbanísticas racionalistas e aquele que dá forma à cidade moderna ao longo do século XX. Le Corbusier elaborou, assim, as imagens que até o período chamado de pós-modernidade, mantiveram vigentes as estruturas urbanas da cidade moderna: “o uso dos edifícios altos, as grandes áreas verdes na cidade, a separação da circulação de pedestres e veicular; a articulação contínua da habitação coletiva e a resistência ao uso da moradia individual; o conceito de padronização arquitetônico homogêneo da trama urbana”.(SEGRE, 1988, p.160)

O grupo fundador do CIAM, reunido em La Sarraz, organiza uma série de encontros sobre os problemas essenciais da arquitetura e urbanismo. O significado dos CIAM, que têm seu início na Declaração de La Sarraz de 1928 e seu término na última conferência realizada em Dubrovnik no ano de 1956, é inquestionável para a discussão da arquitetura e do urbanismo moderno.

Para o entendimento teórico ao qual este trabalho se propõe, serão destacados apenas três momentos: o primeiro é a Declaração de La Sarraz de 1928, que de forma explícita, expõe os condicionantes da arquitetura e do urbanismo moderno; o segundo é o tema A Cidade Funcional, no CIAM IV, de 1933, onde foi produzido o documento conhecido como Carta de Atenas sobre as condições das cidades e as propostas para a correção dessas condições, agrupadas em cinco categorias principais - moradia, lazer, trabalho, transporte e edifícios históricos; e o terceiro momento é o tema O Coração da Cidade, do CIAM VIII, de 1951.

No CIAM, a Declaração de la Sarraz, de 1928, foi assinada por 24 arquitetos da França, Suíça, Alemanha, Holanda, Itália, Áustria, Bélgica e dois arquitetos da Espanha. Frampton, destaca que a declaração enfatizou a construção e não a arquitetura, “como a atividade elementar do homem, intimamente ligada à evolução e ao desenvolvimento da vida humana”.(FRAMPTON, 1997,p.327)

A Declaração de la Sarraz, do Congresso de Arquitetura Moderna de 1928 coloca idéias sobre a relação da arquitetura moderna:

1. A idéia de arquitetura moderna inclui o vínculo entre o fenômeno da arquitetura e o do sistema econômico geral.
2. A idéia de “eficiência econômica” não implica a oferta, por parte da produção, de um lucro comercial máximo, mas a exigência, por parte da produção, de um mínimo esforço funcional.
3. A necessidade de uma eficiência econômica máxima é o resultado inevitável do empobrecimento da economia geral.

4. O método mais eficiente de produção é o que decorre da racionalização e da padronização. A racionalização e a padronização agem diretamente sobre os métodos de trabalho, tanto na arquitetura moderna (concepção) quanto na indústria da construção.

5. a racionalização e a padronização agem de três modos diversos:

a) exigem da arquitetura concepções que levem à simplificação dos métodos de trabalho no lugar e na fábrica;

b) significam para as construtoras uma redução da mão-de-obra especializada; levam ao uso de uma mão-de-obra menos especializada que trabalhe sob a direção de técnicos da mais alta habilitação;

c) esperam do consumidor (ou seja, do consumidor que encomenda a casa na qual vai viver) uma revisão de suas exigências em termos de uma readaptação às novas condições da vida social. Essa revisão irá manifestar-se na redução de certas necessidades individuais, doravante desprovidas de uma verdadeira justificativa; as vantagens dessa redução irão estimular a máxima satisfação das necessidades da maioria, as quais se acham no momento restringidas. (FRAMPTON, 1997, p. 327)

Os CIAM, de modo contundente, passam a afirmar, a partir desse momento, que a “arquitetura estava inevitavelmente sujeita às necessidades mais amplas da política e da economia” e, portanto, mais próxima do mundo industrializado, tendo que depender, em termos do seu nível geral de qualidade, “não do trabalho artesanal, mas da adoção universal de métodos racionais de produção”. Assim, os CIAM enfatizaram a necessidade da “economia e da industrialização planejadas, denunciando, ao fazê-lo, a eficiência como um meio de maximizar lucros”. A preferência assumida pela regularidade foi o elemento determinante para aumentar a produção de casas e deixar para trás os “métodos de uma era artesanal” (1997, p. 327-328).

O documento de La Sarraz tinha também uma visão radical sobre o planejamento urbano, onde já aparecem enunciadas idéias da ordem funcional, que culminariam nas discussões da Cidade Funcional de 1933 :

A urbanização não pode ser condicionada às reivindicações de um esteticismo preexistente, sua essência é de ordem funcional (...) a caótica divisão da terra, que resulta de vendas, especulações e heranças, deve ser abolida por uma política da terra coletiva e metódica. Essa redistribuição da terra, a base preliminar indispensável para o planejamento urbano, deve incluir a divisão justa, entre os proprietários e a comunidade, do *incremento não ganho através do trabalho*, a partir de obras de interesse comum. (FRAMPTON, 1997, p. 328)

O CIAM IV realiza-se em um barco, a bordo – S.S. Patris, em Atenas, e em Marselha, no fim da viagem, dedicado à “cidade funcional”. A Cidade Funcional e sua preparação são descritas na revista nº 5 da publicação do *A.C – Atividade Contemporânea* – do *G.A.T.E.P.A.C.* na Espanha:

O C.I.R.P.A.C. (Comitê internacional para a realização dos problemas da arquitetura contemporânea) em seu quarto congresso, a celebrar em Moscou na próxima primavera, se propõe estabelecer os princípios básicos da Cidade Funcional. Com este fim se estudarão no congresso: as cidades de criação contemporânea nos E.U.A. e U.R.S.S., e o plano de conversão das cidades atuais em cidades funcionais. A cidade moderna deve ser, como um ente dotado de vida, um conjunto de organismos ordenados segundo sua função.

As zonas de Habitação, Produção, Repouso, com a Circulação como elemento de conexão, são as determinantes das formas de aglomeração urbana. As funções dessas zonas devem ser perfeitamente definidas.

A zona de Habitação, tem de oferecer as máximas garantias de salubridade, situando o indivíduo em moradias rodeadas de vegetação, sol e ar puro.

Na zona de Produção e de trabalho, as manufaturas, a grande indústria, o comércio, se desenvolverão utilizando racionalmente os avanços da técnica moderna, evitando sempre o esgotamento físico do indivíduo: previsão, higiene e segurança, regularão o cumprimento de sua função.

As zonas de Repouso, anexo indispensável as zonas de habitação, tornarão factível a recuperação de forças e sua conservação, sempre em íntimo contato com a natureza.

O tráfego realizando a união dos elementos espaciais da cidade, é um meio para suas finalidades orgânicas.

Evitar as concentrações circulatórias no núcleo, regular os parcelamentos, prever a extensão da cidade, levarão ao estudo do Plano Regional no qual o Tráfego será elemento primordial (A.C./G.A.T.E.P.A.C. 1931-1937. p.17)

Nesse CIAM IV, elabora-se um dos documentos básicos do urbanismo moderno: a Carta de Atenas. A Carta de Atenas expressa uma “concepção da cidade coerente com os interesses do sistema capitalista”. Nela está implícito que uma vez melhorado o padrão habitacional dos operários, deve-se encontrar o equilíbrio social, se cada um cumprir com a função que lhe foi designada: ao operário, trabalhar na fábrica, compartilhar sua vida familiar e gozar de algumas alegrias essenciais em seu tempo livre. A cidade apresenta, então, apenas um problema de organização das funções básicas, tal como afirma em seu ponto 77: “as chaves do urbanismo se encontram em quatro funções: habitar, trabalhar, recrear e circular”. (SEGRE, 1988,p.158).

O urbanismo tem quatro objetivos que são: primeiro, assegurar aos homens alojamento para que possam gozar de perfeita saúde, o que quer dizer, lugares em que há espaço, ar puro e o sol, estas três condições da natureza, estão amplamente asseguradas; segundo, organizar os lugares de trabalho de modo que este, em vez de ser uma penosa sujeição, recupere seu caráter de atividade humana natural; terceiro, prever as instalações necessárias para uma utilização das horas livres, tornando-as benéficas e fecundas; quarto, estabelecer

o vínculo entre estas diversas organizações por meio de uma rede circulatória que assegure os intercâmbios sem deixar de respeitar as prerrogativas de cada uma delas. Estes quatro objetivos são as quatro chaves do urbanismo. (SEGRE, 1988).

Na Carta de Atenas, a moradia assume o maior peso dentro da estrutura urbana: “o núcleo inicial do urbanismo é uma célula de habitação”. É partindo dessa unidade – morada, que se estabelecerão, no espaço urbano, as relações entre a habitação, os lugares de trabalho e as instalações consagradas às horas livres. Para Segre (1988), é aqui, onde se define com precisão o ciclo fechado da alienação-desalienação proletária: trabalho-moradia-reposo-trabalho. A moradia é o eixo central deste processo e não a fábrica: “a recuperação da força de trabalho no núcleo familiar tem mais peso que a intensificação da vida social ou da busca de novas relações funcionais, por exemplo, o vínculo estudo-trabalho”. A cidade funciona como “uma máquina sincronizada”: a reforma estabelecida entre os componentes - *zoning*, do zoneamento, ao colocar em harmonia as funções-chaves da cidade, criará entre estes vínculos naturais, para cujo fortalecimento se preverá uma rede de grandes artérias”. “A cidade, definida desde então como uma unidade funcional, deverá crescer harmoniosamente em cada uma de suas partes”. (SEGRE, 1988, p.159-160).

Em resumo, Segre (1988) conclui:

O valor positivo dos fundamentos técnicos e científicos que regem a estrutura urbana, descobertos pelos urbanistas deste período, se anulam na manipulação exercida pelos interesses do sistema capitalista e pela escassa compreensão dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que intervêm na determinação do desenvolvimento da cidade. (p.160)

O autor também esclarece, dessa forma, que os enunciados tratam de transformar os efeitos, sem corrigir as causas que os produziram. Para ele, ficam as seguintes questões: quem impede os homens de terem um alojamento saneado? O urbanismo é a causa da alienação do trabalho a que se submete o proletariado? Quem pode utilizar as escassas infra-estruturas urbanas do tempo livre? Que interesses controlam a renda da terra? É evidente para o autor que estas interrogações não encontram resposta neste panorama do urbanismo moderno.

Desde a publicação de *O Coração da Cidade*, pelo CIAM, na década de 50, o tema da revitalização dos centros urbanos tradicionais tem sido uma

constante na discussão do urbanismo. Frente aos ataques dirigidos contra as metrópoles, alguns especialistas começam a apoiar o redesenho integrado entre o velho e o novo na cidade. Kevin Lynch, analisou no livro *A imagem da cidade*, os quatro aspectos negativos existentes na cidade e propôs um método de desenho aplicável em um processo de correção formal. Para Lynch (1960), o desgaste perceptivo, a falta de identidade visual, a ilegibilidade, a rigidez da cidade são superáveis a partir do controle da imagem ambiental, ou seja, a recuperação da identidade, estrutura e significado da cidade, em termos de desenho, devem ser alcançados por meio de seus componentes básicos, que o autor define como caminhos, bordas, bairros, nós e delimitações. Outra autora, também norte-americana, em 1961, Jane Jacobs (2000), no livro *Morte e vida nas grandes cidades*, questiona os postulados urbanísticos do CIAM, ao valorizar a presença do pedestre nas calçadas das ruas tradicionais e sua mistura com os veículos, a reabilitação das construções antigas e a hegemonia das atividades comerciais dentro do centro urbano. Para Jacobs, o comércio é o fundamento econômico das cidades. O importante, em uma cidade, é a multiplicidade de opções cuja multiplicidade é estimulada por uma correspondente multiplicidade de usos.

Na Espanha, o *G.A.T.E.P.A.C.* - Grupo de Arquitetos e Técnicos Espanhóis para o Progresso da Arquitetura Contemporânea - foi o grupo da vanguarda arquitetônica e política do modernismo na Espanha que teve seu lançamento internacional em 1932, quando se produziu, em Barcelona, a reunião para preparação do Congresso de Urbanismo em Moscou, sobre o tema “A Cidade Funcional”, numa época que se caracteriza por um grande movimento universal de renovação, em que novas estruturas sociais aparecem e as sociedades modernas têm que ser regidas pelas necessidades coletivas iguais para todos os países cultos, um estado de espírito novo que anula costumes e tradições e que tende a ser universal, onde a arquitetura responde a um fim e deve satisfazer a razão. O *G.A.T.E.P.A.C.* se propôs na prática a um trabalho coletivo para levar a arquitetura ao seu meio natural, ou seja, ao técnico, social e econômico, campos dos quais os modernos julgavam que ela estava separada.

Josep Lluís Sert, como arquiteto, urbanista e educador ocupa um lugar fundamental na história do Movimento Moderno. Pertencente à “segunda geração” de arquitetos, juntamente com Breuer, Kahn, Tange, Niemeyer e outros. Ao longo de cinco décadas de intensa atividade, Sert levou as concepções

originais do funcionalismo ao terreno da realidade, introduzindo particularismos e regionalidade ao seus projetos.

Entre 1921 e 1928, Josep Lluís Sert e um grupo de colegas da Escola Superior de Arquitetura de Barcelona organizaram, durante seus primeiros anos de estudo, um movimento de protesto contra os métodos de ensino, baseados na tradição acadêmica daquela escola. Os primeiros livros de Le Corbusier *Vers une Architecture*, *L'Art decoratif aujourd'hui*, *Urbanisme*, adquiridos por Sert, em viagem a Paris, provocaram tanto impacto em seus colegas, que disso resultou a constituição de um grupo que queria dedicar-se ao desenvolvimento da arquitetura moderna. Eles organizaram exposições como a das Galerias Dalmau, onde foram exibidos os planos do projeto de “Estância de Veraneio” na Costa Brava, que compreendiam: a) habitações, hotéis, casas em série (5 tipos); b) lugares de reunião, cassino, clube náutico, sala de espetáculos, golfe, café e restaurantes; c) serviços utilitários: conselho, mercado, estação, tendas, paradas de ônibus etc. Em 1927, o mesmo grupo convidou Le Corbusier a dar conferências em Barcelona e Sert foi convidado a trabalhar no escritório parisiense do arquiteto, na Rua de Sèvres, 35, onde teve como seu primeiro trabalho, o projeto do novo edifício da Sociedade das Nações (SERT, 1979, p. 9)

Esse grupo de Barcelona, até 1929, adquiriu mais coesão e iniciou a definição de seus objetivos, colocando-se em contato com grupos similares de Madrid e do País Basco para formar o *G.A.T.E.P.A.C.* em nível nacional e obter o ingresso no *C.I.R.P.A.C.* – Comitê internacional para a resolução de problemas da arquitetura contemporânea, o ramo executivo dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (*C.I.A.M.*). Aproximavam-se grandes transformações na Espanha, e a nova arquitetura preparava-se para simbolizar as aspirações de transformações sociais e políticas. O *G.A.T.C.P.A.C.* - Grupo de Arquitetos e Técnicos Catalães para o Progresso da Arquitetura Contemporânea - de Barcelona escolheu para realizar suas atividades um local no térreo comercial de um edifício, cujo desenho do interior, o mobiliário e grafismos, devia exprimir o espírito e a doutrina do grupo. O reduzido espaço contava com um bar, áreas de conversação, mesas de estudo e, numa pequena elevação, estava a biblioteca onde se encontravam revistas de arquitetura de muitos países. Usavam protótipos feitos em série e expunham materiais de construção e utensílios domésticos representativos do melhor desenho industrial do momento. O espaço foi inaugurado na data da proclamação da República Espanhola - 14 de abril de

1931, quando se adotou o regime de autonomia da Catalunha. Assim, como o governo da Catalunha tinha muitos projetos de construções escolares, hospitalares e de serviços coletivos, os jovens arquitetos do G.A.T.C.P.A.C. orientaram sua atividade para estes programas.

A vanguarda arquitetônica européia, durante alguns anos, manteve uma grande expectativa, como demonstram as cartas entre Sert e Le Corbusier, sobre a possibilidade de a Catalunha e a Espanha, em escala reduzida, se converterem em um “modelo daquela terra de promessa que, para alguns, veio a ser a União Soviética dos anos vinte”. (SERT,1979, p.10)

Com o clima de liberdade e entusiasmo coletivo instalado na República, Sert e o G.A.T.E.P.A.C. promoveram um ressurgimento da arquitetura, paralelo ao que o país atravessava em outras esferas da cultura e vivenciaram a possibilidade de ver “o novo credo arquitetônico traduzido em programa de ação governamental”. A proclamação de princípios do G.A.T.E.P.A.C. é uma mostra da sua ideologia:

A arquitetura do passado, os estilos históricos, não foram resultados de caprichos ou fantasias. Eram a expressão das profundas características dos diferentes períodos e regiões, e refletiam a estrutura social, os métodos de construção, o emprego de adequados materiais, as condições econômicas e as aspirações espirituais. Nossa época caracteriza-se por um movimento universal de renovação. Surgem novas estruturas sociais. A sociedade moderna vem sendo regida pelas necessidades coletivas que tendem a uniformizar-se, à medida que os países crescem em desenvolvimento. Estas exigências afetam as fábricas, as escolas, os centros cívicos, os meios de transportes, o tráfego e o urbanismo. Os novos procedimentos técnicos e os novos materiais são hoje perfeitamente conhecidos. Devemos adotá-los em nossos projetos. A estrutura de um edifício modifica-se segundo os materiais usados. As condições econômicas reclamam métodos de rápida montagem. A indústria está apta a responder a tais necessidades mediante a produção em série de elementos e padrões. Nós nos encontramos ante o umbral de um novo espírito, uma nova maneira de viver, tendendo à anulação dos costumes e tradições. Para tornar-se mais universal, a arquitetura contemporânea deveria configurar-se de acordo com estas transformações. Aplicar hoje os estilos históricos equivale à perpetuação do passado e à negação de uma nova época. Nos estilos locais ou regionais, somente, se tornam permanente os fatores relacionados com o clima. As tradições locais, costumes e processos mudam com as épocas. Os elementos fundamentais permanecem, as formas secundárias passam. Devemos tomar em consideração somente os tipos arquitetônicos ligados ao clima e a outros fatores permanentes. As construções meridionais, utilizando procedimentos que atenuam a radiação solar ou que difundam a luz, devem prever a proteção contra o calor e o deslumbramento, enquanto que nas construções septentrionais se implanta o uso de grandes superfícies acristaladas. A arquitetura deve, simultaneamente, acatar as exigências utilitárias e satisfazer as aspirações mais elevadas de nossas necessidades intelectuais. Sobretudo, devemos considerar como pontos distintos: programa, materiais, espaço e iluminação; devem ter amplo

desenvolvimento os interiores (funções) e os exteriores (fachadas); procurar a expressão construtiva mais simples, a beleza das proporções, a ordem e o equilíbrio. Suprimir o supérfluo na ornamentação, quando esse supérfluo é acrescentado arbitrariamente e não representa parte integral do edifício. Devemos abster-nos de imitar os estilos do passado e devolver à arquitetura, sua expressão natural, ligada às atuais condições técnicas sociais e econômicas, se tais condições não recebem o devido acatamento. Eis aí o programa básico (aceito por muitos, porém realizado por poucos) que o grupo G.A.T.C.P.A.C. se propõe a defender, coordenando seus esforços e fomentando o trabalho, em equipe. (SERT,1979,p. 11)

Esse programa básico, que o grupo G.A.T.E.P.A.C. defendeu, é a eclosão do racionalismo universal, levando adiante uma luta unitária com a finalidade de impor uma nova arquitetura - a arquitetura moderna.

Frente a uma produção significativa do G.A.T.C.P.A.C., salientamos dois importantes projetos do grupo: centro de entretenimento para a cidade de Barcelona - *Ciutat de Repòs i de Vacances*, de 1934 e o Plano Macià, de 1933-1935 - um plano regulador para Barcelona, destinado a orientar o desenvolvimento da cidade.

Centro de entretenimento para a cidade de Barcelona: como a cidade tinha seu acesso ao mar cortado por uma série de instalações industriais dependentes do porto, este projeto previa a criação de um grande parque público ao longo de uma cerca coberta de pinhos, paralela a uma praia de 11 km de comprimento cujo aproveitamento era facilitado pela vizinhança da cidade (Figura 12) (Figura 13).

O plano propunha a intensificação da linha ferroviária existente a conversão em autopista da estrada, que se transforma em "Grande estrada" quando entra na cidade como infra-estrutura de acesso. As instalações previstas prestavam-se ao uso coletivo com restaurantes populares, instalações esportivas, esplanadas para concertos, férias etc. todas elas servidas com paradas de ônibus. (SERT, 1979, p.34)

Plano Macià- Estudos para um plano diretor de Barcelona – G.A.T.C.P.A.C. (Figura 14) (Figura 15)(Figura 16)

O plano de Barcelona, apresentado ao público sob o patrocínio do Governo autônomo da Catalunha, de cujo primeiro presidente pegou o nome, foi a consequência lógica do estabelecimento das necessidades urbanas, levantadas no estudo da "*Ciutat de Repòs*". Neste plano, Sert colaborou com o G.A.T.C.P.A.C., com Le Corbusier e Pierre Jeanneret. O plano, que pressupunha a superposição da nova quadrícula de Le Corbusier sobre a trama existente e futura, tinha como pontos essenciais:

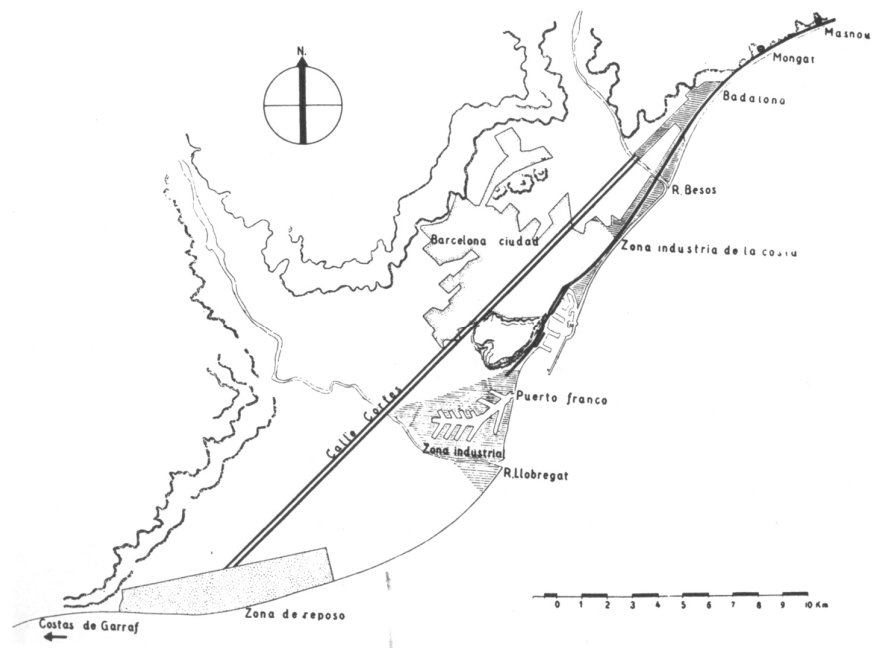
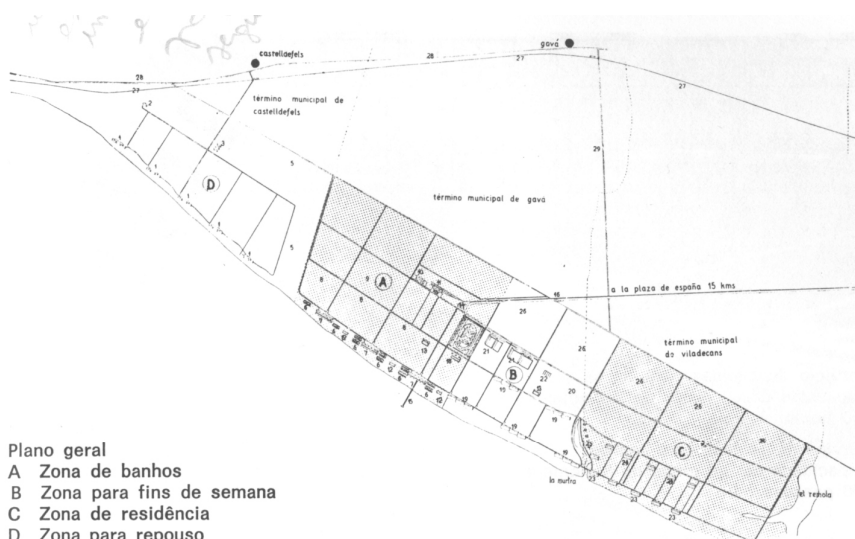


FIGURA 12- 12- Situação da Cidade de Reposo com relação a Barcelona
FONTE- FREIXA, 1979, p. 34



Vista aérea da «Ciutat de Repòs»

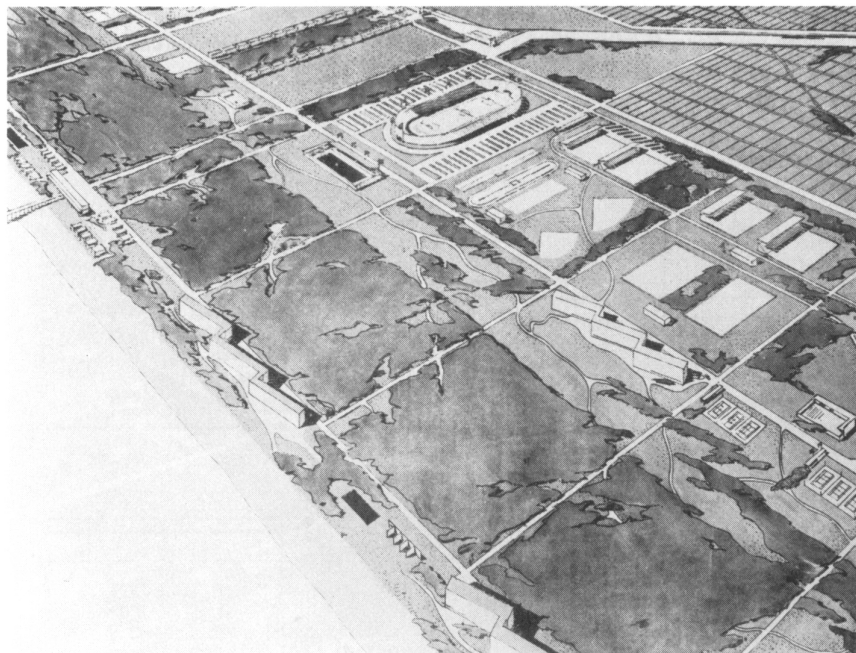
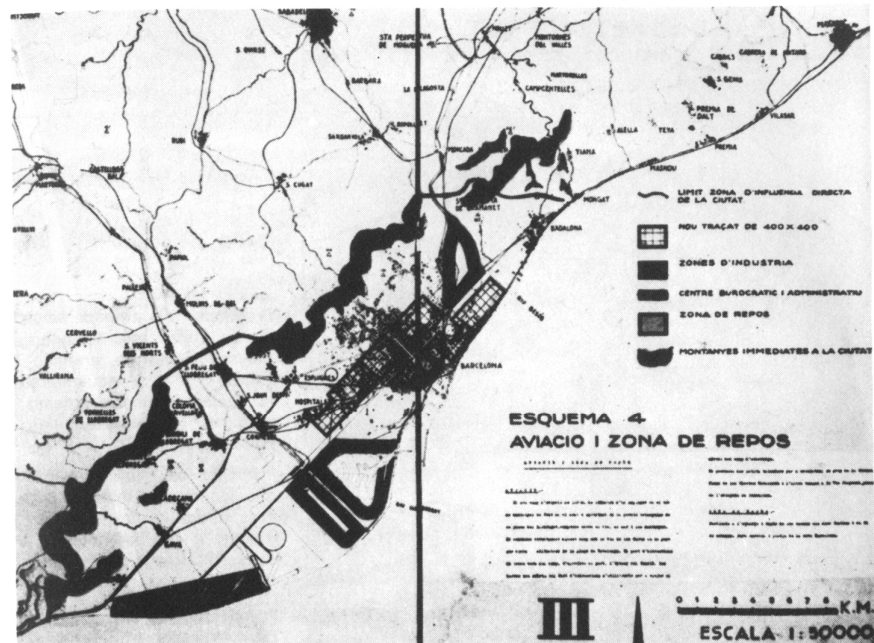
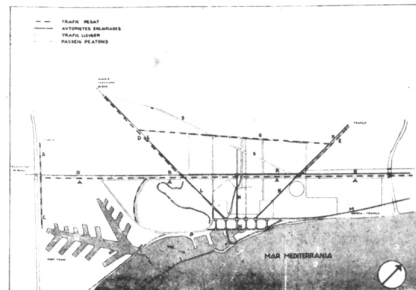


FIGURA 13-Vista aérea da Cidade de Repouso de Barcelona
 FONTE- FREIXA, 1979, p. 35



- Plano de conjunto em escala confinante
- 1 A área antiga e o porto
 - 2 A nova ampliação
 - 3 Zonas industriais
 - 4 Nova doca do porto
 - 5 «Ciutat de Repòs»
 - 6 Junção das avenidas com a rede de rodovias para o sul, centro e norte da Espanha até a França

Avenidas



Aviação

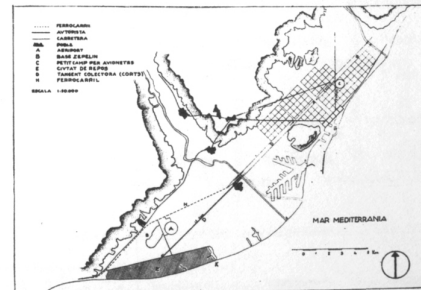


FIGURA 14 - Plano Macia. Estudo para um Plano Diretor de Barcelona.
 FONTE – FREIXA, 1979, p. 39

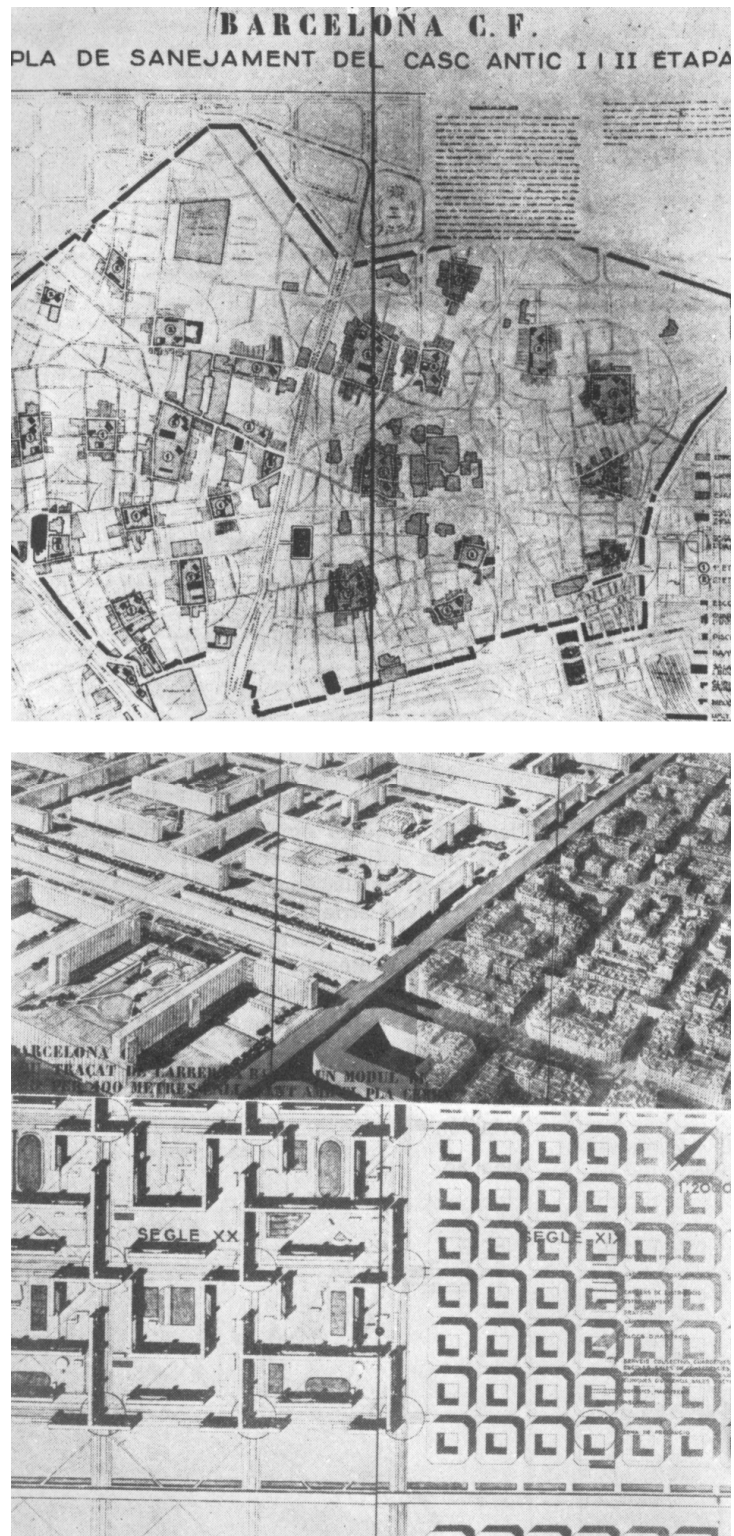


FIGURA 15 – Proposta de remodelação das zonas mais insalubres da área antiga, criando zonas verdes e melhoramentos como bibliotecas públicas, escolas, etc
 FONTE – FREIXA, 1979, p. 40

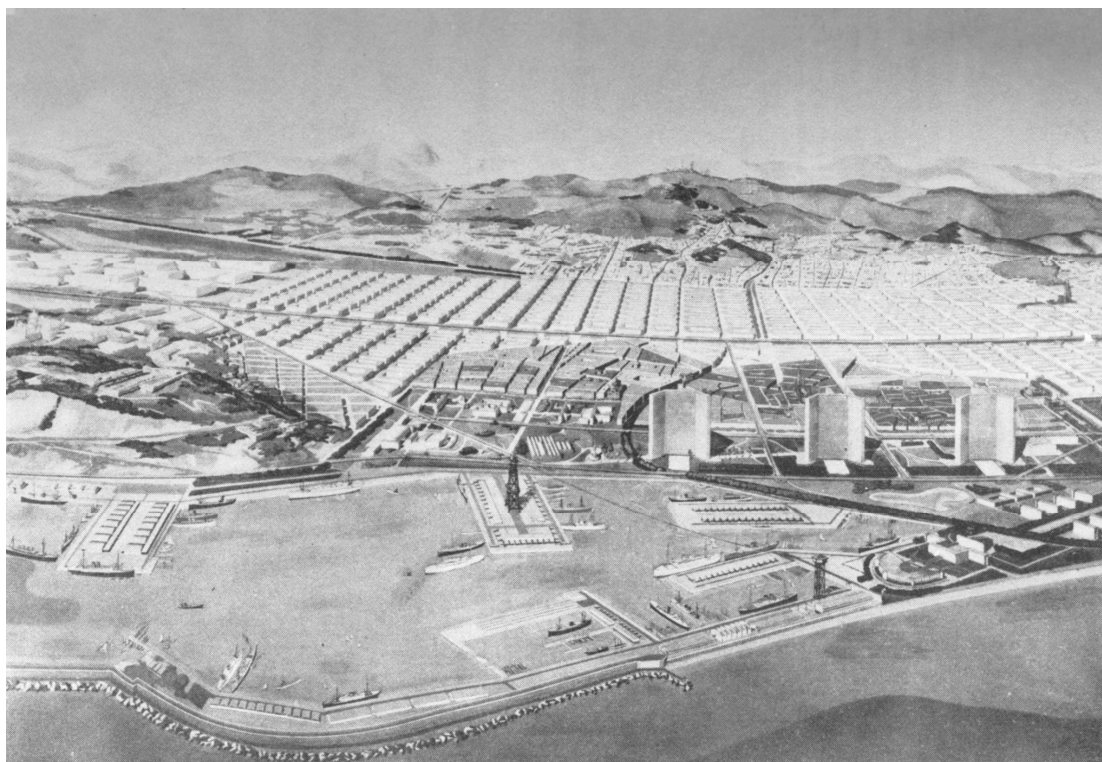


FIGURA 16-Perspectiva aérea , no primeiro plano, projeto de remodelação da zona do porto
FONTE – FREIXA, 1979, p. 41.

1. Saneamento da cidade antiga.
2. Estabelecer uma nova orientação partindo das idéias do século XIX sob novas conceituações
3. Determinação de zonas urbanas segundo suas diversas funções, limitando o crescimento dos núcleos periféricos onde já se tolerava a mescla dessas funções
4. Melhores junções entre a cidade e a costa com a extensão da Grande Estrada para a futura Ciutat de Repòs.
5. Revisão da zonificação e disposição para adequadas condições sanitárias. Determinação das medidas dos pátios internos de ventilação para permitir melhor assoalhamento e ventilação. Fomentar o uso de materiais modernos.” (SERT,1979p.38)

A revista *A.C. Documents d'Activitat Contemporània* foi o veículo de difusão pública do G.A.T.P.A.C., que por meio dela, efetivou uma confrontação polêmica com os estilos vigentes e criticou a ausência de adequada legislação para a zonificação e higiene; ela reivindicava um plano geral para Barcelona.

Entretanto, de 1936 - 1939, a guerra civil espanhola trancou a trajetória do G.A.T.E.P.A.C. e a vida de vários de seus membros, entre os quais Josep Torre-Clavé, o colaborador mais próximo de Sert, destruindo a plataforma histórica que o tornou possível, levando ao exílio a maioria de seus membros. (SERT, 1979)

Segundo Eric Hobsbaw (1994), as disputas da década de 1930, travadas dentro dos Estados ou entre eles, eram transnacionais, e em nenhuma parte isso foi mais evidente do que na Guerra Civil Espanhola, que se tornou a expressão exemplar do confronto global, que antecipou a política da Segunda Guerra Mundial. No centro do conflito, foram suscitados os principais problemas políticos da época; de um lado a democracia e a revolução social e do outro, um campo de contra-revolução ou reação, sendo a Espanha o único país da Europa onde essa reação estava pronta para acontecer. O fascismo, por um lado, e o comunismo por outro são formas extremas do Estado liberal moderno, o que estabelece uma contradição, pois o fascismo é frontalmente antiliberal. Singularmente, na Espanha não havia partidos nem comunistas, nem partidos inspirados no fascismo, mas foi esse país que forjou uma cruzada nacionalista contra o comunismo. Na guerra, envolveram-se mais de 40 mil jovens estrangeiros, de mais de 50 países que foram lutar por uma causa: a defesa da democracia. Nesse período, foi exilada grande parte dos talentos artísticos e intelectuais sobreviventes da Espanha, de forma que se tornou uma tragédia para os artistas modernistas, de esquerda ou de direita que, por seus fortes compromissos políticos com os movimentos de massa, foram rejeitados pelos

governantes de seus próprios países.

3.3 Regionalismo Crítico: a ideologia do modernismo e as filosofias regionalistas

O universalismo que constitui a essência da ideologia moderna, o qual buscava soluções e modelos de aplicação em larga escala, por meio de uma natureza humana universal, é rejeitado em favor de uma exaltação das diferenças, de uma pluralidade de solicitações e posicionamentos. Essa pluralidade estaria diretamente ligada a uma fase mais tolerante à coexistência de particularismos (Rouanet), em contraposição às chamadas metanarrativas (Lyotard). A fragmentação, a dispersão e a indeterminação (Harvey) dos discursos e propostas são a marca deste novo momento. Com isto, o que poderá ser verificado é a coexistência de diferentes propostas, em que cada uma delas posiciona-se de maneira diferente frente ao momento em questão. Em arquitetura, esses posicionamentos estarão diretamente relacionados com a face da arquitetura moderna a que estes pretendem se opor e será, na compreensão desta pluralidade, que o eixo desta pesquisa estará direcionado.

Dentre uma variedade de textos¹⁶ que partem para uma tentativa de classificação das principais correntes da arquitetura das décadas de 70 e 80, o primeiro foi *The Language of Pos-Modern Architecture*, de Charles Jencks (1984), escrito em 1977. O estudo feito por Jencks neste livro aponta duas tendências distintas: a pós-moderna e a tardo-moderna. Segundo ele, a arquitetura pós-moderna é duplamente codificada, pois distorce o moderno para criar um novo estilo de transição, baseado na pluralidade e enfatizando elementos como o contexto urbano, valores do usuário e a ornamentação. A arquitetura tardo-moderna, por sua vez, é pragmática e mantém um compromisso primário com os valores modernos tais como a expressão da tecnologia, a circulação e a eficácia. (JENCKS, 1984)

A arquitetura pós-moderna poderia então ser dividida nas seguintes correntes: historicista, revivalista direta, neovernácula, contextualista, metafórica-metafísica, espaço pós-moderno e ecletismo radical. A base para a diferenciação entre estas correntes reside principalmente no papel da arquitetura como canal

¹⁶ Neste trabalho serão enunciadas as classificações elaboradas por Jencks, Frampton e Montaner; no entanto só será discutido o Regionalismo Crítico, termo cunhado por Frampton (1997) na década de 80, por sua relevância no estudo do caso de Barcelona.

comunicativo. E, desta forma, sua análise parece restringir-se muito a um confronto entre variadas obras de arquitetura como objetos individuais e não como fruto de um posicionamento teórico consolidado. Também, o recorte no tempo que seu livro estabelece para o início do período pós-moderno, incluiu, nesta classificação, obras feitas a partir da década de 60 (inclusive de Le Corbusier e Eero Saarinen), o que identifica, em Jencks, uma falta de percepção de uma mudança radical entre a “comunicação” da expressão abstrata das obras de um período tardo-moderno, para a “comunicação” explícita das primeiras obras tipicamente figurativas, como as de Robert Venturi. Esse livro de Jencks, apesar das indefinições que apresenta, é a primeira tentativa de proceder a uma análise da arquitetura unicamente pelo seu lado comunicativo.

Outro autor que apresenta uma classificação das tendências da arquitetura é Kennet Frampton, em seu texto *Os ismos da arquitetura contemporânea*, de 1982. Frampton, ao contrário de Jencks, evita utilizar o termo pós-moderno e subdivide o panorama da década de 80 em cinco correntes: neoprodutivismo, neoracionalismo, estruturalismo, populismo e regionalismo crítico. O posicionamento de Frampton é fortemente marcado pela defesa do que ele chama de “regionalismo crítico”. Em outro texto, *Towards a Critical Regionalism: Six Points for an Architecture of Resistance*, Frampton (1983) condena tanto a tendência universalizante de sistemas que valorizem a tecnologia e o culto ao progresso, quanto o “impulso reacionário” da arquitetura pós-moderna de voltar-se para uma estética do passado. “Hoje a prática da arquitetura parece estar cada vez mais polarizada de um lado, por uma versão ‘higt-tech’ dedicada exclusivamente à produção, e por outro, pela provisão de uma ‘fachada compensatória’ para disfarçar as duras realidades deste sistema universal”. A solução, para o autor, estaria na arquitetura assumir um posicionamento crítico:

O meu argumento é que somente uma posição de ‘arrière-garde’ tem capacidade de cultivar uma cultura resistente e de identidade, e que ao mesmo tempo recorra discretamente às técnicas universais.

(...) A estratégia fundamental do regionalismo crítico é intermediar o impacto da civilização universal com elementos derivados indiretamente das peculiaridades de um lugar particular. (FRAMPTON, 1983, p.17)

Frampton propõe que as formas da civilização moderna se equilibrariam com a cultura local, contrapondo-se a um puro comprometimento com a tecnologia, com a renovação, ou com um fácil resgate de elementos históricos ou populares.

Josep Maria Montaner também elabora uma classificação para o enquadramento das tendências do quadro da arquitetura. Para proceder a este estudo, Montaner (1993) adota a idéia de “posições arquitetônicas” defendida pelo crítico britânico Royston Landau (1981), na qual o autor traça um conjunto de parâmetros para o agrupamento ou diferenciação entre os vários arquitetos.

Para Montaner, o ano de 1977 marca a consolidação de uma condição “pós-moderna”, e será a partir deste momento que se verificará uma clara dispersão das posições arquitetônicas (1993, p.178).

Desta forma, o autor enumera as seis linhas dominantes do panorama da arquitetura desta fase de dispersão: Revivalismo – baseado na recuperação da arquitetura clássica; Contextualismo – baseado na busca de uma arquitetura de valores históricos e culturais do lugar; Ecletismo – baseado na busca de novas formas a partir da mistura de linguagem e convenções já existentes; Arquitetura como obra de arte – em que cada obra é tida como única e irreproduzível, além de inovadora; Nova abstração formal – onde se busca um jogo de formas e arranjos abstratos; Alta tecnologia – na qual a estética *hight-tech* é fator determinante.

Nesta classificação de Montaner (1993), verifica-se um delineamento mais definitivo das posturas, no qual as três primeiras estariam identificadas com uma preocupação acerca de valores culturais, simbólicos ou históricos, ou seja, com um caráter de permanência. As três últimas estariam mais identificadas com uma constante reinvenção, pelo caráter de inovação e pela continuidade de determinados conceitos do Movimento Moderno.

Dentre as classificações citadas, o estudo de Montaner mostra-se mais satisfatório para a investigação do quadro da arquitetura da década de 80, principalmente por partir de pontos claros para análise; por outro lado, o estudo de Frampton é muito mais abrangente na delimitação do período de estudo, mas um tanto generalizado em relação a certas tendências.

No entanto, este trabalho desenvolverá sua análise através das concepções de Frampton sobre o Regionalismo Crítico, pela proximidade desta tendência com o nosso objeto de estudo a cidade de Barcelona.

A questão do regionalismo que surge como um dos fenômenos da crise moderna não pode ser compreendido senão em sua relação com o seu oposto: a civilização universal na qual emerge. Para Eduardo Subirats (1985) a cultura moderna é universal em um duplo sentido. Por um lado, para o autor, desde o

século XVIII, os “conhecimentos científicos” e a “concepção racional do mundo”, têm sido o suporte dos “valores éticos e ético-políticos” mais importantes para a sociedade. São esses valores que têm sua base desde a defesa dos direitos civis, ao internacionalismo socialista, os ideais sociais da cultura moderna e em última instância, o “ideal do progresso histórico” que encerrava a todos eles. Desde o final do século XX e início do século XXI esta universalidade está afetada. A cultura atual está progressivamente sujeita a um mesmo rigor racional de “progresso tecnológico” e desenvolvimento das “formas internacionais de dominação”. O rigor internacionalista dos sistemas monetários, das estratégias militares ou das grandes empresas de dominação tecnológica tendem “progressivamente a colonizar sob seus paradigmas os valores culturais históricos e a destruir seus objetos”. No mundo moderno, o “progresso, reduzido a uma dimensão tecnológica”, entranha uma destruição que afeta por igual a natureza, a realidade integral do indivíduo e a sua identidade ou os seus “valores históricos, éticos e estéticos” (1985, p.26).

O problema do regionalismo está intrinsecamente ligado a esta “dialética histórica do progresso tecnológico” e a “destruição e empobrecimento culturais”. Entretanto, para Subirats, o regionalismo é considerado como um “fenômeno internacional de resistência” contra os efeitos culturalmente devastadores que acompanham o “progresso pós-industrial”. Assim, ainda que alguns aspectos simbólicos como a língua, costumes ou crenças adquiram um caráter mais aparente, no regionalismo integram-se outros fatores de ordem econômica, política e tecnológica de igual importância (1985, p.26).

No entanto, segundo o autor, contraditoriamente, se por um lado o regionalismo é um dos fenômenos que surge da crise moderna, por outro, é também um “fenômeno político cultural moderno” inseparável daqueles fatores da “cultura universal tecnocientífica” e dos poderes políticos que a representam. Seu fundamento o constitui em uma “unidade geográfica ou territorial”, uma “identidade histórica” e os símbolos culturais, lingüísticos, artísticos e religiosos que configuram seu caráter autônomo. Trata-se, portanto, para Subirats, daqueles “componentes sociais e culturais que precisamente a tecnociência moderna, em sua expansão universal, tende a diluir no horizonte uniformizado e abstrato de sua racionalização social” (1985, p. 26).

As filosofias regionalistas, para Colquhoun (2004), de forma semelhante ao pensamento de Subirats (1985), brotaram da ideologia do

modernismo. Colquhoun atribui o surgimento dessas filosofias regionalistas às décadas de 30 e 50 e afirma que suas correlatas recentes fundam-se todas na idéia de uma volta a uma arquitetura artesanal que, de alguma maneira, simboliza a “essência cultural sufocada pela tecnologia universal”. (2004, p. 197).

O “Regionalismo Crítico”, termo cunhado por Frampton (1997) na década de 80, ao referir-se à discussão da arquitetura da cidade, cujos paradigmas merecem ser estudados, revela a dicotomia entre a tradição e o novo, como cultura mundializada, através de procedimentos ecléticos do historicismo, que poderão resultar em uma iconografia consumista disfarçada de cultura.

Para Frampton, o Regionalismo Crítico é uma “expressão dialética”, que busca desmontar o Movimento Moderno, universal com referências a “valores e imagens cultivadas localmente”; ao mesmo tempo, porém, adultera estes “elementos autóctones” com paradigmas extraídos de outras fontes alheias aos valores locais. (1985, p.20).

Frampton destaca que o conceito de uma “cultura local ou nacional é uma proposição paradoxal não apenas devido à atual e óbvia antítese entre cultura de raiz e civilização universal”, mas também porque todas as culturas, tanto antigas quanto modernas parecerem ter dependido, para seu desenvolvimento intrínseco, de certa “fertilização cruzada” com outras culturas (1997, p. 382).

O autor assinala, dentro dessa visão, a relação entre a cultura local e cultura mundial, através de sua concordância com o filósofo Paul Ricoeur:

Como Paul Ricoeur, parece deixar implícito, que as culturas regionais e nacionais precisam atualmente, mais que nunca, ser, em última instância, constituídas como manifestações localmente moduladas da “cultura mundial”. Certamente não é acidental que esta proposição paradoxal se apresente em uma época em que a modernização global continua minando, com intensidade cada vez maior, todas as formas de base agrícola e autóctone. Do ponto de vista da teoria crítica precisamos encarar a cultura regional, não como algo dado e relativamente imutável, mas antes como algo que precisa, pelo menos atualmente, ser cultivado de forma autoconsciente. Ricoeur sugere que manter qualquer tipo de cultura autêntica no futuro irá depender, em última instância, de nossa capacidade de gerar formas vitais de cultura regional enquanto nos apropriamos de influências estrangeiras tanto no plano da cultura quanto no da civilização. (FRAMPTON, 1997, p. 382)

É dessa forma que, conforme Frampton, Paul Ricoeur tem proposto a tese de que uma cultura mundial híbrida só chegará a existir através de uma gestação intensa entre a cultura enraizada, por um lado, e a civilização universal

por outro. No seu livro, *Universal Civilization and National Cultures*, de 1961, Ricouer, deixa implícito que tudo dependerá, em última análise, da capacidade da cultura regional para recriar uma tradição enraizada e apropriar-se, ao mesmo tempo, de influências estrangeiras, tanto a nível da cultura como da civilização. (FRAMPTON, 1985, p.20)

Entre as condições prévias para que ocorra o surgimento da expressão regional crítica, é importante que exista um forte desejo de realizar uma identidade, desejo este que se apresenta no caso particular da Catalunha. (FRAMPTON, 1997).

Um importante princípio do regionalismo crítico que deve ser enunciado isoladamente é seguramente o do seu compromisso com o lugar, antes que com o espaço. Tal ênfase sobre o lugar pode ser considerada como a conjunção entre o político e o cultural que, no entanto, é difícil em uma sociedade de capitalismo tardio. Para Frampton, o Regionalismo Crítico parece ser a única possibilidade de resistir a "tendência depredadora do capitalismo, e seu mais importante preceito cultural, é a criação do lugar". (FRAMPTON, 1985, p. 25).

Um bom exemplo de um regionalismo anticentrista explícito foi o "revival" nacionalista catalão, assinalado por Frampton (1985), que surgiu com a fundação do *Grupo R* em princípios dos anos cinqüenta. Desde o princípio, o grupo encontrou-se imerso em uma complexa situação cultural, pois, se por um lado, via-se obrigado a restabelecer os valores e os procedimentos racionalistas e antifascistas do GATEPAC (a ala espanhola de pré-guerra do CIAM) na Espanha, por outro, tinha consciência da responsabilidade política de evocar um regionalismo realista, um regionalismo que fosse acessível para o povo.

Foi nesse quadro dominado pelo governo de Franco, que Frampton (1985) destaca a publicação de Bohigas, em 1951, do estudo "*Possibilidades para uma Arquitetura Barcelonesa*", reagindo à tendência antimoderna. Unindo-se à formação do Grupo R, com a intenção de renovar o contato com a primeira fase da arquitetura moderna em Barcelona, fomenta o contato externo com outros arquitetos e teóricos com o objetivo de ampliar o marco de suas idéias. Os diversos impulsos que configuraram a forma heterogênea do regionalismo catalão são um exemplo retrospectivo da natureza essencialmente híbrida de uma cultura moderna autêntica.

Para Frampton, em primeiro lugar, destaca-se a tradição catalã do ladrilho que remonta ao período do modernismo, depois, a influência do

Neoplasticismo, um impulso diretamente inspirado por Bruno Zevi e, finalmente, o estilo “revisionista” do Neo-realismo italiano, representado pela obra de Ignácio Gardella. A obra de Martorell, Bohigas e Mackay têm oscilado entre pólos comparáveis: por um lado, um ladrilho supostamente vernáculo, próximo a obra de Coderch e Gardella e por outro, seu estilo Neo-brutalista, cujo maior exemplo se encontra no racionalismo técnico de sua Escola Thau, construída em Barcelona em 1975. (1985, p.21)

A intenção que havia por trás da formação do *Grupo R* era a de estimular o debate e contribuir na discussão de temas que mais tarde consolidariam um ponto de vista distinto sobre a arquitetura e o urbanismo na Espanha, sendo o movimento reconhecido como a Escola de Barcelona.

Nesse panorama da Catalunha, uma série de personagens se viram implicados na espiral de mudanças e renovação que assolava a Europa, com a perspectiva de aglutinar dispersos esforços que se vislumbravam no panorama cultural. Rastreado-se a procedência dos futuros integrantes do *Grupo R*, observa-se que, em torno deles, reúne-se uma fração de arquitetos que participaram do “*Concurso de la Vivienda Econômica en Barcelona*”: Moragas, Sostres e Balcells; um outro grupo formado por homens de cultura: Pratmarsó, e de novo Moragas, um jovem da vanguarda do G.A.T.C.P.A.C.; Joaquim Gili; e também alguns arquitetos que tinham adquirido prestígio e reconhecimento com suas primeiras obras, como Coderch e Vaus, especialmente na Exposição de Arquitetura Hispanoamericana, celebrada em Barcelona, como motivo da V Assembléia Nacional de Arquitetos. Esses acontecimentos mencionados e a presença de ilustres pensadores estrangeiros em Barcelona são os fatos que levam à criação de um agrupamento capaz de retomar a arquitetura do pré-guerra. As conferências de Bruno Zevi e Alvar Aalto, coincidentes com esse tempo, são novos estímulos ao ambiente da arquitetura barcelonesa. Começam a proliferar reuniões nos mais diversos lugares e os futuros membros do grupo mantiveram contato com revistas da época e com alguns integrantes de associações de caráter plástico.

Em 1951, começa a concretizar-se a futura sociedade aglutinando os pequenos grupos até então existentes, e pensando em uma denominação, que neste caso é atribuída a Josep Maria Sostres: “O grupo devia ter um nome que poderia dizer muito e, no entanto, não diria nada. Por que não utilizar o nome de uma letra? Por que não grupo R, por exemplo?”

A criação e impulsão do grupo, deve sua paternidade direta a Bohigas, compartilhada com Moragas, em fevereiro de 1951, com os seguintes membros: Josep Pratmarsó como presidente; Oriol Bohigas, secretário; Joaquim Gili, tesoureiro; Antonio de Moragas, Josep Maria Sostres, Josep Maria Martorell, José Antonio Coderch e Manuel Vaus, como demais membros. Assim, o Grupo R (que funcionou desde 1951 até 1961) constituiu uma associação na cidade de Barcelona que tinha como objeto o estudo dos problemas da arte contemporânea e em especial da arquitetura, sendo este, portanto, o único ponto que define concretamente a finalidade do grupo.

Os tempos precedentes haviam mostrado a existência de uma cultura moderna - representada pela arquitetura do G.A.T.C.P.A.C. - que foi duramente sufocada pelo regime franquista. As mudanças que ocorreram no início dos anos 50 permitiram pensar na possibilidade de uma recomposição da arquitetura catalã dentro do marco da cultura européia.

Um dos propósitos básicos do grupo consistia no conhecimento e estudo de toda a obra dos mestres do Movimento Moderno para sua difusão e aplicação reconhecendo sua maneira de construir como a mais necessária, verdadeira e válida.

Não se trata somente de uma atualização cultural ou de estudar o progresso da arquitetura moderna, mas de enfatizar a crença do utopismo reformista do Movimento Moderno de contemplar a possibilidade de transformar a sociedade. O grupo se propõe a redefinir o papel cultural e social do arquiteto para que este assumira toda a dimensão intelectual e artística de seu trabalho. É uma cruzada social fundada na crença de uma sociedade estética.

Neste sentido, o *Grupo R* assume no início dos anos 50 a condição de vanguarda por seu caráter marginal ao sistema imposto pela autarquia franquista, por sua identificação com a velha frente vanguardista do pré-guerra e seu desejo de realizar obras de clara intenção paradigmática, por sua pretensão de propor uma reforma social a partir de uma renovação cultural e pelo desejo de alcançar um alto grau de conceituação através da justificativa doutrinária de sua produção.

Em agosto de 1955, convoca-se a reunião de constituição do *Grupo R*, que vem a se dissolver em fevereiro de 1961, quando já não realizava nenhum ato conjuntamente como grupo.

O *Grupo R*, diferentemente do G.A.T.C.P.A.C., em seu núcleo principal, não manteve unidade, pois cada um dos participantes do grupo havia elegido seu

próprio estilo e, em princípios dos anos 60, já era bem patente a situação de divergência entre as propostas e os projetos dos diferentes membros do grupo, pois havia passado o tempo da reafirmação da arquitetura moderna.

Montaner (1985) é outro autor, que discute esse período no texto *A busca de uma arquitetura nacional*, onde faz referência ao regionalismo crítico de Frampton, como uma atitude de resistência da arquitetura, e se propõe a definir a arquitetura da Catalunha, após os anos 60, através especialmente da chamada Escola de Barcelona. Para Montaner, nesse período em respeito à própria tradição se mantêm relações seletivas: primeiro com o racionalismo e o projeto de Ildefonso Cerdà e depois com o GATEPAC. O passo precedente da Escola de Barcelona foi o do Grupo R. Apesar da vontade de seus membros de desenvolver e contextualizar o projeto do movimento moderno e da sintonia com a arquitetura internacional, o interesse por recuperar, outra vez, as técnicas e materiais tradicionais e a opção por recriar o doméstico e enraizar o vernacular se expressam fortemente em algumas obras de Coderch, como a casa na Barceloneta. Dessa forma, os manifestos neoartesanais das primeiras obras de Bohigas-Martorell ou o racionalismo radical de algumas obras de Moragas, delimitam as diferenças em relação ao período anterior. (p. 61-62)

Deve ser destacado que Josep Martorell e Oriol Bohigas, juntamente com José Antonio Coderch, dominaram a arquitetura barcelonesa a partir da década de 1950, um vez que a Espanha havia perdido muitos de seus líderes de vanguarda como Josep Lluís Sert, que emigrou para os Estados Unidos em 1939, em consequência direta da Guerra Civil. Esses arquitetos foram os grandes responsáveis por restabelecer os vínculos com a arquitetura moderna, mas também com as raízes da Catalunha, um enraizamento profundo no solo cultural. Porém não o só de uma única, mas de muitas raízes.

Certamente, o *Grupo R* que não emitiu manifestos, nem programas de desenvolvimento teórico capazes de unificar critérios a seguir em uma atuação pública minimamente coerente, não alcançou o rigor teórico de outras associações similares, mas sua importância no contexto nacional é inegável. Seu papel é o de promotor da modernidade na Catalunha, reflexo de uma projeção internacional, ponto de arranque de uma análise historiográfica e cultural mais equilibrada e justa, e, sobretudo, reivindicador de um novo papel do arquiteto na sociedade contemporânea. (DREW, 1993)

Entretanto, Oriol Bohigas e Josep Maria Martorell, associam-se a David Mackay (inglês-irlandês) – M B M começando a embarcar em um processo de produção de grande escala, centrado em uma atitude, que reconhece influências da arquitetura inglesa contemporânea e, em especial, das obras dos mestres italianos. M B M Arquitetos, segundo Drew (1993), é um dos estúdios de arquitetura, estabelecido em Barcelona, de maior prestígio nacional e internacional. Josep Martorell e Oriol Bohigas, membros fundadores do Grupo R, associaram-se profissionalmente em 1951; David Mackay incorporou-se à equipe em 1962 e Albert Puigdomènech associou-se em 1985 para colaborar no projeto da Vila Olímpica de Barcelona. Os membros do M B M, durante mais de quarenta anos, desempenharam um destacado papel no campo da arquitetura e urbanismo, em Barcelona, como autores de numerosas publicações, como historiadores e contribuíram ativamente na vida pública da cidade, ocupando vários cargos públicos.

Oriol Bohigas participou da direção da Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona entre 1977 e 1980, e juntamente com Albert Puigdomènech, teve papel decisivo na transformação urbana da cidade como Delegado de Serviços de Urbanismo da Prefeitura de Barcelona (1980-1984) e Diretor de Serviços de Planejamento e Gestão (1980-1983). O pensamento de Bohigas conserva um compromisso com a cultura e se inclina para “o retorno à rua, à avenida, à praça e ao parque, das estruturas urbanas tradicionais, para reforçar a morfologia histórica existente”, mas considerando ao mesmo tempo, que o antigo tipo dos edifícios estava fora de moda, não era adequado, sugerir a utilização da variedade dos novos tipos do século XX. Esta era uma política que queria adaptar os tipos de edifícios modernos aos modelos habituais de cidade sem distorcer as suas formas tradicionais. (DREW, 1993, p.25)

Nessa linha, como urbanista, propunha projetos específicos baseados no distrito, rechaçando as idéias grandiosas e consideradas por ele utópicas dos modernistas. A idéia era identificar os pontos críticos e através deles estimular o redesenvolvimento dos velhos bairros deteriorados- este método tem sido descrito como “metástase”, utilizando a “analogia orgânica”, da transmissão de uma função corporal, dor ou enfermidade, originariamente estabelecida em uma parte ou órgão, até outra parte ou órgão. A idéia baseia-se na restauração de espaços públicos selecionados em situação-chave dentro de cada distrito, o que levaria no tempo, a uma melhora geral de todo o bairro, e o processo de melhora urbana se

estenderia gradualmente por todo o tecido urbano. Essa ênfase no bairro, seguia as mesmas linhas do teórico e urbanista Kevin Lynch, em 1959, quando este defendia que a imagem da cidade depende do reforço da identidade do bairro¹⁷. (DREW,1993, p. 26)

É assim que, na Espanha, havia em 1980, cinco anos após a morte de Franco, devido, a uma postura mais aberta e menos nacionalista, arquitetos adeptos das tendências européias, empenhados em compartilhar cada vez mais de uma cultura européia supra-nacional. O fim do poder político de Franco eliminou algumas das pressões sobre a sociedade catalã e diminuiu a necessidade de defesa da identidade cultural catalã. Estavam, portanto, os arquitetos preparados para implementar a reconstrução urbana, superar a negligência experimentada no governo de Franco, pois durante esse período nos vários anos de oposição ao regime, consultaram a comunidade sobre suas necessidades e formularam suas prioridades, sendo que no momento de assumir o poder possuíam um programa político básico e extenso, com detalhes que incluíam objetivos arquitetônicos urbanísticos, com temas como a habitação pública, novos equipamentos escolares e a restauração de Barcelona mediante projetos concretos de imediata implementação.

3.4 A discussão da pós-modernidade na arquitetura

As teorias de Rossi (1976), que publica na Itália, *A arquitetura da Cidade*, e Venturi (1974), que publica nos Estados Unidos, *Complexidade e contradição na Arquitetura*, ambas as obras em 1966, devem ser entendidas dentro de suas épocas e contextos particulares, o que servirá para elucidar o panorama que se configurou a partir da década de 70, quando surgiram as primeiras propostas e obras de feições tipicamente historicistas, exaltando valores simbólicos ou simplesmente referências inspiradas no gosto popular. Sob esta ótica, os autores também se opõem aos processos de renovação urbana que vinham sendo adotados até então e partem para a defesa de intervenções menores baseadas, agora, no conceito de revitalização urbana, que se caracterizará por ações pontuais e menos traumáticas. Dessa forma, é

¹⁷ Lynch definiu o bairro como áreas urbanas relativamente grandes, nas quais o observador pode entrar mentalmente e que tem um caráter comum (LYNCH, 1960, p. 66)

considerado juntamente com Venturi, por sua nova visão da teoria da arquitetura e urbanismo.

Ainda dentro da visão desses dois arquitetos, ressaltamos uma tênue diferença em seus posicionamentos, que com o tempo e através de seus seguidores, irá aumentando e agregando outros aspectos. Esta diferença reside no papel que exerce o sujeito nas duas teorias. Na de Venturi (1974), o sujeito entra como agente principal, possuidor da percepção e dos sentidos necessários para a absorção da mensagem da obra de arquitetura. A arquitetura possui um poder semântico para um rápido entendimento do usuário. Já na de Rossi (1976), apesar de também haver uma carga de responsabilidade em torno da memória coletiva, este entra apenas como uma das partes responsáveis. A outra é a própria cidade como agente representativo de sua história, e o conceito de lugar como elemento de identificação particular. Nesse caso, o sujeito entra como fruidor passageiro, que se relaciona de forma ornamental com sua cidade.

A tomada destas teorias como marco de um novo pensamento deve ser entendida dentro do processo de questionamento da arquitetura moderna iniciado por volta de 50. No entanto, foi apenas com Rossi e Venturi que se cristalizou a crítica à arquitetura moderna, e Rossi formulou claramente o sistema de que o importante eram a cidade, a memória, a cultura, que a arquitetura tinha de recuperar seu valor cultural.

Assim, Rossi (1976) configura um enfoque europeu dentro do debate modernidade–pós-modernidade, em um panorama europeu a partir da Segunda Guerra Mundial, que influenciou decisivamente o campo do urbanismo, e é importante de ser conhecido para o entendimento do que ocorreu na reforma urbana de Barcelona nas décadas de 80, 90 e início do século XXI, como ruptura ou continuidade em relação a uma condição anterior.

É importante destacar, que o conceito “de lugar”, resgatado na discussão de Rossi (1976), se configurará a partir da história e do tempo a que pertencem às obras de arquitetura na cidade. A cidade, neste caso, é entendida como uma sucessão de camadas que abrigam várias histórias, em que a evolução e transformação dos fatos urbanos são vistas como um processo natural de acomodação. Desta forma, o estudo das tipologias do lugar funcionará como elemento de análise capaz de identificar esta essência imutável da cidade através

dos tempos. Para proceder a essa análise tipológica, Rossi¹⁸ classifica as obras de arquitetura entre esfera pública e esfera privada, diferenciando elementos primários e tecido urbano residencial. Para ele, os edifícios públicos, assim como os monumentos, constituem intervenções únicas e irreproduzíveis que expressam uma aspiração de caráter coletivo. Por sua vez, as tipologias residenciais terão sempre sua configuração repetida ao longo da cidade, se distinguindo desta maneira dos elementos primários.

A teoria de Rossi (1976), dessa maneira é uma crítica contundente ao funcionalismo da Carta de Atenas, uma vez que ele contesta a idéia da arquitetura moderna de que existe uma relação direta de causa e efeito entre forma e função. Para ele, as formas resultam de fatores que vão além das funções básicas, e serão estas formas da arquitetura que permanecerão através dos tempos, independentemente de seu uso. Para Rossi, a forma da arquitetura é o elemento que realmente persiste no tempo. Desta forma, o rebatimento de suas teorias no projeto da Vila Olímpica de Barcelona pode ser comprovado em alguns aspectos, não só a nível da permanência de tipologias dos edifícios do século XIX, mas também dentro do caráter de permanência¹⁹ urbana do plano de Cerdà.

O debate que se segue às teorias de Rossi e Venturi, até finais da década de 70, gravita basicamente em torno de propostas e formulações de caráter historicista, de resgate de valores culturais e populares. O evento que consolida e reúne os posicionamentos mais expoentes em torno deste tema foi, sem dúvida, a Bienal de Veneza de 1980, auto-intitulada a presença do passado. Esta Bienal, além de exibir variadas faces da arquitetura surgida a partir dos questionamentos de Rossi e Venturi, também serviu para retomar uma

¹⁸ As formulações de Rossi (1976) descritas em *A Arquitetura da cidade* constituem uma resposta europeia acerca do destino de suas cidades históricas no período pós-moderno. Frente ao reducionismo e à simplificação defendida pela arquitetura moderna, Rossi propõe a contextualização do produto arquitetônico como forma de continuidade da evolução histórica das cidades. Nesse processo, o conceito de espaço se converte a definida noção de lugar, marcando com isto uma sensível mudança de enfoque, que constituirá mais adiante, um dos eixos principais da discussão modernidade/pós-modernidade.

¹⁹ As permanências para Rossi (1996) são detectáveis, através das persistências do traçado urbano, ou seja como permanências de um passado que ainda experimentamos. A permanência mais significativa é dada, pelas ruas e pelo plano, uma vez que o plano permanece sob diversos níveis, diferenciando-se nas suas atribuições, muitas vezes se deforma – tipologia de ocupação das construções nas quadras, como no caso da Vila Olímpica de Barcelona, mas substancialmente não se desloca. Para Rossi (1996) a primeira vista, pode parecer que as permanências absorvem toda a continuidade dos fatos urbanos, mas não é assim, porque na cidade nem tudo permanece, ou permanece como modalidades tão diferentes, que com frequência não são comparáveis. No entanto, o aspecto que interessa ao autor é que os elementos que permanecem podem ser elementos propulsores, que servem para tentar compreender a cidade na sua totalidade.

configuração típica das cidades européias, e que influenciaria intervenções urbanas, como a “rua corredor”, que Le Corbusier tanto queria eliminar, configuração esta que caracterizou a vitalidade das cidades históricas européias. (ARANTES, 1993, p.30)

A Bienal de Veneza e as tendências historicistas da década de 70 desencadearão uma reação conjunta por parte de arquitetos e filósofos identificados com determinados pontos da arquitetura moderna, ou do projeto moderno em geral, manifestada conjuntamente na exposição “A modernidade”- um projeto inacabado” (Paris-1982), mesmo título do emblemático artigo de Jürgen Habermas, de 1980, que se iniciava com uma crítica à Bienal de Veneza. Desta forma, começam a consolidarem-se posicionamentos que defendem um resgate do ideal das vanguardas, partindo da hipótese que, segundo Montaner, “as premissas de estranhamento, ruptura e experimentação das vanguardas do começo do século não somente continuam sendo válidas e não estão em absoluto esgotadas, senão que devem ser levadas às suas últimas conseqüências, inclusive daquelas vanguardas que não chegaram a consumir-se”. O principal ponto de desacordo desta atitude frente à arquitetura moderna, seria o caráter exclusivamente funcionalista que esta privilegiou. (MONTANER, 1993, p.176)

A pós-modernidade na arquitetura, na Espanha, foi discutida por ocasião da comemoração dos vinte e cinco anos do Colégio de Arquitetos da Catalunha, em 1987, onde promoveram-se diversos atos culturais e sociais, dos quais dois desses atos foram importantes, pois propiciaram discussões sobre a arquitetura e o urbanismo pós-moderno: uma conferência de Frank Gehry, em novembro e outra, de Peter Eisenman em dezembro.

A sucessão Gehry–Eisenman, nas palestras arquitetônicas de Barcelona, criou uma situação oportuna, porque os dois arquitetos representavam micro-culturas diferentes, um de Los Angeles e outro de Nova York, mas ambos estavam comprometidos com a busca de uma “superação das ortodoxias já pouco operativa das vanguardas e seus empregos de expressões, sem ter que recorrer a uma luta contra a modernidade, que sempre supõe a inclusão da nostalgia improdutiva, do passado acrítico, banal e consumista”. (BOHIGAS, 1991, p. 301)

Gehry, aparentemente sem excessivos prejuízos teóricos, trabalha, segundo Bohigas, a partir de postulados realistas, sendo possível que estes postulados não passem de dois. Mas ele apresenta-os com tanta clareza e

segurança que confere a toda a sua obra um sentido coerente e uma intenção explícita que abre caminhos certamente inovadores, mas não demasiado arriscados, porque se apóiam nessa segurança. Um deles é a categorização da desordem e o outro é a criação de um novo repertório de imagens que pode ser inscrito, em uma linha geral da estética contemporânea, em um esforço artístico.

Para Gehry:

a desordem é a nova ordem, ou seja, a nova via compositiva. A conexão imprevista dos espaços, o itinerário como gênese de expressão, a individualidade objetual dos volumes, a emoção da surpresa são conseqüências dessa categoria. A mesma cidade já não pode ser uma formalização a partir de prejuízos estilísticos ou compositivos, legíveis à primeira vista. É possível que a nova estrutura urbana deva ser a sublimação do que hoje em dia se considera suburbano. Talvez devamos aplicar os métodos e os instrumentos do desenho respeitando a realidade de umas estruturas que, por demasiado modernas, seguem sendo conflitivas e, sobretudo, difíceis de assimilar dentro das velhas mitificações da ordem espacial. Parece que os volumes, os espaços e as texturas deveriam ser novos, também, pertencente ao repertório das vanguardas já consolidadas, em especial porque o conteúdo e as maneiras expressivas tem mudado substancialmente em todos os campos da arte. As transposições tão freqüentes na obra de Gehry - a utilização arquitetônica dos espaços neominimalistas e nos objetos neodadaístas- representam um esforço artístico que afasta o conjunto de sua submissão e a banalidade e o sustenta na fidelidade da revolução do moderno.”(BOHIGAS,1991, p.301-302)

Na obra de Gehry, algumas situações constituem operações claramente escultóricas. No entanto, existe outro objetivo para Bohigas, nessa “artisticidade quase retórica”, uma vez que a arquitetura norte-americana está submetida ao frenesi da transformação da caducidade de todas as formas. E é possível que o único recurso para uma relativa eternidade seja incluí-la entre os acontecimentos artísticos que só se salvaguardam como peças de museu. A “retórica artística” e inclusivamente a fragilidade das obras de Gehry serão talvez os elementos que a salvam da transformação ou da destruição, da mesma maneira que se conservam as obras de Pollock, de Merz ou de Tàpiez. Segundo Bohigas, não deixa de ser extremamente curioso que a nova garantia de permanência da arquitetura – baseada até agora na suposta eternidade da pedra - seja precisamente a de passar a “fragilidade da pintura”. (BOHIGAS, 1991, p. 302)

Para Bohigas (1991), Peter Eisenman, pelo contrário, deve ser interpretado mais pelo que diz, do que pelo que faz, sobretudo, por sua vontade de ligar a arquitetura com as correntes gerais do pensamento. Eisenman afirma que na generalidade da cultura, desde Nietzsche ou Derrida, há umas tendências

de modernidade palpitante que a arquitetura desconhece, pois se situa tanto na nostalgia das vanguardas como se refugia na nostalgia do passado. O autor destaca que é surpreendente, muitas vezes, ouvi-lo falar simultaneamente de pós-modernidade a um arquiteto e a um filósofo, pois falam de coisas diferentes. Para o primeiro quase tudo se reduz a reivindicações de velhos dilemas. Para o segundo, a questão é mais complexa e se fixa em uma nova interpretação do que é moderno. Segundo Eisenman:

A solução para a arquitetura será somar-se a nova modernidade do pensamento. E não se trata de uma operação fácil. Todavia, indica alguns caminhos, baseados todos eles no que poderíamos chamar o valor expressivo da contradição: o reconhecimento do lugar e a negação do lugar- atopia en los topos-, o deslocamento da antiga coerência formal para passar a outro âmbito de coerência, a cidade entendida como uma adição de centralidades descentralizadas. E, sobretudo, a bipolaridade do conteúdo e dos gostos. O que em maior medida parece apreciar na arte moderna é a coincidência de contradições críticas: a pintura que é a um tempo formosa e feia, a literatura que é dramática e irônica, os filmes que, no cenário da vulgaridade, destacam as conexões de uma reflexão transcendente. (BOHIGAS, 1991, p. 303)

Para Bohigas (1991) os paralelismos parecem dar apoio aos postulados de Eisenman. Tanto assim, que podem ser encontrados nas obras de James Joyce a Albert Cohen, de Marcel Duchamp a Mario Merz, de Jean Lyotard a Jacques Derrida, de Jean-Luc Godard a David Lynch de *Veludo Azul*. Assim, há inovação e a posição crítica nos processos criativos da arquitetura, tal como havia proclamado a modernidade mais arraigada; e por outra, na atual vanguarda intelectual, “a arte e a filosofia constituem um suporte para as mudanças de linguagem da arquitetura, mantendo a fidelidade aos métodos e inclusive ao espírito de uma vanguarda que se mostra estagnada e talvez envelhecida”. (1991, p.304)

Jacques Derrida entusiasmou jovens intelectuais americanos com uma outra adjetivação, difundida com grande insistência publicitária, nos últimos anos: a “desconstrução”. Até Philip Johnson se apropriou da palavra “desconstrução”, em substituição aos especificismos pós-modernos, e anunciou uma exposição no MOMA com: Bernard Tschumi, Zaha Hadid, Frank Gehry, Rem Koolhaas, e o próprio Eisenman. Por esse motivo, para Bohigas, foram oportunas as conferências de 1987 de Frank Gehry e Peter Eisenman, pois Barcelona vivia uma euforia de modernidade, sempre disposta a aceitar duchas de otimismo.

Mas para Bohigas deve-se ficar atento a essas visões “cor-de-rosa”. Acaso o otimismo dos americanos não será uma maneira de transformar em

resignação a incapacidade de melhorar o discurso confuso urbano da América? Aceitar como modelos generalizáveis as exceções e os desequilíbrios urbanos, aplicando drasticamente esses princípios a uma cidade como Barcelona? “Não seria retroceder e retornar a um desajuste que conduz a negação cultural, a afirmação consumista e talvez a incitação especulativa”? (1991, p.305)

3.5 A discussão da pós-modernidade no urbanismo

Na chamada pós-modernidade presencia-se o posicionamento de vários autores sobre idéias como o “fim das nações”, o “fim da política”, o “fim da democracia”, o “fim das ideologias”, o “fim do individualismo”, a “morte do sujeito”, que culmina na análise de Otília Arantes de um urbanismo em fim de linha.

Entre os autores que defendem esse posicionamento encontra-se Harvey (1994), que assinala um novo contorno da contradição entre o global (universal) e o local (localidade). Por um lado, o capital nesta fase necessita fortalecer o local (o lugar) para poder ampliar o seu espaço; no entanto, esse fortalecimento, segundo o autor, exige uma nova formatação econômica, política e social do local no sentido de melhor atender aos interesses dos grandes agentes financeiros e de seu capital; daí a necessidade de se produzir as idéias como “Fim das Nações”, “Fim da Política” o “Estado mínimo” e a idéia de globalização, nesses moldes, surge como inevitável.

Nesse contorno definido por Harvey (1994), presencia-se o posicionamento de outros autores. Para Guéhenno (1994), no livro *O fim da democracia – um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio*, o que caracteriza o momento atual é que o ano de 1989 põe fim ao que foi institucionalizado em 1789: o fim da idéia do Estado-Nação. Além disso, inaugura um período de grandes mudanças, onde a modernização econômica derruba a importância do território. A proximidade espacial, segundo o autor, tem cada vez menos importância em um mundo cada vez mais abstrato e imaterial, onde o valor nasce da inclusão em redes. Passamos, assim, de uma estrutura baseada em vias navegáveis e estradas de ferro a uma estrutura baseada em transporte aéreo e telecomunicações, a qual desestrutura completamente a noção de espaço. No entanto, para Guéhenno, a diminuição da importância da nação não se dá apenas pela diminuição da importância do território, mas também devido a três fatores: o deslocamento de pessoas, a escassez e mobilidade do capital e,

por último, as multinacionais escolherem os lugares mais favoráveis para a implementação de suas sedes.

O “fim das ideologias” é assinalado por Mills (1989) ao detectar a crise das ideologias liberal e socialista, mas esse não entende nessa crise o fim absoluto das idéias de razão e liberdade. Para Mills (1989) a ciência social destituída das bases ideológicas e teóricas dessas duas tendências, seria capaz de resgatar, em um patamar político e teórico, porém não ideológico, a razão e a liberdade. No entanto, para Lyotard (1989; 1994), o “fim das ideologias” é decorrência da falência de qualquer metanarrativa. É o fim da imaginação sociológica, restando ao homem apenas esperar que a tecnociência resolva os problemas da sociedade. No caso de Baudrillard (1994; 1995), o “fim das ideologias” decorre da dissolução por completo do social e do político. Para Baudrillard (1994; 1995), dentro da esfera do simulacro total, os indivíduos devem expressar sua heterogeneidade, ultrapassando de forma subversiva os símbolos escravizantes e alienantes dos meios de comunicação.

Rouanet (1993) discute o “fim do individualismo”, no sentido de uma volta do homem a temas contextuais, relacionados a uma determinada cultura ou comunidade. Para Jameson (1983), a “morte do sujeito” refere-se à liberação do homem da necessidade da eterna inovação.¹⁹

Nesse debate de idéias, o urbanismo, como um sujeito ativo da transformação social que tem o estatuto de seu conteúdo no social, perde esse conteúdo e configura o que Otilia Arantes (2001) chama de “urbanismo em fim de linha”. No seu livro *Urbanismo em fim de linha*, Arantes expõe importantes idéias, sobre a ideologia “do plano” associada à modernidade e ao que a autora caracteriza como ideologia “do lugar” associada ao período pós-moderno, onde as duas ideologias mantêm um intrínseco vínculo com o capitalismo em constante processo de transformação. Assim, a autora apresenta as suas idéias:

Quer seja uma utopia construtiva, quer seja como simulacro, a arquitetura-cidade é a esquina onde se encontram projeto moderno e seu sucedâneo, a cultura simulada. Aí a novidade: esses movimentos não se opõem, complementam-se, o último conclui o primeiro. Isso

¹⁹ A “morte do sujeito”, para Jameson e por que não dizer o “fim do individualismo”, pode ajudar a explicar por que o modernismo clássico é uma coisa do passado, e o pós-modernismo teria ocupado o seu lugar. Os grandes modernismos eram baseados na invenção de um estilo pessoal e provado, como uma impressão digital, onde a estética modernista, de certo modo, está ligada a concepção de um único eu e de uma identidade privada, uma personalidade e individualidade única, que pressupõe gerar sua visão única do mundo, e de inventar seu único e inconfundível estilo. (JAMESON, 1983, 114)

desagrada a gregos e troianos, a “modernos” e “pós-modernos”. O interesse do objeto arquitetônico dentro da análise vai até o momento em que ficam claras essas decorrências. Como ideologia, tanto a moderna (“do plano”) quanto a “pós-moderna” (“do lugar”) revelam, ao serem concretizadas, construídas, o outro lado da “utopia” (da vanguarda) ou “resistência” (dos anos 60): seu vínculo de origem com o processo capitalista em mutação. (ARANTES, 2001, p. 214)

Para Arantes (2001), na arquitetura, passa-se do “funcionalismo sistêmico” para um novo momento do capitalismo no final do século XX, momento em que se instaura a ênfase da “diferença” na cidade, como resposta à fragmentação da vida contemporânea e à incondicional autoridade da cultura.

Se na arquitetura – e arte – moderna o funcional era também o “funcionalismo sistêmico”, nas últimas décadas (até os anos 80) o elogio da “diferença” na cidade também vai ao encontro da fragmentação da vida contemporânea, da absolutização da Cultura resfriada, agora parceira do capitalismo do final do século. Quando esse processo fica claro – quando os projetos de “requalificação” vão sendo implementados, ao mesmo tempo consolidando-se a nova feição da “globalização” – não existe mais vestígio de ideologia na arquitetura. Esta passa, nos anos 90, a tradução, sem mediação, do “mundo econômico”, portanto, coincidente com ele, e não tem mais o interesse das análises das ambigüidades do passado, que apontavam possibilidades. (ARANTES, 2001, p. 214)

A partir da década de 80 e à medida que se aproximava o fim do século XX, analistas e políticos, frente ao enorme desenvolvimento das telecomunicações e à ascendência das indústrias da informação, começaram a proclamar o “fim das cidades”. Inicia-se o período dos projetos de “requalificação” nas cidades apontado por Arantes (2001), sob a égide da globalização da economia, acompanhada pelo surgimento de uma cultura global que alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, das regiões transnacionais e, fundamentalmente, do que se constitui em um dos temas importantes neste trabalho para o entendimento do urbanismo contemporâneo - as cidades.

Na discussão sobre a cidade, a pós-modernidade exige o redimensionamento do conceito de cidade. A pós-modernidade, reveladora das heterogeneidades da micropolítica de um lado e, de outro, desarticuladora de princípios totalizantes como, por exemplo, o de classe social, exige o redimensionamento dos conceitos modernos, tais como os de nação, cultura nacional, Estado, sociedade civil, cidadania, democracia, equidade social e do conceito de cidade.

Para a discussão do redimensionamento do conceito de cidade, um aspecto importante é que vários autores, ao se defrontarem com as dificuldades decorrentes do uso do conceito de cidade – conceito que apresenta ambigüidades, terminaram por anunciar a “morte das cidades”.

A fim de redimensionar esse conceito serão utilizadas algumas considerações de Nestor Goulart Reis, no livro *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano* (2006). Para o autor, essa discussão sobre a morte das cidades apareceu:

Teve início cremos nós, por Max Weber (1958), passou por Don Mantindale (1958) que se expressou de modo menos enfático, dizendo que “a era da cidade parece chegar ao fim” e, no final do século XX, a Françoise Choay (1994), que afirma “que chegou então o momento de admitir, sem sentimentalismos, o desaparecimento da cidade tradicional”. (REIS, 2006, p. 54)

Françoise Choay, no texto de *O Reino do urbano e a morte da cidade*, de 1994, sem entrar no debate da modernidade - pós-modernidade, caracterizava a amplitude das novas condições. Choay questionava, no texto, se o velho conceito e a imagem adotada pelas cidades, que misturavam centros históricos, cidades novas, subúrbios e megalópoles, não funcionariam apenas como um mito encarregado de prevenir, o que a autora chama de impotência e angústia, e não dissimulariam, portanto, a inadequação entre a palavra e a coisa. E perguntava também, se não seria o momento de uma aceitação sem culpas do desaparecimento da cidade tradicional e de uma interrogação sobre aquilo que a substituiu, isto é, sobre a natureza da urbanização e sobre a não-cidade. E procurava demonstrar, também, que o processo continua e tende a construir uma entidade que não é mais cidade nem campo, onde esses dois termos, fenomenologicamente existiam um no outro. Para Choay (1992), no texto *L'orizzonte del posurbano*, o que está ocorrendo no curso de pouco mais de um século não é uma pequena evolução, mas uma mutação onde o processo de mudança é contínuo e cuja tendência de mudança deverá fazer surgir uma realidade que já não é cidade nem campo.

Dentro dessa visão apresentada por Choay, o binômio cidade-campo, estabelece um novo conjunto de relações entre o que anteriormente se consideravam espaços urbanos e rurais (principalmente em relação ao século XIX) e deverá ser entendido como parte de um processo social mais amplo, fruto das mudanças paradigmáticas impostas por uma nova condição. Uma vez que a

cidade é um suporte do processo social, e como tal em constante mutação, é importante ressaltar que as mudanças não decorrem de processos físicos, mas de processos sociais; não decorrem de relações físicas, mas de relações sociais.

No entanto, é importante lembrar que as considerações que têm como objeto de estudo a cidade estão sempre permeadas das ideologias que prevalecem sobre o que a cidade europeia deveria ser.

Paradoxalmente, para Nestor Goulart Reis, das antigas categorias dos romanos, “o conceito de cidade tende a reter de modo especial os vínculos de “urbs”²⁰, de forma física de objeto construído, e menos o sentido de “civitas”, de corpo social, expressão da qual se originam palavras como cidade, city, città e civilização”. (2006, p.53)

Para Reis (2006), estudar a urbanização como processo social é, portanto, considerar que o objeto de estudo é o conjunto das relações sociais, isto é, das relações interpessoais (com suas dimensões econômicas, políticas, culturais e ideológicas). É a compreensão da lógica da organização social que conduz a determinadas formas de organização do território (no caso o território urbano) e, sobretudo, à lógica das decisões que levam à sua mudança, isto é, os projetos. Para o autor, o projeto de arquitetura e urbanismo é resultado de uma série de alternativas e decisões, em relação a uma série de variáveis²¹, uma vez que ao mudarem as alternativas possíveis, mudam-se as decisões. A cidade, entendida como polis, é, por excelência, o espaço dos projetos políticos.

A partir dos anos 90, Saskia Sassen, no livro, *As cidades na economia mundial*, define que, sem mediações, o mundo econômico, ou seja, a “globalização da atividade econômica, sugere que o lugar, sobretudo o tipo de lugar representado pelas cidades - já não tem mais importância”. (1994, p.13).

Por outro lado, como o tema da cidade é extremamente amplo e, ao focalizar neste trabalho, uma única cidade – Barcelona - faz-se necessário pontuar a visão de três autores que se destacam nessa discussão: Sassen (1998), Harvey (1994) e Chasnais (1996). Sassen (1998) examina as características fundamentais da economia global, fora do campo de discussão da pós-modernidade, as quais são importantes para a compreensão do impacto da

²⁰ O termo “urbs”, em Cerdà, na *Teoria Geral da Urbanização*, tem sua raiz na forma física de construção do objeto cidade.

²¹ Tal proposição já se encontra demonstrada na teoria e plano de Cerdà para Barcelona no século XIX.

globalização sobre as cidades. Desse modo, ela analisa as mudanças que ocorreram:

No século XIX, quando a economia mundial se apoiava principalmente no comércio, os locais fundamentais eram os portos, as fazendas, as fábricas e as minas. Já naquela época as cidades eram centros de prestação de serviços. De maneira característica, elas se desenvolviam ao lado dos portos e as companhias de comércio dependiam dos múltiplos serviços industriais, bancários e outros serviços comerciais localizados em cidades. Estas, entretanto, não eram os locais fundamentais de produção para as indústrias dominantes no século XIX. A produção da riqueza concentrava-se em outro lugar. Hoje, o comércio internacional continua sendo um fator importante na economia global, porém tem sido ofuscado em seu valor e em seu poder por fluxos financeiros internacionais, quer se trate de empréstimos e outras operações financeiras, quer de transações com moeda estrangeira. As instituições fundamentais para essas transações são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações financeiras multinacionais. Essas instituições estão no centro do processo da criação da riqueza e localizam-se nas cidades. (SASSEN, 1998, p. 23)

Uma das principais características que conduziram à formação das cidades globais foram os investimentos em serviços que se tornaram, em meados dos anos 80, para a autora, no principal componente dos “fluxos de investimento direto” do exterior²². Dessa maneira, verifica-se um elevado crescimento dos fluxos financeiros internacionais, bem maiores que o valor do comércio internacional e que o investimento estrangeiro direto, o que aumentou o nível de complexidade das transações. Nessa nova situação, as cidades constituem os locais fundamentais para o atendimento de uma infra-estrutura extremamente avançada de serviços especializados e de concentrações de alto nível tecnológico, no que se refere aos recursos de telecomunicações (SASSEN, 1998, p.24).

Harvey (1994) trabalha a análise do pós-modernismo, através da relação universal/local e constata modificações temporais e espaciais importantes nessa condição. O que a pós-modernidade revela, para o autor, é uma queda de barreiras espaciais que existiam anteriormente, o que não diminui a importância do espaço. Pelo contrário, na pós-modernidade ocorre uma universalização do capital; no entanto, essa universalização ocorre através da intensificação da exploração e controle de diferentes espaços. Aqui o autor introduz a sua concepção da relação universal/local:

²² Anteriormente esse componente era constituído por manufaturados ou pela extração de matéria-prima. (SASSEN, 1998, p. 24)

Mas a queda de barreiras espaciais não implica o decréscimo da significação do espaço. Vemos hoje, e não é pela primeira vez na história do capitalismo, evidências que apontam para a tese oposta. O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem mais atenção às vantagens locacionais mais relativas, precisamente porque diminuíram as condições espaciais. Pequenas diferenças naquilo que o espaço contém em termos de oferta de trabalho, recursos, infra-estrutura etc., assumem crescente importância. (HARVEY, 1994, p. 265)

Segundo ele, é importante atentar para o caráter contraditório que a universalidade contém. A acumulação flexível explora, dentro de uma gama de variedades geográficas e dentro de diferentes características que essas variedades geográficas possuem, elementos internos da própria lógica abrangente imposta pela acumulação flexível. Esse contraditório “fortalecimento” do local tem implicações políticas importantes, como assinala Harvey:

Mas isso levanta outra dimensão do papel mutante da espacialidade na sociedade contemporânea. Se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo, é possível que as pessoas e forças que dominam esses espaços os alterem de um modo que os tornem mais atraentes para o capital altamente móvel. As elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias do controle da mão-de-obra local, de melhoria de habitabilidades, de fortalecimento da infra-estrutura, da política fiscal, da regulamentação estatal etc., a fim de atrair, o desenvolvimento para o seu espaço particular. Assim, as qualidades do lugar passam a ser enfatizadas em meio a crescentes abstrações do espaço. A produção ativa de lugares dotados de qualidades especiais se torna um importante triunfo na competição espacial entre localidades, cidades, regiões e nações. (1994, p. 266)

A globalização trouxe uma pauta política nova que mostra um fortalecimento, na rearticulação espacial da sociedade contemporânea e na acumulação do capital dos poderes locais que possuem uma tarefa de propiciar, a todo custo, a circulação do capital e a acumulação capitalista nos moldes em que elas se colocam hoje. Para o autor, a pós-modernidade revela uma concepção de ênfase na efemeridade, na colagem, na fragmentação e constitui-se como reveladora dessas modificações do espaço e do tempo produzidas pela acumulação flexível após a década de 70.

A economia global tem implicações no campo urbanístico decorrentes de novas centralidades. Foram principalmente razões econômicas que levaram o governo francês na década de 80 a modernizar Paris, uma vez que o governo francês estava numa grande concorrência para definir qual seria a grande metrópole econômica européia. As nações precisam mais do que nunca das

idades para concorrer no contexto da globalização. A França estava nessa grande competição, porque seu território não é mais a sede das indústrias, mas dos serviços. Seguindo essa lógica todas as capitais dos países que entram no Mercado Comum Europeu recebem recursos primeiramente para renovar as cidades e para substituir seus equipamentos obsoletos.

Dessa maneira desde a década de 1980, mudanças profundas na composição, geografia e quadro institucional da economia global têm apresentado grandes implicações para as cidades.

Nesse contexto de constatação de profundas mudanças no panorama mundial, o trabalho pretende, em um primeiro momento, entender a origem dessas mudanças e, em um segundo momento, identificar como a cidade de Barcelona definiu uma nova ordem urbanística frente aos impactos das mudanças mundiais. Além disso, pretende mostrar como se estrutura a nova relação entre planos e projetos urbanos, na especificidade de sua experiência.

Qual o contexto econômico e político em que ocorrem essas mudanças nas cidades sob o novo paradigma econômico?

Estamos diante de uma nova modalidade de regime de acumulação, do capitalismo mundial, segundo um dos principais teóricos da gênese e dos efeitos da globalização, o economista francês François Chesnais, que discutiu esses processos, no seu livro *A mundialização do capital* (1996). Um termo vago, como mundialização oculta um novo regime de acumulação, ao qual Chesnais(1996) denomina de regime mundializado sob a égide financeira. As características deste regime aparecem como um contraste ao modelo de acumulação fordista, predominante do final dos anos 40 ao fim dos anos 70 e ao modelo imperialista clássico que dominou até a crise de 1929.

Para o autor, o fordismo caracterizava-se por taxas de investimentos suficientemente elevadas, capazes de assegurar um pleno emprego e, por um regime de acumulação essencialmente voltado para a extensão da produção de valor e de mais-valia e, logo, de riqueza (ao passo que o regime atual preocupa-se antes com a apropriação de riqueza e privilegia as atividades especulativas baseadas em posições nos mercados imobiliários, financeiro e de transações comerciais). O fordismo foi capaz de tolerar, ao menos nos países centrais, a partilha parcial dos ganhos de produção com as camadas assalariadas, bem como de suportar as despesas referentes ao Estado de bem-estar social, o *Welfare State*.

Diferente do regime de acumulação atual, o fordismo tendia à inclusão social e não à exclusão, assim como no plano internacional, tendia à integração e não à marginalização. Na origem da crise fordista, para Chasnais (1996), estão dois fatores principais, ambos ligados ao sucesso da acumulação e às contradições dela resultantes: o primeiro foi a reaparição, em 1974-75, da primeira crise clássica de superprodução e de superacumulação depois da Segunda Guerra Mundial, e o segundo foi a reconstituição das bases econômicas e sociais de um capital financeiro poderoso, que não permitiu a força dos trabalhadores assalariados e de seus sindicatos, o nível de gastos com o *Welfare State* e a taxação sobre o capital e as altas rendas pessoais.

Assim, em 1979-80, o que Chesnais (1996) denomina de revolução conservadora levou ao poder os representantes políticos desse capital financeiro, e a partir das políticas de liberalização e desregulamentação implantadas pelos países do G-7, pelo Gatt e pelo FMI, com o estímulo de Reagan, de Thatcher e do monetarismo, consolida-se o atual regime de acumulação.

Foi o neoliberalismo que nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde dominava o capitalismo, a reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar, sendo seu texto de origem, *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, já que esse partido efetivamente venceria (Anderson-1995). Mas, em 1979, ressurgiu a oportunidade e foi eleito o governo Thatcher tornando-se, a Inglaterra, o primeiro país de capitalismo avançado publicamente empenhado com o programa neoliberal. E depois em 1982, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. O modelo neoliberal inglês foi o pioneiro sendo que os governos Thatcher:

(...) contraíram a emissão monetária, elevaram os juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplacaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E finalmente - esta foi uma medida tardia - se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida às indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p.2)

Assim, o neoliberalismo constitui-se em um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais produziu no passado,

levando ao poder, na última década, representantes do capital financeiro altamente concentrado. A mundialização financeira tornou-se tão importante quanto a mundialização do capital produtivo, pois o capital financeiro vive de retiradas sobre a riqueza criada na produção. Devido a essas retiradas, as relações de força entre capital industrial e o capital financeiro modificaram-se claramente, com vantagem para o segundo.

Como efeitos desse regime de acumulação, o capital explora para seu benefício exclusivo as vantagens da liberalização, mascarando seu fraco desempenho em termos de desenvolvimento. Por trás desse crescimento fraco encontra-se uma queda regular de investimentos nulos ou, muitas vezes, negativos. Tal baixa de investimentos corresponde, segundo Chesnais (1996), a dois grandes processos: a adaptação da oferta efetiva que sofreu um enfraquecimento contínuo de dois de seus componentes - o consumo dos assalariados e as despesas públicas - e dominação de estratégias empresariais em que as reestruturações ("*reengineering*") prevalecem sobre a criação de novas capacidades.

Em um quadro de tensões comerciais crescentes entre as principais potências industriais, o capital, como um todo, simplesmente concentra-se e toma um novo impulso monopolista. Sucessivas ondas de fusões, aquisições adiam as conseqüências da superprodução, transferindo para os grupos industriais mais fortes as parcelas de mercado dos grupos adquiridos, que são rapidamente absorvidos e reestruturados com reduções importantes de efetivos nos países de implantação das filiais.

Portanto, esses processos de fusão-aquisição revelam estratégias voltadas, não para a criação de novas capacidades produtivas, mas para sua reestruturação e, mais freqüentemente ainda, para sua contração em termos de emprego, onde esse processo tem reduzido em níveis constantes o número total de grupos industriais em escala mundial, instituindo o oligopólio mundial como forma predominante de oferta, segundo Chesnais (1996).

Com efeito, pouco pode se esperar das atuais organizações internacionais, pois após a assinatura e ratificação do Tratado de Marrakech, ocorreu um abandono de soberania dos países em favor da OMC - Organização Mundial do Comércio - e qualquer exportador pode, agora, questionar supostos entraves à liberdade de comércio, isto é, medidas tomadas pelos Estados no campo da saúde, do controle de qualidade de alimentos e da preservação

ambiental.

O movimento de mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos novos países industrializados, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se tornarem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento. Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos IEDs (investimento externo direto) e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio. (CHESNAIS, 1996, p. 33)

3.6 A nova escala das intervenções urbanas em Barcelona: os projetos dos espaços públicos

Josep Maria Montaner, no livro *A modernidade superada*, aborda a necessidade de uma expressão monumental na arte e na arquitetura. Para Montaner, uma das questões que toma maior protagonismo na arquitetura a partir dos anos quarenta é a procura de uma maior expressividade, que assume objetivos diversos: Sigfried Giedion, Josep Lluís Sert e Fernand Léger lançam, em 1944, o manifesto reclamando uma “nova monumentalidade”²³ que supere o puramente funcional; Fernand Léger reclama o uso da cor como elemento expressivo da cidade; Lúcio Costa defende a “expressão” e a “intenção plástica” de uma arquitetura realizada com tecnologia moderna; e Louis Kahn define a monumentalidade na arquitetura como uma qualidade espiritual inerente a uma estrutura intemporal e unitária. A sucessiva instalação de esculturas modernas nos espaços públicos das grandes cidades será uma das conseqüências desta busca. (MONTANER, p.85)

Manuel de Solà-Morales defende, que desde o século XIX, a distinção entre espaço público tem sido o centro teórico do pensamento urbanístico sobre a cidade ocidental. Os planos de expansão, as leis de desapropriação, os parques metropolitanos ou as grandes obras civis têm sido exemplos admiráveis de “distinção clara do domínio do espaço público em relação ao privado”. E reforçar esta distinção era desejável enquanto permitia precisamente aumentar e melhorar

²³ Nas cidades gregas, os espaços públicos eram locais de reunião política, e seu tratamento arquitetônico e urbanístico lhes conferia monumentalidade e condições adequadas para essa finalidade.

o público²⁴ e tratá-lo como superior ao privado. Esta motivação, fundamentalmente “reivindicativa, tem suas raízes no pensamento utopista do século passado, onde os modelos ideais de cidade equilibrada (como objetivo) e a municipalização (como instrumento) eram pilares de toda política urbanística progressista”. (SOLÀ-MORALES, 2001, p.101)

A partir dos anos 80, Barcelona, que na época contava com três milhões de habitantes, é uma das cidades mais densamente construídas da Europa. Ela se transforma em um grande laboratório para experimentação de projetos, através da implementação de sua política de espaços públicos. Em apenas uma década, centenas de parques novos, praças e passeios públicos foram criados pela demolição de edifícios, armazéns e fábricas em ruínas, assim como pela renovação de praças existentes e regulamentação do tráfego para beneficiar pedestres.

Oriol Bohigas foi contratado pela Prefeitura de Barcelona, como o consultor do novo desenho urbano, posição que lhe proporcionou a oportunidade de adotar uma nova política para o espaço urbano, que enfatizava mais os projetos do que os planos. O planejamento mudou da tradicional planificação de função e área a longo prazo, na qual a iniciativa para implementação é bastante dependente dos investimentos privados, para uma política ativa, na qual o setor público iniciou a renovação projetando numerosos espaços públicos, parques e praças, e a arquitetura transformou-se em um dos principais instrumentos da política urbana. O surgimento de espaços públicos como uma resposta a necessidades das pessoas por um lugar onde se reunir, em verdadeira tradição democrática e como criação de espaços amplos para o pedestre, caracteriza a política urbana de Barcelona, para Bohigas.

Em sua maioria, os espaços públicos foram criados pela demolição de edifícios em ruínas ou fábricas abandonadas e, em menor grau, pela limitação das áreas já consagradas ao tráfego de veículos. No centro antigo, muitas praças foram criadas a partir da demolição de edifícios existentes, concedendo espaço para novos lugares de encontro no denso coração da cidade. Nas áreas

²⁴ Este trabalho não tem como ênfase a discussão teórica sobre o espaço público, uma vez que este tema deverá ser tratado particularmente em outro estudo, devido a sua grande complexidade. No entanto, devemos assinalar que a noção de espaço público é importante para discutir as permanências e rupturas no urbanismo. No pensamento de Gregotti (1994): a crise do espaço público, o seu progressivo abandono tem como fenômeno simétrico o de sua progressiva privatização, assim, o sonho de Olmsted do parque como “civic space” parece definitivamente superado.

perimetrais, novos espaços de encontro surgiram como o lema “dar um rosto a quem não tem”, numa analogia direta à construção de uma identidade regional, nas extensas áreas expandidas que cresceram na cidade a partir da década de 60, carentes de identidade e de espaços públicos.

A nova política que foi introduzida pelo primeiro prefeito depois da ditadura de franco na Espanha, Narcis Serra, gerou melhorias pontuais rápidas e visíveis por toda a cidade. Pasqual Maragall, eleito prefeito em 1982, expressou o princípio da filosofia política assim: “Nós queremos recriar a dignidade perdida da paisagem urbana e estimular e direcionar a energia do comércio”.

A arquitetura e a escultura tiveram um papel essencial no desenho para a nova Barcelona. Novos parques e praças foram criados com o lema: “Levar os museus às ruas”. Cada novo espaço público passou a exibir uma obra de arte de um artista de prestígio internacional. As características exclusivas de cada praça eram, desse modo, enfatizadas pelo seu próprio desenho, assim, como pelas únicas obras de arte, dando a cada bairro uma plataforma pública.

Quase todos os novos projetos envolveram a cooperação entre artistas e arquitetos. Um exemplo de escultura como parte integrante do projeto dá-se na Placa de la Palmera, onde os muros curvos de Richard Serra (Figura 17) dividem as duas naturezas da praça. Outro exemplo está em Vila Júlia (Figura 18), onde o farol é o foco da praça. Em muitos parques foram desenhadas esculturas que promovem a interação e o jogo como no Parc de l’Estació del Nord (Figura 19), o qual possui uma enorme escultura cerâmica e no Parc de l’Espanya Industrial, cujo destaque é um dragão gigante de ferro, desenhado para que as crianças pudessem deslizar sobre ele.

Os primeiros projetos desde o final da década de 70 e princípios dos anos 80 distinguiram-se por sua localização no centro da cidade e por refletirem respeito à tradição. Com materiais e mobiliário tradicional, algumas praças pareciam estar na cidade por centenas de anos. Como exemplos temos, a Placa Reial, uma praça antiga que foi renovada com um novo pavimento e a Placa de la Mercê, um espaço criado após a demolição de edifícios existentes.

As praças e parques localizados fora do centro da cidade antiga são diferentes, partindo de experimentações com formas de expressão, espaços, mobiliário e materiais de desenho contemporâneo. A Placa dels Països Catalans, em frente à estação ferroviária de Sants, é um dos muitos espaços públicos que rompem com a tradição e convenções acerca de como deve ser uma praça.



FIGURA 17- Placa de la Palmera com as duas paredes curvas de Richard Serra
FONTE- GEHL Y GEMZOE, 2002, p. 29



FIGURA 18 – Via Júlia, Farol de Antoni Roselló
FONTE- GEHL Y GEMZOE, 2002, p. 29



FIGURA 19 – Parc de L Estació del nNord com a escultura ceràmica de Beverly Pepper.
FONTE – GEHL Y GEMZOE, 2002, 29

Oriol Bohigas escolheu criteriosamente vários arquitetos para executar os primeiros experimentos no desenho de novos espaços urbanos. Um escritório especial, Servei de Projectes Urbans, foi montado para trabalhar com os espaços públicos, sendo o responsável pelo desenho dos diversos projetos e coordenação dos vários grupos que fizeram parte na realização dos espaços urbanos nos dez distritos que compõem a cidade.

O conjunto dos espaços públicos de Barcelona abrange uma grande variação de desenhos de iluminação, mobiliário e pavimentações. No entanto cabe destacar, que não existe um padrão restrito de materiais ou linguagem urbana; pelo contrário cada espaço individual é desenhado como um sítio independente com sua própria identidade. Um banco ou poste de luz é desenhado para um local específico, embora com o tempo, alguns elementos fossem adotados em outras localizações. Um exemplo disso é o poste de iluminação em forma de flor que foi desenhado para o Jardí de la Vila Cecília e que pode ser visto no novo bairro construído originalmente para a Vila Olímpica.

Os tipos de espaços públicos são variados; encontram-se na cidade, praças que possuem o caráter de praças “duras”, como salas de estar urbanas e lugares de encontro, onde os espaços apresentam superfícies e mobiliário de pedra, às vezes suavizados por árvores. Como exemplos, há várias praças criadas após a demolição de edifícios arruinados: Placa de la Mercê, Placa de Sant Cugat, Fossar de les Moreres, Placa d’Escudellers-Arenes-Arai .

Outros exemplos são as renovações de praças existentes, tais como a Plaça Reial, Plaça de l’Àngel e Plaça del Sol (Figura 20) ou praças para pedestres surgidas de áreas de tráfego, como Placa de lês Basses de Sant Pere, Placa de Naves e a grande praça em frente à estação ferroviária, Placa dels Països Catalans. Outros espaços públicos mais amenos podem ser chamados de “praças de cascalho”, um lugar para descansar e jogar, em geral com uma área de cascalho como elemento central: Jardí de la Industria e a Placa de la Hispantat.

Porém, outras praças, como a Placa del General Moragues, também possuem uma superfície de cascalho como um dos elementos principais. Numerosos parques urbanos como “oásis urbanos” funcionam como grandes espaços recreativos dispersos por todos os distritos da cidade. Eles possuem um extenso elemento paisagístico verde, com áreas cobertas por cascalho e grandes superfícies de pedra. A água, em forma de pequenas lagoas, fontes ou cascatas, serve como elemento de divisão entre as superfícies de cascalhos e a paisagem



FIGURA 20-Fim de tarde na Plaça del Sol
FONTE – GEHL Y GEMZOE, 2002, p. 33

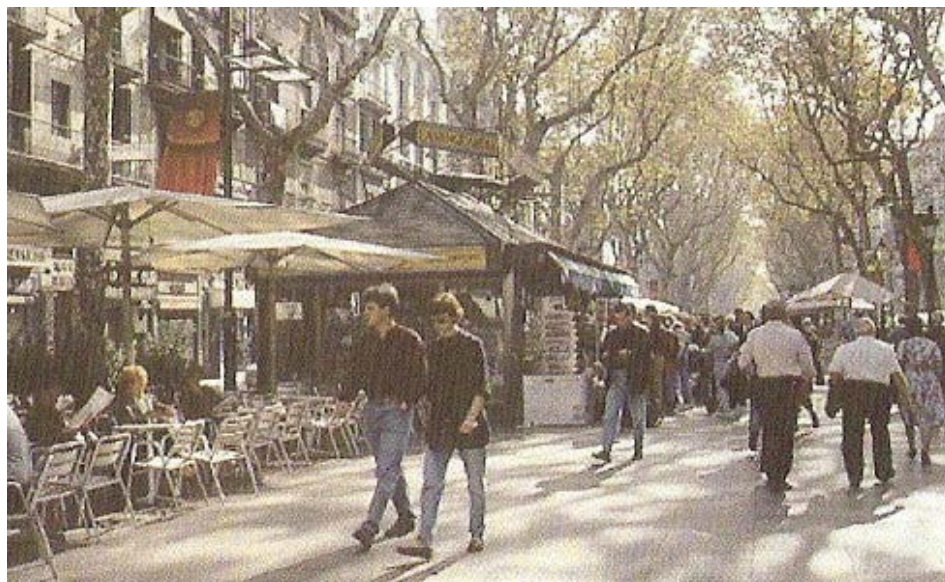


FIGURA 21 – La Rambla de Barcelona, maior rua de pedestre da cidade
FONTE – GEHL Y GEMZOE, 2002, p. 28

verde: Parc del Clot, Parc de Joan Miro, Parc de la Pegaso, Placa de Sóller e Parc de l'Espanya Industrial.

Outros tipos de espaços são os passeios urbanos; há lugares para andar, para sentar, descansar ou jogar, todos dispostos no meio de dinâmicos bulevares. São novas interpretações do conceito da Rambla (Figura 21), onde o tráfego leve e o pesado coexistem no mesmo espaço: Avinguda d'Icària, Avinguda de Gaudí e tipos mais compactos como a Vila Júlia, Passeig de Picasso, o porto - passeio marítimo, o Moll de Bosh i Alzina que contêm uma justaposição de tráfego linear e elementos fixos. Somam-se a esses passeios, que combinam o tráfego de carros, passeio e atividades recreativas, numerosas ruas de pedestres de desenho mais tradicional. (GEHL e GEMZOE, 2002).

3. 7 Da operação urbanística relacionada aos Jogos Olímpicos de Barcelona de 1992 ao Fórum de Barcelona de 2004

Em 1992, os Jogos Olímpicos tornaram-se um fato decisivo na revitalização de Barcelona, após a crise econômica que teve início em 1970. Dando destaque para as quatro áreas urbanas onde foram realizados os Jogos Olímpicos, a mais importante é a Vila Olímpica que recuperou a parte costeira, criando também um novo bairro residencial.

No entanto, para Montaner (1993), a solução morfológica não alcançou os resultados desejados, não conseguindo aproveitar as características definidas da tipologia de Cerdà, nem os elementos do urbanismo modernista, nem as propostas tipológicas baseadas na fragmentação máxima das soluções elaboradas para os diferentes espaços. Mas é nos círculos de planejamento, segundo Harvey (1994), que ocorre a grande queda dos esforços dos anos 60, para desenvolver modelos de planejamento urbano modernista.

Para Harvey (1994) a adoção de estratégias pluralistas e orgânicas, para abordar o desenvolvimento urbano como uma colagem de espaços e misturas altamente diferenciados, em vez dos planos baseados em zoneamento funcional de atividades diferentes, tornam-se temas importantes da cidade colagem, com seus processos de revitalização urbana, conforme o caso de Barcelo

A Exposição Internacional de Arquitetura de Berlim²⁵ atuou como estímulo para outras cidades que se apropriaram através da arquitetura de seus exigentes métodos de ordenação urbana. Mas a cidade que assumiu a postura mais reflexiva sobre o legado berlinense foi Barcelona.

Com a morte de Franco em 1975, e a situação criada de novas administrações democráticas, a capital da Catalunha se converteu em um grande laboratório de arquitetura, devido à intensa participação do arquiteto Oriol Bohigas, como diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. No entanto, a problemática fundamental de Barcelona era distinta de Berlim. Em Berlim, tratava-se de restabelecer partes inteiras destruídas da cidade, enquanto em Barcelona, se reclamava uma reparação pontual da cidade, no seu conjunto, conservada.

Também, existia um plano, o *Ensanche*, desenvolvido a partir de 1859 pelo engenheiro Ildefonso Cerdà, que seguia dominando a forma urbana da cidade e era muito mais praticável que o Plano Hobrecht de Berlim. Bohigas desenvolveu uma estratégia urbanística onde arquiteturas exemplares foram projetadas e realizadas para lugares isolados e necessitados de reparação, introduzindo o que Lampugnani (1990) chamou de uma regeneração do entorno urbano graças a sua irradiação positiva. Grande número de arquitetos, em sua maior parte espanhóis, realizaram os projetos. Ao contrário de Berlim, onde a construção das habitações (sociais) ocupava o centro da atenção, em Barcelona o espaço público foi o protagonista principal das novas experiências arquitetônicas. Projetaram-se e construíram-se menos casas que artérias principais, numerosas praças foram traçadas de novo, transformadas, embelezadas, com a disposição de equipamentos urbanos os mais variados. Pouco a pouco, foram fazendo-se grandes obras urbanas - Moll de la Fusta, de Manuel de Solà Morales, ponte de Bach de Roda-Felip II, de Santiago Calatrava e outras.

Mas foi a operação urbanística relacionada com os Jogos Olímpicos, de 1992, que mudou a dimensão de escala das intervenções urbanas em Barcelona. Como em Berlim, tomou-se como pretexto um acontecimento único para iniciar uma reordenação urbana da cidade e, do mesmo modo que Berlim, a estratégia

²⁵ O debate da modernidade e da pós-modernidade na arquitetura, e mais especificamente a dispersão das posições arquitetônicas verificada, segundo Montaner, a partir de finais da década de 70, obteve a oportunidade de materializar-se durante a década de 80 na organização e execução da IBA – Exposição Internacional de edificações – ocorrida em Berlim. (MONTANER, 1993)

adotada tinha uma tradição: em Berlim, na Exposição Internacional de Arquitetura, cuja referência era a *Städtebau-Ausstellung* de 1910, a *Deutsche Bauausstellung* de 1938, a *Interbau* de 1957, e, em Barcelona, a Vila Olímpica da Exposição Universal de 1888 e a Exposição Internacional de 1929.

Manteve-se, como princípio, a estrutura da cidade traçada por Cerdà de 113x113 metros, ainda que permeada por elementos funcionalistas do *Plano Macia* de 1933, desenvolvido por arquitetos do G.A.T.C.P.A.C. em colaboração com Le Corbusier.

MBM - Josep Martorell, Oriol Bohigas e David Mackay, tanto por equipe, como por atividade individual de seus componentes, desempenharam um papel importante na arquitetura contemporânea de Barcelona, pois seus membros escreveram estudos históricos e livros sobre arquitetura, permanecendo fiéis as suas raízes originais no *Grupo R* no uso de materiais e recursos tradicionais para a criação de um Modernismo Regionalista.

Foi, portanto, o interesse pela história e a tradição dos principais arquitetos que participaram do projeto da Vila Olímpica de Barcelona, que propiciou a abertura para novas idéias e o ecletismo, que são as características típicas da arquitetura da cidade. Berlim e Barcelona, sem dúvida se constituíram nos dois laboratórios mais importantes da arquitetura e do urbanismo contemporâneo, com uma orientação de forma marcadamente internacionalista e pluralista e com um caráter mais regionalista, onde talvez as variadas arquiteturas justapostas das duas cidades, simbolizem a coexistência de concepções e modos de vida diferentes. (LAMPUGNANI,1990).

Todavia, em Barcelona, a construção do porto desportivo executado junto à Vila Olímpica, constitui-se na planta de um novo bairro (Figura 22) (Figura 23) e, portanto tem uma maior escala urbana, de transcendência claramente metropolitana. Um bairro novo tem que ser como um bairro qualquer, nascido da superposição, das mudanças, da flexibilidade e até das contradições que a história lenta e acumulativa impõe ao longo dos anos. É como construir um ser vivo nas palavras de Oriol Bohigas (1991).

Assim, a Vila Olímpica urge, dentro da política urbanística municipal de Barcelona de 1985, de transformar entornos físicos com projetos pontuais em espaços urbanos, com um definido objetivo de mudar um setor da cidade em uma escala maior, com a criação de um novo bairro marítimo.

Para Bohigas (1991), o projeto da Vila Olímpica tenta enfrentar esse



FIGURA 22 – Vista da rua da Marina mostrando como a Vila Olímpica se adapta ao Plano Cerdà do século XIX

FONTE – DREW, 1993, p.197

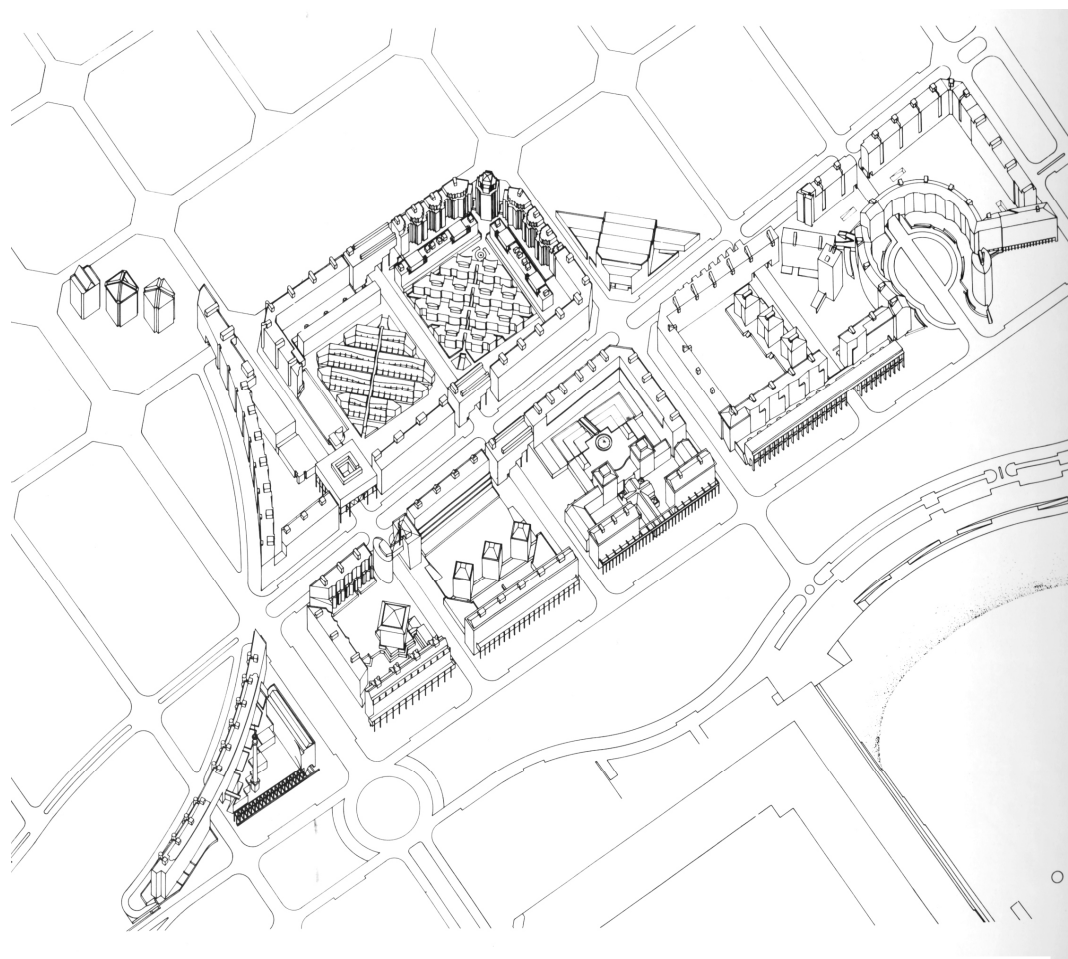


FIGURA 23- Centro urbano da Vila Olímpica.
FONTE – DREW, 1993, p. 196

problema utilizando diversos recursos, não apenas de desenho, mas de gestão: a continuidade da trama do entorno, a mescla de usos, a multiplicidade de projetistas (coordenados, mas não submetidos), a reconsideração de morfologias existentes (*Ensanche* de Cerdà) e, apesar da presença de novas tipologias residenciais, a amplitude de suas comunicações com o centro e com o conjunto metropolitano.

Para apoiar a nova centralidade foi fundamental localizar algumas atividades concentradas e permanentes. Neste sentido, foram os objetivos básicos do projeto a implantação de um grande centro comercial, hotéis, com suas instalações para congressos e, sobretudo, o porto desportivo, com depósitos de embarcações, escolas de formação desportiva, comércios, restaurantes e instalações de serviços de apoio.

Dessa maneira o projeto enfrentou programas de uso e aprofundou as previsões funcionais e os conteúdos sociais para depois dos Jogos Olímpicos. Na formulação do porto desportivo prevaleceram as funções urbanas derivadas de toda a estrutura da costa, ou seja, um porto de altas exigências funcionais, mas com uma imagem e uma configuração especialmente arquitetônica, com os mesmos métodos e as mesmas finalidades com que se desenvolveu a política de espaços públicos em todos os bairros de Barcelona. Portanto, com essa obra a cidade maximizou sua política urbanística, e com critérios de um urbanismo marcado pela prioridade de uma política de espaços públicos.

Barcelona é um contraponto aos projetos de novas utilizações portuárias na Europa e América, nas quais, na maioria das vezes, os interesses especulativos desfiguraram as possibilidades da transformação de uso das velhas instalações. E mesmo em Barcelona existe um intenso debate sobre a urbanização do velho porto, onde o objetivo é construir um âmbito urbano dentro do âmbito marítimo, pensando-se também a dimensão metropolitana e o papel futuro de todo um bairro, cujo futuro se condiciona à eficácia urbana de suas atividades.

Outro importante aspecto a ser reconhecido em Barcelona é o novo modo de composição entre mobilidade e projeto urbano. Nesse caso específico, adquire papel relevante a rede viária (Figura 24) (Figura 25) na criação de centralidades, atuando como elemento estruturante dos projetos urbanos, pois a rede viária é o suporte direto da edificação da própria atividade social urbana e do resto dos serviços infra-estruturais que a cidade demanda. Em primeiro lugar, as

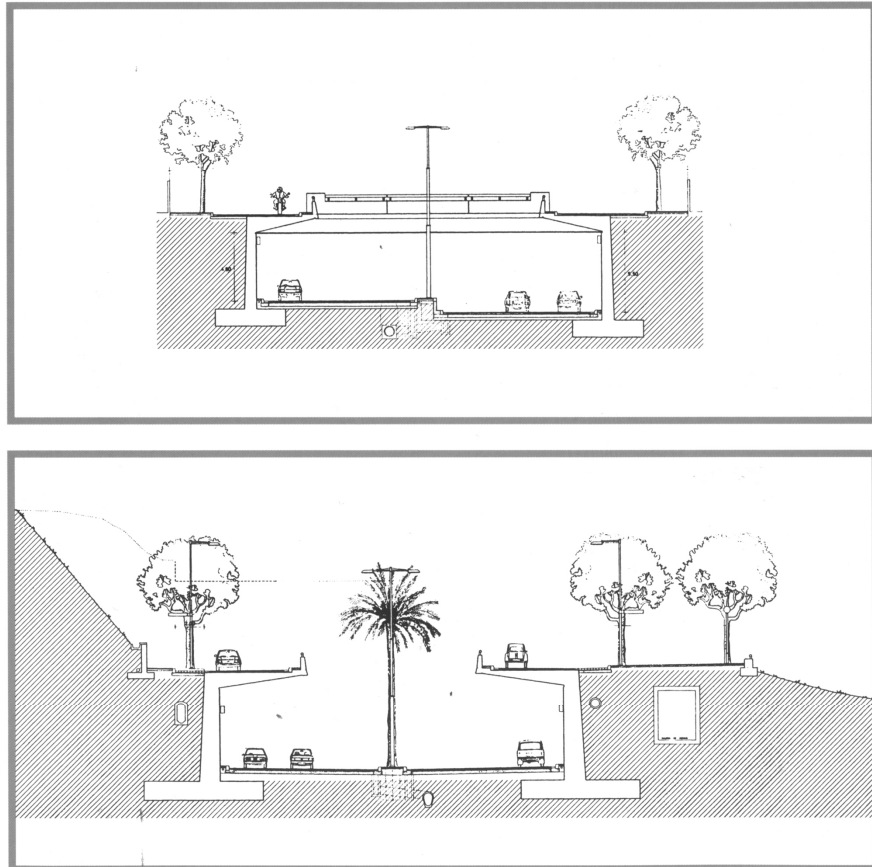


FIGURA 24 – Sistema viário -Ronda .Seção tipo
FONTE – Costa , 2004, p. 42



FIGURA 25 - Ronda Litoral, próxima a Vila Olímpica
FONTE – COSTA ,2004,p.43

decisões de traçado das vias urbanas adotaram a perspectiva da via como conector, que liga determinados espaços da cidade e, em função dela, foram estabelecidas as chamadas pautas de acesso, os lugares de entrelaçamento, os pontos de ligação com outros eixos urbanos. Para tanto, esses espaços deveriam concentrar as máximas condições de acessibilidade e, portanto, uma força para associação das formas e organizações dos entrelaçamentos com as soluções de sua inserção na trama urbana. (HERCE,1999).

Assim, para Manuel Herce (1999), os projetos desses lugares centrais transformam-se em projeto chave de articulação urbana, buscando, nesses espaços, as oportunidades de inversão, signos urbanos de identificação, lugares de encontro e difusão da cidadania.

Oriol Bohigas (1991), um dos principais protagonistas das grandes intervenções urbanísticas na cidade de Barcelona na década de 80, faria o seguinte balanço no final do período: nos últimos tempos, como parte dos esforços de reconstrução das cidades, aparece a síntese de um dos problemas, que preocupam os arquitetos que tentam entender a cidade como um espaço arquitetônico. Esse entendimento, para Bohigas (1991), contém uma série de conceitos fundamentais: um fragmento de cidade identificável deve ter forma inteligível; e se não forma - arquitetura, deve ter um ponto de identificação - monumento.

No caso de Barcelona, ele não tem certeza se este texto estava mais ou menos em seu subconsciente quando foram fixados alguns pontos da política urbanística da cidade nos anos 80 e quando foi formulado o *slogan* “higienizar o centro, monumentalizar a periferia”, que pretendia explicar até que ponto era importante “a fixação de uma identidade - a concreção de uma forma”, em qualquer âmbito urbano que permita a determinação de uma situação de autêntica “cultura urbana”, onde esta cultura já existia tornando-a ativa; onde não existia, promovendo-a inclusive em termos de pontuação monumental, fazendo que o “centro do centro” - físico e psicológico ao mesmo tempo - substitua o papel, da forma estritamente arquitetônica. (BOHIGAS, 1991, p. 23)

Para Bohigas (1991), as decisões urbanísticas mais transcendentais são claramente pontos de partida político: talvez por esse motivo houve tantos Planos Gerais assentados sobre estudos estatísticos, tecnológicos e inclusive artísticos que não tenham servido para nada. Os Planos Gerais poderiam ser

reduzidos a um programa de intenções políticas baseadas nos critérios de crescimento, de distribuição, de financiamento, de equipamento.

Para se situar um equipamento importante e revitalizador de uma área da cidade, tem que se ter presente o impacto que este exercerá sobre o bairro de seu entorno, pois se trata de um dos instrumentos mais eficazes para o controle da qualidade urbana. Pois bem, na reutilização do Teatro Nacional, torna-se evidente que o fato é político, tal reutilização correspondia a uma política de reconstrução da cidade, já que o bairro velho necessita de muita ajuda para recuperar o papel de testemunha da identificação da coletividade barcelonesa.

Neste contexto, para Bohigas, “significava aceitar - por cima de anedotas historicistas e de vontades nostálgicas ou pinturescas- o valor aglutinante e profundamente democrático - diria inclusive popular- da reeducação do centro. Era, evidentemente, uma proposta muito de esquerda para ser assimilada sem vacilações por qualquer dos partidos , que agora se repartem na cena política”. (1991, p. 51)

No entanto, a determinação da situação da praça das Glorias Catalãs correspondia a uma posição de esquerda sensata para Bohigas: iniciar um setor da cidade que era inexistente com uma força que o tornaria responsável por uma “elevada dignidade física e cultural”. A “monumentalização da periferia” aparece como um outro instrumento para a “homogenização da cidade”, em uma dessas áreas intersticiais que existem entre o centro e a periferia. (1991, p. 51)

Quando em outubro de 1986, o Comitê Olímpico Internacional decidiu em Lausana que os Jogos Olímpicos de 92 se realizariam em Barcelona, muitos trabalhos já estavam adiantados - como o Velódromo, que estava concluído; o Estádio e o Palácio de Esportes em construção; e a Vila Olímpica tinha todos os instrumentos para começar a atuar, uma vez que o Plano da Nova Icaria²⁶ -

²⁶ Etienne Cabet (1788-1856) foi considerado por Marx o inventor do “comunismo utópico”. Cabet desenvolveu segundo descreve Choay, no seu livro *O urbanismo*, a visão de um socialismo de estado na *Voyage em Icarie* (1840), que ele afirmava, no ano de sua morte, ser a “na verdade uma descrição da organização social e política da comunidade, um tratado científico e filosófico”. A *Voyage* descreve amplamente a capital Icara, e a forma como estão dispostas as outras cidades. Para Choay, Munford vê neste livro uma projeção da obra administrativa e centralizadora de Napoleão, e uma idealização de Paris. No entanto, “Icara simboliza muito mais as idéias progressistas da época. É em primeira instância uma consequência da revolução industrial, de que decorrem os princípios de racionalização, de higiene, de classificação; e deve ser aproximada dos modelos de Owen (cuja influência, aliás, Cabet sofrera na Inglaterra) de Fourier e de Considérant”. Cabet passou os últimos anos de sua vida nos Estados Unidos, com emigrados europeus, tentando realizar comunidades comunistas construídas sob o modelo de sua Icara. O modelo era constituído de um desenho regular e geométrico, com parâmetros de higiene física, circulação, projeto de alojamento modelo. Cabet desenvolve também a idéia de bairro: “sessenta bairros (ou comunas), todos quase iguais, cada um representando a superfície e a população de uma cidade

referência a Etienne Cabet, com o Título de Plano Especial de Ordenação Urbana da fachada do mar de Barcelona no setor do passeio de Carlos I e da Avenida Icaria- foi aprovado em junho deste mesmo ano.

Também anteriormente já havia sido constituída a Sociedade Privada Municipal Vila Olímpica, encarregada de toda a gestão, desde a compra de terrenos até as construções. Desse modo, entre os méritos de Maragall, para conseguir a sede dos jogos deve-se destacar a habilidade na organização da sua gestão, pois para presidente do Conselho da sociedade privada nomeou o governador da província Jordi Parnal e, para conselheiro, o delegado Ramon Boixadós, que ocupou a presidência da RENFE no primeiro período da reestruturação das empresas públicas por parte do governo socialista.

Boixadós, por sua vez, nomeou o engenheiro de caminhos Joan Ramon de Clascà diretor de Infra-estruturas. Clascà já havia trabalhado na equipe de Bohigas nos últimos assessoramentos técnicos do plano, o que lhe permitiu trabalhar em assuntos tão interdisciplinares como o projeto de todo um bairro, a gestão e as correspondentes responsabilidades técnicas, mas sempre respeitando a intervenção de outros profissionais e especialmente arquitetos. Graças a essa postura de Clascà, as infra-estruturas básicas da Vila Olímpica estavam muito adiantadas, assim como os complexos processos de compra de terrenos e das soluções financeiras, pela tarefa de colaboradores como Rosas Fornas e Margarida Ruiz.

A definição que demorou foi a fixação dos parâmetros da edificação para início dos projetos de arquitetura, pois para Bohigas: a Nova Icaria , depois dos Jogos Olímpicos, deverá ser um pedaço da cidade totalmente integrado, e não um gueto, nem formal , nem socialmente. Para tanto era importante que todos os edifícios não fossem projetados por um único arquiteto, pois só assim, a Nova Icaria teria o grau e a escala que são habituais em uma cidade feita de partes, onde cada edifício, ainda que seja coerente com seu entorno, significa uma interpretação pessoal.

Mas, segundo Bohigas, para se poder trabalhar em uma escala intermediária era necessário:

Reajustar todo o conjunto as mudanças que foram introduzidas nas infra-

comunal ordinária. Cada bairro recebe o nome de uma das principais cidades do mundo antigo e moderno, e reproduz em seus monumentos e casas a arquitetura de uma das sessenta nações principais. Encontram-se, portanto, os bairros de Pequim, Jerusalém, e Constantinopla, como os de Roma, Paris e Londres; de forma que Icaria é realmente um resumo do universo terrestre". (CHOAY, 1997, p.87-94)

estruturas; aprofundar muito mais o programa para a utilização olímpica temporal; redefinir as unidades projetuais; determinar a participação econômica da cada parcela e, sobretudo, comprovar definitivamente a validade de algumas propostas do Plano, tomando em conta a realidade do futuro mercado de habitações em Barcelona. (BOHIGAS, 1991,p.152)

Para ele, o propósito é fazer uma parte de cidade que evite ao mesmo tempo a “uniformidade artificial de um polígono, ou de uma coleção de blocos isolados e insubstanciais, e o caos de uma série de intervenções incontroláveis”. Desse modo, foram nomeadas três equipes que conjuntamente com Bohigas e sobre sua coordenação e a de Martorell e Makay, especificaram com maior detalhe toda a área da vila antes do início dos projetos. Essas equipes foram formadas por seis arquitetos: Jaume Bach - Gabi Mora, Esteve Bonell-Francesc Rius y Roser Amado-Lluís Domènech. Para a integração orgânica da equipe foi nomeado como diretor de Urbanismo e Arquitetura da Vila Olímpica Josep Martorell (BOHIGAS, 1991, p.154)

No entanto, esse processo foi iniciado em 1984, quando Bohigas, depois de abandonar o cargo de delegado de Urbanismo da Câmara Municipal de Barcelona, foi encarregado por Pasqual Maragall, do planejamento da futura Vila Olímpica e de seu entorno. Firmado o contrato com a Vila Olímpica S.A., fechou-se um longo período de projetos para os Jogos Olímpicos de 92 e começou um intenso processo de construção. A equipe de redação do Plano era composta por Bohigas e seu estúdio profissional, Martorell, Makay e Albert Puigdomènech, arquiteto que foi diretor de planejamento e que, com ele e com Josep A. Acebillo, diretor de projetos urbanos, elaborou a política urbanística dos Jogos Olímpicos.

Quando Bohigas, em 1980 recebeu o cargo de delegado do governador Narcis Serra, houve uma série de reuniões para discussão da política urbanística e das possibilidades reais da Administração no controle e a ativação de uma Barcelona que estava estagnada. Ao vigor que prometia a política socialista na Câmara Municipal, somavam-se os Jogos Olímpicos que podiam ser o instrumento para as grandes transformações urbanas de Barcelona.

Era de consenso popular que se as Exposições de 1888 e a de 1929 significaram dois degraus urbanísticos transcendentais, o terceiro poderia ser as Olimpíadas. Portanto, desde a delegação – com Serra e depois com Maragall – paralelamente à tarefa do urbanismo de bairro e da imposição de projetos concretos ante a generalização demasiado abstrata dos Planos Gerais, dedicou-se muita atenção ao urbanismo olímpico.

Com Puigdomènech e Acebillo e com Lluís Millet proposto como coordenador do programa especificamente olímpico, estabeleceram-se os critérios do esquema fundamental que se tratava de estabelecer uma política urbanística a partir da situação estratégica das instalações olímpicas. Essa estratégia se ordenava segundo parâmetros muito claros: determinar o lugar das atividades em pontos de articulação entre a cidade acabada, organizada e formalizada, e a cidade caótica da periferia, para poder transmitir, de dentro para fora, estruturas de centralidade urbana, fazê-las coincidir com realidades operáveis e com problemas de extensão e reconstrução muito evidentes, mas até agora não solucionados e estabelecer, a partir delas, “sistemas de contaminação”, ou de “osmose”, de maneira que a ação pontual se converte em um “centro de regeneração”.(BOHIGAS,1991,p.144)

De acordo com tais parâmetros foram estabelecidos quatro pontos de articulação. O primeiro é o Anel Olímpico, na ladeira de Montjuic ao redor do antigo estádio, para colocação das instalações desportivas de maior representatividade. O segundo é o setor ocidental da diagonal, onde já existiam as instalações do Futebol Clube de Barcelona, do Clube de Pólo e da Universidade. O terceiro é o vale de Hébron, uma típica zona de articulação, onde se acumulam uma série de problemas estruturais, com espaços livres suficientes para inventar um pedaço de cidade novo e qualificado. O quarto é o triângulo entre o Parque da “Ciudadela” e o “Poblenou”, ocupado até agora por indústrias obsoletas, rodeado de barreiras que o fazem inacessível e que pode chegar a ser, com a articulação ocasional da Vila Olímpica, o primeiro bairro barcelonês que se abre para as praias e o mar, resolvendo, pela primeira vez, a antiga incomunicabilidade com o Mediterrâneo, de que tanto se falou como base histórica e cultural de Barcelona.

Esses quatro pontos, para Bohigas, geram conexões cujo uso e significação podem marcar o futuro da cidade. Entre o Vale do Hebrón e a zona da diagonal, a questão pendente é a integração urbana do Cinturão da Ronda e o contato da cidade com a montanha. Entre a Diagonal e Montjuic originou-se um novo centro ocidental de Barcelona, quebrado pela rua Terragona, desde a acumulação terciária do cruzamento da Diagonal e da Avenida Carlos III até a praça de Espanha, com pontos já tão consolidados como a estação de Sants, a praça dos Países Catalãos e os parques Espanha Industrial e do Escorxador. Entre o Vale de Hebrón e o Poblenou, encontra-se todo o sistema de centralidade

estabelecido no Plano Cerdà - a praça das Glórias Catalãs, que começará a integrar-se com o teatro nacional e o auditório. Finalmente, entre Montjuic e o Poblenou, acha-se o maior desafio de todo o programa urbanístico: a fachada para o mar de Barcelona.

Na continuação da Barceloneta e de um parque marítimo, no lugar que ocupava as antigas instalações da Companhia de Gás, surgiu o novo bairro no local onde veio a se situar a Vila Olímpica - o bairro Nova Icària. Este setor é adequado para construir um bairro aberto para o mar, não só por sua articulação estratégica, mas porque há muito tempo sofreu grande degradação, conseqüência da obsolescência das indústrias que o ocupavam.

Para regenerar este tecido urbano, foi necessária, em primeiro lugar, a superação de muitos problemas estruturais, como a circulação em seu perímetro de duas linhas férreas de superfície, barreiras que o isolam das praias e do centro da cidade. As praias, quase inacessíveis, foram se deteriorando com vertedouros de lixo, com defensas da via costeira do trem feitas deficientemente e com a saída ao mar das águas pluviais pouco protegida.

Assim, de acordo com o Plano Geral vigente, entre o novo bairro e a costa tinha que passar um dos caminhos do grande cinturão da cidade, com densidades de tráfego elevadíssimas.

Segundo Bohigas(1991), uma vez eliminadas as barreiras ferroviárias existentes e as automobilísticas projetadas e definido um sistema de defesa da costa e de estabilização das praias, uma vez resolvido o problema das saídas de águas pluviais poderia ser proposto um novo bairro em Barcelona, com uma reflexão sobre os modelos de crescimento e de reconstrução das cidades européias.

Em 1961, Bohigas (1991) publicou um artigo na *Revista Nacional de Arquitetura* de Madrid, comentando sobre o *Pueblo Español de Montjuic*, como “um cenário pinturesco de cartão “, construído para a Exposição Internacional de 29, que se tratava de mais um conjunto turístico como o de tantas outras exposições que não foram levadas a sério como uma obra de arquitetura ou urbanística: o *Village Suisse* de Genebra de 1896, o *Borgo Medievale* de Turim de 1884, o *Village Flamand de Amberes* de 1896, ou uma série de imitações históricas–folclóricas de Paris do ano de 1889.

Nesse artigo, preocupava-se também com os problemas atuais da cidade, formulando críticas à urbanização baseada na série de blocos isolados e

torres das novas extensões das cidades europeias, uma degradação para Bohigas da Cidade Funcional e da Carta de Atenas, interpretados pelos promotores, como uma maneira fácil e barata de produção. Dessa forma, Bohigas propunha para Barcelona elementos como a rua-corredor, tão censurada por Le Corbusier- e a “*manzana cerrada*”, ou seja grupo de casas contíguas - desaparecida da teoria e da prática do novo urbanismo. (BOHIGAS, 1991,p.146)

Assim, a exigência de forma e a nova atenção à rua, à praça, à “*manzana*”, ressoavam também nas idéias de jovens arquitetos europeus e não demorou a converter-se em uma questão bastante difundida, no livro de Aldo Rossi *L'Architecture della città*, de 1966, que trouxe muitas idéias inovadoras a esse respeito.

No entanto, segundo Bohigas (1991), para levar à prática as novas “tendências formalizadoras” existia uma dificuldade: como manter as formas tradicionais da cidade e introduzir nelas habitações (Figura 26) com as mesmas condições de habitabilidade - sol, luz, jardins, privacidade, isolamento - que as proclamadas pelas teorias das *Garden cities*, dos *Siedlungen*, da *Ville Radieuse*, ou inclusive dos subúrbios menos degradados das cidades especulativas? Para ele, não era honesto reproduzir as imagens urbanas do barão de Haussmann ou de Leon Jaussely, ou aceitar as “aparências formais” de Camilo Sitte e condenar os cidadãos a viver locais mal orientados, com pátios insuficientes, indevidamente alienados das grandes vias circulatórias.(BOHIGAS,1991, 147)

Para essas questões Bohigas, Martorell e Makay ensaiaram algumas soluções. Primeiro, foi realizado um esforço de modificar ligeiramente a estrutura da “*manzana cerrada*” no grupo de habitações da *calle Pallars* de Barcelona, entre os anos 1958 e 1959; mais adiante, entre os anos de 1969 e 1973, foi construída uma “*manzana*” inteira em Sant Feliu de Llobregat, com a idéia da “*manzana-quase-cerrada*”, organizando duas franjas de edificação periférica interrompida em três ou quatro pontos para dar passagem a uma praça central.

O grupo tentou em vários conjuntos chegar ao extremo a possibilidade de fazer coincidir a morfologia tradicional e as tipologias modernas, inclusive no Plano para a nova Icária, onde a rede de ruas do *Ensanche Cerdà* permaneceria em sua integralidade, com a arquitetura definindo o conjunto de rua-quase-corredor onde, entretanto, as habitações organizam-se com as tipologias modernas que permitem desfrutar de altos níveis de conforto.

O resultado concreto de tais intervenções tem sido, para Bohigas



FIGURA 26 – Pátio interno das habitações da Vila Olímpica
FONTE – COSTA , 2004 , p. 47

(1991), uma estrutura urbana muito precisa que, de certo modo, tem alguma raiz nas propostas do GATCPAC e Le Corbusier para o Plano Macià de Barcelona: substituir as “manzanas” de 113x113m por “supermanzanas” três ou quatro vezes maiores, onde as dimensões dessas “supermanzanas” serviam para situá-las em um sistema arquitetônico independente, para isolar as funções urbanas e, sobretudo, a habitação e a circulação. Esse sistema na Nova Icária, teria de servir para definir corretamente as ruas, e ao mesmo tempo, introduzir novas tecnologias.

Em síntese trata-se: “*supermanzanas*”, onde as construções periféricas se alienam nas ruas, mas participam da intimidade e do conforto dos grandes jardins interiores, onde se situam novos tipos de habitações, já integradas em uma “paisagem mais flexível e menos tradicionalmente urbana”.(BOHIGAS,1991,p.148)

A estrutura da Vila Olímpica é entendida como uma parte da cidade, onde se encontram outros elementos geradores da Nova Icária: as praias, o novo porto esportivo, o passeio marítimo, os parques, a Avenida do litoral, os equipamentos, o entrelaçamento com a cidade, os hotéis, os assentamentos terciários e a reutilização dos velhos edifícios.

Para Bohigas (1991) só há uma questão difícil de ser resolvida: o problema ferroviário. As mais importantes barreiras que têm freado o desenvolvimento daquele setor da cidade são as linhas de trem que saem da estação de França; a que segue ao longo da costa perto do mar e a que desvia até a praça das Glórias Catalãs. A primeira, isola o bairro do mar e a segunda, o isola da cidade. Para evitar as duas barreiras, a proposta é eliminar a linha do litoral e enterrar a outra.

Em 1972, a RENFE tinha um plano de conexões que entendia muito bem o problema e o resolvia radicalmente. Propunha adotar para Barcelona, um sistema linear, apoiado em duas estações de continuidade viária, uma a sudoeste – a de Sants, já em funcionamento e a outra, a Nordeste - em Sagrera, em projeto, enlaçadas pelas linhas subterrâneas que atravessavam a cidade, talvez reforçadas ou melhoradas tecnicamente, em um esquema que assegurava acessibilidade muito flexível aos diversos centros urbano e evitava as estações em *cul-de-sac*, que apresentavam muitas dificuldades de organização.

Para se realizar o projeto, tinha que ser aceito o desaparecimento da Estação de França. No entanto, isso não ocorreu, porque a estação de França é o

último grande monumento das ferrovias espanholas - mármore italiano, madeiras africanas, tapeçarias de *petit-point*, e também está situada quase no ponto de arranque da antiga linha Barcelona – Mataró, a primeira linha inaugurada na península, no ano de 1848. Para Bohigas, perdeu-se portanto a possibilidade de reconstruir todo o sistema, pois sem a estação e sem nenhuma linha, esse setor se comunicaria muito melhor com a cidade, pois o Parque da *Ciudadela* chegaria até o mar e Barcelona teria tomado outro ar urbano.(BOHIGAS,1991)

Enquanto a esfera pública de muitas cidades está sofrendo uma progressiva deterioração e, inclusive, está sendo deliberadamente destruída e privatizada, Barcelona, atualmente, luta por estender e enriquecer seu patrimônio público como um marco de respeito pelas qualidades simbólicas e espaciais da cidade. Sem dúvida, neste momento atual, a ênfase da vida pública, especialmente em lugares que, como as praças, reúnem a dupla condição de estar ao ar livre e a margem de qualquer função de mercado, pode parecer um anacronismo. (BUCHANAN,1990)

No texto *Múltiplas vozes em Barcelona*, publicado na revista Projeto (2004), Roberto Segre, descreve o panorama do Fórum de 2004 realizado em Barcelona, como continuação da persistente inovação urbana iniciada na cidade na década de 80.

Barcelona é o exemplo de uma arquitetura pública qualificada e seus espaços cívicos ao ar livre projetados para uma maior acessibilidade do cidadão, Parte de um processo contínuo de requalificação urbana de áreas degradadas, Barcelona se pretendeu um reconhecimento como referência cultural no século XXI, com a realização do Fórum Universal das Culturas de 2004, com o apoio da Unesco que, segundo o americano Davis Cohn, é uma das mais importantes propostas urbanas do século XXI. O Fórum teve, como característica central, a elaboração de um projeto urbanístico de revitalização ambiental.

Dada à complexidade da gestão urbana, pelos próprios interesses confrontados, correntes neoliberais sugerem a liberdade do mercado para operar na cidade, negando a necessidade do planejamento. Mas a própria história urbana de Barcelona demonstra a impropriedade dessa atitude, uma vez que a nova ordem econômica e política requer uma ordem territorial, com uma nova racionalidade de planejamento e novos instrumentos institucionais de regulação, que articulem as diversas escalas do Plano e do Projeto Urbano. Assim, Plano e

Projeto Urbano devem atuar complementarmente.

Nesta perspectiva, os planos das cidades deveriam existir e realizar-se pelo conhecimento profundo da realidade e pelo compromisso na intervenção decidida sobre temas urbanos de cada cidade e de cada contexto histórico.

O plano de Barcelona aponta que as ações importantes canalizadas desde Projetos Especiais - Vila Olímpica, de 1992, constituem-se como uma nova forma de articulação urbanística capaz de integrar os conteúdos da infra-estrutura de cada parte urbana com uma visão urbanística mais geral.

Em Barcelona esta complementariedade entre Plano e Projeto Urbano surge com a oportunidade dos Jogos Olímpicos e se amplia com a realização dos projetos urbanísticos preparativos para o Fórum 2004. Essa oportunidade é uma possibilidade de mudanças na cidade, com a inserção de atividades inovadoras, geradas ou potencializadas pelas mudanças no sistema econômico. Esses processos são produzidos através de estratégias que motivam as operações especiais, tanto a das Olimpíadas em Barcelona, como as ligadas ao Fórum 2004, justificando as obras de infra-estrutura que a cidade necessitava realizar desde os anos 60 e finalmente abrindo a cidade para o mar.

Desse modo, desencadeou-se um grande processo de reurbanização nos velhos espaços portuários e ferroviários obsoletos na cidade, tendo como conteúdo projetual dos Planos e Projetos em Barcelona, o tema central da requalificação urbana. Requalificação urbana que deve preocupar-se com a forma da cidade e do entorno urbano onde se opera a intervenção, buscando, na forma, o elemento capaz de integrar o processo urbano e os agentes sociais implicados (BUSQUETS, 1999).

Joan Busquets (1999) propôs, no plano da renovação urbana, valorizar a malha sobre a individualidade dos edifícios, idéia desenvolvida nos projetos da Vila Olímpica de Martorell, Bohigas & Makay. As intervenções do *stars system*, como foram chamados os arquitetos – Álvaro Siza, Frank Gehy, Norman Foster, Arata Isozaki, Gae Aulenti e Richard Meier - identificavam-se com uma “linguagem sem exacerbações formais, a modernidade contida”, segundo Luis Fernández-Galiano que incorpora a tônica geral do conjunto urbano.

No entanto, apesar das críticas de algumas personalidades como Josep Maria Montanes, Manuel Vásquez Montalbán, Mário Botta e Franco Purini sobre o “caráter cenográfico das intervenções, a impositiva homogeneidade do plano, a falta de participação popular nos projetos e a excessiva incidência da

especulação imobiliária”, Barcelona, através dessa coerência conseguida no conjunto urbano, obteve em 1987, o *Verónica Rudge Prize for Urban Design*, da Universidade de Harvard e, em 1999, a *Royal Medal for Architecture*, concedida pelo Royal Institute of British Architects.

Mas o sucesso e a difusão mundial da experiência de Barcelona impulsionaram a continuidade dos projetos de renovação urbana e o resgate de algumas áreas periféricas subutilizadas ou em precário estado de conservação. Borja Carreras e Josep Acebillo elaboraram um plano geral, que obteve o Prêmio Especial Europeu de Urbanismo (1997) e que tinha como objetivo recuperar o bairro popular e de indústrias desativadas, chamado *Poble Nou*, além de expandir a cidade ao longo da costa em direção à área definida por Oriol Bohigas como “a vergonha urbana”, onde localizam-se a principal central elétrica, uma estação de tratamento de esgotos e um centro de processamento de lixo.(SEGRE,2004, p. 111)

Baseado em um investimento de 3,2 bilhões de euros, que foi compartilhado entre a prefeitura e a iniciativa privada, a proposta tem cinco pressupostos essenciais, segundo Segre:

Em primeiro lugar, manter o equilíbrio entre transformação e inovação, e conservar ao máximo, as infra-estruturas urbanas existentes. Em segundo, gerar um tipo de espaço urbano não mais submetido à malha de Cerdà, privilegiando a individualidade dos prédios e dos diferentes conjuntos funcionais. O Terceiro ponto é transformar o Poble Nou no Distrito BCN 22, um centro de serviços e de estruturas produtivas virtuais-ou seja, aprontar a cidade para um futuro não industrial-, e nele inserir 40 mil moradias. Criar centralidades metropolitanas, como a praça das Glórias Catalãs e a estação intermodal de transporte La Sagrera, faz parte do quarto ponto da proposta. E, por fim, o quinto e último ponto pressuposto é aprofundar o caráter sustentável e ecológico do projeto, revertendo o sistema de poluição da central elétrica, da depuradora de esgoto e do processamento de lixo, com a adoção de técnicas limpas nessas estruturas. (SEGRE, 2004, p.111-112)

No espaço livre adjacente, foi concebido o Fórum, como uma grande feira cultural e de lazer para a cidade de Barcelona. Os projetos foram desenvolvidos por uma equipe de urbanistas e arquitetos - Josep Anton Acebillo, Enric Miralles, Eduard Bru e Josep Lluís Mateo, com o apoio do prefeito Joan Clos.

Para Segre (2004), houve uma significativa mudança de conteúdo entre o Plano das Olimpíadas e o do Fórum (Figura 27), pois o primeiro promoveu assentamentos pontuais na densa periferia urbana e não estabeleceu um novo centro da cidade. Mas, com o segundo, abre-se a última possibilidade de



FIGURA 27 – Poble Nou.Fórum
FONTE- COSTA, 2004, p. 161

expansão contínua em terrenos livres daquela região, criando uma centralidade metropolitana que se soma à tradicional, contida na malha Cerdà.

Ao mesmo tempo prevê a convivência no espaço urbano de múltiplas funções – transportes, serviços, residências, universidade, escritórios, infra-estruturas de lazer, comércio etc. - que vão estabelecer a dinâmica de desenvolvimento de Barcelona no século 21, segundo Oriol Bohigas, resolvendo o eterno dilema de conservação ou eliminação das estruturas urbanas herdadas. O que especialmente impressiona em Barcelona é a velocidade na execução dos projetos arquitetônicos, sem a lentidão e a antítese entre as propostas teóricas e a concretização dos projetos nas cidades da América Latina.

Seguem as considerações e descrição dos principais projetos do Fórum através de uma análise geral de Segre (2004). Para ele, em Barcelona, as torres sempre foram utilizadas como "ícones expressivos" de tempos e eventos da cidade: no núcleo medieval, a da catedral, nas múltiplas torres da Sagrada Família de Gaudí expressão do Ensanche de Cerdà; as duas torres imitando o campanário da Praça de São Marcos em Veneza - na entrada da Expo 1929, as torres high-tech de 1992, no ponto de encontro entre a Vila Olímpica e o mar. A chegada da Diagonal ao mar – avenida que atravessa toda a cidade e que é a mais longa do plano de Cerdà para Barcelona - nunca houve uma "concretização arquitetônica". Para tanto, no projeto global, na "inóspita" Praça das Glórias Catalãs, no limite do bairro Poble Nou foi edificada uma outra torre na frente marítima, de alto valor simbólico, a "torre-ícone das transformações previstas no século 21". Trata-se da torre Agbar, "bala," ou "foguetes" desenhada por Jean Nouvel que, segundo a opinião de Segre (2004), é bastante semelhante à Swiss Re de Norman Foster, em Londres, que ele considera muito mais bem sucedida, estética e tecnicamente.

Para finalizar, no interior do recinto do Fórum, foi projetada, por José Antonio Martínez Lapeña e Elias Torres Tur, no encontro da Diagonal com o mar uma gigantesca pérgola fotovoltaica (Figura 28) de concreto armado, que possui o tamanho de um campo de futebol e encontra-se suspensa no ar, como "um símbolo original da significação da idéia da sustentabilidade no futuro da humanidade". Eles desenharam o tapete colorido da plataforma irregular que se desenvolve desde a diagonal até o mar, cobre a estação de esgoto e suporta os diferentes edifícios, espalhados livremente sobre o território. (SEGRE, 2004, p. 112)



FIGURA 28 – Pérgola Fotovoltaica – Fórum
FONTE – COSTA, 2004, p. 155.

Na entrada principal à Diagonal, que para Segre foi marcada exteriormente por banais torres de escritórios e apartamentos, com exceção do hotel de Óscar Tusquets, surgem os dois principais prédios do Fórum o Centro Internacional de Convenções, de Josep Lluís Mateo e o edifício Fórum, de Herzog & De Meuron. Segre também faz uma análise dos principais edifícios e espaços concretizados no Fórum de Barcelona. Para ele, o gigantesco triângulo azul-Yves Klein (azul Miró), tem imagem marcante e inovadora, “criando uma espacialidade urbana complexa, baseada na irregularidade lumínica do embasamento, na inclinação do piso e no volume suspenso no ar”. No entanto, “a leveza expressa no projeto original, com as paredes externas translúcidas devido a uma malha perfurada, não foi obtida”. “A obscuridade do embasamento e dos espaços internos de exposição - a aborrecida apresentação de *Barcelona in progress* - cria uma percepção lúgubre e pesada”. Também decepciona o acabamento, que é um fator importante no “uso inovador de materiais” por estes arquitetos. (SEGRE, 2004, p.112)

Como pensa Segre, nos espaços idealizados por Mateo, ocorre exatamente o contrário: “numa caixa metálica de paredes de geometria variável, interiores luminosos e flexíveis facilitaram a criatividade e a originalidade das duas grandes exposições”. A primeira exposição, de Manuel Solá-Morales, Esquinas da Cidade, apresenta maquetes em escala 1:10 de alguns dos modernos prédios urbanos mais famosos do mundo, além de maquetes de Tóquio e Nova York. A segunda exposição é uma montagem audiovisual de Ralph Appelbaum, chamada Vozes, sobre as múltiplas línguas que necessitam dialogar na terra. Mas, conforme evidencia o autor, não são os prédios isolados, e sim, os espaços públicos que apresentam as propostas mais bem sucedidas do Fórum. Além da esplanada de Martinez Lapeña e Torres, destacam-se as inovadoras áreas de frente para o mar e o porto, onde ocorre “uma sucessão de experiências estéticas diversificadas, orientadas pela integração de seny e raux (em catalão, o cotidiano e o surreal): desde a tridimensionalidade metálica e aquática do parque Diagonal mar, de Enric Miralles e Benedetta Tagliabue, até a lunar e seca praia artificial de Beth Galí, encostada nas surreais dunas do parque dos Auditórios, de Alejandro Zaera Pólo, Farshid Moussavi e Teresa Galí”. Finalmente, atravessando a ponte de pedestres sobre a entrada do porto esportivo – a central térmica e o centro de classificação do lixo, em uma “livre composição de geometrias abstratas e sinuosas verdes que formam o parque da Paz, de Iñaki Ábalos e Juan Herreros.

Na avaliação de Segre, demorará décadas até que se completem as novas funções previstas, a complexa integração dos heterogêneos grupos sociais assentados na área e a densificação dos espaços livres existentes, persistindo as dúvidas sobre a utilização das estruturas da feira depois do evento que terminou em setembro de 2004. Para ele, é provável que o investimento seja excessivo em relação a outras necessidades da população, mas nota-se, como de grande importância, o fato de que não se paralisaram obras urbanas, projetos de espaços públicos e a inserção de novos núcleos habitacionais em diferentes bairros da cidade, desenvolvidos com propostas de alta qualidade de desenho.(SEGRE,2004,p. 113)

Luis Fernández-Galiano, em 2002, questionou essa iniciativa que privilegiava o caráter especulativo do evento como, por exemplo, no caso da presença da imobiliária americana Hines, que impôs o shopping center de Bob Stern; mas ele também fez um equilibrado balanço, em que tomou como categorias avaliadoras as três cores do semáforo: "verde para a iniciativa de transformar um espaço sujo da cidade em área de lazer e cultura, baseada no princípio da sustentabilidade: amarelo para a utilização dos arquitetos do star system como apelo aos investimentos; e vermelho para a lógica imobiliária da iniciativa e a excessiva fragmentação dos projetos". Na crítica de Giulio Carlo Argan, o Fórum é, sem dúvida, uma aposta no futuro de Barcelona e o seu julgamento deve ficar em suspenso. Embora para Segre devamos ficar atentos aos desdobramentos futuros desse novo plano, já podemos destacar o importante "diálogo entre pequenas e grandes iniciativas que finalmente permite a vitalidade formal e social da imagem urbana". (SEGRE, 2004, p.113)

3.8 A capital da Catalunha inaugura uma nova urbanística: o Planejamento Estratégico

Essa nova ordem política e econômica mundial, que implica uma redefinição do papel do Estado e fundamentalmente dos governos locais, requer das cidades a formulação de uma nova ordem urbanística.(ROLNIK,1997)

Na Europa, no final do século XX, com a esquerda diretamente na gestão da cidade, Barcelona usa a nova fórmula importada que chega através do Atlântico: a cidade-emprego, descrita por Vainer (2000), de formato americano, cujo modelo de planejamento é exportado para o mundo todo,

fundamentalmente na década de 90 e, muito especialmente, para a América Latina, o que nos leva a expô-lo com detalhe neste trabalho.

Nesse modelo a cidade é pensada como empresa, é concebida e instrumentalizada como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo do planejamento e execução de suas ações. (VAINER, 2000)

A capital da Catalunha inaugurou uma urbanística que passou a ser identificada como a matriz do Planejamento Estratégico. Essa matriz, no entanto, não é uma criação ibérica, uma vez que a técnica adotada na planificação urbana que se autodenomina estratégica é americana, com inspiração nas empresas privadas, nos anos 60, onde cidades e regiões passaram a proclamar que a máquina de morar, trabalhar moderna não mais atendia às exigências de uma nova fase de reestruturação do capitalismo, inventando, em nome de um novo e acintoso conceito de performance urbana, máquinas urbanas de produzir renda. (ARANTES, 2000).

Esse novo modelo era praticado também na Europa, em cidades inglesas como Birmingham, ou em Rotterdam, e também em Madri. Mas com o passar do tempo, o planejamento de Barcelona foi tornando-se um paradigma, possivelmente porque soube renovar a fórmula através do marketing das Olimpíadas de 92.

São inúmeros os exemplos nova-iorquinos desse modelo baseado em Planos Estratégicos, em que o princípio da máquina cultural de crescimento parece a requalificação de Battery Park: concebida em meados dos anos 60 como uma nova área de habitação em Manhattan destinada, a princípio, a várias camadas sociais, e que foi, aos poucos, transformando-se, através de medidas governamentais de investimentos nesse setor da cidade, em um local de comércio de luxo e amenidades culturais, entre as quais um festival de arte pública no qual se consagrou a união entre arte e urbanismo. (ARANTES, 2000)

A associação imediata é com outra experiência semelhante que ocorreu na Inglaterra, gerada também na década de 70, com o intuito de construir habitações, inclusive preferencialmente subsidiadas, para pessoas de baixa renda, numa região central que se achava desativada e degradada, o antigo porto de Londres, com seus armazéns, do outro lado do Tâmis, bem em frente à City. O Plano tinha como função impedir qualquer regulamentação restritiva ao mercado.

O resultado ficou conhecido pela especulação imobiliária desenfreada, que tornou o local um reduto de yuppies nos anos 80, com os preços dos terrenos valorizados em 2000%, seguida de uma baixa vertiginosa, falência de todo o tipo, inclusive da Olympias and York (responsável pela construção de Battery Park). Hoje é uma outra cidade dentro de Londres, uma outra centralidade, com centro empresarial, sede de grandes corporações e de boa parte da mídia e de altos serviços, e finalmente habitações de altíssimo padrão, com ambientes luxuosos como a estação do metrô projetada pelo arquiteto Norman Foster.

Assim, a similaridade de que se falou anteriormente, entre Manhattan e Dochlands/City não é fortuita, pois são essas duas cidades os grandes centros financeiros das duas maiores cidades globais.

A análise da cidade contemporânea é elaborada por Castells e Borja, em relatório elaborado para a Conferência da ONU - HABITAT II -1996, que estabelece a formulação de Planos Estratégicos para a renovação da base produtiva das cidades, definindo-as como motores do desenvolvimento econômico que oferecem as novas oportunidades econômicas para seus habitantes. Para Borja e Castells, as cidades tornam-se protagonistas, como pólo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado, redefinindo-se, assim, o papel do Estado e as noções de público e privado.

Portanto, é a Conferência da ONU realizada em Istambul —1996 - Habitat II ou a Cúpula das Cidades que expõe as novas tendências de relação do Estado com o território local, em primeiro lugar propondo o aumento da intervenção dos governos locais em que tradicionalmente atuavam os governos centrais, e em segundo lugar substituindo o protagonismo e centralização da ação pública no aparato estatal por uma rede de parcerias envolvendo múltiplos atores, que constituem uma esfera pública não estatal. Nesse campo emergem também novos instrumentos legais e urbanísticos para as cidades.

Para a conferência, no contexto da globalização, o reconhecimento do poder local como um sujeito de direito internacional, ao lado dos Estados Nacionais e dos cidadãos, antevê a possibilidade de construção de uma ordem internacional capaz de enfrentar os problemas urbanos. Propõe-se a descentralização de poder e de recursos e o estabelecimento de relações horizontais com as cidades para a definição de programas e projetos de cooperação.

No exemplo europeu as grandes cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade, pois somente assim podem ser competitivas para o exterior, ao inserirem-se nos espaços econômicos globais. (BORJA & CASTELLS, 1999).

A recessão da década de 70, na Europa, provoca uma reação para a renovação da base produtiva das cidades. Na cidade de Roterdã, no ano de 1986, a Conferência de Cidades Européias definiu as grandes cidades como motores do desenvolvimento econômico, nascendo, em 1989, na conferência de Barcelona, o movimento das Eurocidades que reuniu as cinquenta maiores cidades européias.

Entretanto, nos anos 80, as cidades enfrentam duas realidades: um mundo em constante mudança e uma escassez de recursos. Esses dois fatores pedem o surgimento de novas oportunidades para as cidades e o Planejamento Estratégico se constitui como uma possibilidade, um caminho para a gestão da mudança.

Dessa forma, na Europa, formula-se uma Política Regional Comunitária (ENERCO,1995) que persegue a coesão econômica e social das regiões que configuram a União Européia, com o objetivo de enfrentar os problemas sócio-econômicos das diferentes regiões. Seus instrumentos principais são os Fundos Estruturais, que são fluxos financeiros não reembolsáveis concedidos pelo Banco Europeu que, ao serem utilizados para reduzir as desigualdades sócio-econômicas, conseqüentemente servem como indutores para a equiparação dos níveis de renda.

As diferenças na Europa produzem-se tanto no contexto nacional de cada Estado membro, como no contexto comunitário entre Estados e entre regiões, sendo que as regiões européias não têm igualdade de oportunidades, coexistindo com desequilíbrios.

Uma vez que as desigualdades são um obstáculo a uma integração harmônica da União Européia e a liberação das forças do mercado não leva ao equilíbrio, determina-se que a intervenção pública é necessária, através da Política Regional que se torna um ato de constitucionalidade na Europa.

Desse modo, com o Tratado da União em 1992, a Política Regional é uma peça-chave da coesão econômico e social, para diminuir as desigualdades, exigindo dos Estados membros que destinem maior quantidade de recursos às ações estruturais.

A concentração das ações é proposta em cinco objetivos:

1. ajuste econômico das regiões menos desenvolvidas.
2. regiões que estão afetadas por processos de reconversão de zonas industriais em declínio.
3. inserção profissional de jovens menores de 25 anos e de pessoas afetadas ou expostas à exclusão do mercado de trabalho.
4. adaptação ou requalificação de trabalhadores, com medidas de prevenção do desemprego antes que esse se produza.
5. adaptação de estruturas de transformação e comercialização de produtos agrícolas e de pesca e diversificação da economia das zonas rurais.

São os objetivos referentes ao ajuste econômico das regiões menos desenvolvidas, das regiões afetadas por processos de reconversão de zonas industriais em declínio e o objetivo de diversificar a economia das zonas rurais, que têm caráter territorial pré-definidos.

É nesse quadro europeu, no final do século XX, que a Espanha beneficia-se do Fundo de Coesão destinado a facilitar a preparação de determinados países na formação da União Européia, juntamente com a Grécia, Portugal e Irlanda, podendo ser utilizado em qualquer região ou município desses Estados.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PLANOS E PROJETOS

Algumas características gerais que têm uma incidência definitiva na forma de produção e administração da nova dinâmica urbanística nas grandes cidades, devem ser ressaltadas e serão aqui apresentadas como considerações sobre os planos, que representam o papel da razão e da ciência e, dos projetos que são os desenhos e manifestos que exteriorizam concepções e valores.

A primeira é que o processo urbanístico não segue mais o padrão teórico do plano geral, plano parcial, projeto arquitetônico, mas articula-se através das ações e ou projetos que têm capacidade executiva, e que em seu conjunto põem a cidade, ou um grande setor da mesma em movimento. Portanto, os projetos nesse processo podem ter força própria, mas também uma grande capacidade indutora.

A segunda é que o compromisso com a forma da cidade volta a ter destaque, através de estratégias de desenho inovadoras, que levam a um processo de definição da forma urbana e de intervenção muito comprometidos. Assim, nesse processo de renovação do instrumental de desenho urbano, o projeto urbano e conseqüentemente a composição urbana tornam-se novamente prioritários. A integração de funções diversas, de infra-estrutura e edificação nestes projetos especiais, permitem desenhar uma nova forma urbana, na superação do dualismo entre infra-estrutura e arquitetura.

A terceira é que na atuação urbanística mudam radicalmente as relações entre o setor público e privado, ganhando relevância termos como cooperação – *partneship*, entendido aqui, como cooperação entre o público e o privado, que define adequadamente o papel de ambos os setores e estabelece os novos padrões de sua relação.

A quarta é que aparecem novas formas de gestão e instrumentos urbanísticos, com a criação de órgãos específicos públicos e ou mistos, que concorram a uma maior eficiência e organização de grupos de trabalho, imprescindível para a definição das novas relações que se estabelecem. No caso de Barcelona, o processo manifestou uma preocupação com o comprometimento

da gestão urbana, frente a uma tendência indiscriminada de privatizações descoladas do âmbito de interesses sociais.

Com efeito, o caso de Barcelona, evidencia-se como um exemplo paradigmático de intervenção urbana contemporânea, onde dificilmente estes Projetos Urbanos Especiais teriam êxito de implantação sem a existência de um Plano - plano geral no modelo do Movimento Moderno, que lhes propiciasse inserção na história e na dinâmica urbanística da cidade. Portanto, a complexidade e abrangência do debate desenvolvido no campo da discussão sobre a nova ordem urbanística que se configura em um mundo de economia de mercado evidenciam a dificuldade, de se delimitar, neste campo amplo, quais os elementos significativos que poderão servir como referencial na abordagem da nova relação planejamento e projetos urbanos contemporâneos. No entanto, algumas questões devem ser consideradas:

1. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais, pois esses processos apenas acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo, que redesenham sua configuração. Assim, caem por terra, as apologias da globalização que apresentam esse mundo que está nascendo como sem fronteiras, e as grandes empresas, como sem nacionalidade. Isso justifica o esforço da União Européia, a partir da década de 80, na formulação de estratégias de planificação de seu território, como marco para um desenvolvimento econômico e social equilibrado. Os projetos pilotos e ações específicas contam com recursos que têm a finalidade de fomento local e constituição de uma rede de cooperação européia. Tal rede, por sua vez, induz, sobretudo, à cooperação direta entre cidades e entre regiões dos distintos Estados Europeus. Nesse quadro, as cidades como local privilegiado das mudanças econômicas em curso, devem tornar-se competitivas adotando para isso, metodologias de Planejamento Estratégico, que se constituem como uma possibilidade, um caminho para a gestão das mudanças.

2. A cidade e seu planejamento devem ser entendidos, como um processo complexo que não responde a um modelo único.

3. A experiência das cidades européias demonstra a grande variedade do instrumental de planejamento e de desenho das cidades, que devem ser adequados às circunstâncias administrativas, políticas e econômicas de cada realidade.

4. A estratégia comum deve ser a valorização do espaço público como recuperação da idéia cívica da cidade e de seus objetivos coletivos.
5. Enfatizar o exemplo de Barcelona, na relação entre planos e projetos urbanos, de requalificação urbana.
6. Utilização de novas formas de gestão e instrumentos urbanísticos, que formulem estratégias de inclusão social.
7. Aprofundamento de um trabalho teórico que formule novas hipóteses de planejamento para as cidades, e renove o corpus disciplinar da arquitetura urbana e da urbanística, onde o grande desafio será sempre a elaboração de novos padrões projetuais.
8. E, finalmente, uma reflexão sobre as atuais políticas de liberalização e desregulamentação que, na maioria dos casos, transformam-se em instrumentos poderosos de exclusão social e segregação espacial nas cidades mundializadas.

Particularmente esse trabalho pretende salientar as principais características que apresentam os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Barcelona, uma vez que as obras representam produção material do espaço, e são a comprovação dos estudos teóricos sobre urbanismo: o Plano de Cerdà no século XIX, a proposta de espaços públicos dos anos 80, a construção da Vila Olímpica na década de 90, e o Fórum de Barcelona , inaugurado em 2004.

O Plano de Cerdà apresenta um paradoxo: se por um lado a cidade foi desenhada para a burguesia urbana, por outro, seu desenho igualitário não contempla a concentração progressiva do capital dessa burguesia. A história dos lotes de uma cidade como Barcelona, sua estrutura urbana, sua evolução, representam também a história da propriedade urbana e a história das classes profundamente ligadas a essa cidade. Desse modo, se entende o Plano de Cerdà, como ponto de partida para a compreensão da cidade moderna, na medida em que estes planos são a forma concreta sob a qual se manifestam as forças que presidem à transformação da cidade de Barcelona. A relação entre as forças econômicas e de desenvolvimento e o desenho do Plano de Cerdà não são nem simples, nem fáceis de ser individualizadas, pois o plano é avançado do ponto de vista técnico e corresponde às transformações econômicas que se faziam urgentes em Barcelona no século XIX. No entanto, apesar de um plano oportuno, que partiu de uma avaliação demasiado ampla do desenvolvimento demográfico e econômico da cidade e, que não foi realizado conforme concebido, ainda assim, foi este plano que determinou o futuro desenvolvimento de

Barcelona. O Plano Cerdà não foi realizado porque suas visões técnicas eram muito avançadas para o seu tempo e as soluções por ele propostas necessitavam de uma evolução superior à existente na sua época. Para alguns autores como Rossi, era certamente mais avançado que o Haussmann, para Paris, e, portanto não poderia ser realizado facilmente, não só pela burguesia catalã, mas por qualquer outra cidade européia. O Plano pressupunha, além de concepções técnicas avançadas, condições políticas também avançadas para a época, e apresentava problemas particularmente na ocupação das quadras pelos blocos residenciais autônomos, pois o plano que concebia as quadras ocupadas por grandes blocos dispostas em uma malha retangular, acabava prestando-se perfeitamente às intenções da especulação imobiliária na cidade, ressaltando, neste caso, a complexa relação entre o desenho e a situação econômica. Sem um maior controle administrativo no tempo por parte do Estado, para impor a ocupação das quadras estabelecidas no plano original, de certo modo a morfologia e a tipologia de Cerdà foram retomados apenas em momento posterior, pelo grupo GATEPAC e por Bohigas na Vila Olímpica. Entretanto, o Plano de Cerdà que foi solicitado pelo crescimento de cidade no século XIX, não teve o poder de transformar esse crescimento urbano nas suas razões político-econômicas, mas, sem dúvida, sua importância se destaca das forças políticas de Barcelona, para se tornar, segundo Rossi, em um momento da história do urbanismo e para ser julgado como tal. Na composição da cidade de Cerdà, devemos salientar a importância do valor da habitação, na estrutura urbana, através da tipologia da suas construções em blocos.

No entanto, será objeto de um novo trabalho, a análise comparativa dos instrumentos urbanísticos definidos por Cerdà, como a casa, a quadra, o sistema viário, a intermodalidade, as redes de serviços, a densidade, a mobilidade, com aqueles definidos por Bohigas - habitabilidade, vias circulatórias, morfologia, mobilidade, acessibilidade e simbologia urbana, bem como o papel da monumentalidade e significado do espaço urbano.

Os espaços públicos de Barcelona em seus programas de revitalização de áreas urbanas deterioradas deixam claro que as mudanças ocorrem também nas áreas tradicionais que são alteradas como parte de um processo maior. Os monumentos nesses espaços públicos-praças e parques urbanos devem ser entendidos não apenas como elementos fixos da estrutura urbana, com uma efetiva intencionalidade estética, ou como uma obra de arte, mas como um valor

transcendente, que permanece e persiste na história, constituindo-se na identidade e memória do lugar.

O desenho da principal área da Vila Olímpica, chamada de Nova Icária, se baseia em três premissas. A primeira é a reconstituição de toda a infraestrutura, por exemplo as praias, linhas férreas, cinturão do litoral e rede metropolitana de drenagem e águas residuais. A segunda, a continuação da morfologia tradicional barcelonesa da rua-corredor- criticada por Le Corbusier, mas de maneira a adaptá-la as novas tipologias construtivas desenvolvidas como resultado do impacto do Movimento Moderno do século XX, juntamente com uma adequada consideração da luz solar, da ventilação, dos jardins. A terceira é a integração do que foi reconhecido como as qualidades do desenho social e formal da vizinhança, proporcionando ao mesmo tempo um uso público dos espaços privados e também um uso público dos edifícios, juntamente com uma variedade de propostas arquitetônicas. Dessa forma, em Barcelona, o procedimento adotado por Bohigas para se proceder a uma análise do lugar tem como premissa o entendimento de três escalas diferentes: a escala da rua, que compreende as construções e os espaços construídos que a circundam, a escala do bairro, que é constituído por um conjunto de quadras com características comuns e, a escala de toda a cidade, considerada como um conjunto de bairros.

O Fórum de Barcelona 2004, frente às mudanças na estruturação do espaço urbano contemporâneo é um exemplo paradigmático das novas modalidades de estruturação e gestão dos espaços urbanos: uma nova forma de organização do mercado imobiliário, com o surgimento de empreendimentos de usos múltiplos, que reúnem residências, comércio, lazer, ensino, indústrias e escritórios, com novos padrões de projeto, com novas formas de conjuntos urbanísticos, que representam as mudanças no panorama político, econômico, social e cultural, da chamada pós-modernidade. Tais interações de estruturas econômicas são caracterizadas entre redes de empresas, produção e pesquisa; indústria e universidade; localização e acessibilidade aos meios de comunicação físico e de informação. Não há, portanto, como minimizar a importância das inovações tecnológicas na comunicação, nos transportes e na produção industrial. No projeto político da Espanha de Cerdà ao período pós-franquismo, foram os investimentos em projetos políticos de desenvolvimento científico e tecnológico que propiciaram a ocorrência das inovações que foram incorporadas ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência das reformas urbanas contemporâneas de Barcelona, juntamente com todo o intercâmbio de idéias que envolveu o seu processo de elaboração, devem ser aqui vistos como uma fase do urbanismo, que uma vez consolidada, já faz parte da história, assim como as reformas realizadas no século XIX. No caso de Barcelona, mais uma vez, os acontecimentos históricos, como a morte de Franco em 1975 e a situação criada por novas administrações democráticas na gestão urbana, contribuíram para acelerar um processo de avaliação deste episódio e para organizar a cidade a partir de um posicionamento crítico em relação ao seu passado imediato. Neste particular a experiência do Regionalismo Crítico, será repensada a partir da validade do pensamento urbanístico e realizações de Cerdà, no século XIX e das idéias dos grupos de arquitetos que constituíram a vanguarda do Movimento Moderno na Catalunha.

O debate que vem sendo travado para a reestruturação desta nova cidade apresenta variados posicionamentos, entre os quais a presença de concepções retomadas diretamente de determinadas escolas e períodos representativos do urbanismo moderno. Dessa forma, ao contrário da historiografia do Movimento Moderno, o estudo da condição contemporânea deve partir da premissa básica da coexistência de continuidades e permanências por um lado, e de descontinuidades e rupturas por outro, na busca da inovação da estruturação da forma urbana, onde conseqüentemente as mudanças já são mais importantes do que as permanências.

Um outro ponto que deve ser retomado consiste na adequação, ou não, deste evento estudado dentro das delimitações sugeridas por uma condição pós-moderna no campo do urbanismo que, por sua vez, estaria inserida dentro de uma condição pós-moderna mais abrangente, refletida em outros campos da cultura .

No que se refere a uma condição pós-moderna mais geral, observamos que o momento em questão extrapola qualquer visão unificadora das solicitações da sociedade, da arquitetura e do urbanismo em particular. Os conceitos de racionalismo, individualismo e universalismo são suplantados por posicionamentos multi-direcionados, os quais tão pouco parecem, neste momento, caminhar para um consenso. O próprio prefixo “pós” contribui para esta

indefinição classificatória.

O pós-modernismo de reação e resistência, manifestação do Regionalismo Crítico catalão, poderia ser enquadrado apenas pelas manifestações caracterizadas pelo conceito de permanência. Já o termo pós-modernismo de resistência oscilaria entre o que Montaner classifica como contextualismo cultural, mas que refere-se claramente ao Regionalismo Crítico defendido por Kennet Frampton, na busca de um resgate crítico dos códigos culturais. A capacidade dessa resistência e as suas possibilidades dependem da organização construída dentro do âmbito de cada sociedade, através dos tempos, pois a capacidade organizativa e de resistência se dá de forma desigual em cada sociedade e é determinada pelas possibilidades e limites de seu processo histórico específico.

No que se refere à questão levantada inicialmente, se esta fase deve ser entendida como uma ruptura, revisão, continuidade, crise, ou mesmo uma mudança de paradigma em relação ao Movimento Moderno, se constatou, que as diferentes interpretações a respeito do pensamento científico irão proporcionar diferentes óticas sobre as reformas urbanas contemporâneas.

No entanto, uma das preocupações deste trabalho esteve centrada na importância da influência que as idéias da pós-modernidade vêm exercendo na produção do conhecimento sobre o urbanismo. O enfrentamento do tema reformas urbanas através da discussão sobre a condição pós-moderna revelou, por um lado, a forma e o conteúdo através dos quais essa questão vem sendo tratada dentro desse campo, e por outro, que o caminho adotado no trabalho, de focar a pós-modernidade sob o argumento de uma transição paradigmática decorrente de mudanças substanciais no panorama social, econômico, político, e cultural do mundo contemporâneo, mostrou-se fundamental na articulação do debate tanto no campo pós-moderno, como fora dele, já que a questão do urbanismo contemporâneo encontra-se condicionada pelas diferentes compreensões acerca do estágio atual do capitalismo.

Desse mergulho, podem ser extraídas algumas conseqüências importantes, que serão aqui apresentadas. A primeira é que o mapeamento mais geral desse debate permitiu localizar, no campo do urbanismo, os modos mediante os quais a pós-modernidade vem sendo enfocada, como uma condição econômica, social, política e cultural, o que vem levando os autores a proporem a necessidade de se formular uma nova ordem urbanística, que se adapte a ela e a

um conjunto de idéias designadas pós-modernas.

A segunda, levantada por David Harvey e Boaventura dos Santos, é a defesa da pós-modernidade como manifestação de uma lógica teórica e cultural no interior do sistema capitalista. A principal mudança ideológica e cultural ocorre devido à fragmentação cultural e o pluralismo. Para Boaventura, o que caracteriza essa pós-modernidade não é a cultura da fragmentação, mas a lógica do capitalismo desorganizado, o que evidenciou nessa linha de argumentação algumas reflexões do autor sobre os paradigmas epistemológicos da ciência moderna para uma ciência pós-moderna que nos interessam no urbanismo: a primeira, é a quebra com a tradição sociológica, preocupada com a questão social; a segunda, o agravamento das desigualdades sociais e dos processos de exclusão social, nas décadas de 80, como resultado da nova ordem econômica internacional; a terceira, a revalorização dos indivíduos nas análises da vida privada, do consumismo, dos modos e estilos de vida, privilegiando análises do “micro” em detrimento do “macro”; e, a quarta, é o elemento, da dialética da territorialização e desterritorialização, como agravamento de velhas e novas opressões locais, expressas na competição entre territórios.

Da terceira, surgiu o chamado “modelo Barcelona”, baseado na substituição do conceito de planejamento urbano produzido pelo Movimento Moderno pelo conceito de projeto estratégico urbano-teses elaboradas por Oriol Bohigas, Jordi Borja, Joan Busquets, Manuel Herce, Manuel de Solà-Morales e outros, que propunham intervenções desenvolvidas em curto prazo, apoiadas economicamente pelo poder público local e pela iniciativa privada, com ações de desenho urbano e arquitetônico. Como propostas conceituais e concretas que tiveram grande repercussão na América Latina na década de 1990, destaca-se Porto Madero, em Buenos Aires, como um claro exemplo de aplicação desse “modelo”.

E finalmente, o quarto refere-se à questão central deste trabalho, se ocorreu realmente no último século uma alteração conceitual de entendimento do urbano. Haveria de fato uma diferença entre a cidade do XIX, e do XX ou XXI, entendida como centro da vida econômica ou centro da vida social? Haveria efetivamente uma crise dos modelos de estruturação do espaço urbano no contexto do que tem sido denominada condição pós-moderna?

No entendimento desse trabalho, o novo quadro não decorre de simples mudança de forma, trata-se de um fenômeno novo, onde as mudanças têm

implicações nos modos de organização do tecido urbano contemporâneo. Uma das teses, é que tais mudanças ocorrem tanto devido a nova distribuição da população no território, como das atividades que nele ocorrem como consequência de mudanças tecnológicas, com ênfase em setores de transporte e comunicações. A forma urbana e o modelo territorial mantêm relação com o conjunto do território e com as formações preexistentes. No entanto, a partir da revolução industrial, essas características entraram em um processo de rápidas mudanças que se por um lado com o advento da máquina a vapor foi possível aumentar significativamente a produção urbana, por outro conseqüentemente aumentou a concentração urbana. Esse processo começou a delinear o urbanismo como ciência e prática social em meados do século XIX, com as reformas de Londres, Paris e Barcelona. O urbanismo ganhou características institucionais mais amplas na primeira metade do século XX através dos ideais urbanísticos do Movimento Moderno, tendo como objetivo principal estabelecer um sistema coordenado de assentamento das grandes massas de trabalhadores nas cidades, e promover a garantia de uma maior racionalidade nos investimentos públicos, na distribuição da infra-estrutura e dos serviços à vida urbana.

Nesse aspecto as mudanças na estruturação do espaço urbano seriam parte do processo de globalização, decorrente de mudanças de base tecnológica. Mas fundamentalmente é necessário incluir nessa discussão, como variável, a organização social, pois os fatos sociais na medida que se apresentam como conteúdo, precedem as formas e as funções e, por assim dizer, as abrangem na organização dos espaços urbanos. As configurações do espaço urbano que tomam corpo como suporte e resultado da vida social, como mudanças na vida social, devem compreender novas modalidades de urbanização e uma nova configuração das intervenções urbanas.

Outra abordagem, com perspectiva política, para estruturação do espaço urbano, parte da reorganização produtiva, que constitui uma nova etapa na evolução do capitalismo. Mudanças econômicas ligadas à teoria da regulação, definem a crise do regime fordista de acumulação e reafirmam a presença do político no centro dos processos econômicos. A passagem da análise econômica para a análise urbana constitui um dos pontos mais interessantes do debate em curso, pois o novo regime de acumulação flexível diz respeito aos casos de novos distritos industriais. As relações das mudanças na reorganização produtiva com a organização do território foram identificadas por Harvey, através de suas

conseqüências na fragmentação do espaço urbano. Vemos portanto, a dissolução da cidade tradicional e o surgimento de uma cidade cada vez mais dispersa e fragmentada no que diz respeito à estruturação de seu espaço urbano. Temos uma transformação progressiva nos modos de pensar as cidades, de conceber e de executar o urbanismo, de gerar os conjuntos urbanos, de onde surge uma nova forma urbana.

Entretanto, algumas questões importantes para o avanço desta pesquisa serão realizadas em um próximo trabalho. Uma vez que o projeto de arquitetura e urbanismo é uma forma de ciência aplicada, e não uma disciplina de ciências humanas, tendemos a valorizar uma abordagem de base fortemente empírica em relação a esse campo do conhecimento. O que o futuro estudo pretenderá abordar é fundamentalmente a análise das condições de organização dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, a análise da lógica dos projetos contemporâneos. Para tanto deverá ser tomado como eixo o estudo de caso de aplicação, em obras e projetos (um dos estudos de caso é a pesquisa de Barcelona) tanto quanto as elaborações teóricas amplas e os modelos de explicação.

Como o progresso no pensamento do urbanismo significa promover um processo contínuo e aberto de discussão e avaliação de seus resultados em busca de condições mais satisfatórias para a prática profissional, então poderá ser verificado um grande avanço dentro do período histórico aqui estudado, e na experiência das reformas urbanas contemporâneas de Barcelona em particular, sem, no entanto, como deve ser aqui observado, se fazer a defesa ideológica das mudanças em curso.

Desse modo, frente às possibilidades concretas de intervenção nas cidades, a resposta aos problemas colocados pela nova forma urbana da cidade e da sociedade contemporânea, não reside, com certeza, no retorno para a linguagem da cidade do século XIX, pois dificilmente conseguiríamos enquadrá-la em modelos do passado; o melhor será dar-lhe uma nova forma e arquitetura, onde as mudanças já devem ser mais importantes do que as permanências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUITECTURA VIVA. Madri: n.84, maio / jun. 2002.

ARQUITECTURA VIVA. Madri: n.94-95, jan./ abr. 2004.

ABERASTURI, A. L. de. **Ildefonso Cerdà. La Théorie Générale de L'Urbanisation**. Paris: Éditions de Seuil, 1979.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e Gentile, Pablo (org.). **Pós-Neoliberalismo - As políticas e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ARANTES, O.B.F. **O lugar da Arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp- Edusp, 1993.

_____ **Urbanismo em fim de linha**. 2 ed.rev. São Paulo: Edusp, 2001.

ARANTES, O. B. F. & VAINER, C. & MARICATO, E. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAUDRILLARD, J. **À sombra das massas silenciosas – O Fim do social e surgimento das massas**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____ **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Ed. 1994.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**-a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOHIGAS, Oriol. **Contra una arquitectura adjetivada**. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1969.

_____ **Reconstrucció de Barcelona**. Barcelona: Edicions 62, 1985.

_____ **Desde los años inciertos**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1991.

BOHIGAS, O.& BUCHANAN, P.& LAMPUGNANI, V. M. **Barcelona arquitectura y ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1980-1992.

BRESCIANI, M.S. **Leituras da cidade: a formação de um saber e de uma disciplina, o urbanismo**. mimeo. Campinas, 1998.

BUCHANAN, P. **Monumentos a una civitas clásico-constructivista. Barcelona-Arquitectura y ciudad-1980-1990**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1990.

BUSQUETS, J. **Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia** mimeo. Curso de Planejamento e Projetos Urbanos, FAUUSP, 1999.

BORJA, J. & CASTELLS, M. **Local y Global. La gestión de las ciudades en la era de la Información.** 4 ed. Madrid: Grupo Santillana de ediciones, S.A., 1999.

Catálogo da Mostra **Cerdà Urbs i Territori.** Curadoria de Albert Serratosa, direção geral de Salvador Tarragó e direção técnica de Francesc Magrinya. (org.) Instituto Ildefons Cerdà, Govern Autônomo de Catalunya. Departament de Política Territorial i Obres Públiques de la Generalitat de Catalunya. Barcelona, 1994.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHOAY, F. **Breve história do urbanismo.** Madrid: Alianza Editorial, 1968.

_____ **O urbanismo.** 4 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____ **L'orizzonte del posturbano.** Roma: Officina, 1992.

_____ **A regra e o modelo.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

COELHO, Teixeira. **Moderno Pós-Moderno.** 3 ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 1995.

COLLINS, Peter. **Los ideales de la arquitectura moderna: sua evolución (1750-1950).** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1970, 1998.

COLQUHOUN, A. **Modernidade e tradição clássica – ensaios sobre arquitetura 1980-1987.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CONNOR, S. **Cultura Pós-moderna. Introdução às Teorias do Contemporâneo.** 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CORBUSIER, L. **Urbanismo.** São Paulo, Martins Fontes, 2000.

COSTA, G. **Barcelona 1992-2004.** Introducciones de: William J.R. y Josep Maria Montaner. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.

DAVIS, M. O Renascimento urbano e o espírito do pós-modernismo. In: Kaplan, E. Ann (org.) **O mal-estar no pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1993.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** Publicações Europa, 1977.

DREW, P. **La arquitectura de Martorell, Bohigas, Makay, Puigdomènech.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1993.

EAGLETON, T. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. In: **Revista Crítica Marxista.** São Paulo: Brasiliense, v.53-68, 1995.

ENERCO, L. La política Regional Comunitaria y la Cohesión Económica y social: el Valor Añadido de la Solidaridad Europea. **Revista Situación,** n.1 , La Unión Europea, p.61-71. BBV.

ENGELS, F. **A questão da Habitação.** Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____ El regionalismo crítico: arquitetura moderna e identidade cultural. In: **Regionalismo**, A&V Monografias de Arquitectura y Vivienda, 2 ed.p.20-25, 1985.

_____ Towards a critical Regionalism: Six points for an architecture of resistance. In: Foster, Hal (edit.) **Postmodern Culture**. Inglaterra: Bay Press, 1983.

_____ **Os ismos da Arquitetura Contemporânea**. Architectural Design, n. 52, jul./ ago., 1982. Tradução dos prof. Philip Gunn e Yara Vicentini.

FOSTER, H. *Postmodernism*. Preface. In: **Postmodern Culture**. Inglaterra: Bay Press, 1983.

FREIXA, J. **Joseph Ll. Sert**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1979.

GEHL, J. ; GEMZOE, L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002

GILDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOITIA, F.C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

GOTTDIENER, M. & FEAGIN, Joe R. Uma mudança de paradigma na sociologia urbana. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos: 1989, São Paulo, n. 29, p.44-58, 1989.

GUEHENNO, J.M. **O fim da democracia** – Um Ensaio Profundo e visionário sobre o Próximo Milênio. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1994.

GREGOTTI, V. Disegnare il nuovo habitat. In: SECCHI, Beranardo. **Quaderno della ricerca sulle trasformazioni dell'habitat urbano in Europa**. n.2. Veneza: IUAV, DAEST, p. 147-150, 1994.

HABERMAS, J. **Modernidad, um projecto incompleto**. In: CASULLO, Nicolas (comp.) *El Debate Modernidad Pós-modernidad*. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERCE, M. **Proyetos de infra-estruturas y ordenación urbana**. Curso de Planejamento e Projetos Urbanos, mimeo, FAUUSP, 1999.

HOBBSAWN, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, F. **Pós-modernismo** - A lógica cultural do capitalismo. São Paulo: Editora Ática, 1996.

_____ **Espaço e Imagem** – teorias do Pós-moderno e outros ensaios. In: GAZOLLA, Ana Maria (org.). São Paulo: Editora UFRJ, 1994

_____ Postmodernism and Consumer Society. In: FOSTER, Inglaterra: Bay Press, 1983.

JENCKS, C. Counter-Reformation. Reflections on the 1980 Venice Biennale. **Architectural design**, n.1/2, 1982.

_____ **El Lenguaje de la Architecture Posmoderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.

KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAKASTOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (org.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cutrix, 1979.

LAMPUGNANI, V. M. **Notas sobre el urbanismo de la actualidad. Barcelona-Arquitectura e ciudad-1980-1992**, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1990.

LANDAU, R. **Notes on the concept o fan archiectural position**. AA Files, n.1, 1981.

LYNCH, K. **The Image of the City**. Cambridge: Mass, 1960.

LYOTARD, J. F. **Condição pós-moderna**. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MEYER, R. M. P. O espaço da vida coletiva. In: ALMEIDA, Marcos Antonio Ramos de. **O centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome / Viva o Centro / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, p. 25-33.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MONARCHA, C. **A Reinvenção da cidade e da multidão - Dimensões da modernidade Brasileira: A escola Nova**. São Paulo; Editora Cortez, 1990.

MONTANER, Josep Maria. **Después del Movimiento Moderno**. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1993.

_____ **La modernidad superada Arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1997.

_____ La búsqueda de una arquitectura nacional. In: **Regionalismo**, A&V Monografias de Arquitectura y Vivienda, 2 ed. . p.60-63, 1985

MORRIS, A. E. J. **História de la forma urbana**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

PEIXOTO, M. G. **Pós-modernidade, democracia e educação**. Doutorado em História e Filosofia da Educação, PUC-SP, 1997

PEVSNER, N. **Os Pioneiros do desenho moderno**. Lisboa: Editora Ulisseia.

PORTOGHESI, P. **Depois da Arqitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROLNIK, Raquel. Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In: (org.) Queiroz, L. C. & Santos Jr., O. A. **Globalização Fragmentação e Reforma Urbana - O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROSSI, A. **La Architecture de la Ciudad**..Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

ROUANET,S.P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 2 ed. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

_____ **Introdução à uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal,1989.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SEGRE, R. **Arquitacture y urbanismo modernos**. Havan: Editorial arte y literatura, 1988.

_____ Múltiplas vozes em Barcelona. **Projeto Design**. n. 296,p.110-113, out. 2004.

SICCA, P. **História del urbanismo - el siglo XIX**. Madrid: Edición Española, Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

SORIA Y PUIG, A. *Cerdà*. **As cinco bases de la teoría de la urbanización** . Bracelona: Electa, 1996.

SOLÀ-MORALES, M. **Barcelona**. Barcelona: Colección Gustavo Gili, 1974.

_____ Espaços públicos e espaços coletivos. In: ALMEIDA, Marcos Antonio Ramos de. **O centro da metrópole: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome / Viva o Centro / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

SUBIRATS, E. **Da vanguarda ao pós-moderno**. 4 ed. São Paulo: Nobel,1986.

_____ Regionalismo y cultura universal. In: **Regionalismo**, A&V Monografias de Arquitectura y Vivienda, 2 ed.p.26-27, 1985.

REIS, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

ROSELL, F. R. **A .C. / G.A.T.E.P.A.C 1931-1937**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

TERAN, F. **Planeamiento urbano en la España contemporánea**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1978.

VAINER, C. & ARANTES, O. B. F. & MARICATO, E. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VENTURI, R. **Complejidad y Contradicción en la Architecture**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

WARDE, M. J. História e Modernidade ou de como tudo parece em construção e já é ruína. **Cadernos ANPED**, Porto Alegre, n.4, p.37-64, 1992.